

Universidade de Évora
Departamento de História

**NAMARRAIS DO ANTIGO DISTRITO DE MOÇAMBIQUE:
PERCURSOS IDENTITÁRIOS E RESISTÊNCIAS (1857-1913)**

Por

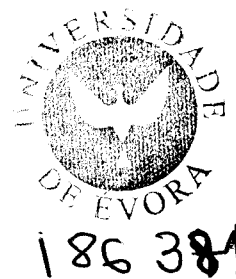
Luísa Fernanda Guerreiro Martins

Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa

**Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Doutor em História pela
Universidade de Évora**

Orientador: Professor Doutor Hélder Adegar Teixeira Dias Fonseca

Co-orientador: Professor Doutor Eduardo da Conceição Medeiros



Évora

2010

Agradecimentos

Aos Técnicos e responsáveis das instituições onde se realizou a pesquisa, nomeadamente, Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa (especialmente a D. Cristina Matias), Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos, Arquivo Histórico de Loulé (D. Margarida Pereira e D. Susana Duarte); ao Dr. António Sopa (Arquivo Histórico de Moçambique) e a todos os Técnicos do Arquivo Histórico de Moçambique, em especial ao seu Director, Dr. Joel Neves Tembe; aos Técnicos do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa. O agradecimento é extensivo ao Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (em especial à Directora do Centro, Professora Doutora Mafalda Cunha e da responsável Administrativa, Dra. Valentina) que me possibilitou a participação em Seminários Internacionais de História de África¹ e pesquisa no Arquivo Histórico de Maputo.

Um agradecimento fica registado aos Professores Doutores Isabel Castro Henriques, António Marques de Almeida, António Dias Farinha, à Doutora Maria Emília Madeira Santos e ao Professor Doutor António Borges Coelho pela disponibilidade demonstrada nos pareceres dados ao projecto da tese e por tudo o que me ensinaram. E ao Fernando Fonseca, um “Macua branco”, minha fonte oral possível.

Aos:

Professores Doutores Helder Adegar Fonseca e Eduardo da Conceição Medeiros pelos conselhos, disponibilidade e informações que me conduziram até final do trabalho. Ressalve-se, no entanto, que toda e qualquer lacuna, erro e ambiguidade são de minha única responsabilidade.

¹ Toronto (2000), Avinhão (2001), Maputo (2003).

À memória de meu pai, Francisco Anastácio Martins.

Ao meu filho, Daniel.

Prefácio

Compreender a formação da entidade Namarral e o seu desempenho no processo de resistência à expansão efectiva da colonização portuguesa em Moçambique no período de 1857 a 1913 são os objectivos desta tese.

Ao longo das nossas pesquisas sobre as primeiras viagens de exploração científica e tentativas de travessia da costa à contracosta africana, empreendidas por Francisco José de Lacerda e Almeida em finais do século XVIII – de que resultou uma tese de mestrado² -, deparámos na documentação, com entidades africanas das quais se deixou de falar. O mesmo desaparecimento sucedeu na documentação após as campanhas militares de ocupação e subsequente montagem da administração colonial. O caso mais paradigmático, no antigo Distrito de Moçambique, foi o dos Namarraís. Decidimos, pois, continuar a investigação, centrando-nos agora na região da actual província de Nampula, focando o olhar na população Namarral. Ao longo da pesquisa historiográfica em diferentes arquivos fomos formatando um período preciso (1857-1913), a partir de informação recolhida de uma quantidade significativa de fontes primárias, que permitiram delinear o percurso dos Namarraís.

Todavia, o uso dessas fontes pela historiografia que consultámos é muito superficial, contraditório e não explicativo. A pesquisa sobre esta entidade particular assim como a de outras afins é ainda hoje muito lacunar. Por causa disso deparámo-nos com problemas teóricos e de definição de conceitos.

Para o desenvolvimento do estudo deparámo-nos com dificuldades inerentes à raridade dos estudos sobre temáticas que se debruçassem quer sobre os próprios Namarraís, quer sobre as sociedades com um percurso de identidade similar. As fontes

² Mestrado em História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa, pela Universidade de Lisboa.

primárias não publicadas e publicadas constituíram documentos fundamentais para a compreensão do devir histórico do Namarral, desde a sua formação à sua dispersão no território do continente fronteiro à ilha de Moçambique.

Só a discussão de ideias e a partilha de conhecimentos que tiveram como principal enquadramento reuniões científicas em Lisboa³, em Silves⁴, em Toronto⁵, em Avinhão⁶, em Maputo⁷ ajudaram a delinear ideias relativamente à identificação Namarral. Historiadores como José Capela, Edward Alpers, António Sopa, Aurélio Rocha e Fernando Amaro Monteiro questionaram e apresentaram sugestões interpretativas de grande utilidade para a compreensão da presença dos Namarrais na História de Moçambique e na de Portugal⁸.

Leituras atentas de algumas obras publicadas a partir da década de setenta do século XX, em especial as de José Capela, constituíram fontes de reflexão e de análise. A história do Namarral durante o período da conquista militar apresenta-se muito semelhante ao que ficou escrito sobre a Maganja da Costa por José Capela (1992), tornando a compreensão da experiência daquele período da História de Moçambique uma tarefa bem mais complexa do que a simples redução à dualidade da ocupação/resistência. Também outras sociedades se formaram à semelhança daquela e adquiriram personalidade própria, confrontando os seus interesses económicos e militares com outras sociedades africanas. Novas entidades se constituíram, num contexto económico, político e social de pré-ocupação colonial, e durante esta, que, a

³ III Reunião Internacional de História de África, 20 a 24 de Setembro de 1999, Lisboa.

⁴ Espaços, Fronteiras e Memórias em África, 23 e 24 de Outubro de 2006.

⁵ Enslaving Connections: Africa and Brazil during the Era Of the Slave Trade, York University, Toronto, Org. UNESCO (Slave Route Project and Nigerian Hinterland Project), 12 a 15 de Outubro de 2000.

⁶ Colloque International sur l'esclavage, la main d'oeuvre forcée et la révolte en Asie et dans les pays riverains de l'Océan Indien, 4 a 6 de Outubro de 2001.

⁷ Investigação realizada no Arquivo Histórico de Moçambique, em Novembro de 2003.

⁸ É interessante verificarmos na toponímia portuguesa a profusão de referências directas e indirectas aos Namarrais, e o desconhecimento generalizado sobre o seu significado.

partir da primeira década do século XX, se vão diluir enquanto entidades unas e coesas devido ao sucesso da conquista colonial e instalação da subsequente administração.

Apesar de o tempo de existência destas sociedades face ao poder colonial ter sido relativamente curto, elas apresentaram uma estrutura social hierarquizada baseada numa matriz política e militar particulares, com gente de guerra organizada, e uma acção diplomática muito dinâmica das chefias. Tudo, características que permitem antever organizações pré-estatais supra-linhageiras. Estas sociedades criaram processos relacionais inter-grupos, e uma acção em rede de resistência à conquista colonial. Mas na última fase da sua existência, a resistência adquiriu carácter localizado, em defesa de um território próprio, que corria o risco de ser dominado pelos portugueses.

Porém, todo o processo de avanço militar com vista à colonização e a resposta dos africanos com uma resistência de características muito específicas não é nada mais do que um jogo de espelhos. A um processo colonial rudimentar pela acção de uma identidade colonizadora frágil e sem suporte político, militar, técnico e administrativo, sem consistência e sem impacto, respondeu também uma resistência pouco agressiva e pouco definitiva, dissipada no tempo e enfermada de uma consistência global.

Sumário

Namarrais do Antigo Distrito de Moçambique: Percursos Identitários e Resistências (1857-1913) tem por objectivo explicar o processo identitário dos Namarrais que, não estando formatado segundo as estruturas dos quilombos brasileiros, apresenta no seu conjunto, características que nos permitem considerá-los como uma sociedade quilombola, numa perspectiva multicultural, com matriz social tradicional, que se vai constituir como um “novo Estado”.

Procura-se explicar as motivações para a resistência que os Namarrais apresentaram face ao processo de instalação militar e administrativa colonial, e o seu colapso nos alvares da segunda década do século XX.

Sustenta-se que a relação do Namarral com os colonizadores portugueses foi uma relação de Poder, derivada de um percurso histórico particular e profundo, com uma complexidade social, económica, política e cultural, mas também com uma fragilidade equivalente à tipologia débil (mas não menos violenta) da própria potência colonizadora.

Abstract

Identity and resistance paths in the Mozambican district: the *Namarrais* (1857 – 1913) has the purpose of explaining the *Namarral* identity process which, not being developed according to the Brazilian *quilombos*' structures, shows in it's whole, characteristics which allow us to consider them a *quilombola* society, in a multicultural perspective, with a traditional social matrix, which may define a “new state”.

An explanation for the causes of the Namarral resistance towards the installation of the military and administrative colony, and the way it collapsed in the beginning of second decade of the 20th century.

The Namarral relationship with the Portuguese colonizers was driven by power, which came from a particular and deep historical path, with a social, economical, political and cultural complexity, but also with a weakness equivalent to the fragile (but none the less violent) typology of the colonising powers.

Palavras-chave: resistência, “confederação”, campanhas, quilombo, rotas, Namarral, “Terras Firmes”, identidade, Estado.

Key words: resistance, confederation, campaigns, quilombo, way, Namarral, “Terras Firmes” (owned lands), identity, Estado.

Índice Geral

Introdução

Os Namarrais (1897-1913) na historiografia moçambicana: estado da arte

1. Os Namarrais como actores históricos. As fontes pág. 11
2. Metodologia e conceitos chave: “sociedade tradicional”, “nova sociedade” e “quilombo” pág. 24
3. O arco cronológico pág. 29

Capítulo I. A emergência da sociedade Namarral: da mitologia à perspectiva histórica

1. As origens míticas pág. 33
2. A formação da sociedade Namarral:
uma junção de raízes plurais pág. 36

Capítulo II. O Estado Namarral: organização sócio-política, militar e económica

1. A organização sócio-política pág. 51
2. A economia Namarral pág. 60

Capítulo III. A resistência Namarral

1. A resposta a modelos impostos pela administração colonial pág. 87
2. A resistência a um novo padrão económico pág. 96
3. A resistência à ocupação do território pág. 99
4. A resistência à obrigação tributária pág. 101

5. As formas de resistência	pág. 105
5.1. A resistência activa e a resistência passiva	pág. 111
5.2. A ofensiva expansionista dos portugueses no território e a resistência sistemática e militar das populações	pág. 120

Capítulo IV. A matriz de um novo Estado pág. 153

Capítulo V. Acheegas para uma conclusão

1. Para uma reflexão	pág. 166
2. Para uma síntese	pág. 180

Fontes e bibliografia pág. 190

Mapas e imagens pág. 209

Anexos

Topónimos do distrito de Moçambique pág. 211

Antropónimos pág. 220

Alguns documentos fundamentais pág. 228

Introdução

Os Namarrais (1857-1913) na historiografia Moçambicana: estado da arte

1. Os Namarrais como actores históricos. As fontes

A documentação da administração colonial portuguesa de Moçambique, para a segunda metade do século XIX e inícios do século XX, coloca-nos de forma persistente em contacto com o topónimo e o etnónimo “Namarral”. Tal recorrência sugere tratar-se de uma entidade específica no seio do complexo sistema de entidades locais e implica que, na escrita da História de Moçambique para aquele período, seja indispensável um estudo mais profundo e orientado no sentido de explorar o fenómeno Namarral, não apenas como um grupo regional de resistência à colonização portuguesa no final do século XIX⁹ (Bonate, 2003, p.118), mas como uma particular entidade política e social.

A focalização da investigação no Namarral, para compreendermos a importância de uma entidade própria no contexto da ocupação portuguesa e das resistências locais obrigou-nos à releitura da documentação colonial desse período. Uma certeza, porém, ficou adquirida: a entidade Namarral ficou registada na documentação da segunda metade do século XIX e, paulatinamente, deixou de constar desses registos de forma regular, a partir de 1913. As referências passaram a ser pontuais, históricas ou memoriais. Este facto sugere-nos um arco cronológico preciso da sua visibilidade histórica e reitera a ideia de que, no período da conquista colonial, o registo documental de acções dos africanos só ocorria quando estes resistiam à ocupação ou se opunham às regras da administração colonial.

⁹ Para alguns autores, como Liazzat Bonate, a aplicação do termo “resistência” pode ser “inadequado”, por estarmos ainda numa fase de implantação colonial.

A opção pelo estudo específico desta região e entidade política foi-me estimulada por José Capela¹⁰, num diálogo profícuo aquando do Congresso de Toronto, no ano 2000, e por Edward Alpers que, em 2001, no Colóquio em Avinhão, sublinhou o interesse para a História de Moçambique do estudo sobre as chefaturas estruturadas em rede. Alpers enfatizou a necessidade de se conhecer mais aprofundadamente o perfil e os contributos de todas essas entidades locais e regionais para a economia escravocrata, assim como para a compreensão dos processos de resistência das populações à ocupação colonial. Referiu, em particular, a necessidade de se compreender melhor o papel dos Namarrais no comércio de escravos e, ao mesmo tempo, o funcionamento do escravismo nas próprias formações locais africanas. Para esta agenda de pesquisa era importante explicar de que modo os Namarrais se organizaram para resistir ao fim oficial, que não clandestino, do tráfico, e continuar a participar nele, inseridos numa rede de “tráfico sistemático moderno” adaptado às solicitações externas e internas, na continuidade de “sistemas de cativo ancestral” (Capela, 2002, p.11).

Pretende-se conhecer, pois, quem foram os Namarrais e que papel desempenharam nesse processo histórico. Se, do ponto de vista da História de Moçambique, o conhecimento mais aprofundado dos Namarrais pode ajudar a compreender os processos de formação das “novas entidades políticas” e da maneira como resistiram à implantação colonial, para a História de Portugal ilumina certamente sobre as dificuldades que o projecto de colonização encontrou para a formação do Terceiro Império português (Clarence-Smith, 1985).

¹⁰ A estrutura escravista da economia e da sociedade das populações moçambicanas é objecto de estudo por José Capela. Com este autor partilhei, no Congresso de Toronto, no ano 2000, esta ideia de “quilombo” para a realidade Namarral. Em 2005, um artigo deste autor reforçou a minha tese do enquadramento do Namarral num quadro com estrutura de “quilombo”, mais do que propriamente uma aringa, a qual se formava pontualmente, por ocasião de guerra: “Como as Aringas de Moçambique se transformaram em Quilombos”, *Revista Tempo*, 2006, nº 20, vol. 10, Janº-Jun, Rio de Janeiro, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense pp. 83-108.

Mas começemos pelo estado da arte. Que visibilidade tem sido dada aos Namarrais na historiografia de Moçambique? Globalmente, muito pouca.

Os estudos portugueses que vieram a lume antes das independências africanas, e mesmo depois destas, focalizaram-se, na sua maioria, essencialmente na colonização, deixando esquecida a História dos povos colonizados. A partir da década de sessenta do século XX, o interesse dos “africanistas” não portugueses pouco mais adiantou relativamente ao devir das populações africanas, à excepção de alguns autores, sobretudo ingleses e americanos, a quem se ficou a dever os primeiros passos da historiografia africana (Cooper, 1999, pp.1-29). São exemplo desses trabalhos seminais, os estudos sobre o Sultanato de Angoche, realizados por Malyn D. D. Newitt (1972)¹¹, sobre o Norte de Moçambique (séculos XVII-XX) de Nancy Jane Hafkin (1973)¹², sobre o litoral Norte de Moçambique (séculos XVII-XX), de Edward Alpers (1975)¹³ sobre o comércio internacional de marfim e de escravos, e de Joseph Mbwiliza (1979)¹⁴

¹¹ Neste artigo, o autor apresentou uma abordagem historiográfica numa perspectiva africana, acentuando a importância do sultanato de Angoche na economia e no devir das populações daquela região do Norte de Moçambique. O historiador relacionou o desenvolvimento do poder político do sultanato de Angoche, desde o século XVII ao XX, com o desenvolvimento do comércio na região costeira do antigo distrito de Moçambique, ao ponto de anular os antigos poderes económicos detidos por Quíloa e Monomotapa. Neste trabalho, a presença europeia na trama económica não passa de mais uma parceria no monopólio controlado pelo sultanato de Angoche e seus súbditos ao longo da costa do Norte de Moçambique.

¹² Na tese de Hafkin surgem informações que ajudam a compreender a sociedade Namarral. O seu estudo constitui um elemento de referência na historiografia do Norte de Moçambique no período colonial, permitindo compreender a acção dos vários elementos sociais em presença – indianos, suaílis, macuas e árabes -, sublinhando ainda as formas de resistência das populações à penetração colonial portuguesa.

¹³ Este é o primeiro trabalho de fundo sobre o comércio internacional a longa distância que, a partir do século XVII, envolveu os ajauas, os macuas, os povos da margem ocidental do lago Niassa, os portugueses, os indianos e os franceses, substituindo o comércio interno anteriormente dominado pelos maraves. Nos percursos do comércio internacional que envolviam todos estes povos, o distrito de Moçambique aparece também como região de tráfico e de rotas comerciais. O trabalho de Alpers foi pioneiro para a escrita de uma História direccionada para a problemática africana e para a análise da importância que a economia dos seus povos teve no contexto internacional, já que também foram parceiros interessados, a par dos europeus, árabes e indianos. Trata-se de uma obra de charneira, que coincide com uma época de viragem na vida de Moçambique e que vem fornecer uma matriz historiográfica para uma nova maneira de se fazer a história dos povos do território moçambicano.

¹⁴ Este autor apresentou dois trabalhos que fornecem informação sobre as sociedades do distrito de Moçambique e analisam as várias formas de resistência e de colaboração das sociedades daquele território face à instalação colonial portuguesa. O autor sustenta que foram factores de desequilíbrio nas próprias sociedades e nas relações entre elas que, no período final do século XIX e princípio do século XX, favoreceram a dominação dos territórios por parte dos portugueses e consequente subjugação dos chefes das sociedades tradicionais. Simultaneamente, os representantes da administração portuguesa em acção

sobre a economia, resistência e colaboração dos Macuas (séculos XVII-XIX). Em Portugal destacaram-se alguns contributos excepcionais para a História de Moçambique. São exemplo os estudos de Alexandre Lobato (1971)¹⁵ e de A. J. de Mello Machado (1970)¹⁶.

De um modo geral, na literatura histórica lusa, os Namarrais servem para ilustrar as visões heróicas centradas em Mouzinho de Albuquerque e nas subsequentes Campanhas Militares, que não afluíram a questão identitária daquela população que tanto incomodou o projecto de ocupação e da instalação imperial que moveu militares e administradores.

No essencial, todos estes estudos localizaram os Namarrais no final do Século XIX, na região de Mossuril e valorizaram a sua acção como resistentes, lembrando as “batalhas” que travaram contra os militares liderados por Mouzinho de Albuquerque e outros oficiais.

A partir da década de 1980 a historiografia sobre Moçambique revelou duas tendências principais: uma claramente “nacionalista”, fortemente enraizada no novo país, e outra, integrada nas correntes historiográficas internacionais.

De facto, nos anos oitenta do século passado, acentuou-se em Moçambique, como noutros países africanos (Copper, 1999, pp.1-29), a influência de uma historiografia nacionalista-marxista cujo principal propósito era o da conceptualização das dinâmicas e movimentos que contribuíram para a independência e formação da

no terreno perceberam a situação de fractura e fomentaram as desavenças, rivalidades e competição entre os chefes linhageiros, seus postos avançados e xeques suaílis.

¹⁵ Ao analisar as causas da ocupação tardia do território do Norte de Moçambique por parte de Portugal, o historiador identificou tanto a dificuldade dos portugueses em desarmar os sultões e xeques do litoral, como o papel activo dos “regulados livres, rebeldes a toda a pacificação, porque eram fojo de todos os malfeitores fugidos do litoral e que, com seus bandos guerreiros, viviam de tributar as caravanas de comércio que passavam ou para o interior ou para a Costa”: Alexandre Lobato, 1971, “Sobre as causas da ocupação tardia do Norte, num relance pela História de Moçambique”, *No Centenário de Neutel de Abreu, Monumenta*, (7), pp.18-21.

¹⁶ O livro de Mello Machado fornece dados sobre o território de Angoche e estende-se pelo antigo distrito de Moçambique. Apesar da marca ideológica colonial que o conduz, o autor fornece informações de carácter etnográfico e antropológico que ajudam a compreender os Namarrais.

nacionalidade, como as acções de resistência à implantação colonial, que não das etnias que foram remetidas para um plano secundário, porquanto representariam os interesses das sociedades linhageiras tradicionais. E segundo o ideário nacionalista, as sociedades “tribais” não teriam um pensamento específico da nação moçambicana. Exemplo e guião desta historiografia são os manuais oficiais da Frelimo para a História de Moçambique. Na introdução escreve-se:

“O método que vamos adoptar para estudar a História de Moçambique, será um método que se vai adaptar às condições actuais da luta do povo moçambicano, portanto, um método revolucionário. Todas as histórias que têm sido escritas sobre Moçambique baseiam-se na acção que os portugueses exerceram sobre o nosso país. Com isto queremos dizer que a história de Moçambique até aqui tem sido um relato da colonização portuguesa e, por isso, a partir da data em que eles chegaram a Moçambique. A história que fica antes dos portugueses é quase totalmente desconhecida.” (Frelimo, c.1977, caps. VII-VIII)

A segunda tendência é pluridisciplinar, metodologicamente mais sólida e conta com o contributo de um pequeno número de autores que apresentaram estudos sobre as populações do Norte de Moçambique, como os antropólogos Christian Geffray (1985)¹⁷ e Eduardo Medeiros (1981 e 1988)¹⁸ e ainda os historiadores Amélia Neves Souto (1985)¹⁹, Gerhard Liesegang (1986)²⁰ e Aurélio Rocha (1989)²¹.

¹⁷ Na área da Antropologia, os trabalhos de Christian Geffray trouxeram luz sobre a região do Norte do país e especialmente sobre o distrito do Eráti. Apresenta dois tipos de organizações políticas e sociais na região Norte, de acordo com a situação das sociedades, no interior ou na costa: os primeiros dedicavam-se à caça de elefantes e recolhiam borracha, cera e escravos e constituíam caravanas em direcção ao litoral, enquanto os segundos se dedicavam essencialmente à agricultura e ao comércio como agentes mercantis. Defende também a existência de principais rotas comerciais do Norte de Moçambique, desde Pemba a Mossuril.

¹⁸ Eduardo da Conceição Medeiros, 1981, “O Norte e a Companhia do Niassa”, *Cadernos de História de Moçambique*, cap. 4.2.1., 1ª parte: pp.30-36, 2ª parte: pp.29-36, Maputo, Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane. Neste artigo, o autor apresentou uma síntese sobre a ocupação da província de Nampula pelos portugueses e o desmoronar dos potentados económicos suaílis da costa. Eduardo da Conceição Medeiros, 1988, “As Etapas da Escravatura no Norte de Moçambique”, *Estudos – 4*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique. O autor deu continuidade aos estudos de Geffray no que respeita à reconstituição das rotas caravaneiras do Norte de Moçambique, fazendo referência especial às rotas de Memba e Mossuril, pontos de chegada de caravanas vindas do interior, que substituíram as rotas do Eráti aquando das invasões dos angunes (ou ngunis).

¹⁹ Amélia Neves Souto, 1985, *Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique*, Maputo, Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. A autora agrupou bibliografia relativa aos estudos desenvolvidos sobre as actividades económicas predominantes em Moçambique, na medida em que estas influenciaram grandemente a movimentação populacional na região e as suas estruturas sociais.

Desde a década de noventa do século passado até ao presente, os historiadores moçambicanos desenvolvem estudos sobre o período pré-imperialista da colonização portuguesa, afastando-se dos pressupostos nacionalistas muito em voga logo após a independência (Maman, 2000, p.6²²), alargando a fronteira do conhecimento histórico. A historiografia moçambicana aproximou-se, quer na sua abordagem narrativa quer analítica, da praticada pelos historiadores internacionais. Em ambos os planos, a historiografia recuperou para as suas pesquisas as relações entre a resistência primária e o nacionalismo, a identificação dos grupos sociais que compunham as sociedades/entidades no território, as suas divisões e modos de produção, e discute a contribuição da resistência à colonização e das lutas nacionalistas para o fim da colonização. Estuda-se ainda o quotidiano da resistência dos subordinados face ao poder colonial. São bons exemplos desta abordagem autores como Adelino Zacarias Ivala (1993)²³, Brito João (1993)²⁴, Carlos Mussa (1996)²⁵, Manuel Brito Semedo (1993)²⁶, Martinho Pedro (1995)²⁷.

²⁰ A partir dos finais da década de oitenta do século XX, os trabalhos de Gerhard Liesegang revelaram informações que ajudaram na compreensão sobre a sociedade dos Namarrais

²¹ Também em finais da década de oitenta do século passado, Aurélio Rocha retomou a problemática da resistência à instalação do sistema colonial protagonizada pelas populações do litoral.

²² Amida Maman, 2000, *Subsídios para a História de Sena*, Prefácio de Gerhard Liesegang, Maputo: Ed. Promédia, p.6.

²³ Adelino Zacarias Ivala, 1993, *Transformações Sócio-Políticas no Alto Lúrio – o Caso do Regulado de Umpuhua, c.1850-1933: Contribuição para a Pesquisa da História Local*, Maputo, Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais, Instituto Superior Pedagógico. Este é um trabalho de reconstituição histórica dos espaços societários do interior do antigo distrito de Moçambique através do recurso a fontes escritas e orais. O autor reconstitui as antigas unidades políticas da região de Umpuhua até aos anos de 1916/1917. Neste trabalho de história local, o autor analisa o regulado Umpuhua no período de instalação colonial e as transformações provocadas nas sociedades da região pelo tráfico de escravos e pela ocupação colonial. O grupo social visado é o chirima (ou achirima), sub-grupo macua que dominava a região do Alto Lúrio e que se estendia até Nampula.

²⁴ B. Brito João, 1993, "Factores de reorganização das chefaturas no Norte de Nampula e Sul de Cabo Delgado na segunda metade do século XIX", *Revista Arquivo*, nº14-especial, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique. Neste trabalho é retomado o estudo das caravanas comerciais que se deslocavam do interior para o litoral na região Norte de Moçambique, voltando a analisar as rotas de Memba e Mossuril e os efeitos das invasões angunes de finais do século XIX nas regiões do interior, nomeadamente do distrito de Moçambique.

²⁵ Carlos Mussa, 1996, *As Resistências à Ocupação Colonial: o Caso de Angoche (c.1895-1910)*, Maputo, Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Pedagógica. O autor apresenta um quadro dos principais chefes islamizados da costa do distrito de Moçambique, especialmente da costa de Angoche, que detinham poder comercial suficiente para dominar vastos territórios e controlar as caravanas que traziam marfim, borracha, cera e escravos. Este monopólio dos

Ao conjunto de historiadores anteriormente citados junta-se, no plano internacional, René Pélissier (1994)²⁸, que embora se ocupe da ocupação e montagem colonial, regista e analisa a reacção e resistência das populações autóctones essa mesma instalação colonial.

A obra *General History of Africa* editada pela UNESCO (1985/ 1990) tornou-se de leitura obrigatória para todos quantos pretendem alargar a compreensão dos fenómenos históricos do continente africano através do olhar analítico e interpretativo de especialistas. Saliente-se aqui o volume VII dedicado ao período da dominação colonial da África pela Europa. Os artigos reunidos referentes a vários territórios da África despertam para realidades semelhantes às verificadas na região do antigo distrito de Moçambique e ajudam a perceber as formas que a resistência adquiriu no caso dos Namarrais.

O investigador H. A. Mwanzi, especialista queniano em história da África Oriental, que colaborou no capítulo sétimo do volume VII, salientou que, quando a colonização europeia se começou a processar naqueles territórios, encontrou sociedades em diversos estádios de formação política e identitária. Enquanto algumas sociedades funcionavam

grandes chefes suaílis desmoronou-se, fruto de traições, ambições e alianças tácitas com os portugueses que anularam esses chefes mais perigosos ao domínio hegemónico português do território.

²⁶ Manuel Brito Semedo, 1993, *Organização Política Tradicional entre os Macuas (Distrito de Ribaué-chefado Murrula)*, Maputo, Instituto Superior Pedagógico. Um trabalho académico sobre a organização política tradicional entre os macuas de Ribaué, na província de Nampula, veio trazer mais luz sobre o conhecimento das sociedades do interior do antigo distrito de Moçambique.

²⁷ Martinho Pedro, 1995, *A Conjuntura da Reestruturação das Autoridades Tradicionais no Sul do Médio Lúrio, c.1834-1921*, Maputo, Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Pedagógica. Outro trabalho direccionado para o estudo da região do antigo distrito de Moçambique, à semelhança do que foi realizado por Adelino Zacarias Ivala. O autor apresentou uma análise da reestruturação das autoridades tradicionais e da formação das primeiras unidades políticas num momento em que povos vindos do exterior procuravam viabilizar economicamente a mão-de-obra e as matérias-primas que encontravam, com poucos custos e em pouco tempo, o que provocou uma reacção de unificação de clãs e de consolidação dos núcleos políticos. O autor seguiu a esteira de alguns autores: de Nancy Jane Hafkin para o estudo dos povos afro-islâmicos da costa do distrito de Moçambique; de Eduardo da Conceição Medeiros, para o estudo dos macuas do litoral; de Mbwiliza, para o estudo dos macuas do interior; e de Zacarias Ivala, para o estudo das sociedades da região do Alto Lúrio.

²⁸ René Pélissier, 1994, *História de Moçambique, Formação e Oposição (1854-1918)*, vols. I e II, Lisboa, Editorial Estampa. Para uma análise ao sistema colonizador não se pode deixar de fora René Pélissier, que salienta a debilidade da força militar constituída por degredados, tropas de Goa, africanos recrutados coercivamente, escravos cedidos aos poderes públicos, observando o papel das populações indígenas na reacção a esse mesmo sistema colonizador.

num sistema centralizado de governo, outras recorriam a sistemas mais fragmentados de poder. O autor mostrou ainda que as formas concretas de resistência dependeram do maior ou menor contacto histórico das entidades e sociedades locais com outras sociedades, especialmente com os árabes e os europeus através das caravanas comerciais que ligavam o interior e o litoral (Mwanzi, 1990, pp.77-82).

Mwanzi lembra ainda que, nos finais do século XIX, as alterações climáticas e ecológicas provocaram epidemias, devastações agrícolas e pecuárias que redundaram em sérias alterações económicas nas sociedades mais fragilizadas. Em alguns casos, as populações procuraram a protecção de grupos sociais mais coesos, oferecendo-se como mercenários, soldados e carregadores, o que também alterou as sociedades de integração (Mwanzi, 1990, pp.77-82). O autor apresenta as linhas mestras das formas de resistência à colonização nos territórios dos actuais Uganda e Quénia, experiências que ajudam a analisar o que ocorreu no território aqui em estudo. Enfatiza ainda que a tecnologia e a logística utilizadas pelas potências coloniais europeias, sob as formas de armamento, infraestruturas de circulação (estradas, vias férreas) e militares (postos e aquartelamentos, meios terrestres e marítimo-fluviais), redes de comunicação à distância, com todas as consequências que esses elementos trouxeram para o território africano e para as sociedades, foi decisiva quer nas formas, extensão e ritmo da ocupação colonial, quer nas formas e escala da resistência. Sob os escombros de impérios tradicionais, formaram-se pequenos Estados a partir da acção de grupos étnicos ou pluri-étnicos que opuseram resistência através da guerra, adoptando também inovações estratégicas e tácticas, novos processos de angariação de armas de fogo, e de mobilização das populações, visando manter os equilíbrios demográficos e geo-políticos imprescindíveis para o desenvolvimento de acções de resistência militar (M'Bokolo, tomo II, 2007).

Ainda na obra editada pela UNESCO, Jean Vansina e Allen Isaacman apresentam no capítulo oitavo do mesmo volume as várias formas de que se revestiu a resistência africana à colonização europeia. Se algumas sociedades se prepararam militarmente com homens, armas e fortificações para lutas abertas, ao ponto de intensificarem a sua produção para exportação em troca de armamento, outras prepararam-se para as táticas de guerrilha, e outras ainda recorreram às alianças diplomáticas na esperança de que os europeus respeitassem as suas terras e soberania. Os autores referidos não deixaram de sublinhar que uma das mais prolongadas resistências à instalação do sistema colonial português resultou da aliança entre os Suaílis e Macuas, que durou até 1910 (Vansina & Isaacman, 1990).

Outro colaborador na *General History of Africa* (Vol. VII), D. Chanaiwa, sugere que as migrações dos Angunes ou n'gunis – povos guerreiros vindos do Sul em direcção a Norte na sequência das guerras zulus em meados do século XIX -, foram um factor que criou instabilidade nas unidades políticas afectadas pela sua chegada e assim facilitou o domínio por parte dos colonizadores europeus (Chanaiwa, 1990).

O roteiro bibliográfico delineado identificou uma diversidade dos estudos sobre as populações do Norte de Moçambique que, de uma forma ou de outra, reagiram à investida e presença militar portuguesa. Assim sucedeu com o Namarral. No entanto, são poucos os autores que se lhe referem, para além dos episódios das lutas travadas com Mouzinho de Albuquerque e seus parceiros militares, em 1896 e 1897. São exemplo Nancy Jane Hafkin e René Pélissier. A primeira autora sugere uma data para a formação da nova sociedade Namarral, e o segundo, considera os Namarraís um sub-grupo Macua. Assinala-os como a entidade que mais tempo resistiu à instalação militar colonial, sugerindo o ano de 1913 como o da dispersão daquelas gentes no território Macua e, conseqüentemente, do retorno à tradicional estrutura linhageira.

Para Valentim Alexandre, a campanha de ocupação portuguesa no Norte de Moçambique foi demorada graças à oposição de “xeques independentes, ligados ainda aos macuas e ajauas do interior pelo sistema de caravanas que traziam ao litoral escravos, marfim e borracha.” (Alexandre, 1998, vol.4, p.190). Este autor e Yves Léonard só integram os Namarrais na história das operações militares levadas a cabo por Mouzinho de Albuquerque, identificando-os como “Macuas”, sem uma análise mais alargada aos particularismos da formação deste grupo local (Léonard, 1998, vol.4, pp.521-550).

Em suma, na bibliografia histórica recente dedicada ao período da formação do 3º Império Português é notória a lacuna de conhecimento relativamente ao caso específico da sociedade Namarral. No quadro da ocupação militar portuguesa no território do Norte de Moçambique, os Macuas, Ajauas e Suaílis surgem pela pena dos historiadores como as supras entidades existentes e as principais opositoras étnicas ao avanço e domínio imperial, sem que se verifique, no entanto, uma clara definição etnológica destes grandes grupos linguísticos.

O objectivo do nosso estudo é contribuir para superar a lacuna assinalada, proporcionando uma visão mais aprofundada sobre a formação, evolução e declínio da população do Namarral, esquecida na escrita da História de Moçambique.

A historiografia moçambicana tem sido construída com o recurso a fontes orais, muitas delas registadas na segunda metade da década de setenta do século passado. Os informantes forneceram dados que, registados, ajudaram a compreender as acções de resistência ao sistema colonial numa perspectiva africana, para além de terem apontado para o facto de os períodos pré-colonial e da ocupação terem sido também tempos de colaboração, de negociação, de domínio e de cedência.

Para a recolha deste repositório oral, inicialmente coordenado por Richard Gray²⁹, desenvolveu-se, no final dos anos 70, na província de Nampula, um projecto de recolha de memórias no qual participaram professores e alunos da Escola Secundária de Nampula e outros cidadãos que formaram os Círculos de Interesse Sobre a História Popular. O objectivo destes Círculos era a recolha de testemunhos presenciais ou da memória colectiva, que fornecessem dados sobre a vida dos grandes chefes, o percurso dos antigos “Estados chefais”, a relação destes “Estados” entre si e com o colonizador, a resistência à colonização, o trabalho forçado escravo e contratado. Deste intenso trabalho de recolha oral resultaram informações sobre os chefes Copula-muno, do distrito de Mogovolas, Mocuto-muno, do distrito de Mossuril, Comala-muno, do distrito do Eráti.

Nos anos seguintes, a recolha estendeu-se às populações do Norte de Moçambique, com Eduardo Medeiros a estudar os Macuas-mêto do sul de Cabo Delgado, Christian Geffray, as populações de Namapa, e Gerhard Lisegang, as populações do Niassa. Em 1992, Iraê Baptista Lundin dirigiu a recolha sobre o poder tradicional em todo o norte do país. O projecto recorreu sobretudo à recolha oral, com pouca contextualização histórica (Lundin, 1992)³⁰. Ainda no âmbito deste Projecto foi realizado um trabalho similar na província de Nampula, sob a responsabilidade de Januário Mutaquinha (1992)³¹. Ora, nestas recolhas, essencialmente centradas nas resistências no Norte de Moçambique, os Namarrais ficaram, também aqui, invisíveis.

²⁹ Sobre alguns elementos deste trabalho de recolha ver: *Revista Tempo*, n.ºs 494 e 495, Março e Abril de 1980, respectivamente pp.50-55 e pp.62-63, Arquivo Particular de Eduardo da Conceição Medeiros.

³⁰ O conceito de história tradicional aqui presente prende-se com a história que é contada pelas populações, de geração em geração, e que permanece com a base do conhecimento e da identidade das várias nações. A tradição é transmitida oralmente. A palavra compromete o homem, não pela escrita mas pela memória. Cf. Amadou Hampâté Bâ, “A educação tradicional na África”, http://casadasafricas.org.br/site/index.php?id=banco_de_textos&sub=01&id_texto=6 (13.06.2009)

³¹ O Relatório resultante do trabalho de campo desenvolvido no período de 29.09 a 04.10.1992 foi apresentado em Maputo em Novembro de 1992.

Para além destes registos de fontes orais, valeu-nos também as memórias de Fernando Fonseca, português nascido em Moçambique, no Ribáuè, cujos testemunhos, apesar de localizados temporalmente em meados do século XX, foram preciosos para esclarecer algumas dúvidas relativamente aos Namarrais, ao trabalho forçado, à dinâmica da resistência e da movimentação populacional no território do antigo distrito de Moçambique.

As fontes manuscritas primárias usadas para este estudo foram, na maioria, consultadas no Arquivo Histórico de Moçambique, em Maputo, e no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. As fontes primárias impressas constituem, na maior parte, espólio da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa. O Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo e o Arquivo Histórico Militar contêm documentação que, na maioria, contribui mais para a escrita da história da presença de Portugal no território, do que para a tentativa de reconstituição da história dos Namarrais. Na Biblioteca Nacional de Lisboa leram-se relatórios e memórias dos antigos militares portugueses que no período de 1850/1913 estiveram no distrito de Moçambique, classificados por René Pélissier como “centuriões”³².

No Arquivo Histórico de Moçambique foram lidos fundos diversos, uma vez que a informação pretendida sobre os Namarrais poderia estar erraticamente presente em diferentes documentos. A pesquisa compreendeu, para o século XIX, a documentação avulsa e os códices; e para o século XX os Fundos do Governo-Geral, da Administração Civil de Lourenço Marques e os dos Negócios Indígenas, e ainda o Fundo Militar, abrangendo a Secretaria-Geral, o Comando Militar e o Quartel-General (1897-1948). Consultaram-se ainda fundos relativos às capitâncias-mores de Mossuril (1865/1897 em diante), da Macuana (a partir de 1898) e, de forma mais superficial, de Angoche (a

³² Entenda-se “geração de 1895”, conforme expressão de René Pélissier, ob. cit., vol.1, p.206.

partir de 1900), Fernão Veloso (a partir de 1900) e Momba (a partir de 1906). Finalmente foi consultada documentação relativa às forças militares situadas no distrito de Moçambique (1ª Companhia Indígena, e outras).

A extensa documentação publicada pela Sociedade de Geografia de Lisboa regista o trabalho de recolha e de investigação feito ao longo de cerca de dois séculos. No período de 1895 a 1913, o investimento em estradas e caminhos, vias-férreas e instalações telegráficas assegurou o assentamento efectivo da colonização e gerou a produção de relatórios e outros documentos que hoje constituem repositórios de informação significativos para a escrita da história de Moçambique e da presença portuguesa no território (Mwanzi, 1990, pp.77-88; Santos, 1991). Neste período de instalação do sistema colonial já se tinham realizado prévias expedições científicas e de exploração³³ em África, com os consequentes relatórios, memórias e descrições, que também permitem uma recolha de informação considerável.

A generosidade documental não é totalmente errática. Na verdade, o decurso da pesquisa sobre as fontes escritas permitiu constatar dois factos. O primeiro, que à medida que avançou e se consolidou a ocupação portuguesa do território desde o litoral em direcção ao interior, reduziu-se a quantidade da documentação produzida pela administração colonial e outras entidades. Concretizada a instalação colonial e terminadas as lutas com os principais opositores ao avanço militar português, a produção documental decresceu, diminuindo o número de relatórios e de correspondência administrativa e militar. O segundo é a manifesta raridade de fontes escritas para o século XX relativas aos territórios do interior do distrito de Moçambique, o que revela uma reduzida presença portuguesa e o fraco vínculo colonial aos sistemas africanos, à excepção de alguns relatórios, entre os quais destacamos o *Relatório sobre*

³³ António da Silva Porto (1853-1854), Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens (1877-1880; 1884-1885), Serpa Pinto (1877-1879), Dias de Carvalho (1884-1887), António Maria Cardoso (1888-1889), Vítor Cordon (1888-1889) e Valadim (1889-1890).

os Usos e Costumes no Posto Administrativo de Chinga (Distrito de Moçambique, 1927), por Francisco A. Lobo Pimentel, guardado no Arquivo Histórico de Moçambique³⁴.

Para a grafia dos topónimos, epónimos, etnónimos e outros vocábulos, optámos pelo registo dos documentos escritos em português, tendo consciência das limitações que surgem algumas vezes em casos onde a palavra aparece escrita de várias maneiras. Na sua maior parte a escrita destes vocábulos é o registo sonoro daquilo que o escrevente português pensou ouvir do interlocutor local. No caso do epónimo Namarral³⁵, este aparece sempre escrito de forma consolidada ao longo dos tempos e na mais diversa documentação. Para uma normalização da grafia escrevemos com maiúscula nomes próprios de povos e outras entidades. Escrevemos com minúscula quando a palavra tiver função de adjectivo ou quando se referir a um idioma.

2. Metodologia e conceitos chave: sociedade tradicional, nova sociedade e quilombo

A metodologia aplicada para a prossecução deste trabalho baseia-se essencialmente nas fontes primárias recolhidas. A partir da leitura desses documentos procedemos ao registo das informações que delas poderíamos retirar relativamente aos Namarrais.

O quadro metodológico pode-se definir de forma sucinta: o registo em fichas dos documentos onde Namarrais e seus líderes (Mocuto, Naguema e outros) aparecem claramente referenciados e o registo de excertos de documentos onde verificámos que se falava das populações do território, em geral. Estas informações poderiam permitir caracterizar essas populações, por comparação.

³⁴ Recentemente publicado em e-book pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, com introdução e notas de Eduardo Medeiros.

³⁵ Namarral (sing.); Namarrais (pl.).

A análise das informações recolhidas e o cruzamento de dados permitiu-nos definir e descrever os Namarrais. A partir daqui pudemos comparar o modelo delineado com outros estudos já realizados, nomeadamente *A Maganja da Costa*, de José Capela.

Ao nível da conceptualização e da qualificação para explicar o fenómeno namarral e atribuir um significado que o integre no mapa historiográfico internacional, fundamentamo-nos em alguns autores de nomeada, tal como Elikia M'Bokolo, Joseph Ki-Zerbo, Malyn Newitt e Edward Alpers.

A definição “étnica” segundo padrões antropológicos e históricos dos Namarrais como apenas uma identidade não corresponde à verdade. O conceito de etnia para os Namarrais não se coaduna com a diversidade das proveniências das pessoas que integram esta “nova sociedade”. Para a África em geral e para o território que actualmente corresponde a Moçambique (e em especial a região Norte) não é clara qualquer definição que se pretenda fazer aplicando categorias como “etnia” ou “tribo” ainda mais porque Portugal não se impôs colonialmente sobre as populações de acordo com categorias tribais mas através do estabelecimento da vassalagem por parte dos chefes ou “régulos” (Bonate, 2007, p.3).

Actualmente, conscientes das dinâmicas que constituíram as bases das sociedades africanas, os historiadores concordam que o conhecimento destas se completa e aprofunda com abordagens multidisciplinares. Mesmo algumas designações, como a de “sociedade tradicional”, já foram revistas.

Autores como Liazzat Bonate, que refere Terence O. Ranger, explicam que a perspectiva da “longa duração” subjacente à tradição não se coaduna com sociedades em profunda mutação através das relações que mantêm com todas as outras sociedades no terreno, inclusive a colonial (Bonate, 2007, p.5). Não podemos, no entanto, negar, na esteira dos trabalhos de Christian Geffray, que permanece uma linha tradicional chefal,



de matrilinearidade e de mito de origem necessários à identidade e à coesão grupal das sociedades, que se mantêm para além da instalação colonial administrativa (Geffray, 2000). O mito da origem legitima a presença e a ocupação social da terra (Medeiros, 2002, p.217).

Se para uns o conceito de “sociedade tradicional” encerra uma ideia de paragem e de isolamento, para as sociedades do distrito de Moçambique no período em estudo a ideia de estagnação não se aplica. Primeiramente, porque a própria cronologia e tempo de vida dessas sociedades (inclusive a dos Namarrais) são curtos e dificilmente conseguiram criar uma estrutura bem alicerçada que associasse a ideia de antiguidade à de tradicional; seguidamente, porque estas sociedades complexas contactavam de modo constante com outras igualmente complexas e todas se influenciaram e impediram a manutenção de eventuais valores tradicionais, acrescentando-se as relações que se estabeleciam com os povos (europeus, asiáticos, árabes), que chegavam por mar.

Estamos, pois, perante uma “nova sociedade” que vai enformar o seu tecido social e político face às demais congéneres que, em pouco tempo, se vai sobrepor pela sua acção mais vincada relativamente à economia da região e pela reacção aos modelos impostos de fora.

Podemos considerar que, num primeiro momento, esta sociedade apresentou características de quilombo. Este conceito desenvolveu-se primeiramente em África e “viajou” para as Américas e para as Ilhas do Oceano Índico através dos escravos. O termo “ki-lombo” é originário da África Central e referencia “uma sociedade masculina e guerreira, baseada no mérito, que não só atravessava as fronteiras das linhagens de origem, como contribuía também para anulá-las” (Sweet, 2007, p.70) uma vez que, em consequência de guerras, migrações e outros factores, as estruturas sociais tradicionais tendiam a desaparecer ou sofrer alterações. Alguns estudos centrados na costa ocidental

africana explicam que as sociedades guerreiras ovimbundos já formavam quilombos (Reis *et al.*, 2004). Tudo indica que uma memória colectiva pré-existente da estrutura das sociedades guerreiras africanas foi levada para o Brasil, junto com a vontade e a revolta dos escravos, e aí aplicada. O que não significa o fim dos quilombos africanos, que terão continuado a existir dentro das suas especificidades. Podendo ainda ter havido influências ideológicas e funcionais nos quilombos dos anos de noventa do século passado, em virtude do retorno e chegada de gente saída das Américas para África.

A organização dos quilombos não nos parece, contudo, estereotipada. Nem os quilombos brasileiros, por serem mais debatidos no meio científico, devem apresentar-se como modelos. As características da maioria dos quilombos brasileiros não são as mesmas dos quilombos santomenses, moçambicanos ou angolanos.

A constituição do Namarral enquanto entidade política e social com características de quilombo, não terá sido imediata à formação local de uma nova chefatura. Inicialmente, ter-se-á verificado um processo de instalação e de reagrupamento social de gente da linhagem de Mocuto-muno e seus aliados. No entanto, cedo, o Namarral adaptou uma estrutura de “quilombo”, porquanto aí se refugiavam os escravos que fugiam das “Terras Firmes”, engrossando a demografia e a própria estrutura militar Namarral. O facto de, em 1873, escravos fugidos da Ilha se terem instalado em Ampapa, numa povoação fortificada (Capela, 2005, p.86), pode sugerir que o território já era controlado pelos Namarraís. No entanto, correspondência da administração colonial de 1881 insere Ampapa em território sob domínio efectivo português, integrado nas “Terras Firmes”³⁶.

Pessoas sem identidade definida procuraram lugares estratégicos e acabaram por formar comunidades semelhantes aos quilombos. A partir desses núcleos preparavam

³⁶ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884; ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Joaquim Ferreira, ao secretário do Governo-Geral, em 24.06.1881.

ataques aos que consideravam inimigos: recrutadores de trabalhadores, armazéns, cantinas, cobradores de impostos, fortificações e aldeamentos (Amaral, 2000, p.49). O que ocorreu no território Namarral foi a junção destes elementos de variada origem, incluindo os escravos: “Aqueles que davam entrada nas sociedades aonde iam parar como escravos acabavam por ser, de uma ou de outra maneira, integrados nessas mesmas sociedades” (Capela, 2000 b., p.33). Os Namarrais receberam-nos e integraram-nos na estrutura linhageira, uma estrutura simultaneamente tradicional, social e militarmente hierarquizada.

A partir da década de oitenta do século XIX, parte da população Namarral era constituída por esses escravos fugidos das “machambas” das “Terras Firmes”, bases de fornecimento de água potável e alimentos à Ilha. Em 1897, a população Namarral contava com cerca de cinco mil pessoas. Dessas, cerca de 1 800 eram guerreiros³⁷.

Os escravos fugidos constituíram-se “em identidades sociais e políticas” e a “dimensão e a constância do fenómeno” justificam designá-las como quilombo. A realidade quilombola pode ser aplicada em Moçambique (Capela, 2005, p.84).

Fica claro que a organização, por núcleos coesos de escravos fugidos, integrados ou não em novas sociedades, já existiam em Moçambique, mesmo antes de terem surgido no Brasil, onde o vocábulo “quilombo” ficou consagrado para uma realidade obviamente restringida a escravos, uma vez que não pré-existiam aí estruturas sociais africanas, no seio das quais se pudessem integrar os escravos fugidos.

Nesta perspectiva, apesar de ter tido uma função quilombola, o Namarral vai constituir-se enquanto identidade num espaço social, demarcando um território que procurou defender, resistindo face às intenções de ocupação por parte dos europeus e

³⁷ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do distrito de Moçambique, Cx.8.10, M2 (1), Doc.1 (relatório), 1897; doc. nº 1, de 15.02.1897: relatório do comandante militar de Natule, D. Miguel Henriques de Menezes Alarcão, informando sobre os Namarrais.

outros povos, ou recorrendo a alianças para apoio mútuo e prossecução de objectivos comuns.

3. O arco cronológico

As datas escolhidas para a delimitação temporal deste trabalho prendem-se com dois factos concretos. O momento simbólico inicial é o ano de 1857, em que se verifica a referência mais antiga que a documentação encontrada fornece sobre os Namarrais.

Nancy Jane Hafkin sugeriu o ano de 1865 como data de referência na formação da entidade Namarral, assinalando o momento da “formação” dos Namarrais nas terras vizinhas do Mossuril e Moginqual associando-o a uma migração de pequenos grupos Nguni ou ngunizados decorrente do “mfecane in Zulu diaspora” (Hafkin, 1973, p.365).

Todavia, em 1857³⁸, já o chefe Namarral estaria envolvido em negociações com o xeque da Quitangonha para controlarem o tráfico de escravos de Moçambique para Madagáscar (Menezes, 1874). Recua-se assim uma década face à proposta de Nancy Jane Hafkin, e fica aberta a questão sobre o factor que levou à formação da entidade Namarral: a diáspora Nguni (ou Angune) e outras causas endógenas ou exógenas.

O ano de 1913 é a data extrema que baliza este trabalho porque assinala o “fim político dos Namarrais” ou melhor, o fim da estrutura quilombola militar hierarquizada, onde funcionavam outros elementos constituintes originários de diversas sociedades e especialmente fugidos dos potentados portugueses, provavelmente, muitos deles, capatazes ou sipais. Os seus chefes foram vencidos e dominados pelos militares portugueses e a população optou ora por ficar nas mesmas terras integrando-se em

³⁸ A.H.U., D.G.U., Moçambique, Geral, Pasta 49, capilha 1, 29.03.1875: descrevendo o estado actual da província.
Relatório do Governador-Geral da Província de Moçambique, José Guedes de Carvalho e Menezes, 1872-1874, 31.12.1874.

outras estruturas de base tradicional linhageira, ora por se dispersar em direcção às terras de Angoche. Contudo não perderam o sentido de identidade local. Este sentido de identidade vive na trama da memória colectiva, submetida a flutuações e transformações, mantendo-se, no entanto, correlacionadas: identidade e memória. A identidade é a memória e a imagem de si para si e para os outros, mesmo numa circunstância de desagregação física e espacial do grupo (Pollak, 1992).

A “experiência” Namarral não foi longa mas passou por fases de aliança, confronto, resistência e submissão. No que se refere à incorporação do Norte de Moçambique no Estado colonial, concordamos com Malyn Newitt, quando escreve que o distrito de Moçambique foi “a última zona onde os Portugueses impuseram o seu domínio de facto e onde se lhes deparou a oposição mais prolongada e determinada” (Newitt, 1997, p.353). A explicação para esse domínio tardio não se deve, no entanto, somente à resistência namarral. Ela deve-se também ao facto de haver uma funcionalidade normalizada da nova economia comercial no território que, efectivamente, não deixaria de funcionar, com ou sem ocupação efectiva, pelo que esta aparece como uma obrigação incontornável por motivos políticos e ideológicos por parte das potências europeias, mais do que por uma necessidade de desenvolvimento dos interesses dos portugueses no próprio território. Desde 1848, que a produção familiar para o mercado de produtos coloniais da época vinha crescendo: cera, resinas para borracha, copra, etc.

Neste estudo o argumento essencial é o de que os Namarrais construíram uma sociedade que adquiriu uma estrutura formal própria, fugindo à matriz tradicional mas tendo nascido dela. Pela sua estrutura e objectivos, não cedeu facilmente às pretensões do sistema colonial emergente (Henriques, 2003, p.24). Esta sociedade formou-se, tendo por base um núcleo identitário tradicional Macua que terá alargado o seu campo de

acção fazendo accionar um sistema de alianças político-militares em rede. Em aberto fica a possibilidade de, nesta adaptação, ter assumido a forma de um quilombo.

Explorar estas transformações é o que pretendemos com este trabalho. Fá-lo-emos em três capítulos.

No primeiro capítulo apresentam-se a explicação mítica e histórica da formação da sociedade Namarral.

No segundo capítulo mostra-se como se organizaram os Namarrais aos níveis social, político, militar e económico, e de como conseguiram, enquanto pré-Estado, edificar estruturas que o processo de colonização não permitiu desenvolver, abreviando-lhes duração e trajecto.

O terceiro capítulo centra-se na resistência Namarral à ocupação portuguesa. Nele procuramos identificar tipos e formas de resistência assumidas, assim como as suas principais etapas. Verificamos que essa resistência surge em confronto com três situações abrangentes: o fim do sistema escravocrata e a obrigatoriedade do novo modelo económico imposto pela administração portuguesa; a ocupação militar e administrativa dos portugueses de um território; a tributação (impostos de palhota e de trabalho) exigida pela administração portuguesa às populações do território.

No quarto capítulo apresenta-se uma reflexão sobre o percurso da sociedade Namarral e a sua constituição como um “novo-Estado”, num território cujas populações em fase de organização identitária se confrontaram com a instalação colonial.

No quinto e último capítulo, a conclusão subdivide-se em duas alíneas: a primeira apresenta uma reflexão sobre a construção investigativa possível sobre o Namarral; a segunda, com carácter de síntese, levanta algumas questões e pistas para outras pesquisas que poderão ajudar a um conhecimento mais alargado sobre o Namarral e consequentemente, sobre as populações do território Norte de Moçambique, para além

de se poder ir mais longe na verdade sobre a presença de Portugal em Moçambique, no período da colonização, e sobre o devir das populações daquele território de Moçambique.

Capítulo I. A emergência da sociedade Namarral: da mitologia à perspectiva histórica

1. As origens míticas

O mito de fundação de uma sociedade estabelece uma raiz comum convencional que procura justificá-la na sua ordem, nas estruturas de poder e nos recursos de sobrevivência do grupo (Liesegang, 1998). A sociedade Namarral não fugiu a este pressuposto.

A origem mítica dos Namarraís inscreve-se na de todos os povos Macuas. As origens reais dos Namarraís mostram a mesma estrutura linhageira³⁹ matricial dos Macuas que cercavam as “Terras Firmes” e se estendiam até à baía de Fernão Veloso (Pélissier, 1994, vol. I, p.248). Mas, o interessante, são as transformações ocorridas nesta estrutura, e é disso que trataremos.

Alguns autores situam nos montes Namúli a origem mítica dos Macuas e portanto, dos Macuas do Namarral (Castro, 1941, p.9) e apresentam uma geografia espacial e cultural que ajuda à justificação da presença da sociedade Namarral no terreno (Macaire, 1996).

Segundo a descrição de um relatório militar de 1902, os montes Namúli localizam-se entre 30°-15° na direcção Sul-Norte e 37°-30° na direcção Oeste-Este (Durão, 1902). A Sul destes montes encontram-se os topónimos Namarua⁴⁰, Nhamarroi e Namarrama na localização 16°-30° (Sul-Norte) e 30°-37° (Oeste-Este), à excepção de um outro topónimo, Namara que aparece mais a Oeste dos montes Namúli (30°-15°, Sul-Norte; 30°-37°, Oeste-Este).

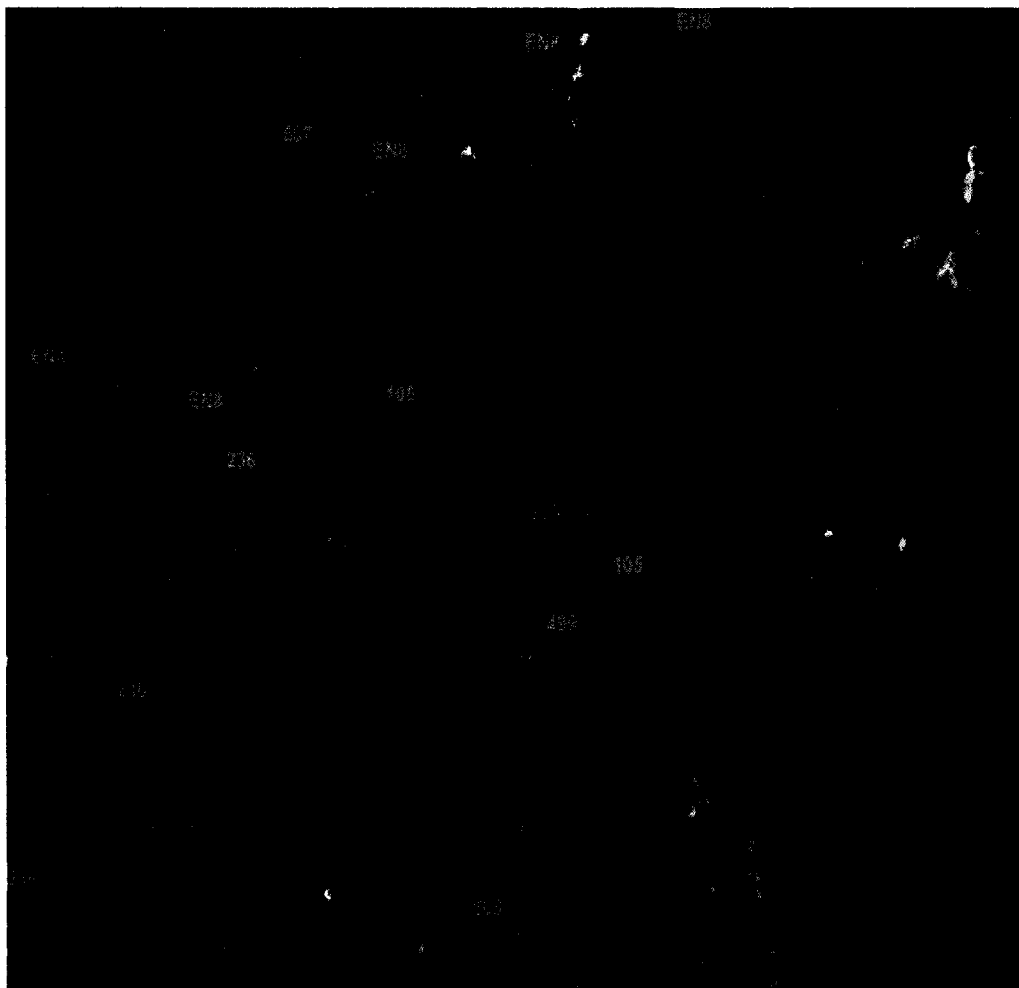
³⁹ A distinção entre linhagens fazia-se em função do nome do pai.

⁴⁰ Actualmente é Namacurra.

Estes topónimos podem indiciar o percurso de um homem e do seu grupo que, vindos talvez das terras a Sul do Lago Niassa, se instalaram primeiramente nas terras férteis próximas dos picos Namúli. Posteriormente atravessaram o rio Ligonha em direcção a Norte, “transportando” consigo o topónimo até às terras fronteiras das “Terras Firmes” dos portugueses.

O topónimo acompanhou o grupo porque era o grupo quem nomeava a região. Quando se fixaram nas terras próximas das “Terras Firmes” denominaram-nas de “Namarral”. Até aos nossos dias, os topónimos Namarral e Naguema prevalecem no território do distrito de Nampula.

Figura 1- Alguns topónimos Namarraís: Naguema e Namarral.



Fonte: Google Maps (05.01.2010)

As terras dos montes Namúli eram férteis e de refúgio, e permitiam a sobrevivência das populações. Eram terras generosas e, por isso mesmo, apetecidas. Atraíram populações em deslocação e terão levado algumas sociedades a competir pela sua posse ou fixação, levando, conseqüentemente, à saída de outras, pressionadas pelas mais fortes (Kapuscinski, 2001, p.29)⁴¹.

Provavelmente terá sido o que aconteceu com a linhagem de Mocuto-muno e com as linhagens suas aliadas. A saída do território de origem é sempre feita a partir de uma segmentação linhageira, com dissidências e cisões. Factores que contribuíram para a dispersão das populações e para a intencionalidade política de ocupação sistemática de regiões despovoadas (M'Bokolo, tomo I, 2003).

Em diversas ocasiões, a explicação da origem de um grupo pela via mitológica decorre da necessidade de esse grupo justificar o seu presente face a outro grupo ou grupos e, simultaneamente, tem o objectivo de legitimar a antiguidade dos seus antecessores e a sua presença na região (Liesegang, 1998). Além disso, permite também que este grupo autonomize a sua nova identidade face à antiga, a dos seus antecessores, apesar de uma linha cultural identitária comum (Liesegang, 1998).

Pela sua recente formação, ao Namarral foi atribuída uma origem mitológica e lendária necessária para a concepção de um Poder e para a coesão de uma sociedade pronta a desenvolver-se no espaço e no tempo (M'Bokolo, tomo I, 2003, p.156). Uma formação que resulta da confluência de linhagens associadas num devir histórico comum.

Na última década do século XIX, as populações Namarrais ocupavam as terras que ficavam delimitadas, em direcção ao interior, pelos montes Pão e Meza, e, em direcção

⁴¹ Kapuscinski fala-nos sobre a mobilidade forçada por diversas circunstâncias por parte das populações e suas aldeias, comparando a África a uma enorme rede que se tornava de malha mais apertada ou mais larga, consoante as movimentações populacionais.

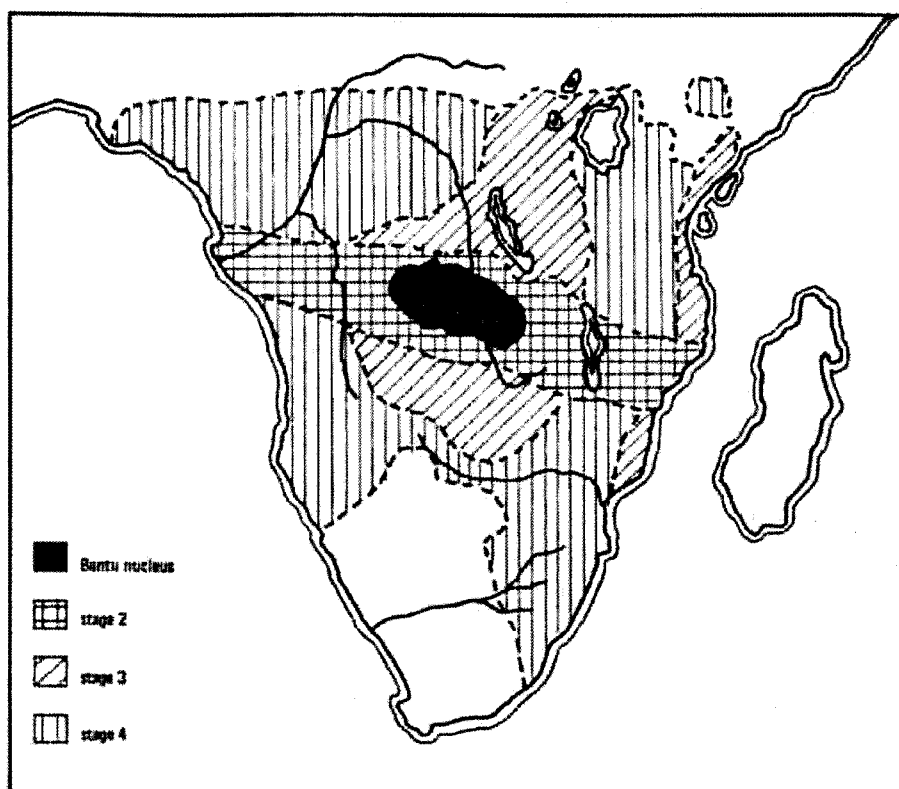
ao litoral, tinham as principais povoações de Naguema, Mocuto e Ibrahim, à volta das quais cultivavam as suas *machambas* (Albuquerque, 1935, vol. II, pp.139-167).

2. A formação da sociedade Namarral: uma junção de raízes plurais

A perspectiva histórica, confirmando parte da narrativa mitológica, acentua que a presença dos Bantu na costa oriental africana está associada a um longo processo de expansão originário do interior da África.

Neste processo estão identificadas três etapas do que se pode considerar como a história da expansão das populações Bantu: na primeira, a partir do núcleo Bantu constituído nos planaltos centrais, as populações circundaram o lago Malawi, quer pelo Norte, quer pelas terras a Sul; a segunda a partir do Norte dos Grandes Lagos e para Sul, até próximo do rio Zambeze central, assim como ao longo da costa do Oceano Índico; a terceira (*vd.* “stage 4” do mapa representado) levou à colonização Bantu alargada a quase toda a África subsariana (Hiernaux, s.d., p.176).

Figura 2 - O núcleo bantu e as fases das migrações das populações de origem Bantu.



Fonte: Jean Hiernaux, *The People of Africa*, Weidenfeld and Nicolson, London, s.d., p.176.

Essas migrações foram construindo o devir da África Central e Oriental⁴². De acordo com o mapa desenhado por Jean Hiernaux, a maioria dessas populações migratórias seriam originárias do Malawi e dos territórios do centro africano⁴³. Teriam facilidade de movimentação em direcção ao litoral, para “procurar” o comércio e, nesse contexto, um produto essencial: o sal⁴⁴.

⁴² Caso o território correspondente ao actual Malawi estivesse ecologicamente sobrelotado é uma hipótese aceitável que as populações fossem pressionadas a avançar para os territórios moçambicanos, onde havia espaço, comércio e mar.

⁴³ Até 1890, o Malawi era composto por vários reinos e só a partir de 1891 ficou sob soberania britânica. Tornou-se independente em 1964. Nesse mesmo ano de 1891, por decreto de 26 de Setembro, o distrito de Cabo Delgado foi concedido à Companhia do Niassa. Nesse ano de 1891, após Tratado entre Portugal e Inglaterra, deu-se por encerrado o processo do “Ultimatum” e fixou-se a fronteira ocidental de Moçambique. A Portugal coube a área de Tete e Zumbo, a Norte do Zambeze, a margem ocidental do lago Niassa, incluindo o Chire e a margem oriental, e ainda o território correspondente ao reino de Gungunhana. Para a definição da fronteira Norte de Moçambique intervieram a Inglaterra, a Alemanha, a França e Zanzibar.

⁴⁴ Um estudo que ainda está por ser feito: a rota do sal e sua importância na economia destas populações.

1980, pp.141-158). Seguindo o chefe, toda a população se islamizava. As alianças matrimoniais, isto é, os casamentos entre os diferentes grupos tiveram um papel importante na islamização. Quando os novos islamizados davam mulheres a outro chefe tradicional, o processo repetia-se, dando continuidade a uma conversão fácil e assumida (Bonate, 2003, p.15).

A partir do século XVIII, com o aumento do tráfico de escravos formaram-se chefaturas e confederações de chefaturas apoiadas pelos seus postos avançados (Capela & Medeiros, 1985). As chefaturas Macua-lómuês baseavam-se cultural e socialmente nos clãs. Cada chefatura “era formada por pouco mais de duas dezenas de clãs matrilineares exogâmicos” (Capela & Medeiros, 1985) designados por “nihimo”⁴⁶.

Nos direitos de sucessão para a liderança dessas sociedades imperava a via uterina⁴⁷. No entanto, a relação com outras sociedades chegadas por mar proporcionaram o desenvolvimento de uma multiculturalidade que rompeu com as bases de sustentação social tradicional. Os próprios direitos de sucessão pela via uterina foram alterados. O que estava destinado ao filho mais velho da irmã, pelo costume antigo, passou a contar também com a hipótese da sucessão pela própria via paterna chefal ou pela escolha de um “posto avançado” que pelos seus feitos e carisma merecesse essa nomeação. Esta maior complexidade política foi acompanhada pela formação de novas linhagens que se diferenciavam pelo nome do seu fundador, pela origem geográfica da sua formação, pelo “caminho percorrido” em busca de novas terras agrícolas ou de segurança (Capela & Medeiros, 1985).

A sociedade Namarral acentuou as suas características particulares, impostas pelas circunstâncias, nomeadamente tornando-se uma receptora de novas gentes fugidas de outros territórios por diversos motivos (Mutaquinha, 1992, p.5).

⁴⁶ *Aspectos do Estudo do Meio Humano – Moçambique, Agrupamentos Étnicos*, Comando Naval de Moçambique, Estado-Maior, 1969, p. 116.

⁴⁷ *Id., ibid.*

Os extractos dominantes recorreram ao casamento com pessoas cativas para garantir o aumento do número de efectivos da linhagem e assegurarem a permanência do grupo no território, em unidades políticas que reforçavam o próprio sistema linhageiro. O aumento demográfico trouxe mão-de-obra para o comércio, para a agricultura e para a guerra. O poder e a riqueza garantiam-se não pela posse da terra mas pelo número de efectivos na população, os quais asseguravam a produção de riqueza e a reprodução do grupo.

Foi neste processo de expansão de linhagens e de alianças políticas que se inscreveu a emergência dos Namarrais. As conclusões de Capela e Medeiros ajudam a explicá-la: uma nova linhagem, liderada por Mocuto-muno, obteve o epónimo pelo “caminho percorrido” (Capela & Medeiros, 1985, p.90), desde as terras Namarrói, próximas dos montes Namúli, passando por Namurrola, até atingirem as terras fronteiras aos territórios de domínio português. A partir daí contratavam as caravanas comerciais que ligavam o interior e o litoral.

Nos séculos XVIII e XIX, houve grupos que partiram das cercanias dos montes Namúli e repovoaram as terras da Zambézia, de Nampula, do Sul do Niassa e do Sul de Cabo Delgado (Medeiros, 1995). Os vales dos rios Lúrio e Ligonha foram as vias preferidas para essa deslocação. À medida que se foram fixando adquiriram o nome atribuído à região pelos que, entretanto, tinham abandonado as terras.

Sobre as origens do Namarral escreveu um oficial português em 1881⁴⁸ que o régulo Mocuto-muno vivia “longe de Moçambique” (Ilha), para o interior, em terras do régulo Moquiéje, senhor de Chalau, mas rebelou-se contra o seu suserano e fugiu com a sua gente, pedindo protecção em terras portuguesas “isto há quinze vinte anos atrás,

⁴⁸ A.H.M., Fundo do século XIX, Governador-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884; doc. 128/2, de 26.10.1881: ofício do capitão-mor do Mossuril ao Secretário do Governo-Geral.

sendo capitão-mor das “Terras Firmes” João da Costa Soares”⁴⁹. Concederam-se terras a Mocuto-muno para que ficasse régulo avassalado dos portugueses. A sua “soberania” passou a denominar-se de “Namarral [...] como recordação da antiga”⁵⁰. Esta continuidade dada à “soberania” comprova que o etnónimo Namarral se manteve.

O interesse da administração portuguesa em conceder terras e inserir as chefaturas na administração das “Terras Firmes” prende-se com os objectivos de controlo dos circuitos comerciais. As terras ocupadas pelos Namarrais tinham ficado vazias de gente em virtude da sangria destinada à escravatura intercontinental, que desde 1836 estava oficialmente proibida (Valentim, 2000, pp.87-92). Aos chefes locais interessava a integração na administração portuguesa porque garantiam de imediato uma terra para a sua gente, beneficiavam de alguma protecção e, diplomaticamente, mantinham a sua autonomia face às pretensões dos portugueses.

A sociedade Namarral foi um *pot pourri* de gente das mais diversas origens sub-étnicas. Todavia, formou-se a partir de uma estrutura originária Macua que anexou a si outros indivíduos. A *nova sociedade* definiu-se Namarral pela preponderância política, social, militar e económica que veio a adquirir em toda a actual província de Nampula. Tal como a entidade da Maganja da Costa (Capela, 1992), não se apresenta como sub-étnica (Dias, 1965, pp.12-14).

Esta sociedade continha em si uma densidade identitária que pode ter incluído elementos Maraves, Ajauas e Macua-lómuès. Todavia, alguns observadores chegaram mesmo a duvidar da sua base identitária Macua (Pimentel, 1905)⁵¹. Persistem dúvidas

⁴⁹ *Id., ib.* Moquiéje nunca aceitou esta rebelião e procurou sempre meios e aliados para conseguir trazer Mocuto-muno de novo a submissão. Em 1884, os documentos referem as movimentações do régulo de Chalau em colaboração com os portugueses para anular os Namarrais, que já controlavam os caminhos comerciais que ligavam as terras do interior às terras onde estavam os portugueses.

⁵⁰ *Id., ib.*

⁵¹ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, 1ª Secção, Pasta 20, Capilha 2, 12.03.1903: Relatório de oito meses de governo do distrito de Moçambique, por Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel.

sobre a origem dos Maraves e das suas deslocações no território e no tempo (Hafkin, 1973, pp.20-23)⁵².

Hafkin, António Rita-Ferreira, Malyn Newitt e Edward Alpers deram um contributo importante para a identificação dos movimentos dos Maraves, em direcção ao litoral do actual território moçambicano (Rita-Ferreira, 1975, p.206). Para Hafkin, os grupos Maraves deslocaram-se em direcção ao vale do Zambeze (Hafkin, 1973, pp.20-23), retrocedendo posteriormente para Norte, optando por uma zona de montanha para se fixarem (Rita-Ferreira, 1966, pp.23-24). Para Newitt, os Maraves eram originários do Norte da Zambézia e do Malawi, onde as suas chefaturas foram formadas na segunda metade do século XVI e na primeira metade do século XVII (Newitt, 1982, pp.145-162). Tese diferente sustenta Alpers, para quem os Maraves, também identificados por Zimbás (Alpers, 1975, pp.104-113 e Monteiro & Gamito, 1937, vol. I, p.36), estavam na Zambézia há muito mais tempo, tendo-se tornado mais agressivos e expansionistas no final do século XVI com a interferência dos portugueses nas rotas caravaneiras do marfim. Finalmente, Medeiros explica que as migrações maraves eram cíclicas e deram origem a outras identidades (Medeiros, 1988, p.17):

(...) Datam de 1530 os primeiros documentos portugueses que aludem à expansão “marave” em direcção ao litoral do Índico. Expansão que foi instigada pelo “Caronga” Muzura e que tornou possível, pela primeira vez, o funcionamento de uma rota comercial africana desde as terras de além-Chire até Angoche e Mossuril. Além de algum ouro do planalto “Chona”, as trocas visavam o marfim e os escravos, para a obtenção de pólvora e armas de fogo, de tecidos e missangas. Foi a expansão “marave” que levou grande número de linhagens daqueles que foram mais tarde chamados “lómùès”, a buscarem

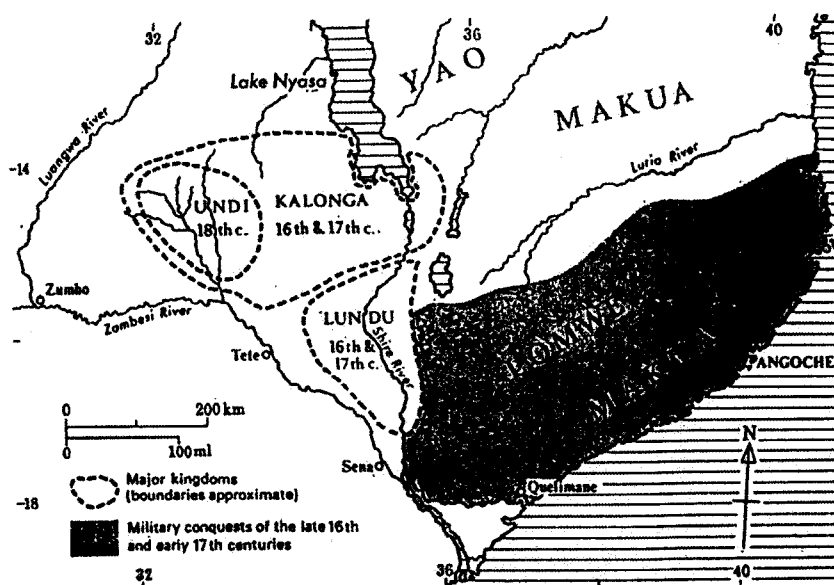
O governador do distrito de Moçambique, Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel, no seu relatório de oito meses de governo de distrito, apresenta os Namarras como gente de coragem e os Macuas como gente com *instinctos ferozes e selvagens*.

⁵² O domínio Marave teve pouca influência na presença portuguesa em Moçambique. À época da grande deslocação Marave, os portugueses estavam apenas interessados no ouro africano do interior e nas especiarias da Índia. Sofala e Sena eram as bases onde aguardavam as riquezas minerais do interior, sempre na esperança do ouro, enquanto a Ilha era o porto de passagem e controlo do comércio com a Índia. Com o declínio do império Marave no final do século XVII, os mercadores Yao (Ajauas) do Noroeste de Moçambique redireccionaram o tráfico de marfim para a Ilha de Moçambique num percurso que tinha sido uma rota caravaneira Marave. Com o final do comércio do ouro, a Sul, o tráfico dos Ajauas e Macuas que faziam chegar à Ilha marfim, escravos, cera, peles e alimentos passaram a ser os únicos produtos que permitiram, aos portugueses, enriquecer. Os Macuas, por seu lado, foram bloqueando o contacto das caravanas Ajauas com os portugueses, atacando as populações residentes no Mossuril.

refúgio e proliferarem na região montanhosa, ubérrima, salubre e bem irrigada dos Namuli. (...).

Os grupos Maraves da expansão para oriente e norte, em particular o dos Zimba, constituíram uma vasta rede comercial no Norte de Moçambique (Fig. 4), fixando por ali elementos da sua classe dominante que se interligaram com os Macuas (Hafkin, 1973, p.14)⁵³.

Figura 3 – O Império Marave no século XVII.



Fonte: Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique*, Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, 1985, p. 82 (reproduzido em Edward Alpers, *Ivory and Slaves in East Central Africa*. Londres: Heinemann, 1975, p. 48.

No caso dos Maraves e Macuas, as deslocações iniciadas na floresta equatorial tomaram o sentido do Sul, primeiramente, direccionando para o litoral e,

⁵³ O principal chefe Macua da região do Itoculo, Maurusa, que vivia a cerca de 20 Km a Oeste da Ilha foi, primeiramente, um invasor Marave.

posteriormente, para Norte. Movimentos que estão essencialmente relacionados com a ocupação das terras agrícolas, numa agricultura itinerante (Castro, 1941). As populações do Namarral fizeram o percurso de todos os outros Macuas⁵⁴, que terão deixado os montes Namúli em direcção ao litoral⁵⁵. O contacto entre as populações de várias origens etno-culturais permitiu a miscigenação, a exemplo do que também terá acontecido na Maganja da Costa (Dias, 1965).

Às migrações Maraves e Ajauas juntaram-se as ocupações árabo-suaíli, asiática e europeia no litoral. Aos territórios dos Namarraís seguiam-se, em direcção à costa e em terras de administração portuguesa, as terras de Nizamudine, aliado dos portugueses desde muito cedo e líder de uma população com uma origem cultural e religiosa multifacetada:

Pertencem também à raça Macua, e no dizer do próprio régulo, pode apromptar 700 a 800 guerreiros, cujo armamento é composto de armas de silex, e algumas, mas raras, Snyder.

De Ampoense⁵⁶ a Natule o matto é muito cerrado, para o lado de Ampapa, comquanto haja bastante, é muito menos denso. O terreno é quasi de nível, descendo levemente para a costa, e apresentando algumas ligeiríssimas ondulações.

Para os lados dos xeques revoltados, o matto é muitíssimo copado, pelo menos na parte que eu conheço, até 4 ou 5 quilómetros do commando. As informações que pude obter, dizem-me que o matto continua assim tão denso até às proximidades de Naguema, povoação namarral que dista uns 6 quilómetros de Natule. Nas cercanias d'esta povoação, isto é, a uns 500 a 600 metros, é este matto substituído por capim espesso. Além de Naguema continua o matto, menos denso e cerrado comtudo. [...]

Não há também cursos de água; apenas próximo de Naguema se encontram as nascentes do Monapo⁵⁷. [...]⁵⁸

Para a mesma época, outras informações administrativas fornecem dados complementares sobre aquelas populações. O comandante militar do Ibrahimo enviou

⁵⁴ A formação social Macua-lomué, de onde derivam os Namarraís foi também referida por Eduardo Medeiros ao realizar estudos sobre os Macuas-mêto (Arquivo particular de Eduardo da Conceição Medeiros, Cx. Azul – trabalhos em curso 4.1., Pasta 2; Cx. 11; Cx. 7).

⁵⁵ <http://lusotopia.no.sapo.pt/indesMCRResAntiColon.html>. (13.04.2008).

⁵⁶ Povoação de Nizamudine.

⁵⁷ Indicação que nos permite situar a povoação de Naguema.

⁵⁸ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do distrito de Moçambique, Cx.8.10, M2(1), Doc.1 (caderno, relatório), 1897; doc. n° 1, de 15.02.1897: relatório do comandante militar de Natule, D. Miguel Henriques de Menezes Alarcão, informando ainda que Namarraís e Maraves continuavam a ser rebeldes.

um officio ao capitão-mor das terras da Coroa onde diz ter sido visitado (1897) pelo “Inhamutola, grande do régulo Mocuto-muno, e mais Impaca, irmão do Mocuto e Imátua, pai do Mocunona e sobrinho do Ibrahim, a fim de me cumprimentarem”. Acrescentou ainda: “Perguntei-lhes mais aonde se achavam agora residindo. Responderam-me que o régulo Mocuto reside adiante de Calaputi e mais os grandes e os restantes andam dispersos no matto.”⁵⁹. O local de residência de chefes podia mudar mas os principais da sociedade estavam próximos enquanto a restante população se dispersava no mato.

O quadro aqui redesenhado deixa em aberto a possibilidade de, na formação Namarral, existirem indivíduos de origem Marave e de, na base da formação do seu núcleo político conviverem elementos identitários daquela proveniência. As migrações eram características vivenciais dos Maraves, que vinham do centro africano em direcção ao litoral.

Movimentações populacionais contemporâneas dos Angune (ou Nguni) foram as dos Yao (ou Ajaua) que, vindos das terras a Noroeste de Moçambique, delimitadas pelos rios Lucheringo a Ocidente, Luambala a Sul, Lugenda a Oriente e Rovuma a Norte, se deslocaram em direcção ao litoral (Alpers, 1975). Para além das dissidências entre os líderes e da ambição dos mais capazes em criar o seu próprio grupo, outros motivos levaram a estas deslocações e tudo indica, segundo Alpers, que o principal terá sido o alargamento do comércio do sal, que alimentou rotas caravaneiras desde as terras do interior até ao litoral e vice-versa (Alpers, 1969, pp.405-420; 1972, pp.168-178).

Entre 1840 e 1880, grupos Ajauas migraram desde as terras de origem em direcção ao Sul, pelo interior. Outros percursos direccionaram para o rio Lúrio, em

⁵⁹ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do distrito de Moçambique, Cx.8.15, M.1 (1 a 9; 1886-1899), M.2 (1 a 15; 1857-1896), M.3 (1 a 37; 1850-1899), M.4 (1 a 14; 1881-1892), M.5 (1 a 12; 1852-1900); doc. n° 3, de 06.10.1897: officio do comando militar de Ibrahim ao capitão-mor das “Terras Firmes”, no Mossuril, explicando que os Namarrais não pagariam a “multa da guerra” por não terem conseguido trabalhar nas sementeiras e na criação do gado.

direcção à costa, terminando em terras de Mwaria⁶⁰. No decurso destas migrações não descuramos também a possibilidade de elementos Ajauas se terem inscrito na sociedade Namarral.

O surgimento, a partir do século XII, de povoações comerciais islâmicas na costa oriental – Quitangonha, Sancul, Sangage e Angoche – constituiu outro elemento de interferência nas sociedades do interior, nomeadamente no que respeita a influências culturais e religiosas.

As populações Marave, Ajaua e Macua constituíram os alicerces socioculturais que enformaram a sociedade Namarral, ao mesmo tempo que, nas suas vizinhanças geográficas, permitiram contactos de vária ordem e, conseqüentemente, a permuta de referências culturais, sociais, políticas e militares. Adstritas a estes elementos multiculturais que estruturaram a sociedade Namarral, as populações de diversas origens que ingressaram nesse núcleo social também lhes concederam características próprias.

O aparecimento dos Namarrais nas terras próximas dos portugueses deve-se, pois, à saída de um chefe subalterno e seus seguidores das terras de Moquiéje (seu antigo chefe) de Chalau, em direcção ao litoral, tendo optado por se fixar próximo das terras de domínio português, com autorização do próprio capitão-mor de Mossuril. Para essa saída conjugaram-se alguns factores: dissonâncias com o antigo chefe, a procura de local próximo do litoral para desenvolvimento do comércio de escravos, a fuga aos Nguni (ou Angones).

Num primeiro momento, as terras abandonadas ficaram à mercê de novos ocupantes ou de ataques directos às “Terras Firmes”. A facilidade com que inimigos do interior podiam atravessar as terras vazias e atacar as suas propriedades não foi factor de

⁶⁰ *Id.*, p. 83.

sossego para os portugueses. Neste contexto foi de interesse dos portugueses ter Mocuto-muno e a sua gente instalados naquelas terras porquanto poderiam servir de barreira aos assaltos que periodicamente as assolavam desde o interior, e de tampão ao domínio comercial de outros povos que controlavam as rotas caravaneiras: Muizas e Ajauas. No entanto, se inicialmente era esse o objectivo da doação das terras aos Namarrais, a situação presente era de apreensão, porquanto os Namarrais agora impediam o desenvolvimento das rotas caravaneiras dos Muizas e Ajauas, que agora estavam a optar por outras regiões e outras rotas, em prejuízo das “Terras Firmes” e outras terras circunvizinhas⁶¹.

Pese embora a importância do negócio escravagista, e atendendo ao seu declínio, alguns autores consideram que as “invasões nguni do século XIX” talvez tivessem agravado “o abandono das terras por populações em busca de regiões hospitaleiras” e que esta ofensiva foi um factor preponderante na deslocação de Mocuto-muno e sua gente em direcção às terras desocupadas situadas próximo das “Terras Firmes” (M’Bokolo, tomo I, 2003, p.156).

A tese de que a expansão nguni, na primeira metade do século XIX, esteve na base das migrações que proporcionaram a criação de novas entidades, incluindo a Namarral, é partilhada pela generalidade dos estudiosos. Benedito Brito João explica que a passagem dos guerreiros Nguni provocou movimentações das populações autóctones, ao mesmo tempo que ajudavam outros povos a submeter os seus inimigos. (Brito João, 1989, pp.19-21). Todavia, Gerhard Liesegang rejeita-a, atribuindo a emergência a um efeito das conquistas britânicas, alemãs e portuguesas. O autor considera que o processo de conquista pelas nações europeias acarretou uma oposição local ao seu domínio político, levou à formação de novas fronteiras políticas e

⁶¹ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884; doc. nº 147, de 11.01.1882: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Agostinho Teixeira de Almeida Pereira, ao secretário do Governo-Geral.

No novo território a estratégia Namarral de fixação incluiu, para além da vassalagem ao capitão-mor do Mossuril, o estabelecimento de alianças com outros líderes territoriais (Menezes, 1874). O jogo de interesses era complexo. Assim se pode compreender o estabelecimento de alianças diplomáticas entre Namarrais e Portugueses. Aos primeiros interessava uma relação aparentemente amistosa para se poder desenvolver comércio de escravos nas costas a Norte e a Sul das “Terras Firmes”, sem vigilância apertada. Aos segundos interessava o estabelecimento de uma barreira humana contra outras invasões de povos do interior (Muizas e Ajauas). Além disso, a partir dos novos povoadores das terras poderiam recorrer a produtos que não eram produzidos nas terras costeiras, integrando-os no circuito comercial internacional, sem terem de contactar directamente com os Muizas e Ajauas. Estes desenvolveram as suas trocas comerciais segundo um sistema de mercado mas a proibição do comércio de escravos levou-os a desviar os seus circuitos para outras regiões, nomeadamente as de Fernão Veloso, de Pemba (para Norte) e de Angoche (para Sul)⁶².

O grupo linhageiro liderado por Mocuto-muno não se tornou o aliado esperado pelos portugueses. Muito pelo contrário, os Namarrais tornaram-se no pesadelo do processo de instalação militar e colonial territorial. Em 1881, Mocuto-muno aparece na documentação como vassalo⁶³. No ano seguinte já era considerado um “rebelde” ou pessoa de “pouca confiança” uma vez que não cumprira com os votos de vassalagem

⁶² Indivíduos Muizas e Ajauas tomaram contacto com os Suaillis e outras populações islamizadas, aculturando-se e adaptando às suas práticas religiosas os preceitos conceptualizados pela religião do Islão. Socializando-se com os Macuas da região, Muizas e Ajauas tiveram filhos de mulheres das estruturas chefais tradicionais. Numa sociedade linhageira matrilinear, como é o caso da Macua, os filhos seguiam a linha cultural materna pelo que o filho resultante do casamento de um homem Ajaua ou Muiza com uma mulher Macua garantia o prolongamento da cultura Macua com características peculiares herdadas da cultura Ajaua/Muiza de linha paterna.

⁶³ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884; doc. n.º 137, de 15.11.1881: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Agostinho Teixeira de Almeida Pereira, ao secretário do Governo-Geral, lamentando que se tenha dado terras a Mocuto aquando da sua perseguição pelo régulo de Chalau, Moquiéje.

que aceitara aquando da cerimónia de “pega-pé”⁶⁴. Em Março de 1887, o relatório enviado ao Governador-Geral sobre um assalto perpetrado às casas de proprietários e negociantes (portugueses, indianos e maometanos) das “Terras Firmes” identifica os namarrais como um dos principais grupos de assaltantes:

(...) seguindo depois os ladrões para Chaça; que não os conheciam mas que lhes constava que eram de Namarral, acompanhados por alguns de Monapo e povoações circunvizinhas. (...) ⁶⁵

No processo de ocupação das terras próximas da costa, quer por motivos sociais quer por motivos económicos, outros elementos beneficiaram da existência de terras vazias. Entre eles encontravam-se antigos escravos que optaram pela saída das propriedades dos antigos senhores, gente fugida da *escravatura doméstica* que continuava a existir no território; antigos escravos armados (os cipais); indivíduos que se tinham perdido do seu grupo, ou fugido do seu clã, e que procuravam um local de refúgio; ou ainda, populações fugidas dos prazos que se juntavam a landins e evitavam os chicundas (criados dos mosungos), integrando-se, eventualmente, noutras realidades sociais⁶⁶.

⁶⁴ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884; doc. n.º 147, de 11.01.1882: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Agostinho Teixeira de Almeida Pereira, ao secretário do Governo-Geral.

⁶⁵ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.146, M2 (1 a 30), Estante A e 1, 1855, 1900; doc. n.º 1, de 14.03.1887: Relatório de assaltos perpetrados por “namarrais e Macuas” a lojas de indianos e maometanos das “Terras Firmes”.

⁶⁶ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, “Relatório de Carlos Wiese”, 10ª série, n.ºs 6 e 7, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, pp.246-247.

Capítulo II. O Estado Namarral: organização sócio-política, militar e económica

1. A organização sócio-política

Definida a pluralidade das raízes identitárias dos Namarraes pretendemos agora compreender como, ao longo da segunda metade do século XIX até 1913, se formou e se estruturou um *Estado* Namarral que começou por ser hierarquizado, integrando depois uma rede de chefaturas clânicas. Pretendemos também conhecer os factores que travaram a continuidade e a evolução deste *Estado*.

O exemplo da Sociedade / *Estado* Namarral não é único na África e, no caso específico da região do território do Norte de Moçambique, a Maganja da Costa e o Namarral constituem seguramente o que alguns autores apresentam como “cidade-Estado” associando o termo a unidades políticas que desenvolveram um conjunto diversificado e complexo de relações de hierarquia, centradas num chefe. Tratou-se de Estados que tiveram picos de Poder mas que, paulatinamente, cederam. As populações que os formaram dispersaram-se, à medida que a colonização europeia penetrou nos seus territórios e que os seus chefes perderam a grandeza e a vida (Carvalho, 1995, p.23).

Em 1901, António Camisão descreveu extensamente a organização socio-política dos Namarraes, realçando que alguns aspectos da estrutura social e da hierarquização político-militar eram elementos inovadores em relação às sociedades islamizadas:

Os namarraes são uma tribo Macua, que vinda em tempos do interior, assentou, com permissão do governo, nos terrenos que hoje ocupa; tem hábitos grosseiros, pouco dedicada à agricultura e bastante ao latrocínio, como, de mais, a grande maioria dos Macuas. A sua população actual pode computar-se (mesmo segundo dados fornecidos pelo relatório da campanha de 1896-97) em 8 ou 10.000 almas, e a gente de guerra uns 1 500 homens, possuindo bastantes armas e pólvora, mas de que a arma principal é o matto densissimo e por vezes impenetravel, salpicado de pequenas machambas aqui e além, principalmente para o interior, que cobre toda a região. [...]

Os namarraes são governados por um régulo grande, o Mocuto-muno, que tem subordinados: Rainha Naguema, Nhaconona (seu sobrinho e herdeiro), Mátuca (pae d'este), Matula-muno, M'paco ou Naqira, Magujuro, Ronguzi e Namuâna (seus sobrinhos).

Para Norte e Oeste do Pão, nas margens do Muecati, fica o régulo Macua Mátuca-muno, de M'zôbe, que tem por subordinados: M'tiqui, Mótera e M'tépué, ou N'tia.

É natural aliado do Mocuto-muno, de quem é amigo pessoal. [...]

O Mocuto-muno tem duas residências principaes: Calaputi (não é o mesmo Calaputi da Matibane, onde está o Mussafir) a 12 kilómetros NNO do Ibrahimio, e Naculua, na margem esquerda do Monapo a 3 km de Nameára e a uns 20 km O do posto de Naguema.

A rainha Naguema tem palhotas em Ampua 6 km NO, em Nacorôpa a 4 km NO e em Nacolôlo a 1 km de Naguema, e Paloé no caminho do Monapo. Em volta de Calapute estão os sobrinhos do Mocuto: M'paco ou Naqira, em Mariro e M'chila; Magujuro ou Nipuata, em Moçambique (Muipiti); Ronguzi, em Nacôsa; e Namuâna, em Chavalla e Sau-a-Sau.

O Mátula, em Naculôa, junto do Pão e em Mucupe, 10 km NO.

O Nhaconona, em Quivolane ou Cisterna, 3 km ONO e Parapato, 5 km NO do Ibrahimio; com este está o pae «Mátuca».

Um dos aspectos funcionais da rede de sociedades era a entreaajuda em armamento e soldados, quando para tal fosse solicitado por uma das partes pertencentes à referida rede. A estrutura Namarral aliava-se a outros grupos e elementos do território em caso de necessidade, fazendo funcionar um sistema confederativo nítido. Diz João de Azevedo Coutinho (1938):

(...) eram pequenos chefes Macuas em torno dos quais, quando resolvíamos atacá-los (o que eles sabiam sempre por terem as mais íntimas ligações com os habitantes indígenas e outros... da Ponta da Ilha de Moçambique) se aglutinavam mujôjos de Angoche e dos outros xeques das "Terras Firmes" não subjugados, outros Macuas, alguns desertores, etc., etc., que elevaram as suas hostes a, por vezes, mais de seis mil homens. (Coutinho, 1938, p. 443)

Estão, nestes dois excertos, identificadas três características que constituíram a estrutura de base da organização da sociedade Namarral. A primeira prende-se com a sua fundamentação tradicional que sustentava e conferia coerência ao contexto familiar desta sociedade, liderada por um "régulo-grande" com subordinados. A segunda característica é a representação social que se afastava da tradição de uma única chefatura, substituída pela hierarquização social, nomeadamente através do poder político e militar distribuído aos chefes subalternos. A terceira característica é

a capacidade de a sociedade Namarral manter relações de compromisso com outros aliados cujas estruturas sociais e políticas se assemelhavam às suas⁶⁷. O que permite considerar estarmos perante um sistema confederativo que funcionava no território do distrito de Moçambique na segunda metade do século XIX e que se diluiu nos inícios do século XX em virtude da ocupação militar e administrativa da potência colonial portuguesa. A desmultiplicação de poderes e a subsidiaridade mantinham a vitalidade destas sociedades (Ki-Zerbo, 2006, p.44).

A instituição política e militar Namarral liderada por um grande chefe que era o topo hierárquico de um conjunto de chefes menores das mais diversas origens *étnicas* e que os preparava essencialmente para o saque e para a guerra através de rituais e do estabelecimento de alianças, insere-se no contexto do quilombo brasileiro que surge da experiência dos escravos levados de África para o Brasil que, nas novas terras, reconstituíam estruturas semelhantes às africanas (Munanga, 1995/96).

A manutenção da estrutura tradicional Macua assegurava ao líder a ligação clânica com os “filhos” da sua “irmã” e a manutenção de um sistema federativo através de chefes subalternos, seus porta-vozes e postos avançados. Este sistema federativo permitia ao grande chefe estabelecer um sistema de alianças políticas e militares que ligava a federação Namarral a outras sociedades, de modo a constituírem-se em “confederação” (Borges Coelho, 1978)⁶⁸. O sistema federativo sustentado em chefes subalternos⁶⁹ terá emergido durante o século XVIII num período em que as chefaturas e as linhagens também procuravam supremacia política

⁶⁷ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx8.156, M1, Docs.1 a 147, 1892 a 1897; doc. n.º 56, de 18.05.1896: resposta ao questionário feito pelo Governador-geral às capitánias mores, de acordo com a Circular n.º23 de 5 de Maio de 1896, enviado pelo capitão-mor das “Terras Firmes”, Major Joaquim Clemente d’Assumpção.

⁶⁸ Borges Coelho fala em «“confederação” de chefaturas dos Namarrais».

⁶⁹ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx8.156, M1, Docs.1 a 147, 1892 a 1897; doc. n.º 56, de 18.05.1896: resposta ao questionário feito pelo Governador-geral às capitánias mores, de acordo com a Circular n.º23 de 5 de Maio de 1896, enviado pelo capitão-mor das “Terras Firmes”, Major Joaquim Clemente d’Assumpção.

e demográfica no sentido da formação de “Estados” mais coerentes e duradouros (Capela & Medeiros, 1985, p.92). Os principais chefes da federação Namarral eram Mocuto⁷⁰ (Ibrahimo), Matula e Naguema⁷¹. Estabeleceram uma “confederação” com os chefes Marave e Molide Volay⁷².

Estas confederações baseavam-se na área cultural tradicional Bantu/Macua e eram regidas por chefaturas clânicas (Alpers, 1975, pp.104-113). Na base dessas sociedades estava um conjunto de “irmãs” que asseguravam a produção e a alimentação do grupo, acompanhadas de seus maridos e filhos. Enquanto rapazes, estes procuravam casamento fora da sua aldeia⁷³. O guardião do grupo era o irmão mais velho das irmãs ou o tio⁷⁴.

O clã podia, apesar da sua unidade socio-cultural, não ficar confinado a um território uma vez que a exogamia implicava que os indivíduos saíssem das suas terras, para casar. Os filhos que resultavam do casamento pertenciam ao *nihimo*” da mãe, assim como o homem que se casava passava a integrar o *nihimo* da sua esposa. *Nihimo*, *errukulu*, *n’locko* designam o ventre, a junção da mãe com os filhos (Brito João, 1989, pp.41,42).

Enquanto tio materno, o homem tinha papel determinante porque era ele quem distribuía as terras pelas sobrinhas casadas. O chefe da família matrilinear era também chefe espiritual e político, designado por *muene*. A sua irmã mais velha era a mulher principal da aldeia, seguindo-se, mais raramente, a sua sobrinha uterina, a *puiamuene*,

⁷⁰ Nome dinástico.

⁷¹ A.H.M., Fundo do Século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.156, M1, Docs.1 a 147, 1892 a 1897; n° 55, de 15.05.1896: resposta a questionário, do Chefe da Secção das Obras Públicas, Francisco Leotte, ao Secretário do Governo-Geral.

⁷² *Id.*, *ibid.*

⁷³ Sociedade uxorilocal.

⁷⁴ Arquivo Eduardo da Conceição Medeiros, Cx. Azul, *A Organização Clânica Macua*, Trabalhos em Curso, 4.1., Pasta 2. Eduardo Medeiros diz que os sucessivos chefes da linhagem que dão continuidade ao fundador, *nikholo*, são conhecidos por *amuene* (sing.:*muene*) ou *ahumu* (sing.:*humu*). “O *muene* é sempre o irmão ou o tio da mulher mais importante da linhagem: a *puiamuene*. Mas ainda para o ser é necessário que esse irmão ou tio seja submetido a uma cerimónia iniciática de empossamento chamada *otthapeliwa*, que confere ao novo chefe o carácter sagrado do poder”.

figuras de poder dentro do clã. A *puiamuene* fazia a ligação entre a ancestralidade maternal e os mais jovens. Ela era a mulher mais importante do *errukulu* e intermediava entre os vivos e a ancestralidade fundadora, rodeando-se de toda uma simbologia poderosa. A esta mulher cabia a responsabilidade dos rituais de iniciação feminina e de integração na comunidade. No entanto, devia a sua existência ao *muene*. (Brito João, 1989, pp.41,42)

A ligação matrimonial entre as várias linhagens permitia que os chefes definissem políticas comuns de governação e garantia a reprodução das unidades de produção, assegurando a perpetuação dos grupos. Quando a sociedade se desenvolvia estavam reunidas condições para a demarcação de um chefe maior, ou chefe principal⁷⁵ e podiam-se hierarquizar as linhagens. O poder do chefe assentava na capacidade que possuía em estabelecer alianças matrimoniais com o objectivo de controlar a reprodução social que, conseqüentemente, levaria ao controlo da produção. Imperava uma “ideologia de parentesco que permitia identificar o indivíduo de acordo com a linhagem a que pertencia”⁷⁶.

A estrutura tradicional da sociedade Namarral não ficou impoluta. Rapidamente foram impregnados de valores islâmicos. A própria base económica que os fundamentava não permitiu a continuidade da tradição da filiação matrilinear linhageira. Note-se que desde a sua fixação no território fronteiro à Ilha até ao ano da sua

⁷⁵ Muene mulupale.

⁷⁶ Arquivo Particular de Eduardo da Conceição Medeiros, Cx. Azul, *A Organização Clânica Macua*, Trabalhos em Curso, 4.1., Pasta 2: “Um dos processos encontrados pelas linhagens dominantes de um território para fixarem os homens (que habitualmente circulam para as aldeias das esposas) e para reduzirem os conflitos entre linhagens e clãs foi fomentar a constituição de linhagens de gente escrava, onde os homens livres tomavam esposas trazendo-as para junto de si ou onde as mulheres livres encontravam marido evitando relacionamento com gente de fora. Os filhos destas mulheres livres eram gente livre e membros da linhagem da mãe; por sua vez os filhos dos homens livres e das mulheres escravas eram escravos sem deixarem de ser “filhos de chefe”. Eram os “mwanahumu” ou “mwanamuene” que enormes serviços prestavam aos pais na guerra, nos conflitos inter-linhageiros. Quando o número desses escravos era importante o chefe mulupale atribuía-lhes um pequeno território e indigitava um deles para ser o chefe da nova linhagem assim constituída. Por isso, hoje, em certas regiões, surgem nomes de clãs e linhagens de formação muito recente e nada tem a ver com os clãs tradicionais Macua.”

dispersão, em 1913, poucos anos passaram para possibilitar a consolidação sócio-tradicional desta “confederação” dos Macuas Namarrais” (Medeiros, 1981, pp.30, 60).

A essência tradicional da sociedade Namarral apresentava ainda uma vertente da estrutura matriarcal, onde a “rainha” representava um papel preponderante nas decisões políticas e militares da “confederação” (Naguema é um exemplo). No entanto, no processo de islamização por influência dos povos da costa (Suailis e Árabes), a estruturação matriarcal submeteu-se à sociedade patriarcal, à medida que se estabeleciam “reinos fortes” (Abreu, 2007, p.212).

Mocuto-muno era o chefe maior de uma hierarquia linhageira e chefal. Em 1896, o capitão-mor Joaquim Clemente Assunção informou na resposta ao questionário que lhe foi apresentado pelo governador-geral que, após o falecimento do primeiro Mocuto-muno, as terras foram divididas pelos filhos, mantendo-se chefe supremo o legítimo herdeiro, Ibrahim⁷⁷. A sucessão do chefe definia-se de acordo com o nível do “potentado” que cada chefe militar conseguia construir até à morte do “chefe supremo”. A presença desta justiça de transmissão indicia a imposição do sistema patriarcal face ao matriarcal. Entre os Namarrais a transição para o sistema patriarcal aprofundou-se com a islamização das sociedades com base em confrarias religiosas e no sistema sucessório por via paterna e/ou militar.

O capitão-mor Joaquim Clemente Assunção soube observar a realidade que o rodeava e perceber o fenómeno de inter-relação religiosa entre os muçulmanos, maioritariamente comerciantes, e aqueles que optavam pelo islamismo porque a religião

⁷⁷ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx8.156, M1, Docs.1 a 147, 1892 a 1897; doc. nº 56, de 18.05.1896: resposta ao questionário feito pelo Governador-geral às capitánias mores, de acordo com a Circular nº23 de 5 de Maio de 1896, enviado pelo capitão-mor das “Terras Firmes”, Major Joaquim Clemente d’Assumpção.

Seguindo a linha tradicional linhageira, o herdeiro era o sobrinho mais velho. Os outros herdeiros eram descendentes directos. Por outro lado, esta sociedade estava numa situação de transição do sistema tradicional hereditário que seguia a linha de matriarcado para o sistema social patriarcal, em que o chefe escolhe o seu herdeiro e chefes menores entre os seus filhos ou homens de sua confiança.

não chocava com as suas necessidades económicas, culturais, sociais e políticas. O que tornava qualquer indivíduo muçulmano num propagador do Islão. Assim, muitas comunidades das aldeias foram paulatinamente aderindo ao islamismo, quer através dos contactos com os comerciantes, quer através do ensino do Alcorão aos mais novos, sem abandonaram, contudo, muitas das crenças ancestrais.

Sobre os Namarrais, o capitão-mor das “Terras Firmes” não tece apreciações favoráveis. Considera-os “gente má”, resistente ao processo “civilizador” dos portugueses e recorrentes litigantes com os chefes do interior. De entre os chefes que são considerados “bons” conta-se o de Ampapa, Nizamudine Chamochadine, que sempre foi apontado como colaborador dos portugueses. Importantes são ainda as considerações que tece sobre o impacto da abolição da escravatura no comércio local e no mercado de trabalho agrícola⁷⁸.

Foi neste contexto que alguns potentados militares se autonomizaram face à administração colonial e vieram, mais tarde, a enfraquecer-se mutuamente devido a “rivalidades internas e de uma demorada campanha militar levada a cabo pelo exército colonial” (Borges Coelho, 2000, p.117).

As figuras sociais Macuas que as fontes permitem identificar são o muene⁷⁹ e a puiamuene⁸⁰ (Hafkin, 1973, p.35). Muno ou muene designava o chefe local do segmento do clã, a linhagem. Muno é apenas um título honorífico, desinga “senhor”. Em algumas regiões designava também o chefe da povoação ou da chefatura. Neste caso era o muene-mulupale (chefe grande). Os diversos grupos familiares deviam obediência ao chefe que detinha poderes jurídicos, religiosos e militares⁸¹. O muene

⁷⁸ *Id., ibid.*

⁷⁹ A autora diz que o termo significa em suaíli “mwinyi”, pessoa com propriedade e riqueza.

⁸⁰ A rainha.

⁸¹ *Aspectos do Estudo do Meio Humano – Moçambique, Agrupamentos Étnicos*, Comando Naval de Moçambique, Estado-Maior, 1969, p. 116.

tinha um Conselho composto por chefes de outras linhagens. Este Conselho tendia a limitar o poder tradicional chefal⁸². No caso dos Namarrais, o muene-mulupale era o Mocuto de nome Ibrahim. Este, por sua vez, sustentava uma rede de postos avançados e aliados que incrementavam o poder Namarral. Os melhores agentes dos chefes em terras distantes eram os seus filhos de cativas, que lhes estavam directamente subordinados, e os sobrinhos uterinos. Nunca os próprios filhos de casamentos legítimos, pois estes pertenciam às linhagens maternas e, por isso, subordinados aos próprios muenes.

A maioria dos novos elementos que entravam na sociedade era incorporada no exército Namarral, com gente livre ou como cativa (e cativo aqui quer dizer que deixara de pertencer socialmente a uma linhagem reconhecida). A tradição da posse e da exploração da terra pertencia às linhagens “donas da terra”, antigas. Mas a informação histórica disponível sugere que a sociedade Namarral era um quilombo de carácter predatório⁸³ (Freitas, 1980), constituído por gente com “instintos de rapina e pilhagem [...] que [...] tornava completamente impossível o comércio com o interior” (Ornellas, 1897). Carácter que fica vincado pela constituição de um exército que controlava os circuitos caravaneiros, atacava e saqueava outras povoações, um cargo militar preparado com homens com experiência nas armas, como o caso de antigos chicundas ou sipais e de “landins”⁸⁴ (Capela, 2000, pp.117-134).

Os landins constituiriam uma elite de armas, um conjunto de mercenários. Uma mulher que fugira dos Namarrais e que falara com o comandante militar da Muchelia

⁸² *Id., ibid.*

⁸³ Décio Freitas refere sete tipos de quilombo, de acordo com a sua fundamentação económica: predatórios, agrícolas, mercantis, pastoris, de serviços e de extracção. Sendo que todas as características eram transversais a todos os quilombos mas umas sobrepunham-se a outras. O que permite defini-los de um ou de outro tipo.

⁸⁴ Os landins (zulus ou vátuas) eram Angunes.

disse que: “vira cinco landins com armas e vestidos com a blusa do uniforme e pannos pretos à cintura”⁸⁵.

Os sipais tinham estado ao serviço dos portugueses ou dos luso-afro-descendentes e tinham feito parte das ensacas (exército da propriedade). O seu comportamento era errático e duvidosa a sua fidelidade aos portugueses, como notou um dos capitães-mores das “Terras Firmes” (1894):

O tempo tem demonstrado o sufficiente para se saber que tal pessoal nunca poderá dar o resultado que se esperaria, pois que na sua maior parte é vadio, e cheio de vícios e rebelde completamente às ordens que recebe.⁸⁶

Sem um estatuto semelhante aos landins, os sipais constituiriam também uma “classe” na estrutura militar Namarral, à semelhança do que se passaria na Maganja da Costa (Capela, 1992, p.17). Constituíam grupos de mercenários que ora se instalavam nos meandros da administração portuguesa na Ilha, ou nas terras próximas das “Terras Firmes”, retirando dividendos de todas as partes ou, ainda, prestavam serviços aos Namarrais.

Em 1896, os sipais já estavam integrados no exército Namarral. A reunião de “mangas de gente” para atacar o comando militar de Moginqual, especialmente a sua frágil “aringa de madeira”, revelou a capacidade estratégica militar de organização e recrutamento para uma batalha⁸⁷. A *manga* era constituída por homens treinados desde jovens para a guerra e reuniria cerca de mil guerreiros (Telo, 2004, p.26). As *mangas* reuniam-se e preparavam-se nas *aringas*. A fortificação era construída por ocasião de guerras e nela se reuniam os homens que se tinha arregimentado para as lutas. A

⁸⁵ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.15, D a 3, M1 (1 a 9)- 1883-1899, M2(1 a 15)- 1857-1896, M3(1 a 37)- 1850-1899, M4(1 a 14)- 1881-1892, M5(1 a 12)- 1852-1900; doc. n° 13, de 02.10.1898: ofício do comandante militar de Muchelia a José António de Araújo Júnior, ao capitão-mor das “Terras Firmes”.

⁸⁶ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.150, M2 (1 a 2), 1894/ 1898; doc. n° 19, de 21.12.1894: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes” ao governador-geral.

⁸⁷ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.156, M1, Doc.1 a 147, 1892 a 1897; doc. n° 127, de 12.11.1896: ofício do comandante militar de Moginqual, alferes Alfredo d’Azevedo Alpoim, ao Chefe de Estado-Maior de Moçambique, Moginqual.

documentação revela que a aringa se fazia para preparar a guerra e isolar os homens da luta da restante população para os preparar física, espiritual e tecnicamente para a guerra. Daí o termo “fazer aringa”. O que não significa, contrariando Capela, que a “aringa se tenha transformado em quilombo” (Capela, 2005, p.101).

Em 1897, o Marave reuniu “enormes mangas” compostas por “enorme quantidade de pretos” que atacaram o posto militar da Muchelia fazendo “um nutridíssimo fogo”. O facto de estas “mangas” se apresentarem organizadas no terreno, ordenadas por “600 homens, cada uma”, precedidas de bandeiras brancas” revela a constituição de um exército regular, apetrechado com armas e elementos simbólicos (as bandeiras)⁸⁸, um quadro organizativo que está longe das meras movimentações de guerrilha (Pélissier, 1994).

A capacidade de organização militar dos Namarrais e os ataques em “mangas de gente” revelam semelhança com o procedimento dos *quilombos* brasileiros que periodicamente organizavam gente armada para proceder a ataques estratégicos. Revela também da capacidade de a federação Namarral reunir chefes militares e os seus homens de forma determinada e disciplinada. Não seriam, na realidade, meros assaltantes mas uma força militar considerável e aguerrida.

2. A economia Namarral

Desde os primeiros tempos da chegada dos portugueses à costa moçambicana prevaleceu uma economia mercantil. As populações que traziam produtos para trocar no litoral por outros produtos asiáticos, árabes e europeus tornaram-se cada vez mais

⁸⁸A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.156, M1, Doc.1 a 147, 1892 a 1897; doc. nº 155, de 26.04.1897: relatório do combate da Muchelia no dia 13 de Abril de 1897 por forças do Marave, escrito pelo alferes José Xavier Ferreira de Barros.

dependentes dos mercados de exportação e de importação. Os povos que chegavam por mar procuravam o marfim destinado essencialmente ao sub-continente asiático, em troca de panos de algodão (Carvalho, 1995, p.16). Esta situação vai alterar-se ao longo dos séculos XVIII e XIX, quando a principal mercadoria passa a ser semovente, a todos os títulos mais procurada e proveitosa: os escravos.

Os portugueses procuraram manter a região da Ilha como o centro de mercado da costa oriental mas os Ajauas e outros povos islamizados foram paulatinamente substituindo as rotas que outrora se destinavam àquele centro por outras regiões a Norte e a Sul da Ilha, numa tentativa de fuga dos impostos exigidos pelos portugueses. Por outro lado, as caravanas que desde sempre foram lideradas desde o interior em direcção ao litoral irão mais tarde, deparar-se com caravanas organizadas por gente do litoral, em direcção ao interior. Esta situação permitiu que as sociedades mercantis do interior conseguissem incrementar o seu poder (Carvalho, 1995, p.19).

Desde o século XVIII que a procura de escravos cresceu, transformando os caçadores de elefantes em raptos de gente. Paulatinamente, os chefados que anteriormente se dedicavam ao comércio do marfim transformaram-se em guerreiros e comerciantes de gente capturada, correndo, também eles, o risco de serem capturados por outros. A condução dos capturados até à costa para a sua integração nos produtos comercializados era assegurada por um sistema de cadeias de alianças entre chefaturas que controlavam os percursos caravaneiros desde o interior em direcção ao litoral. Na segunda metade do século XVIII e ao longo de todo o século XIX formaram-se “entidades tribais” (Medeiros, 1995) que basearam a sua economia maioritariamente no tráfico humano. A sociedade Namarral vai desenvolver-se histórica e socialmente com base na economia escravocrata.

O sistema escravista desenvolveu-se nesta nova sociedade, tal como acontecia nos xcados e outros regulados. O escravismo constituía uma rede de tal modo apertada que os próprios angariadores de escravos, os moçambazes, poderiam também ser escravos ou tornar-se escravos. Os moçambazes deslocavam-se ao interior para negociar com os chefes das aldeias a compra de escravos. Os processos de negociação eram morosos e, ajustados os valores, cabia ao moçambaz pagar a murôpa (ou seja, o «sangue do escravo», o seu valor em fios de missanga, tecido, armas, pólvora, ou outros)⁸⁹.

A economia mercantil destas sociedades alicerçava-se no comércio de marfim e de escravos, no qual participavam Macuas, Ajauas e Maraves, gente cristã, pagã e islâmica, que permitiram a coexistência e o estabelecimento de relações sociais, culturais e familiares (Capela & Medeiros, 1985, p.115). Os Namarraís foram o resultado e depois actores e consequência deste sistema social e económico. Para além do marfim e dos escravos, o sal teve também importância no comércio local, uma mercadoria que era trocada por legumes, cereais, tecidos e diversos objectos (Henriques, 2003, pp.28,29). Muitas destas rotas caravaneiras e os lugares de mercado adquiriram importância política, económica e social, permitindo o enriquecimento dos chefes locais e, conseqüentemente, o reforço do seu Poder.

O comércio de marfim e de escravos integrou Macuas e Ajauas numa mesma actividade. As duas identidades coexistiram nas rotas comerciais, pelo que são plausíveis as relações sociais, familiares e culturais inerentes a estas situações. Em meados do século XIX, os Ajauas das dinastias Mataca, Mtalica, Macanjila e Matiuri tinham no comércio de escravos a base da sua economia e poder (Capela & Medeiros, 1985, p.115). O mesmo estaria a acontecer com os Namarraís e, na hipótese de Mocuto-muno ser posto avançado Ajaua ou Marave, compreende-se a sua instalação nas terras

⁸⁹ *Archivo Pittoresco*, Semanário Ilustrado, vol. II, 1858-1959, Lisboa, 1859, p. 369-372.

próximas da presença portuguesa onde estrategicamente poderia controlar as caravanas e as armas.

O fim da legalização do tráfico de escravos a sul do Equador, no ano de 1836⁹⁰ (Ferreira, 2002, p.27), alterou parcialmente a dinâmica e bases da economia moçambicana. Os proprietários nas “Terras Firmes” queixavam-se de que desde o final da escravatura tinham perdido mão-de-obra para fazer produzir as suas terras que se encontravam agora (1896) em estado deplorável e com grandes dificuldades em voltar à produção em larga escala, que em décadas anteriores se tinha conseguido⁹¹.

Na realidade, o comércio “ilícito” transatlântico de escravos manteve-se como motor da economia da região e nem a vigilância e perseguição das forças marítimas portuguesas e inglesas obstaram a que tal acontecesse. Os principais engajadores de mão-de-obra do território da Macuana foram os “mujojos” que negociavam com as ilhas francesas das Mascarenhas, Comores e Madagáscar.

Até à segunda metade do século XIX, a troca de tecidos e armas por escravos foi assegurada por uma rede organizada de intermediários que conseguiam trazer até à costa milhares de escravos. As rotas intestinas de escravatura e o controlo sobre determinados territórios de punção por parte dos esclavagistas africanos permitiam fazer chegar à costa milhares de escravos, sob a vigilância de homens de confiança, armados. Nas praias, ou em lugares retirados mas próximos de cursos de água, realizavam-se as trocas comerciais. Os escravos eram metidos em pangaios dos “mujojos” que depois os transportavam para navios de maior porte, já no mar.

⁹⁰ Em 10 de Dezembro de 1836, Sá da Bandeira, então Ministro dos Negócios Estrangeiros no reinado de D. Maria II apresenta esta lei que foi aprovada, mas da qual se fez tábua rasa, mesmo depois de se ter estabelecido os “contratos”.

⁹¹ A.H.M., Fundo do Século XIX, Processo contra os namarraís, 1897 (M1); carta enviada ao governador-geral por Cândido da Costa Soares, proprietário nas “Terras Firmes”, prisioneiro na Praça de S. Sebastião, acusado de conluio com os namarraís, 29.10.1896.

A estrutura mercantil da sociedade Namarral sustentava-se nos assaltos, guerras, saques, recolha impositiva de impostos de passagem das caravanas e do próprio comércio até ao litoral. Este sistema económico reitera a “classificação” dos Namarraís como um quilombo predatório (Freitas, 1980) que funcionou graças a um exército armado constituído por elementos da própria sociedade local, de estrangeiros e de mercenários (aspectos já vistos no respeitante à definição da componente social Namarral). Juntamente com o saque, o rapto⁹² (maioritariamente de mulheres e crianças) era uma outra prática dos Namarraís. Por dois motivos: um, porque podia aumentar o seu efectivo demográfico integrando novos elementos; outro, porque podia integrar os raptados nos circuitos caravaneiros de escravos, que continuaram a funcionar mesmo depois de a lei da proibição do tráfico de escravos ao sul do Equador ter vindo a lume em 1836 e leis subsequentes.

As práticas predadoras garantiam a manutenção da estrutura económica Namarral. Assim o fazem transparecer as queixas dos negociantes de tecidos das “Terras Firmes” que, em 1887, foram vítimas dos Namarraís, tendo ficado sem as suas fazendas. Estes negociantes forçaram a administração portuguesa a conferenciar com Mocuto a fim de reaverem os tecidos⁹³.

A partir do seu território, estrategicamente localizado, Mocuto-muno tinha a vantagem de participar activamente no tráfico de gente, mantendo-se atento às pontuais acções de controlo do tráfico promovido pela administração portuguesa. Mocuto participava no tráfico de gente para o Índico, ao mesmo tempo que tornava as suas

⁹² A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.149, M1, Doc.1 a 361, 1885-1888; doc. n.º 2, de 27.01.1885: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes” ao governador-geral, dando conta do rapto de uma mulher e três crianças por parte dos namarraís.

⁹³ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.149, M1, Doc.1 a 361, 1885-1888; doc. n.º 249, de 01.03.1887: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Joaquim Lobo, ao governador-geral informando que cerca de 300 namarraís tinham roubado os negociantes de Muchelia e de Muitiquite; doc. n.º 256, de 11.03.1887: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Joaquim Lobo, ao governador-geral informando que vai conferenciar com o régulo Mocuto-muno a fim de reaver as fazendas roubadas aos negociantes.

terras em locais de recepção de gente fugida quer ao comércio escravista, quer às próprias dinâmicas internas da escravatura. A fuga de “pretos”, em 25 de Dezembro de 1874, das terras – “Apaga Fogo” – do colono José Vicente Brás Mascarenhas para as terras de Ampapa, controladas por Namarrais, demonstra a função de quilombo da sociedade Namarral, ao mesmo tempo que vai tirar proveito desses elementos chegados à sua terra⁹⁴. Noutros casos são “salteadores” Macuas que atacavam povoações para capturar “libertos” e outras pessoas⁹⁵.

Em 18 de Agosto de 1875, o cônsul inglês da Ilha participa que, em Moma, cinco pangaios estavam a carregar escravos, alertando as autoridades portuguesas para a necessidade de uma maior fiscalização. Árabes, indianos e portugueses, mesmo aqueles que trabalhavam na própria administração colonial, ansiavam pelos lucros de tal negócio. Mas o que fica registado neste período é que, à medida que os ingleses conseguem que em Zanzibar o tráfico de escravos se reduza “os traficantes vendo-se acossados, estão há um anno buscando asylo por todos os logares de esta costa, onde há uma bahia ou uma enseada, e onde possam fundear os pangaios”⁹⁶. O que significa que Moçambique continuava a reunir condições para o tráfico, apesar de, oficialmente, haver “necessidade de se ocupar o littoral, para aniquillar a influencia dos mouros, consolidar o nosso domínio”⁹⁷. Aliás, esta questão é consensual entre os estudiosos da escravatura e do tráfico em Moçambique. Tal negócio prosperava no século XIX, a par das ideologias humanistas que circulavam na Europa e a par de um certo *faz de conta* de vigilância e perseguição aos traficantes que as corvetas de serviço exerciam na costa moçambicana.

⁹⁴ A.H.M., Fundo do Século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884; doc. n.º 64, de 25.12.1874: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes” ao governador-geral pedindo autorização para ir capturar os “pretos” que tinham fugido para terras de domínio Namarral.

⁹⁵ A.H.M., Fundo do Século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M2, 1874; doc. n.º 173, de 26.05.1882: Ofício do capitão-mor das “Terras Firmes” sobre o rapto de gente que pretos andam fazendo nas terras de domínio português.

⁹⁶ A.H.U., D.G.U., Moçambique, Geral, Pasta 49, capilha 3, documento de 18.08.1875.

⁹⁷ *Id. Ibid.*

As trocas comerciais desenvolviam-se através de duas modalidades: o sistema de estafetas e o sistema das redes. No primeiro caso, os comerciantes chegavam a uma aldeia para comerciar e assim percorriam caminhos mais curtos, praticamente de vizinhança. No segundo caso, o objectivo não eram as aldeias mas as rotas caravaneiras de longo percurso. (M'Bokolo, tomo II, 2007, p.173)

O capitalismo mercantil vai entrar em declínio com a grande procura de oleaginosas produzidas localmente, desenvolvendo-se assim, a partir de meados do século XIX o impacto do capitalismo comercial que prepara, de facto, o período imperialista seguinte da colonização efectiva.

A implementação do “novo capital comercial” (1850/ 1860) permitiu produzir para o comércio internacional, respondendo às necessidades da economia industrial europeia. Produtos como: amendoim, sésamo, óleo de palma, copra, borracha, começaram, a partir de então, a chegar ao litoral moçambicano por via das rotas comerciais que preencheram os lugares deixados vazios pelos escravos (Pimentel, 1905). Entretanto, o tráfico de escravos de maior envergadura foi desviado para outras rotas secretas, sustentado essencialmente pelos Namarras e seus aliados. O que não quer dizer que nas rotas tradicionais não existissem escravos como parte integrante dos produtos a comercializar.

Apesar de podermos classificar o Namarral como uma economia de cariz predatório, sabemos que as suas populações viviam dos frutos das suas sementeiras e da criação de gado, conforme ficou registado para a aldeia de Ibrahim.⁹⁸ Estas actividades dependiam da natureza sazonal, que permitia o desenvolvimento das culturas na época das chuvas e da concentração na criação de gado em períodos de seca (Newitt, 1988,

⁹⁸ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do distrito de Moçambique, Cx.8.15, M.1 (1 a 9; 1886-1899), M.2 (1 a 15; 1857-1896), M.3 (1 a 37; 1850-1899), M.4 (1 a 14; 1881-1892), M.5 (1 a 12; 1852-1900); doc. n.º 3, de 06.10.1897: ofício do comando militar de Ibrahim ao capitão-mor das “Terras Firmes”, no Mossuril, explicando que os Namarras não pagariam a “multa da guerra” por não terem conseguido trabalhar nas sementeiras e na criação do gado.

pp.557-656). As crises climáticas traziam consequências, muitas vezes devastadoras, ao nível económico e político. No final do ano de 1899, a 17 de Dezembro⁹⁹, um ciclone – *monomacaia* – destruiu campos agrícolas e aldeias, deixando atrás de si um rasto de pobreza e fome. Situação que decerto desencorajou a continuidade da resistência e da economia gerida de forma autónoma.

Paulatinamente, até ao alvorecer do século XX, as sociedades do interior foram privilegiando a produção de produtos comercializáveis no interior. Grão e raízes: arroz, milho, sorgo, feijão, amendoim, gergelim, mandioca, borracha; mercadorias: quitandas, quiçapos, esteiras, alcofas¹⁰⁰. Ao litoral chegavam panos de algodão, vestuário, armas e pólvora, bebidas alcoólicas, artesanato em metal e outros. O sal, produzido na costa, especialmente na zona do Lumbo, no continente fronteiro da Ilha, constituía forte atractivo dos mercados àquele território.

Os portos de Moçambique, Angoche e Quelimane tornaram-se progressivamente pólos de um novo comércio à medida que o tráfico internacional se desenvolveu. Mas até ao último quartel do século XIX, este tráfico de escravos continuou a afectar as sociedades africanas.

Aos olhos dos portugueses, os Namarrais eram “raptores” e “salteadores”. Em 18 de Abril de 1882, o capitão-mor das “Terras Firmes” enviou um ofício ao secretário do Governo Geral informando-o que mandara prender dois homens armados, aos quais chamou “salteadores do Namarral” porquanto, segundo ele, pretendiam roubar e espiar,

⁹⁹ Este aspecto, aparentemente de somenos, terá sido um dos factores principais que levou ao enfraquecimento da coesão interna das populações. A fuga à fome terá sido primordial na assinatura de vassalagens na esperança da fixação à terra. Vários são os documentos que referem a crise climática de finais do século XIX. A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral, Correspondência recebida de Moçambique, 1900, 25-90, cota: 1008; relatório do estado da capitania de Mossuril, da autoria do tenente da infantaria António Augusto Ferreira Braga, enviado ao Governo do distrito de Moçambique, 27.07.1900.

¹⁰⁰ A.H.M., Fundo do século XIX, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884; doc. nº 117, de 24.06.1881: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Joaquim Ferreira, ao Governador-geral.

embora, um dos capturados, “cabo das terras do Namarral”, tivesse declarado estar apenas em visita a um irmão em Meteca (aldeia das “Terras Firmes”)¹⁰¹.

Em 25 de Maio de 1882, o mesmo capitão-mor informa que enviava devidamente escoltado um “salteador do Namarral de nome Enhamade que foi capturado com a mão armada na povoação de Natepo” com o fim de recapturar uma mulher que “já lhe pertencera” mas que conseguira fugir. O rapto da mulher prende-se não só com o facto de se procurar aumentar os efectivos femininos no território Namarral e o crescimento demográfico dessa sociedade, de acordo com a estrutura social tradicional Macua, apesar das influências do islamismo e da cultura europeia¹⁰². O “régulo rebelde” tinha-se refugiado nas suas terras mais do interior e, a partir daí, organizava “assaltos”, como participante ou como chefe dos seus postos avançados, às povoações das “Terras Firmes” e às dos régulos circunvizinhos¹⁰³.

A acção dos Namarraís sobre as caravanas que se dirigiam ao litoral e a própria exigência de custos alfandegários por parte da administração portuguesa aos comerciantes que chegavam à costa provocou um desvio dos lugares de formação de feiras, no litoral. A tendência foi o desvio para Norte e Sul da Ilha de Moçambique. O comércio foi-se tornando irregular: “Deixaram de haver as feiras periódicas dos Mujauas e Muvizas que costumavam trazer ao mercado desta capitania géneros do interior como: marfim, ouro em pó, pedra verde, etc. e que se desviaram pelos repetidos assaltos que soffreram da gente do Namarral”¹⁰⁴.

¹⁰¹ A.H.M., Fundo do Século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884; doc. n.º 170, de 18.04.1882: officio do capitão-mor das “Terras Firmes”, Agostinho Teixeira de Almeida Pereira, ao Secretário do Governo-Geral, em 18.04.1882.

¹⁰² A.H.M., Fundo do Século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884; doc. n.º 172, de 25.05.1882: officio do capitão-mor das “Terras Firmes”, Agostinho Teixeira de Almeida Pereira, ao Secretário do Governo-Geral, em 18.04.1882.

¹⁰³ *Id., ib.*

¹⁰⁴ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do distrito de Moçambique, Cx.8.10, M1 (2);, doc. n.º 147, de 11.01.1882: o comandante militar de Natule informa sobre populações Namarraís.

Das terras do interior continuavam a chegar ao litoral caravanas compostas por militares, feiticeiros, homens, mulheres e crianças, todos carregando marfim, cereais, borracha, amendoim e outras oleaginosas. Já não se dirigiam às terras fronteiras à Ilha. Optaram pelo caminho dos portos de Fernão Veloso e da baía de Mocambo, apesar de terem continuado a pagar o direito de passagem nas terras dos Namarrais (Ornellas, 1897). Caso contrário, a caravana era atacada, e em caso de derrota, os produtos saqueados e o número de escravos acrescentados com os vencidos. A situação chegava a tornar-se insustentável, ao ponto de chefes do interior da Macuana entrarem em contacto com o capitão-mor das terras da coroa portuguesa solicitando protecção e alianças militares para se proceder a ataques aos Namarrais, causadores de tantos prejuízos na sua economia¹⁰⁵.

Mas a chegada às terras conturbadas das *novas populações* seria a etapa mais difícil de ultrapassar, na medida em que a uma exigência maior correspondiam um cansaço, um desgaste e um medo ainda maiores¹⁰⁶. O imposto de passagem era negociado e negociável, enquanto as partes se entendessem e chegassem a acordo. Caso contrário, advinha a luta e o total saque dos produtos, acompanhados por um número de escravos aumentado agora pelo fluxo dos derrotados. Quando tal acontecia, os rendimentos eram maiores na medida em que os produtos eram posteriormente vendidos a portugueses, chefes suaílis, indianos e mujojos dos pangaios, que navegavam por cabotagem, angariando produtos para os navios que os aguardavam ao largo da costa.

Caso houvesse interesse dos portugueses nos produtos chegados à costa, as conversações eram feitas entre o governador-geral e os representantes das *novas*

¹⁰⁵ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.9, M2, Doc.1 a 116, 1897 a 1899; doc. nº 62, de 29.11.1897: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa, em Mossuril, José Carrazedo Andrade, à Secretaria militar do distrito contando que os chefes do interior da Macuana se queixaram dos chefes Namarrais (este era Metochera) que lhes embargava o passo quando passavam pelas suas terras.

¹⁰⁶ Ornelas diz que os Namarrais eram conhecidos “pelos seus instintos de rapina e pilhagem... que... tornava completamente impossível o comércio com o interior”.

populações. Nestas situações, o produto solicitado por estes como elemento de troca eram as armas, a pólvora e a artilharia. Seriam mínimas as transacções efectuadas de acordo com as normas estipuladas pela administração portuguesa. A maior parte das trocas comerciais escapavam às malhas alfandegárias lusitanas. Os próprios afro-luso-indianos eram os que mais procuravam subverter as leis da administração portuguesa. Os agricultores portugueses instalados há muito e seus descendentes aculturados pelas populações islamizadas, lideravam processos de comércio de escravos. Alguns desses escravocratas tornaram-se *parasitas* do sistema, não trabalhavam e viviam do tráfico de gente e de armas sendo alguns desses elementos funcionários da administração e outros, militares.

Na última década do século XIX o comércio começou a desenvolver-se em direcção ao interior. Ou seja, já não se podia esperar que os caravaneiros chegassem à costa. Havia que recolher produtos no interior e proceder aí às trocas comerciais. “Mouros, baneanes e bathiás”¹⁰⁷ deixaram o litoral e estabeleceram casas de negócio no interior, com a vantagem de, fora dos povoados e no interior, não se pagar impostos. Já desde o século XVIII a presença dos baneanes é registada no interior do território: “A actividade dos baneanes implantou-se e consolidou-se sobretudo através da estreita relação que mantinham com mercadores suaílis, macuas e mujaos” (Antunes, 1998, p.90). As populações tinham agora a vantagem de não terem de fazer longas deslocações para procederem à troca de produtos.

Os europeus optaram por essa via, seguindo os passos dos indianos. A instalação de comerciantes ingleses em Ampoense e Ampapa condicionou os postos de comércio do litoral, dificultou ainda mais o apetrechamento mercantil da Ilha e garantiu uma boa

¹⁰⁷ *África Oriental*, periódico semanal, n.º 299, 14.º ano, 18.02.1886.

relação de vizinhança com Namarrais e Macuas do interior¹⁰⁸. Paulatinamente, as feiras do litoral começam a perder dinâmica.

A entrada no século XX não trouxe alterações na economia da região. A escravatura continuava a ser a base económica de enriquecimento para todas as sociedades. Na realidade, era um negócio proveitoso para todos, fosse qual fosse o tipo de escravatura praticada (Capela, 2002).

Em 1902 registaram-se operações militares para a libertação dos escravos destinados a Madagáscar, simulados como contratados ou emigrados. No relatório destas operações, António de Almeida Lima, capitão-de-fragata, distinguiu dois tipos de comércio escravo: o “grande comércio” e a “pequena escravatura” (Almeida Lima, 1909). O “grande” comércio integrado no mercado internacional e operado através de grandes barcos que chegavam à costa para carregar gente em troca de pólvora, armas de fogo e outro contrabando ordinário. Barcos que passavam sempre por Zanzibar antes de avançarem para Mascate. E sobre este tipo de tráfico anotou:

“Os locais principais de saída de escravos eram a Norte pelo Ibo e a Sul pelo rio Tejungo. Os mujojos^[109] eram geralmente índios^[110] estabelecidos na costa e outros que tripulavam embarcações. Outras embarcações tripuladas por indígenas das ilhas Comoros exercem o tráfico de escravatura cumulativamente com o de pirataria no mar.” (Lima, 1909)

A “pequena” escravatura era feita pelos pangaaios que se dedicavam especialmente ao contrabando mas que aceitavam o escravo como forma de pagamento. Não faziam carregamentos completos e embarcavam os escravos pouco tempo antes da partida, o que dificultava qualquer vigilância. Se cada pangaio levasse um escravo a Mascate, já o negócio estaria garantido (Lima, 1909).

¹⁰⁸ A.H.M., Fundo do século XIX, Distrito de Moçambique, Cx.8.13, M3(9); doc. N° 1 de 24.02.1893.

¹⁰⁹ Mujojos são imigrantes de Zanzibar e das Comores que falam a língua da costa. O termo aplica-se especialmente àqueles que procediam ao transporte de escravos da costa para os navios que aguardavam ao largo da costa. Faziam-se transportar em pangaaios.

¹¹⁰ Indianos.

No início de Fevereiro de 1902, em Moma, foi apresado o pangaio de Fatel Kheir cujo dono, Agy Amud Agy Jumá, fazia transportar escravos. No dia 22 desse mesmo mês foi apresado outro pangaio, de Damador Annangy. Em inícios de Março, na baía de Sangone, no Samuco, foram apresados dez pangaio tripulados por 112 mujojos¹¹¹. Nessa altura foram capturados o régulo Mapuita-muno, de Sangone, e um seu “irmão” e chefe de guerra, por serem também negociantes de escravos. Nessa data foram libertados 726 escravos.

O governador do distrito, Serpa Pimentel, declarou no seu relatório que mesmo que a exportação de escravos alguma vez acabasse, a escravatura interna nunca acabaria na medida em que a noção de escravatura que os europeus tinham não fazia parte do entendimento das gentes da região além de que, a sobrevivência obrigava a que mulheres e crianças fossem trocadas por sacas de milho. Acrescenta ainda que os próprios assalariados do Estado português continuavam vassallos dos seus chefes de linhagem e por isso lhes continuavam a prestar vassalagem e serviços sem algum pagamento em troca.¹¹²

Situação semelhante aconteceu com os chefes Macuas, quando estes interromperam a estrada entre Mossuril e Itoculo impedindo negociantes, carregadores e polícias que acompanhavam os carregadores de atingirem esta última localidade, onde se praticava a escravatura interna¹¹³.

Os primeiros anos do século XX não foram favoráveis às “Terras Firmes”. As populações africanas desapareciam dos territórios de administração portuguesa. Fugiam

¹¹¹ *Liga Naval Portuguesa, Boletim Marítimo*, série VII, nº 10, Outubro de 1908, p. 153-160.

¹¹² A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, 1ª Secção, Pasta 20, Capilha 2, 12.03.1903: Relatório de oito meses de governo do distrito de Moçambique, por Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel.

¹¹³ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.9, M2, Doc.1 a 116, 1897 a 1899; doc. nº 78, de 14.04.1898: ofício do capitão-mor da Macuana informando do desaparecimento de polícias que estavam ao seu serviço. Informa ainda que os polícias iam acompanhar carregadores que se dirigiam ao interior e que na região havia grande sublevação devido ao assassinio de um chefe, Cumari-muno.

ao imposto de palhota e ao trabalho obrigatório, regulamentado em 1898 durante o comissariado de António Enes. O comércio tinha sido desviado para o interior e para pontos da costa, a Sul e a Norte. A população africana foi contratada para as grandes Companhias internacionais e nacionais, e para as ilhas francesas do Índico. Na esteira da política colonial de António Enes, a ocupação do território por portugueses deveria ser garantida pela descentralização administrativa e valorização dos territórios, de modo a exercer forte atracção dos investimentos estrangeiros que explorariam a riqueza da terra com recurso ao trabalho coercivo (Leite, s.d., p.55).

A política económica de António Enes, no sentido da concessão de direitos majestáticos a Companhias com capital estrangeiro, com direitos de monopólio de determinados produtos ou sectores de produção, que apenas tinham de entregar ao Estado 10% dos dividendos e 7,5% dos lucros, proprietárias de terrenos 1,5 vezes maiores que o território português, não foi um investimento compensador para Moçambique. Mouzinho de Albuquerque adoptou outra política económica para a colónia portuguesa. Defendia a autonomia financeira da colónia através do trabalho obrigatório e de uma rede de impostos.

Nas terras do Mossuril até à Cabaceira, os campos trabalhados por mão-de-obra escrava tinham sido praticamente abandonados. As gentes com capacidade para trabalhar tinham sido levadas para outros territórios de acordo com os contratos, especialmente para as Companhia do Niassa e Ilhas francesas do Índico. Mujojos ao serviço dos proprietários das plantações de açúcar de Madagáscar continuavam a aparecer nas costas moçambicanas, especialmente Simuco, para procurarem mão-de-obra. Os cinco últimos anos do século XIX foram de abandono do distrito de Moçambique por parte da população europeia limitando-se à existência de funcionários públicos e militares na Ilha (Albuquerque, 1934, vol.I, pp.83-238). As Companhias

instaladas nas províncias de Manica, Sofala, Niassa e Cabo Delgado recorreram à província de Nampula para recolherem mão-de-obra. Este território foi ficando cada vez mais desertificado.

Os Namarrais continuavam a ser apontados como os principais entraves ao desenvolvimento económico do distrito de Moçambique:

(...) parece-me que a completa submissão dos namarraes seria dar um grande impulso à agricultura e ao commercio deste districto; sem commercio, sem agricultura, e sem industria pouco se pode esperar que produzam as riquezas naturaes e inexploradas que temos aqui. (...)¹¹⁴

Outros elementos que entravam em choque com a administração portuguesa eram os indianos que estabeleciam lojas em Mossuril, Ampapa¹¹⁵, Ampoense, Moratine, Vila Machado e nas proximidades dos postos militares. Não produziam nada, apenas porfiavam gerar mais valias com a venda ou troca entre si e os africanos com o envio consequente dos lucros para a sua pátria (Índia)¹¹⁶.

Os relatórios de 1900 fazem crer que a economia do distrito de Moçambique se encontrava numa situação crítica, especialmente no que dizia respeito aos interesses dos portugueses nas “Terras Firmes”¹¹⁷.

O único espaço de comércio que os portugueses conseguiam controlar em prol dos seus interesses era o que se realizava entre Mossuril, Cabaceiras, Ampoense,

¹¹⁴ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral, Correspondência recebida de Moçambique, 1900, 25-90, cota: 1008; Relatório do estado da capitania de Mossuril, da autoria do tenente da infantaria António Augusto Ferreira Braga, enviado ao Governo do distrito de Moçambique, 27.07.1900.

¹¹⁵ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral, Cx.8.150, M2(1 a 2), 1894-1898; doc. n° 3, de 10.01.1894: ofício do capitão-mor de Mossuril, major Manuel Pires de Oliveira, ao Secretário-Geral Interino do Governo-Geral. O chefe de Ampapa, no ano de 1894, Nizamudine Chamuchadine, vendia passes aos mercadores que saíam das propriedades dos particulares no continente para irem vender produtos à Ilha, assegurando-lhes, através desse passe que seria posteriormente mostrado à polícia da Ilha, que os seus produtos não seriam confiscados. Ou seja, cobrava um tributo de passagem e de segurança totalmente ilegal. Situação a que as autoridades fecharam olhos para que problemas maiores não sobreviessem.

¹¹⁶ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral, Correspondência recebida de Moçambique, 1900, 25-90, cota: 1008; Relatório do estado da capitania de Mossuril, da autoria do tenente da infantaria António Augusto Ferreira Braga, enviado ao Governo do distrito de Moçambique, 27.07.1900.

¹¹⁷ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral, Correspondência recebida de Moçambique, 1900, 25-90, cota: 1008; Relatório do estado da capitania de Mossuril, da autoria do tenente da infantaria António Augusto Ferreira Braga, enviado ao Governo do distrito de Moçambique, 27.07.1900.

Ampapa e Lumbo e a Ilha, navegando lanchas ao longo do dia entre os portos do continente e da Ilha (Camisão, 1901 b.). Na capitania de Mossuril existiam apenas duas casas de comércio, a Mendonça e Silva e a Hoffman, sendo que as restantes lojas existentes em Mossuril, Ampapa, Ampoense, Moratine, Vila Machado e na proximidade de alguns postos militares eram exploradas por indianos¹¹⁸.

Mesmo a agricultura gerava uma produção limitada. Tentaram-se alguns produtos cujos excedentes poderiam ser vendidos nas lojas dos indianos, sem grande sucesso: milho fino e grosso, amendoim, borracha, cera, café, mapira, gergelim, tabaco, cabrito, aves ovos, aguardente de cajú, chimbalau, côcos, sura, mangas, bananas, peixe seco e salgado, sal¹¹⁹.

O artesanato desenvolvido nos núcleos populacionais baseava-se essencialmente no fabrico de utensílios com base em matéria-prima vegetal (cordas de casca de côco, corda de folhas de palmeira brava, cestos de bambú, esteiras, sacos) e de barro, destilação de bebidas alcoólicas (especialmente cajú), fabrico de lanchas e de materiais de bijuteria e ourivesaria, cal (existiam fornos no Lumbo e Cabaceira Grande) e sal (salinas na Conducia e Ampoense)¹²⁰. O Estado português arrecadava impostos directos: para além do imposto de palhota, a contribuição industrial fixa, a taxa de licença por corte de madeira, a taxa para fabrico e venda de bebidas alcoólicas (A. Machado, 1910, p.31).

Com vista ao desenvolvimento da agricultura, nomeadamente das plantações comerciais que interessavam a Portugal, ensaiaram-se em terras costeiras, a plantação da borracha, especialmente em Angoche, do café, com maior incidência em Moginqual, Matibane, Sangage, Moma e Quiloa; e do sisal em todo o litoral arenoso do distrito.

¹¹⁸ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral, Correspondência recebida de Moçambique, 1900, 25-90, cota: 1008; Relatório do estado da capitania de Mossuril, da autoria do tenente da infantaria António Augusto Ferreira Braga, enviado ao Governo do distrito de Moçambique, 27.07.1900.

¹¹⁹ *Id.*, p. 08.

¹²⁰ *Id.*, *ib.*

Também o amendoim, o milho, a mapira e o feijão, que eram de culturas familiares tradicionais, foram explorados de forma extensiva e alimentaram o comércio de exportação mais do que qualquer uma das safras das plantações. O coconote em todo o litoral mas com maior incidência em Angoche; o mangal em todo o litoral; o algodão e o tabaco só a partir da década de 1920 alcançaram uma efectiva importância económica.

Em 1913, a costa do distrito de Nampula mantinha-se com mais de uma centena de lojas instaladas em Angoche, Mossuril, Ilha de Moçambique e Fernão Veloso, enquanto as terras do interior não mantinham mais do que vinte lojas, na maioria exploradas por indianos (Ferreira, 1915). O comércio europeu limitava-se apenas ao agenciar

“comesinho e arrastado na sede do distrito e em raros pontos do litoral, do comércio com o funcionalismo militar e civil. O indígena é quem movimenta o comércio com uma soma anual de mil e tantos contos de valores” (Ferreira, 1915)

O *negro* era o único produtor agrícola e o *monhé* era o único representante da vitalidade comercial¹²¹. O *monhé* era o termo aplicado para designar os descendentes afro-islâmicos, por oposição aos *suaíli*, muçulmanos da costa. Todos insistiam em continuar a instalar as suas lojas em direcção ao interior, com maior intensidade nos primeiros anos do século XX, continuando a fazer tábua rasa dos aspectos legais defendidos pela ainda frágil administração portuguesa. (Alpers, 2000, pp.309, 312-314)

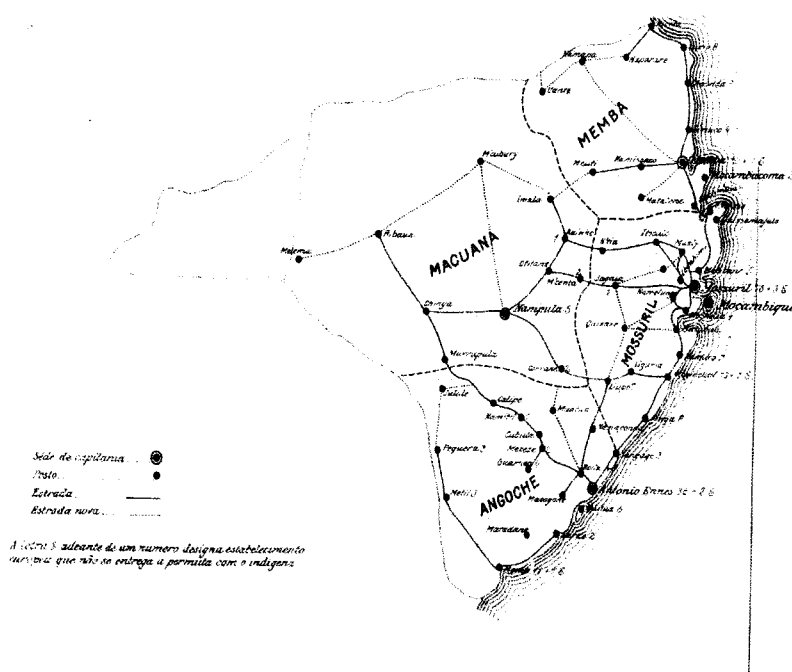
Na década de 1910, o número de estabelecimentos comerciais de indianos era superior ao de portugueses, com a vantagem de todos aqueles procederem a permutas com indígenas enquanto em alguns estabelecimentos portugueses (fig. 5) tal não se verificava, como era o caso de Moma (1), António Enes (2), Moginqual (1), Mossuril (3), Memba (1).

¹²¹ *Id.*, p. 47.

Paralelamente ao comércio e à indústria que se procurava implementar pela via colonial, o comércio de seres humanos não estava completamente esgotado em pleno século XX. Em 1926, o jornal *The Daily Argosy* denunciou internacionalmente o tráfico de gente sob a forma de “contratados”, explicando que desde 1918 que se dera início ao trabalho contratado nas colónias portuguesas mas que o formato real da situação se resumia à escravidão¹²². Situações como esta foram colocando Portugal numa posição crítica aos níveis político e diplomático, motivando a opinião internacional para um apoio aos movimentos que paulatinamente iam surgindo nas colónias ultramarinas em prol da independência dos territórios.

Figura 5- Mapa do Relatório do governador Duarte Ferreira que permite compreender a profusão de estabelecimentos de comércio de indianos perante a reduzida presença portuguesa.

Mapa demonstrativo do numero de estabelecimentos de commercio 'monhés' e europeus e locais onde existem.



Fonte: Duarte Ferreira, *Relatório do Governador, 1911-1913*, Lourenço Marques, 1915, página anexa à p.47. Nos anos de 1911 a 1913, já predominavam significativamente as lojas de indianos na faixa litoral e no interior do território. De Sul para Norte foram registados os seguintes estabelecimentos indianos: Moma (11); Metil (3); Pequera (3); Larde (2); Quiloa (6); António Enes (36); Boila (43);

¹²² *The Daily Argosy*, “Women slaves in Africa. Portuguese Methods Indicted. Contract Labour.” Damerara, British Guiana, 08.01.1926.

Guarnea (4); Mezeze (2); Nametil (1); Sangage (3); Kinga (8); Liupo (7); Moginqual (13); Namuco (7); Mochelia (1); Mossuril (78); Matibane (5); Jagaia (1); Corrane (2); Nampula (5); M'conta (2); Rainho (1); Sacamuia (4); Mocambacoma (2); Memba (10); Simuco (4); Chaonda (9); Lúrio (6). Estabelecimentos europeus que não permutam com indígenas- Moma (1); António Enes (2); Moginqual (1); Mossuril (3); Memba (1).

À medida que o comércio se desenvolve no interior com a instalação de asiáticos e de europeus, a economia Namarral vai enfraquecendo uma vez que já não se justificava a manutenção de um sistema que estava a declinar para dar lugar a novas estruturas económicas europeias mais agressivas através dos produtos e mercadorias por si comercializadas face ao surto industrial desenvolvido pela Europa (Inglaterra e Alemanha, primeiramente e posteriormente a França, com a Holanda na esteira). De resto, os tempos apresentavam-se de crise para os Namarrais. A sua força política e a sua estrutura militar já não são suficientes para a manutenção de um *Estado* cuja economia não sobrevive nos novos modelos de comércio lícito. As redes comerciais islâmicas impuseram-se cada vez mais no interior e os novos *Estados* recusaram-se a integrar a nova economia (Carvalho, 1995, p.23). Novas formações políticas chefiadas por conversos à religião do Islão vão desenvolver-se nos territórios do interior, esvaziando o *Estado* Namarral e a sua rede.

Este comércio baseado na troca de escravos por armas e munições transformou profundamente as sociedades africanas. Os Namarrais são o exemplo de como essa economia alterou o processo social das populações: pela sua localização (proximidade dos principais pólos de comércio e da costa) e procedimento tornaram-se receptores e promotores desse sistema económico.

O controlo do comércio caravaneiro direccionado do interior para a costa era a principal fonte de riqueza destas populações (Mbwiliza, 1986). No entanto, a tentativa de controlo do comércio de escravos por parte das populações costeiras levou a contendas com as populações do interior (Rita-Ferreira, 1982, p.279):

As rivalidades pelo controlo do comércio de escravos transformaram-se no principal motivo de contenda entre os maiores potentados. Os aportuguesados, os islamizados e até mesmo os grossistas hindus lançaram-se, por sua conta e risco, na organização de expedições armadas ao interior, desafiando o controlo dos chefes macuas sobre as rotas.

Não sendo propriamente um território de interior profundo, as populações das terras do Namarralo mantinham uma actividade económica semelhante à das suas congéneres do interior e integravam produtos da sua produção no circuito comercial interno e externo, mesmo no circuito internacional¹²³, muito provavelmente sem que as armas e os escravos tivessem deixado de integrar o conjunto das suas trocas comerciais.

O ciclo das oleaginosas, datável de 1850/60 a 1895, veio acabar com o domínio do “velho” comércio de cera de abelha, de marfim e de pontas de rinoceronte. O comércio assentava agora na compra de matérias-primas para as fábricas das potências capitalistas europeias¹²⁴.

Em 1869, a abertura do Canal de Suez permitiu uma maior eficácia na mercancia, incrementando a produção e o comércio moçambicanos. A borracha passou a ser o principal produto de exportação até 1890, quando a comercialização de oleaginosas também começou a declinar e quando a economia europeia fortemente industrializada iniciou um processo de regressão. Para o caso específico de Moçambique, Carlos Serra diz que o comércio de oleaginosas enfraqueceu porque se deu lugar às companhias majestáticas que, como proprietárias das terras, passaram a determinar a produção de produtos da agricultura de rendimento impedindo a produção livre (e familiar) dos antigos produtos para comércio (Serra, 1979).

Em 1893, Ampapa e Ampoense eram as localidades do *hinterland* onde se desenvolvia um comércio capaz de concorrer com os negociantes e os proprietários do litoral. Por pressão dos residentes destas regiões e por concordância com os referidos

¹²³ A.H.M., Fundo do século XIX, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884; ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Joaquim Ferreira, ao Governador-Geral, em 24.06.1881.

¹²⁴ Cx. Azul, *A Organização Clânica Macua*, Trabalhos em Curso, 4.1., Pasta 2.

proprietários e negociantes das “Terras Firmes” foi imposto à administração portuguesa o fim dos “bazares” e a aceitação das “licenças” para comércio livre e ambulante. Quer os negociantes da Ilha e do continente quer as populações das terras limítrofes do interior estavam de acordo quanto ao fim dos “bazares”. Estes eram vistos como uma forma de a administração portuguesa controlar a economia do território num local restrito e delimitado. As populações do interior tinham de se deslocar em direcção ao litoral, onde se localizavam os bazares, com todos os riscos que tal viagem implicava, desde os assaltos, aos impostos de passagem, e conseqüente aumento dos valores das peças. Se os bazares acabassem, o comércio livre iria permitir que os mercadores se deslocassem como lhes aprouvesse, de acordo com os caminhos de maior segurança e negociando com quem entendessem, fugindo ao controlo dos portugueses e dos grupos que viviam desse mesmo controlo das caravanas comerciais que se dirigiam aos “bazares”¹²⁵.

Havia quem tivesse autorização para cobrar imposto aos que queriam comerciar no bazar. A localização dos comerciantes ingleses em Ampoense e Ampapa acabava com essa situação uma vez que estas “duas portas de entrada e saída” já não serviam de passagem das pessoas em direcção aos bazares do litoral. A troca de produtos poderia agora ser feita naquelas localidades do interior.

Pretendia-se a supressão dos bazares e a elevação para 30\$000 réis “da taxa de licença das lojas situadas em povoações regulares, sendo as demais lojas obrigadas a taxa anual de 300\$000 réis”¹²⁶. A aplicação do “bilhete do bazar” retirava uma parte dos lucros aos mercadores e obrigava-os a passar por determinado circuito para posterior concentração e comercialização em local predefinido. Para além desta pressão, a

¹²⁵ A.H.M., Fundo do século XIX, Distrito de Moçambique, Cx.8.13, M3 (14), Doc.1, 06.05.1893.

¹²⁶ A.H.M., Fundo do século XIX, Distrito de Moçambique, Cx.8.13, M3 (7), Doc.1, 13.03.1893; às povoações regulares contrapõem-se as localidades denominadas de *mercados* ou *feiras*. Ou seja, as lojas das *feiras* ou *mercados* pagavam 30\$000 réis ao Estado, por ano; as lojas das povoações sem a anterior designação pagavam 300\$000 réis de licença.

constante vigilância dos “archeiros” ou guardas militares ao serviço de Bacay impedia o desvio dos mercadores para outras vias. Cumprida a obrigação do “bazar”, o caminho de regresso era também vigiado. Por outro lado, os ingleses de Ampoense pretendiam que o “bazar” funcionasse nesta localidade, no intuito de conseguir que os produtos do interior chegassem mais próximos de si, garantindo controlo e obtenção de produtos que, de outro modo, ficariam nas terras fronteiras do continente ou seguiriam por outros caminhos.

O certo é que os mercados das terras próximas do litoral não desapareceram com o fim das “taxas do bazar” e sua substituição pela “taxa de licença” de mercado livre. Com o restabelecimento dos bazares voltou a surgir a dificuldade na fiscalização uma vez que aos mercadores apenas interessava vender os produtos sem quererem saber se tinham de cumprir alguma formalidade¹²⁷.

Grupos especialmente destinados ao comércio de longa distância deslocavam-se do centro para a costa à busca desses produtos raros. As caravanas perduravam e a alteração das suas rotas tinha efeitos imediatos na economia da região. Não é por mero acaso que o capitão-mor da Macuana, em 1898, se mostrou preocupado com uma questiúncula, derivada de demasiada bebida, surgida entre alguns régulos da Macuana. O principal problema que advinha desse desentendimento era que um ambiente de lutas iria dificultar a passagem das caravanas que vinham do sertão mais profundo da Macuana em direcção a Ampoense, correndo-se o risco de as pessoas optarem por outras rotas paralelas ou por inverter o sentido caravaneiro em direcção ao lago Niassa e aos Grandes Lagos onde se encontravam caravaneiros vindos da costa Ocidental¹²⁸.

¹²⁷ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.9, M1 (1), Doc.1 a 77, 1898 a 1900; ofício do capitão-mor da Macuana, Francisco da Silva Neves, ao chefe da Secretaria militar do distrito, em 31.08.1898.

¹²⁸ Fonte oral: Fernando Fonseca.

Nos meses de Dezembro a Março, as populações do interior reservavam-se aos seus territórios, esperando a passagem das chuvas e o desenvolvimento das culturas. Nos restantes nove meses deslocavam-se às povoações mais próximas do litoral, como Ampoense, Cabaceiras, Angoche, para permutar os seus produtos por tecidos e sal. Raros os que conheciam o sistema monetário: “habitantes do interior, a 4 ou 5 dias de viagem, desconhece em absoluto o sistema monetário (...)”¹²⁹. O dinheiro seria utilizado nos maiores centros, como Lourenço Marques, Beira, Inhambane, Quelimane e Ilha de Moçambique. Os comerciantes dos pequenos centros optavam por vender as fazendas e sal em troca de géneros uma vez que as populações se lhes dirigiam para comprar esses produtos e só podiam trocar por outros, pois não utilizavam dinheiro para o pagamento¹³⁰.

O sistema monetário não integrava a economia da população do Namarral. Em 1897, a população foi notificada para entregar as armas após uma celebração de vassalagem ao comandante militar de Ibrahim. De início entregaram onze armas e explicaram que só poderiam entregar as restantes trezentas depois de venderem os géneros que possuíam. Ou seja, dominavam o sistema da troca directa e da substituição de um produto por outro, declinando um terceiro quando considerassem que os produtos obtidos fossem de qualidade igual ou superior aos géneros que possuíam, quer se tratasse de armas ou de outros produtos.

O comandante militar percebeu a realidade e substituiu o número de armas pelo número de feijões (trezentos!). Foi o suficiente para as armas terem sido entregues. Como a experiência resultou, o comandante militar juntou dois mil feijões para conseguir o equivalente a duas mil rupias, que foram entregues.¹³¹

¹²⁹ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Correspondência recebida de Moçambique, 1900, 25-90, cota:1008; Ofício dos comerciantes de Angoche ao Conselheiro do Governador Geral da Província, 03.05.1900.

¹³⁰ *Id., ibid.*

¹³¹ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do distrito de Moçambique, Cx.8.15, M.1 (1 a 9; 1886-1899), M.2 (1 a 15; 1857-1896), M.3 (1 a 37; 1850-1899), M.4 (1 a 14; 1881-1892), M.5 (1 a 12; 1852-1900); ofício do comandante militar de Ibrahim, Adelino Augusto de Souza, ao capitão-mor das “Terras Firmes” (ou da Coroa), no Mossuril, 23.06.1897.

O comércio que se realizava no litoral já envolvia a moeda. Porém, não seria essencial para a economia destas sociedades na medida em que, regressando às suas terras no interior, depois de efectuarem as operações nos mercados do litoral, de poucos lhes serviria a moeda. A permuta de bens resultava benéfica para as partes envolvidas no processo na medida em que, se no litoral a procura de bens alimentares era alta (cereais e legumes), as gentes do interior procuravam tecidos e outros géneros, entre eles, o precioso sal marinho¹³². No litoral os mercados e lojas recebiam os mercadores do interior. Trocava-se cereais e legumes por fazendas e outros géneros.

As transformações económicas ocorridas a partir de inícios do século XX levaram as populações africanas a optar por vias de sobrevivência que muitas vezes não seriam as mais fáceis mas asseguravam a fuga ao imposto de palhota e ao trabalho forçado. Muitos optaram pela “rota do khapurra”¹³³.

Se o vocábulo “khapurra” deriva de “akaporo”¹³⁴, tal tem a ver com os cativos que, na língua achirrima eram designados por akaporo. Elikia M’Bokolo diz que os capôrros eram os “escravos domésticos das linhagens africanas livres” (M’Bokolo, tomo I, 2003, p.491). Capela e Medeiros dizem: «no final do século XIX o vocábulo passou a ser utilizado para designar os libertos, que por sua vez entravam no circuito dos “libres engagés” destinados às ilhas do Índico de colonização francesa» (Capela & Medeiros, 1985, p.102). Segundo estes últimos autores, um vocábulo que primeiramente se reportava aos cativos, passou posteriormente a designar os libertos e, em concordância com a fonte oral¹³⁵, passou a designar, nos anos 20 do século passado, a

¹³² A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral, Correspondência recebida de Moçambique, 1900, Cx.25-90, cota:1008; correspondência de negociantes e gerentes de casas comerciais de Angoche ao Governador-Geral da Província, 03.05.1900.

¹³³ Segundo Fernando Fonseca, no século XX (décadas 20 a 50), as rotas do khapurra eram rotas secretas de fuga de homens que pretendiam escapar à vigilância colonial e iam tentar a sorte no interior do continente, mais precisamente nas minas de cobre da Zâmbia e nas minas da África do Sul, que os macuas designavam por “minas de Jonsubeque”.

¹³⁴ Sing.: kaporo, ou caporro.

¹³⁵ Fernando Fonseca.

rota daqueles que fugiam à obrigatoriedade da prestação de impostos e de trabalho à administração colonial portuguesa, optando por tentar a sorte em outros lugares, fugindo silenciosamente à contagem dos efectivos capazes de prestar serviços.

Na impossibilidade de se tirar uma conclusão sobre os vocábulos “capôrrro” e “khapurra” optou-se por se apresentar as informações dadas por uma fonte oral:

“Capôrrro – termo usado até aos anos 50 (1950) por alguns “brancos antigos” (as gerações seguintes perderam o seu uso e significado), apenas a Norte do Zambeze até ao Rovuma.

1º Significado que esses “antigos” davam à palavra: filho de uma “quinhenta”; escarumba ordinário; falso, etc.

2º O porquê: o mulato é filho de branco/preta. O capôrrro é, geralmente, filho de mulata/preto, o que faz regredir a “cor”... o resultado da traição é o capôrrro.

Capôrrro na História – para uns: arruaceiro, fujão, falso, revoltoso, perigoso, etc. Para outros: bastardo, sem carácter nem personalidade, taidor ao “sangue”, etc.

1º Porquê tanta “importância”? Para os outros, quem teve possibilidade de “apurar” a raça e não o fez, produzindo seres que não são nem “carne nem peixe”, não merecem nem valorização nem respeito. Para uns, o sangue e a vivência que tiveram do lado “branco”/ ou “meio branco”, aos seus olhos transforma-os em potenciais líderes entre o povo simples, os campónios, os “selvagens”, etc.

2º Para além dos “uns” e “outros” há um 3º grupo que chamava capôrrro ao negro que, tendo aprendido a falar o idioma dos brancos e seus usos e costumes, alguns até a ler e escrever, - passou a usar estes conhecimentos num sentido negativo, despeitoso e até proibido.

3º Grupo de capôrrros – muitos tiveram a vontade e a coragem de fazer vingar a sua presença evoluindo, enriquecendo, valorizando o seu grupo familiar. Mas, “entre dentes”, continuaram a ser o “escarumba”, o “capôrrro”.

Khapurra – não é uma região, terra ou localidade. É sim um “destino”! um caminho, um percurso, uma rota com uma finalidade: a fuga e/ ou a procura! Fuga: à justiça, aos impostos, às obrigações laborais impostas, a problemas familiares e sociais; Procura: de riqueza para obter casamento, perdões familiares e sociais, pagamento de graves dívidas, promoção local, etc.

Khapurra/ Capôrrro – Qual delas nasceu da outra? Têm algo a ver uma com a outra? Optemos pelo “Se”: se assim for, nos séculos XVII/ XVIII/ parte do XIX era o caporro que seguia o “destino”. Se tal, o destino e a finalidade foram-se alargando e aglutinando outros...até por outras razões! Se quisermos crer, com o passar dos séculos, entre os nativos nasceu a corruptela khapurra... daí a rota do khapurra, a rota da necessidade, e por muitos motivos. Rota essa e khapurra esse que chegou aos meus ouvidos nos anos 50 do século XX. Acredito que, hoje em dia, apenas os refugiados, os comerciantes e contrabandistas saberão de uma pseudo rota... mas não lhe chamam “do khapurra” de certeza absoluta!¹³⁶

Segundo Fernando Fonseca, os akhapôrrro (ou capôrrros) seriam indivíduos que, desintegrados da sua sociedade por abandono, fuga, punição, orfandade ou outro motivo de exclusão, se lançavam na procura de um rumo que não o dos caminhos do trabalho forçado. Escolhiam a “rota do capôrrro” como uma “viagem”. O ponto de reunião dos capôrrros, na região Norte, seria Blantyre (Malawi). Alguns ficavam por aí. Aprendiam

¹³⁶ Fernando Fonseca.

um officio. Outros seguiam para Salisbury, onde se espalhavam nas plantações de tabaco, até à região de Bulawaio. Mais tarde podiam optar por regressar à sociedade que os excluía, permanecer ou continuar a rota, em direcção às minas de África do Sul.

O contributo desta fonte oral revela a permanência do conceito até meados do século XX, embora adaptado às circunstâncias de cada época. Quer no século XX quer no século XIX apercebemo-nos de que este seria o patamar mais inferior da condição de pessoa que não era *ninguém*, ou seja, que nem sequer pertencia a um senhor, nem a uma identidade linhageira. O seu corpo não era *ninguém* e nem sequer era um *corpo vendido*. Por isso podia ser um “escravo destinado à exportação” (Capela, 2000 b., p.33).

As rotas dos capôrrs fundamentavam-se num contexto mais vasto de fuga e de abandono do litoral, em direcção ao interior mais profundo. Em meados do século XX as rotas continuaram a funcionar, já não na direcção do interior para o litoral mas do interior para territórios ainda mais de interior, em direcção aos Lagos e ao Malawi. Fugia-se da costa, onde o colonialismo se instalara. Essas rotas ter-se-ão mantido mais ou menos secretas entre as populações para evitar intromissão dos colonialistas.

O imposto de palhota e outras obrigações das populações para com o Estado português alimentaram a “rota do khapurra”¹³⁷. Quando os problemas sobrevinham em consequência de impostos não pagos, de situações laborais não esclarecidas, de condições sociais, económicas e familiares pouco abonatórias ou meramente de dificuldades de afirmação pessoal, os indivíduos organizavam-se em grupos e seguiam trilhos só conhecidos por guias. Viajavam principalmente de noite. Depois de atravessarem a garganta de Tete e, já em plena Rodésia, uns iam para as minas de cobre da Zâmbia, outros para as minas de ouro de Joanesburgo e outros não passavam de Blantyre, no Malawi. Os mais sucedidos conseguiam regressar com objectos pessoais

¹³⁷ Ou “capurra”.

ou domésticos que se tornavam sinais exteriores de riqueza. Traziam ferramentas ou máquinas de costura que garantiam, pelo menos, a manutenção de uma vida economicamente mais independente, tornavam-se negociantes e ingressavam na rota do sal. Compravam sal na costa e seguiam para Fort Johnston, na ponta do Lago Niassa. Trocavam o sal por peixe seco¹³⁸ e por tabaco de trança¹³⁹ que traziam depois para o interior macua, para venda¹⁴⁰.

A rota do sal em direcção ao interior era ambivalente. Circulava-se do interior em direcção ao litoral e vice-versa, em demanda do sal marinho. Circulava-se também do interior longínquo em direcção ao interior ainda mais profundo. Neste último caso a demanda já não é pelo sal marinho mas pelo sal-gema e sal vegetal¹⁴¹.

¹³⁸ Tilápia. Lagos Chiura e Chiuta eram zonas onde se vendia peixe seco.

¹³⁹ Também conhecido por tabaco de rabo.

¹⁴⁰ Fonte oral: Fernando Fonseca.

¹⁴¹ Fernando Fonseca, fonte oral inextinguível para este trabalho, e Isabel Castro Henriques, *op. cit.*, p. 28, concordam plenamente na maneira como salientam a importância do sal na economia das populações africanas do interior. Quer relativamente a Moçambique, quer relativamente a Angola, o sal foi elemento fundamental nas economias das sociedades do interior, como factor determinante na produção alimentar e mesmo no poder económico e político porque a produção permitia, algumas vezes, a exportação e a integração nas rotas comerciais. Além disso, dominar fontes de produção de sal permitia controlar o circuito caravaneiro do interior.

Capítulo III. A resistência Namarral

1. A resposta a modelos impostos pela administração colonial

A historiografia africana tem-se debruçado sobre as resistências que no período da implementação colonial se desenvolveram em África. No norte de Moçambique verificam-se tipos de resistência ou de resistências que nos permitem uma classificação idêntica às que já foram apresentadas em diversa bibliografia¹⁴².

O que revela que no território Namarral, nas “Terras Firmes” e nos Xecados suaíli se verificou uma dinâmica idêntica que aponta para a defesa dos interesses das populações locais.

Esses interesses estariam compaginados entre os Namarraís, Xequês suaíli e outros chefes Macuas. A estas sociedades juntavam-se os antigos colonos de origem portuguesa que se instalaram no território e aí criaram formas aculturadas de vida e de economia a par das populações, de tal modo que, quando no século XIX se inicia o projecto de instalação colonial, com a consequente proibição do tráfico de escravos, eles vão reagir aos interesses do governo português. Em 29 de Outubro de 1896, Cândido da Costa Soares escreve uma carta ao Governador-Geral sublinhando a sua inocência face às acusações que lhe faziam relativamente a possíveis fornecimentos de armas e de pólvora aos Namarraís. Nesta carta, Cândido da Costa Soares recorda que era proprietário de terras que herdara de seus pais e que ele próprio já nascera em Moçambique “descendente de uma família que tem o seu nome ligado à história de Moçambique”¹⁴³, e que, para salvar a economia da região havia que se estabelecer relações comerciais com xequês e outros chefes do interior.

¹⁴² Lembremos os autores Terence O. Ranger, Nancy Jane Hafkin, A. e B. Isaacman, entre outros.

¹⁴³ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral, Correspondência sobre as operações contra os Namarraís, 1897, M. 1.

Esta manifestação de Cândido Soares corresponderia às preocupações de todos os que faziam depender o desenvolvimento das suas propriedades agrícolas e do seu comércio do trabalho escravo e do tráfico de escravos. No século XIX, este recurso aos escravos, a sua integração no tráfico internacional juntamente ao tráfico de armas alterou o sistema económico e político da região da província de Nampula, colocando as populações em competição económica e atentas aos avanços militares ocupacionais dos portugueses, que também controlavam o tráfico ilegal de escravos.

Não pretendemos aqui seguir na esteira dos historiadores que viram nestes movimentos de resistência das populações do território da província de Moçambique, os primórdios das acções dos líderes africanos relativamente à luta anti-colonial. No entanto, a documentação é pródiga no que respeita ao testemunho da resistência destas populações, nomeadamente dos Namarrais, ao sistema militar e administrativo que durante a última década do século XIX e primeira década do século XX se instalou naquele território¹⁴⁴.

Alguns testemunhos podem demonstrar que a resistência político-militar ao colonialismo português desenvolvido pelas populações do território moçambicano em estudo começou a definir-se no século XVIII (Amorim, 1911, p.145). Na realidade, com as primeiras tentativas (1752)¹⁴⁵ de alargamento dos territórios através de tratados com chefaturas locais (Garcia, 2001), a resistência já se manifestava.

A resistência desenvolveu-se a partir do momento em que os portugueses tentaram avançar no território fronteiro à Ilha, nas terras a partir das Cabaceiras e do Mossuril, em direcção ao interior “com o fim apenas de levar um pouco mais longe as instalações e feitorias” (Amorim, 1911, p.145). Esta reacção dos africanos à pretensão

¹⁴⁴ Os processos contra os Namarrais e a correspondência trocada (arquivada no Arquivo Histórico de Moçambique) sob este tema da resistência dos Namarrais são prova disso.

¹⁴⁵ Até 1752, a colónia de Moçambique foi administrada a partir da Índia. Nesse ano foi criada a capitania-geral de Moçambique, rios de Sena e Sofala.

dos portugueses revela que estes já pretendiam avançar no território mesmo antes da pressão política, em consequência da Conferência de Berlim (1884/1885) e do Ultimato (1890).

Em 1881, o capitão-mor das “Terras Firmes” deixou em registo numerosas campanhas de avassalamento que demonstram já a tentativa de neutralizar e submeter os resistentes. Conseguindo o avassalamento daqueles que poderiam levantar barreiras, ficava garantida a *livre* progressão do comércio desenvolvido por caravanas, controladas pelos portugueses, tal como desejava a administração colonial. Esta preocupação era já uma realidade anterior à Conferência de Berlim porque não apresentava intenção de ocupação do território mas de controlo do comércio.

A necessidade de permitir a chegada à costa dos produtos do interior, comercializáveis e consumíveis, pressionava a realização de relações cordiais dos representantes de Portugal com as populações do interior, mesmo que esse *interior* fosse relativamente próximo das terras de domínio português¹⁴⁶.

Após a Conferência de Berlim (1884/85), o Mapa Cor-de-Rosa (1887) e o Ultimato Inglês (1890), Portugal venceu a pretensão de efectivar a ocupação nos territórios africanos (Alexandre, 2000), especialmente no que dizia respeito à África Oriental (Mbwiliza, s.d.).

O sentimento de humilhação política nacional perante a Inglaterra foi factor importante na queda da Monarquia portuguesa. Em consequência verificou-se a ascensão política de uma burguesia mobilizada pelo Republicanismo, que apelou a um novo nacionalismo pátrio e ao “espírito de missão” e do “dever civilizacional” dos portugueses.

¹⁴⁶ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884; doc. nº 117, de 24.06.1881: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Joaquim Ferreira, ao secretário do Governo-Geral.

O novo impulso colonialista foi acompanhado por uma política activa de melhoramentos materiais nas colónias (Santos, 1998, pp. 498-509) e pelas campanhas de ocupação (extensão da soberania). A chamada “geração de 95” ficará definitivamente associada a este acontecimento.

Glorificada no plano nacional, a “geração de 1895” incorporou o “elevado espírito colonizador” e concretizou a política colonialista defendida na metrópole. Segundo as palavras de Hafkin, os elementos que compunham esta “geração de 95” eram “agressivos, racistas e imperialistas”, e defendiam uma política militar rígida para África. Consideravam que a política “liberal” para África adoptada pela Monarquia, especialmente desde 1850, era a principal causa da humilhação provocada pelo Ultimato inglês, assim como dos muitos problemas com que Portugal se debatia à data (Hafkin, 1973, p.363).

A condução da política de administração das colónias por parte de Portugal, orientada para a ocupação territorial, deu lugar a um ambiente de resistência por parte das populações islamizadas da costa e dos Macuas, culminando com efectivas campanhas militares organizadas pelos portugueses e com revoltas das populações, especialmente acentuadas no território desde Pemba a Moma, no período de 1890 a 1913 (Mbwiliza, s.d.)¹⁴⁷.

No período de 1890 a 1913 (até 1920) registam-se lutas, batalhas, alianças nos planos políticos e militares, ao ponto de colocar lado a lado antigos competidores no comércio de escravos, como eram os principais chefes Macuas e Suaílis (Hafkin, 1973, p.364).

¹⁴⁷ Eduardo Lupi (1898) sublinhou a oposição dos mujôjos de Angoche aos portugueses, porque estes ocupavam terras, impediam o tráfico de escravos e tinham outra religião. Os xecados suaílis que mais resistiram à ofensiva portuguesa foram Angoche, Sancul, Sangage, Quitangonha. O sultanato de Angoche era o único principado islâmico na costa de Moçambique e reunia recursos humanos e materiais que o ligavam a outros centros muçulmanos, nomeadamente Zanzibar.

A documentação da administração colonial portuguesa moçambicana produzida no arco temporal de 1880 a 1918 permite detectar um persistente clima de tensão e guerra entre Portugal e as entidades locais e, em particular, o carácter sistemático e extensivo da resistência dos Namarrais e seus aliados face à presença e ao avanço na ocupação territorial por parte das forças portuguesas no território. Naquele conjunto documental destacam-se alguns relatórios militares, como o *Relatório do combate da Muchelia no dia 13 de Abril de 1897 por forças do Marave*, no qual o alferes José Xavier Ferreira de Barros descreve o exército dos Namarrais e seus aliados, que avançavam em campo aberto, à semelhança dos militares portugueses e seus aliados (Telo, 2004)¹⁴⁸. Um relato que sugere uma resistência cuja dimensão armada não se limitou apenas a guerra de guerrilha, ou a «guerra da pulga», para usar uma expressão de Pélissier (Pélissier, 1994, vol. I, p.251).

Os documentos portugueses da época permitem ainda delinear um outro quadro de comportamentos no terreno que não corresponde inteiramente ao que tem sido sustentado pela historiografia portuguesa. Segundo esta, a reacção dos africanos fez-se sempre como efeito ou consequência das acções militares de ocupação dos territórios por parte da administração militar portuguesa. No entanto, o comportamento do colectivo Namarral e seus aliados não terá sido sempre este. Durante a segunda metade do século XIX verifica-se uma resistência dos Namarrais muito localizada nos territórios adjacentes às aldeias de Mocuto-muno e de Naguema que se vai alastrando paulatinamente, para além de outras terras, onde se incluíam as dos aliados da “confederação”. A aliança permitia a construção de um bloco militar de resistência e de luta.

¹⁴⁸A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.156, M1, Doc.1 a 147, 1892 a 1897; doc. nº 155, de 26.04.1897: Relatório do combate da Muchelia no dia 13 de Abril de 1897 por forças do Marave, escrito pelo alferes José Xavier Ferreira de Barros.

De maneira localizada ou de modo generalizado, os Namarrais tiveram também iniciativa de ataque contra os portugueses e seus aliados. Nem sempre, a resistência activa ficou limitada à resposta aos avanços militares dos portugueses. A preparação dos ataques aos territórios ocupados pelos portugueses, quer individualmente quer em aliança confederativa, foi também iniciativa das populações da região.

Estamos perante um quadro evolutivo no que respeita às estratégias de acção “armada” no terreno. Numa primeira fase (c.1880 a c. 1900) os Namarrais atacavam as forças portuguesas em progressão no terreno e as terras ocupadas com recurso aos ataques de surpresa a partir da densidade do mato (Albuquerque, 1897). Com o engrandecimento da sua capacidade de controlo das rotas caravaneiras, dos territórios, dos contactos com as populações do litoral e com os mercadores que chegavam por mar, houve possibilidade de se proceder ao apetrechamento de armamento e, mais interessante, de conhecimentos de estratégia e de hierarquia militar, de capacidade de organização não apenas de um grupo militar mas de vários grupos organizados em rede.

As sociedades africanas mantinham uma dinâmica evolutiva que não se limitava às suas fronteiras territoriais. Com as trocas comerciais (onde escravos, armas e pólvora eram os produtos mais apetecíveis) aconteciam trocas de ideias, de notícias e de conhecimentos que germinavam outros modos de acção por parte dos líderes Afro-islâmicos.

A observação das técnicas militares de progressão no terreno, aplicadas pelos militares portugueses, a absorção no seio das suas sociedades de gente vinda de outras terras e culturas, mais ou menos longínquas, e de gente fugida das terras de domínio português, nomeadamente sipais (alguns mesmo do contingente da Maganja da Costa), forneceram ao Namarral efectivos e conhecimentos que o apetrecharam suficientemente para a organização de um exército estruturado por “mangas” que lutavam em terreno

aberto. Para trás ficaram os ataques de surpresa e a resistência de um grupo que pretendia consolidar a sua recente presença nas terras cedidas pelos portugueses.

Surgia, num enquadramento alargado, a sociedade Namarral integrada numa “confederação”, capaz de vincar os seus interesses face à administração militar portuguesa e face a todas as outras sociedades e grupos no território (Suáílis, Afro-islâmicos, Afro-lusos, Indianos, Árabes). Os Namarraís não se limitaram a permanecer nas suas terras. Como líder jovem com capacidade de romper com a tradição (lembramos o rompimento de Mocuto face a Moquiéje, de Chalau) e de avançar em direcção ao litoral com um grupo de seguidores, Mocuto permitiu que as suas novas terras funcionassem como um *quilombo*, arregimentando, assim, o “saber-fazer” dessa gente, que lhe trouxe também armas e ideologias.

No contexto das ideologias, não ficarão totalmente isentos de responsabilidade na sua disseminação, os antigos “akaporo” retornados a Moçambique e os homens que eram enviados para aquele território para cumprir penas de degredo¹⁴⁹. É possível que ao longo da segunda metade do século XVIII e do século XIX, homens vindos de partes longínquas, mesmo de além-mar, tenham feito germinar na região novos conceitos e ideais em face do sistema da administração militar colonial. No entanto, estes ideais não colidiam com os interesses do comércio escravagista que a todos, na generalidade, interessava manter activo (Henriques, 2004, p.276).

Brasileiros e angolares, ex-escravos ou degredados, poderão ter tido influência nas decisões políticas da sociedade Namarral e, provavelmente, na formação de sociedades secretas¹⁵⁰. Estas integrariam também antigos portugueses, ou melhor, os seus descendentes indo-afro-luso descendentes. José Capela informa que existiam

¹⁴⁹ Não é pretensão da nossa pesquisa presente avançar mais neste tema. No entanto consideramo-lo pertinente e merecedor de investigação própria pois, a investigação tem revelado indícios de influência ideológica de gente ida do Brasil para a Ilha de Moçambique.

¹⁵⁰ Embora de difícil comprovação documental, o estudo sobre a existência destas sociedades pode trazer novas luzes para a história de Moçambique.

sociedades secretas “nomeadamente lojas maçónicas”, que “deram cobertura à manutenção do tráfico da escravatura para além da sua ilegalização” (Capela, 1993, p.209).

As fugas de escravos no continente fronteiro à Ilha de Moçambique eram mais frequentes do que até aqui se tem pensado, assim como terão sido mais frequentes na África Negra do que se tem vindo a considerar os movimentos de resistência, rebelião e “marronage”¹⁵¹ (Alpers, 2003, vol. 24, nº2, p.55) e a existência de “comunidades quilombolas”. A forma como esses sistemas se desenvolveram adquiriu características próprias no mundo africano do Oceano Índico (Alpers, 2003, vol. 24, nº2, p.55). Estes novos grupos sociais vão actuar nos espaços de recepção de acordo com os interesses da sociedade hospedeira. Foram eles que, garantidamente, forneceram informações, conhecimentos e armas e participaram nas acções de resistência à ocupação colonial.

A tendência inicial para a hospitalidade e apoio dos africanos aos navegadores e comerciantes que chegavam por mar foi-se desgastando à medida que os contactos se prolongavam no terreno. As populações do interior receberam bem as primeiras gerações de viajantes e exploradores. Mas a ideia da passividade dos africanos face à ocupação dos seus territórios por parte das potências colonizadoras está ultrapassada face às formas como a(s) resistência(s) se manifestaram. Diz Ilídio do Amaral: “O exame atento dos documentos permite alterar a ideia muito generalizada de comportamentos demasiado passivos dos Africanos perante a partilha do seu continente” (Amaral, 2000, p.50).

A partir do século XIX, com a ocupação territorial e a desautorização dos chefes tradicionais, as “entidades” africanas mudaram os comportamentos. A resistência adquiriu várias formas (Ki-Zerbo, 1990, pp.82-99) e os Namarrais revelaram, pelo

¹⁵¹ Alpers distingue *petit marronage* de *grand marronage*. A sua diferença está no tempo em que o indivíduo está completamente livre, sem pertencer a algum senhor.

modo como a documentação deixa transparecer, capacidades para aplicarem diversos tipos e formas de resistência. Neste contexto destaca-se também o “Marave”, chefe militar de Molidé Volay que juntamente com os Namarrais (“recém-chegados”)¹⁵² terão acelerado a acção das lutas da resistência (Hafkin, 1973). Esses “recém-chegados” eram frequentemente os líderes da resistência à colonização (Davidson, 1978).

Enquanto os Namarrais fizeram parte de um sistema que servia a todas as sociedades em presença no território, não houve choques. No entanto, quando os interesses se alteraram estas sociedades entraram numa nova fase relacional que foi despoletada pela mudança dos objectivos e instrumentos de domínio e de exploração do território por parte dos portugueses.

Os Namarrais reagiram à mudança de objectivos da administração colonial. Conforme já vimos anteriormente, numa primeira fase verificou-se um conjunto de acções que não fugiam às estratégias comuns da chamada “guerrilha” (Pélissier, 1994). Paulatinamente, a resistência dos Namarrais tornou-se mais coordenada e concentrada em objectivos militares e estratégicos, visando uma resposta muito clara a três situações que estavam a alterar o panorama político e económico vigente durante os séculos XVIII e XIX:

1. A proibição do tráfico de escravos¹⁵³
2. As campanhas militares para avanço e ocupação do território
3. O trabalho forçado e o imposto de palhota¹⁵⁴

Os estudos sobre a “resistência” africana na etapa colonial aqui em consideração, além de tenderem a acentuar a sua natureza essencialmente étnica, que é

¹⁵² No sentido de recém-formados como estrutura política e social.

¹⁵³ Para além da proibição do comércio havia que acabar com a escravatura para arruinar os lucros dos traficantes ilegais.

¹⁵⁴ O imposto de palhota foi introduzido, em 1842, logo após o comércio de escravos ter sido ilegalizado. O trabalho forçado, ou chibalo, surge para substituir o trabalho do escravo, como uma obrigatoriedade para que se pudesse pagar o imposto de palhota. Ao mesmo tempo, as famílias viam-se obrigadas a produzir culturas de rendimento (tabaco, algodão,...) para comercializar junto das Companhias Internacionais.

controversa, enfatizam dois tipos principais: a resistência activa e a resistência passiva. Incluem-se na resistência activa acções como a rebelião, o confronto guerreiro, a feitiçaria, a recusa do pagamento do imposto. Incluem-se na resistência passiva ou silenciosa, práticas como a fuga, a passividade (Madureira, 1988, pp.31-32)¹⁵⁵, o abstencionismo.

Estes tipos de resistência foram coevos e fizeram parte, na sua variedade de experiências, de dimensão maior ou menor, da resistência das sociedades africanas. As resistências desenvolveram-se, segundo autores como Basil Davidson ou John Thornton quer por sociedades fortemente centralizadas quer por sociedades “acéfalas”, apresentando, algumas destas, formas mais prolongadas de reacção (Mendy, 1994, pp.38, 39). O que esteve sempre em causa foram essencialmente três aspectos que mesmo em pleno século XX foram subjacentes às formas mais politizadas de resistência: a liberdade, a soberania e a independência (Mendy, 1994, p.39). Havia que manter a identidade cultural das sociedades em presença e de lhes garantir a continuidade das suas formas e meios de subsistência.

2. A resistência a um novo padrão económico

Apesar de, em 1857, a escravatura ter sido oficialmente ilegalizada, o tráfico de escravos constituía a base económica do território da província de Moçambique (e para além deste espaço), proporcionando uma dinâmica que envolvia todos os agentes em presença, numa trama onde até o próprio escravo poderia ter os seus escravos. (Capela, 2001)

¹⁵⁵ A passividade aliava-se ao silencioso abandono das terras ocupadas pelos portugueses e companhias majestáticas, em fuga ao trabalho forçado e ao imposto de palhota.

Durante toda a segunda metade do século XIX, as sociedades do interior e do litoral encontraram-se para comerciar produtos diversos, com maior relevância para o marfim, tabaco, borracha, armas e escravos (que também carregavam os produtos). Estes encontros não aconteceram sem tensão. Em alguns casos terão resultado em lutas, com as consequências que isso trazia: espoliação, escravização e morte.

Neste sistema inter-societário frágil, as chefaturas e os xecados viram-se na contingência de recorrer ao apoio militar dos portugueses para, por um lado, conseguirem protecção e defesa relativamente aos grupos concorrentes e rivais e, por outro lado, para, debaixo dessa capa protectora, continuarem a alimentar o sistema económico escravocrata que, afinal, servia a todos, inclusive aos negociantes portugueses.

O pedido de vassalagem do xeque Abacay Ladique para fugir à guerra com os Macuas¹⁵⁶ e a queixa de que fora alvo de roubo por gente do xeque Irgy Mangy¹⁵⁷, revela a fragilidade das relações entre as diferentes comunidades naquele território. Por seu lado, Mangy queixou-se que uma sua lancha transportava gente e “5 fumbas com fazendas” e que vinte homens armados assaltaram a embarcação, levando produtos e gente. Não declarando exactamente de quem se suspeitava, Mangy queria também apontar culpas a Ladique. O sistema de acusações mútuas e de denúncias foram aproveitados pela administração portuguesa para mais facilmente dominar as populações através da vassalagem dos seus líderes. Esta queixa de Mangy revela-nos ainda a prossecução do tráfico de escravos, que tanto estaria a acontecer por mão de Mangy, quer decerto por aqueles que assaltaram a embarcação.

¹⁵⁶ A.H.M., Fundo do século XIX, Processo contra os Namarrais, 1897, (M1), doc. 23.10.1896.

¹⁵⁷ A.H.M., Fundo do século XIX, Processo contra os Namarrais, 1897, (M1), doc. 24.01.1897.

Os “moradores” ou descendentes de antigos colonos portugueses queixavam-se da insegurança existente no território, que dificultava a manutenção do comércio com as chefaturas da região, suas congéneres.

O fim do modelo económico baseado na escravatura, especialmente no comércio internacional a partir de 1842¹⁵⁸, trouxe descontentamento entre as elites africanas envolvidas no tráfico e os “negreiros” estrangeiros que chegaram a escrever uma carta ao governo português sublinhando os benefícios do comércio de escravos (Capela, 1993, p.31).

Os chefes africanos do interior, que haviam sido dos maiores beneficiados com o tráfico internacional, por via directa ou indirecta, porque participavam na captura, compra e venda de escravos ou, porque exigiam impostos de passagem e “saguates” a todos os que usam as rotas caravaneiras pelos seus territórios, pretendiam garantir a manutenção de um “status quo”. Na escravização tinham os seus próprios meios de captura, ou contrastavam a captura com outros chefes do interior.

Uma sociedade como a Namarral, cuja economia se alicerçava no comércio de escravos, provenientes quer dos circuitos caravaneiros quer dos assaltos e raptos, não poderia aceitar com facilidade a imposição de um novo sistema económico controlado pelos “novos portugueses” que se instalavam com armas e formas de domínio que paulatinamente se aproveitaram das fragilidades inter-relacionais que as sociedades “do interior” e “do litoral” se debatiam por várias circunstâncias que os documentos de autoria portuguesa podem não explicar mas decerto por causa do final do tráfico internacional de escravos.

¹⁵⁸ Decreto que proibiu a exportação de escravos.

3. A resistência à ocupação do território

Esta realidade é a que está mais profusamente registada na documentação produzida pela administração portuguesa nas últimas décadas de oitocentos porque corresponde aos inúmeros officios e relatórios que a administração militar produziu e enviou para a metrópole ou para o Governador-Geral.

Os relatórios da autoria de Mouzinho de Albuquerque relativamente às campanhas militares contra os Namarras revelam que, mais ou menos intencional, com maior ou menor espectacularidade fornecida pela pena do militar que pretende brilhar pelos seus feitos, os Namarras ofereceram, de facto, resistência ao avanço militar português no sentido do domínio territorial.

Sobre essa resistência à ocupação do território, podemos eleger a obra de René Pélissier como das mais completas no que respeita às acções militares portuguesas e africanas, no espaço e no tempo.

Para além dessas formas militares, a resistência desenvolveu o sistema de boatos e de denúncias. O caso da acusação ao “moiro Abdurramane”¹⁵⁹, por ter avisado previamente os Namarras das acções que estavam a ser preparadas pelos portugueses, é emblemático desse sistema de desconfiança que se instalou e que os portugueses souberam aproveitar.

Outra situação reveladora da resistência activa foram as lutas que continuaram para além das campanhas militares de Mouzinho de Albuquerque e seus homens de confiança. São os próprios “cabos de terra” que, próximo de Natule, cortam a cabeça a um homem que disseram ser Namarral e que todos os outros cerca de 15 a 20 homens teriam fugido¹⁶⁰.

¹⁵⁹ A.H.M., Fundo do século XIX, Processo contra os Namarras, 1897, (M2), doc. 27.10.1896.

¹⁶⁰ A.H.M., Fundo do século XIX, Processo contra os Namarras, 1897, (M2), doc. 02.12.1896.

Em 13 de Dezembro de 1896¹⁶¹, os Namarrais cercaram e prepararam um ataque de surpresa ao comando de Natule. O “inimigo que tinha sido visto avançando de rasto, mas a descoberto, desapareceu prontamente entre o arvoredos”¹⁶² mantendo o cerco durante toda a noite. Diz o documento que se tratava de um grande número de Namarrais que ao amanhecer abandonaram o cerco. Neste caso, o ataque foi por iniciativa dos Namarrais, que pretendiam anular o comando militar de Natule. Esta situação de ameaça constante dos Namarrais às praças militares portuguesas criava ambiente de insegurança. Num outro ofício, o comandante da 2ª Companhia de Guerra diz claramente que “os avisos de guerra são contínuos”¹⁶³. Ou seja, dos Namarrais e seus parceiros às forças militares portuguesas.

Este ambiente revela que não foi fácil nem rápida a estruturação militar e administrativa portuguesa no território em estudo. E, se se registam formas de luta relativamente ao novo sistema económico imposto pelos portugueses, que passava pela ilegalização do tráfico de escravos, havia também a reacção ao domínio militar do território. Os documentos registados no *Processo Contra os Namarrais*, constituído por três maços¹⁶⁴, revelam as várias formas de resistência à ocupação territorial a que os Namarrais recorreram.

No entanto, parece-nos que estas lutas nada têm que ver com o ideário de Mouzinho. Representavam interesses e vinganças das sociedades no terreno e, provavelmente, envolveriam homens que lutariam também sob as ordens de Mouzinho. A complexidade das causas que levaram às lutas e às mais variadas formas de resistência não ficaram claras nos documentos e terão escapado ao entendimento da maioria dos portugueses que então se encontravam no terreno a defender um ideário

¹⁶¹ O Distrito de Moçambique tinha sido criado por Decreto, dois dias antes (11.12.1896).

¹⁶² A.H.M., Fundo do século XIX, Processo contra os Namarrais, 1897, (M2), doc. 13.12.1896.

¹⁶³ A.H.M., Fundo do século XIX, Processo contra os Namarrais, 1897, (M2), doc. 19.12.1896.

¹⁶⁴ Guardados no Arquivo Histórico de Moçambique.

trazido da metrópole, que escapava aos interesses das diferentes sociedades ali existentes.

Interessante também é percebermos como este processo militar de ocupação do território movimentou o comércio europeu de armas. Em 6 de Dezembro de 1896, o gerente da Companhia W. Philippi & C^a escreveu ao Chefe de Estado-Maior, Ayres de Ornellas, informando-o que já tinha efectuado a encomenda de duas mil espingardas com baioneta e bainha de baioneta e quinhentos mil cartuchos à cidade de Hamburgo¹⁶⁵.

A ocupação militar e administrativa vai permitir uma definição colonial do território mas será sempre ténue e limitada a bolsas mais ou menos significativas. No território do antigo distrito de Moçambique, apesar de, a partir de 1913, terem praticamente terminado as lutas de pacificação, e a partir de 1918, com a Primeira Grande Guerra se terem fundido as lutas das sociedades africanas pelos seus próprios interesses, é conhecida a fragilidade do império e do sistema de colonização.

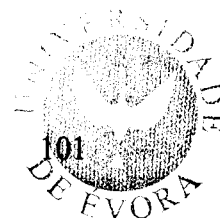
4. A resistência à obrigação tributária

O tráfico transatlântico de mão-de-obra escrava prosseguiu desde 1836¹⁶⁶ até meados da segunda metade de novecentos. Para as colónias francesas, e após a abolição da escravatura pela França em 1848, os escravos passaram a indentificar-se por *libre engagés*, o que significa que a escravatura permaneceu durante o século XIX até à primeira década do século XX.

A mão-de-obra escrava deu lugar à mão-de-obra compelida mas ambas coexistiram. Homens e mulheres foram obrigados a trabalhar nas grandes plantações de

¹⁶⁵ A.H.M., Fundo do século XIX, Processo contra os Namarrais, 1897, (M2), doc. 06.12.1896.

¹⁶⁶ Ano da abolição do tráfico intercontinental de escravos.



monocultura, de particulares ou das companhias, como a Companhia do Algodão, sob pena de perderem direito de viverem nas suas terras e direito de protecção miliar.

Os portugueses instituíram o trabalho forçado¹⁶⁷ e o imposto de palhota¹⁶⁸ como meios de repressão e de manutenção financeira do sistema administrativo colonial. Em resposta, as populações africanas prosseguiram com a resistência a estas imposições.

Os chefes africanos reagiram “à apropriação abusiva dos seus territórios” aos impostos *per capita* e de mussoco, à obrigatoriedade do cultivo de produtos de interesse para a “indústria metropolitana”, ao recrutamento compulsivo para o trabalho em locais, frequentemente muito afastados do seu núcleo territorial e familiar onde as condições de trabalho e de trato eram muito rigorosas e opressivas, à imposição de normas culturais europeias que chocavam com os usos e costumes tradicionais (Amaral, 2000, p. 50).

O sistema de recrutamento dependia na generalidade de “intermediários comerciais” que asseguravam relações políticas e comerciais entre os reinos, especialmente entre os costeiros e os do interior. Estes homens eram fornecedores de alimentos, panos, armas, loiças, esteiras e, claro, escravos, que recrutavam nas terras por onde passavam, conhecedores antigos desses sistemas, muitos deles “filhos pardos das grandes famílias coloniais”, “serventes descalços das casas comerciais brancas” (Birmingham, 2003, p.45).

O imposto de palhota passou a ser obrigatório a partir de 1854. Segundo um documento de 20 de Junho de 1896 que procura explicar tal imposto, os africanos tinham de pagá-lo se estivessem em terreno do Estado ou de particular¹⁶⁹. O pagamento fiduciário tornava-se difícil para os africanos. Mouzinho de Albuquerque, em 05 de

¹⁶⁷ O trabalho indígena foi regulamentado em 9 de Novembro de 1899. Foi posteriormente alterado em 1911 mas manteve a possibilidade de os patrões exercerem violência sobre os criados. Em 1914 foi revogado pelo “Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas”.

¹⁶⁸ Instituído em 1854.

¹⁶⁹ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 2ª Repartição, Finanças de Moçambique, Mouzinho de Albuquerque, 20.06.1896: questões sobre o imposto de palhota.

Maio de 1896 propusera que o imposto fosse substituído por trabalho. Os proprietários de terras opuseram-se porque viam no imposto de palhota uma fonte de recolha de moeda. Para além do dinheiro que o Estado e os particulares conseguiam angariar ficava garantida a existência de mão-de-obra para trabalhar, especialmente no tempo da apanha do cajú. As pessoas ficavam presas ao local: tinham de trabalhar para reunir o dinheiro necessário para pagar o imposto de palhota.

A estas imposições não ficaram indiferentes os Namarraís de Naguema, e o chefe Marave (liderava um grupo de Namarraís, na prossecução do espírito federativo político-militar que o ligava ao *Estado Namarral*)¹⁷⁰ assim como os de Ibrahimio que, em Agosto de 1896, impediram que o comandante militar de Natule fizesse a cobrança do imposto de palhota. Escreve o oficial encarregado da cobrança do imposto ao comandante militar de Natule:

“cheguei ontem ao meu destino, e tendo-me dirigido primeiro à povoação do régulo Ibrahimio, ali encontrei o que hoje se intitula régulo, de nome Mamade, irmão do referido Ibrahimio que falleceu á pouco; próximo à caza d’este régulo encontrei uns seis pretos armados de espingardas e zagaías, que ali se conservaram sempre enquanto eu e o segundo sargento Valente, que me acompanhava, nos achavamos em caza do régulo, por quem fomos recebidos; três quartos d’hora depois pouco mais ou menos achavam-nos rodeados d’uns sessenta homens todos armados da mesma forma que os primeiros, continuando a aglomerar-se a pouco e pouco, sem que eu soubesse a proveniência de tal ajuntamento; eu e o segundo sargento Valente observamos que os individuos que ali se achavam segredavam entre si, sem que pudéssemos saber o que elles diziam. Não obstante pedi ao régulo que me indicasse o número de palhotas e sua população para dar começo à estatística, respondeu-me que elle por si não sabia dizer-me, por não saber, pois quem poderia informar-me era o seu antecessor se elle fosse vivo, ou, os cabos que estão pelas differentes povoações; tendo-lhe antes pedido para elle mandar chamar a gente das suas povoações a fim de virem satisfazer os seus impostos ficou callado; e depois que se havia ajuntado maior número de gente a que acima me refiro levantou-se do pé de mim e do segundo sargento e convidou-me acompanhá-lo às trazeiras da sua caza e disse-me que seria bom n’esta occazião não fallar no imposto, porque agora ninguém tinha tanto dinheiro para pagar pois tinham muita necessidade e fome. Em vista pois da perspectiva manifestada por tanta gente armada, entendi não insistir em pedir dinheiro algum.”¹⁷¹

As populações não tinham condições para pagar 2.500 réis anuais. Eram pobres e os seus bens resumiam-se a produtos de consumo, sem lugar a alguma

¹⁷⁰ *Id., ib.*

¹⁷¹ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-geral de Moçambique, Cx.8.156, M1, Doc.1a 147,1892 a 1897; doc. n° 84, de 21.08. 1896: officio do oficial encarregado da cobrança do imposto de palhota, tenente Francisco Rodrigues, ao comandante militar de Natule, capitão Caetano João Fialho, 21.08.896.

espécie de poupança fiduciária. Se, por exemplo, em 1900, era mais fácil a uma pessoa de Inhambane pagar o referido imposto porque conseguia amealhar com o trabalho que desenvolvia nas minas do Transval, no caso da Macuana, o domínio efectivo da região resumia-se ainda a poucos quilómetros da costa e, como tal, tornava-se difícil controlar quem realmente poderia proceder ao pagamento, para além de, na realidade, não prevalecer uma economia que promovesse a acumulação de alguma riqueza em dinheiro.¹⁷² No entanto, a região Norte de Moçambique também forneceu mão-de-obra para o Transval e minas de ouro da África do Sul, através das Companhias Majestáticas do Niassa e do Zambeze que entregavam a mão-de-obra excedentária aos recrutadores (Clarence-Smith, 1985, pp.115-116).

Com o desenvolvimento do capitalismo e conseqüente necessidade de produção para o mercado, as unidades familiares vão dispersar-se. As pessoas viram-se obrigadas a ter de partir para fugir ao trabalho forçado, ao imposto de palhota, aos impostos em géneros, dinheiro ou trabalho.

A imposição das culturas de rendimento fez reduzir ainda mais o número de efectivos nas terras da Macuana. A produção única impediu as pessoas de cultivar outros produtos para o seu sustento. A fome começou a crescer e o medo à angariação de gente para trabalhar no algodão fez com que muita gente abandonasse as suas aldeias e fosse para outras terras: Niassalândia (actual Malawi), Tanganica (actual Tanzânia), e África do Sul. A partir de 1938, o drama dos campos de algodão e do trabalho inerente surgiu por uma necessidade de satisfação das necessidades da indústria têxtil portuguesa, situação agravada pela subida do preço no mercado mundial.

¹⁷² A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-geral, Correspondência recebida de Moçambique, 1900, 25-90, cota: 1008; Relatório do estado da capitania de Mossuril, da autoria do tenente da infantaria António Augusto Ferreira Braga, enviado ao Governo do distrito de Moçambique, 27.07.1900.

5. As formas de resistência

Os documentos revelam vários tipos de resistência por parte dos Namarrais. Por isso, consideramos mais coerente, falarmos em *resistências*. Para D. Diakité, na África Ocidental a resistência sistemática iniciou-se no período entre 1870/1880, com a conquista e a instalação do sistema governamental colonial europeu (Diakité, 1997, pp.1-19), mas na África Austral e Oriental as datas são anteriores como a seguir se verá.

Ao avanço português, as sociedades locais responderam de formas várias, desde o confronto à aceitação formal da vassalagem.

Por outro lado, a própria fragilidade administrativa do Estado colonial que se impôs, a falta de capitais e de investimentos por parte da entidade colonizadora e o recurso ao trabalho forçado e, mais tarde, a tentativa de assimilação, foram factores que não desequilibraram totalmente as entidades alvo de colonização mas tornaram o sistema colonialista peculiarmente violento na medida em que, se o sistema político-económico não era potente para proceder a um enraizamento dos valores colonizadores, o recurso à força e à compulsão garantiam o funcionamento da máquina colonizadora (Hochschild, 2001)¹⁷³.

De facto, no período considerado no presente estudo, detectamos diversos tipos de resistência que podem funcionar em simultâneo num mesmo arco cronológico e consoante o objectivo dessa mesma resistência. Ou seja, a resistência poderia ser passiva ou activa, de acordo com as circunstâncias em que os episódios se sucediam. Ambas, no entanto, com o objectivo comum de ir contra a penetração colonizadora, contra a pretensão de domínio por parte de uma outra sociedade, ou contra o sistema de impostos definido pela administração colonial (trabalho forçado, imposto de capitação

¹⁷³ A obra de Adam Hochschild analisa a natureza violenta dos sistemas coloniais militar e administrativamente frágeis. Sobre o processo de instalação colonial, o autor sublinha que em meados da década de 1870 cerca de 80% da África estava ainda sob domínio de chefes negros e que “um Portugal debilitado apregoava direitos à maior parte do que fora o reino do Kongo, bem como a Moçambique, na costa oriental.” (p.67)

ou taxa de habitação, culturas obrigatórias entre outros) (M'Bokolo, tomo II, 2007, p.332).

As populações vão, paulatinamente, reagindo de modo mais incisivo ao avanço da colonização. Recusam-se a pagar o imposto de palhota, pegam em armas e escondem-se em zonas fora do alcance das autoridades portuguesas para daí prepararem sublevações e incursões, emigram para os territórios de colonização inglesa ou para os territórios sob controlo das Companhias do Niassa, do Zambeze e de Moçambique (enquanto estas existiram), omitem idade e estado civil para se escusarem dos encargos financeiros, refugiam-se em cultos religiosos.

Outros aspectos apresentados pelos autores anteriormente referidos para explicar o processo de submissão das populações africanas prendem-se com o facto de a localização mais próxima da costa revelar uma maior apetência para as alianças e vassalagens enquanto as sociedades do interior se apresentam mais ciosas dos seus territórios e da sua autonomia. Ainda, as fomes, as secas, as cheias, as epidemias, teriam sido outros factores de fragilização das sociedades africanas.

Entre várias classificações definidas por africanistas foram apresentados quatro tipos de resistência (Isaacman & Vansina, 1991):

- 1- Oposição/ Confronto;
- 2- Resistência localizada;
- 3- Rebelião;
- 4- Feitiçaria.

Numa abordagem mais sintética, John Iliffe apresenta duas formas de reacção dos africanos face à superioridade tecnológica dos europeus (Iliffe, 1999, p.250):

- 1- Resistência;
- 2- Negociação.

Martinho Pedro aplica, para o período de 1834/1921, o conceito de resistência para explicar a reacção do chefe Napaua, do território entre o Lúrio e o Monapo, à acção de ocupação dos portugueses, o que resultou na inevitável reestruturação das sociedades, tal como anteriormente já vinha acontecendo com as populações situadas junto à costa e no *hinterland*, logo que se verificou a implantação dos governadores militares na Ilha de Moçambique. (Pedro, 1995, pp.45-46)

A oposição e a confrontação surgem entre indivíduos ou grupos que, com interesses compatíveis, revelem a mesma intenção sobre um mesmo objecto. Não são as diferenças as criadoras da oposição mas “a luta por ter em exclusivo o que existe em comum ou que o outro possui” (Liesegang, 1998, p.100)¹⁷⁴. Liesegang salientou o conceito de Moçambicanidade, que terá iniciado em 1891, à medida que o processo de “indigenização” se foi realizando durante a colonização, proporcionando uma aproximação cultural, política e social de todos os grupos (clãs, linhagens...) num território determinado do exterior¹⁷⁵.

David Eltis sublinha a habilidade e a capacidade de resistência dos africanos nas relações afro-europeias. Apresenta números para o estudo das rebeliões (uma das muitas formas de resistência) dos grupos escravizados. Detecta movimentos revoltosos mais numerosos no momento do embarque, após algumas semanas no mar e finalmente, no momento de chegada ao local de destino. Porém, como o próprio autor refere, não acedeu ao estudo dos movimentos regionais e à natureza da resistência no território africano. (Eltis, 2000, pp.170-171)

Na esteira de David Eltis, Paul Lovejoy reafirma a necessidade de se conhecer como eram feitas escravas as pessoas e em que circunstâncias (Lovejoy, 2000, p.3). Conhecer esta história silenciosa permite entender os processos da escravização e das

¹⁷⁴ Referindo-nos à obra de 1998, na “Introdução”, Gerhard Liesegang refere-se a um dos textos que compõem a referida obra, da autoria de Boaventura Sousa Santos.

¹⁷⁵ Aspectos que também Pélissier e Newitt referiram.

resistências aos sistemas escravocrata e colonial. O que não obriga a uma relação de continuidade ou de causa efeito entre o primeiro e o segundo sistema, aqui referenciados em blocos distintos apenas por mera comodidade de explanação uma vez que ambos persistiram em comum na maior parte do seu tempo de existência.

Joseph Ki-Zerbo afirma que até ao século XIX, a resistência dos africanos face aos europeus não foi verdadeiramente assinalável. A tendência seria mesmo para a hospitalidade e apoio aos brancos, especialmente por parte das populações do interior quando visitadas por viajantes e exploradores. A partir do século XIX, os comportamentos mudaram quando os africanos se aperceberam da intenção de ocupação territorial e de desautorização dos chefes tradicionais. A partir de então, a resistência adquiriu as mais variadas formas. (Ki-Zerbo, 1990, pp.82-99)

A tipologia das formas de resistência é diversa. Desde a estratégia do silêncio à fuga, desde o ataque de surpresa à razia e à guerrilha. O processo de resistência à influência portuguesa no antigo distrito de Moçambique foi complexo e multifacetado, não constituindo apenas uma corrente unidireccional ocupante/ocupado. Os elementos envolvidos no terreno eram muito mais do que os portugueses de um lado e os chefes africanos e suaílis do outro. Neste conjunto de lutas de interesses, a Coroa portuguesa teria também de contar com os súbditos naturais do reino e da Índia já aculturados nas tradições africanas, constituindo identidades bastante peculiares. (Hafkin, 1973, p.XIII)

Sintetizando autores como Terence O. Ranger, Allen Isaacman, Jean Vansina e Chanaiwa a tipologia da resistência foi caracterizada a partir de duas formas base: a resistência activa e a resistência passiva. Esta última forma perdurou mais no tempo mas o sistema colonial conseguiu contornar a situação levando pessoas à fuga e ao deslocalização de aldeias completas. Outras expressões da resistência passiva eram a evocação da fraqueza física, a lentidão na execução dos trabalhos, a mentira, o boicote.

A resistência activa passava pelos roubos, ataques, guerra de guerrilha e posteriormente, guerra organizada.

A “resistência passiva ou silenciosa” ficou expressamente assinalada na documentação de finais do século XIX como uma característica cultural dos Macuas. A administração colonial deixou inscrita a ideia de que uma das características culturais dos Macuas era a sua passividade. Esta constatação vinha contrariar a informação de outros documentos que registavam constantes manifestações activas de resistência. Um relato sobre o caso de trabalhadores que não compareceram ao trabalho de abertura de estradas de Marire a M’Chulipo por não terem sido, entretanto, pagos por trabalhos anteriores na estrada de Muecate a Muarire, sublinha esse “defeito” dos Macuas: “indolência e a preguiça, emprega uma resistência passiva, e promete tudo e não cumpre nada.”¹⁷⁶

No caso da resistência passiva, a sabotagem e as migrações elevavam barreiras ao domínio económico português (Linha & Viegas, s.d.):

“Uma das formas de resistência era a sabotagem das tarefas coloniais obrigatórias, uma espécie de guerra-fria: trabalhava-se o menos possível, dado que o fruto do trabalho revertia só em benefício do colono.”

A resistência silenciosa liderada por um chefe visava também proteger as populações de acções de retaliação violentas (Lundin, 1992, p.25):

“As banjas do Administrador com a população eram um canal de informação... qualquer senão por parte individual recebia como resposta a visita do sipaio para questionamento, o que traduzia-se em, pelo menos, maus-tratos. Por tudo isto a população respondia normalmente com indiferença, em uma resistência passiva que durou séculos e forjou uma atitude de desconfiança em relação ao homem branco em geral e à administração em particular... o que de certa maneira ainda persiste nos dias úteis.”¹⁷⁷

Neste excerto, algumas situações são reveladoras de “tipos” de resistência, nomeadamente a que era silenciosamente exercida pelos régulos. A resistência era

¹⁷⁶ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.9, M1 (1), Doc.1 a 77, 1898 a 1900; doc. n.º 4, de 04.04.1898: ofício do capitão-mor da Macuana, Francisco da Silva Neves, ao chefe da repartição militar do distrito.

¹⁷⁷ *Id., ib.*

transversal, ou seja, era exercida por todos, inclusive pelos régulos nomeados pela administração portuguesa.

Outra forma de ludibriar as forças portuguesas era evitar que os chefes permanecessem no mesmo local durante muito tempo. Veja-se o que revela um “desertor” que entretanto fora capturado e se encontrava preso no Mossuril:

“Mucuto-muno residio até há pouco em Nacolua, próximo do Pão, mas que está actualmente em Calaputi onde foi estabelecer povoação.

A Naguema está residindo n’uma outra Nacolua, que diz ser junto d’Ampia, e visita diariamente a palhota onde foi presa a filha Máquia, aonde estão depositadas 10 armas e 16 caixotes que diz serem munições de guerra, ainda fechadas, tudo entregue à guarda de 20 homens da Naguema e 14 do Marave, além d’outros que rondam aquelles sítios. Aguardam ordens do Mucuto para entregar aquelles objectos.

O Marave, que esteve com a Naguema (de quem elle se diz marido) em 13 e 14, foi para Meruisse, próximo do Munapo, parece que a Oeste de Namiara, terra pertencente ao régulo macua M’tonha, irmão do régulo Cheripo, também macua.

O irmão (ou antes sobrinho) do Marave estava em M’auála e foi para a Macuana pedir gente para auxiliar o Marave.

A Naguema (a quem o Mucuto-muno trata por mãe, mas não é) deseja de preferênciã a filha Máquia ao Marave, o que é confirmado por informações dadas pelo comandante do Ibrahimo.

Acrescenta o preso que em Naguema há soldados landins prisioneiros e não feridos, que elles pretendem trocar pela Máquia, em logar do Marave.”¹⁷⁸

A circulação do chefe de aldeia em aldeia, no território de controlo Namarral, salvaguardava o líder e fortalecia os laços que ligavam as três personagens principais da resistência à colonização no distrito de Moçambique: Mocuto-muno, Marave e Naguema.

A literatura actual sobre a temática da resistência permite definir dois tipos de resistência: a primária e a secundária, em complemento da resistência activa e passiva.

A inserção do tipo de resistência primária no *modus* de acção assente na guerrilha e no boicote foi ultrapassada pelos Namarrais quando se coloca o primado da defesa do seu território. A resistência primária estava organizada em bases tradicionais e

¹⁷⁸A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.9, M2, Doc.1 a 116, 1897 a 1899; doc. n.º 86, de 25.07.1898: officio do capitão-mor das Terras da Coroa, no Mossuril, António Camisão, ao governador do distrito.

arcaicas e pouco sucesso garantiram uma vez que, a pressão dos tempos económicos e sociais era no sentido da mudança.

O Namarral, após a estruturação da sociedade multicultural e da sua hierarquização social e militar, assentou em pressupostos que o definem como um *Estado* embrionário. Como tal, vai defender o seu território através de uma resistência activa, umas vezes defensiva – quando se trata de enfrentar os avanços militares portugueses no território – e, outras vezes, ofensiva – quando se organizam ataques às terras dos portugueses ou de outros inimigos.

Todas as sociedades africanas ofereceram resistência à ocupação europeia embora, em resultado dessa actuação, nem sempre tenha surgido a estruturação de um Estado (Ranger, 1991). Cada sociedade, no espaço correspondente à sua identidade socio-cultural, estabeleceu uma base ideológica de resistência específica, à medida dos avanços e dos recuos da dominação colonial.

A clarificação ideológica e conceptual da resistência contra o sistema colonial fica bem definida com o exemplo do chefe Chisinga, do vale do Zambeze que, em 1899, liderou uma acção contra a Companhia do Zambeze incitando os africanos à união: “dando provas de boa fé e esforçando-se todos juntos para obter grandes quantidades de armas e munições. Feito isso, expulsaremos todos os portugueses.” (M’Bokolo, tomo II, 2007, p.338).

5.1. A resistência activa e a resistência passiva

A investigação tem dado mais ênfase às formas de resistência activa, expressa por acções como a oposição/confronto, a resistência localizada, a rebelião, a feitiçaria (Isaacman & Vansina, 1990, p.83).

A resistência activa adquiriu consistência militar em resposta à política sistemática de ocupação europeia do território africano. Os movimentos de confronto das sociedades africanas com os portugueses cresceram a partir da década de setenta do século XIX (Pinhal, 1971, p.115), quando as forças militares e administrativas portuguesas procediam às “campanhas de pacificação”. A primeira expedição militar dos portugueses contra os Namarrais data de 25 de Março de 1887, seguindo-se outra em 1 de Setembro de 1888 (Pélissier, 1994, vol. II, p.473).

Em Moçambique, a resistência activa não foi igual em todo o território. No Sul, a resistência militar baseada em batalhas em campo aberto perpetrada pelos Angunes contrastou com a resistência sob a forma de guerrilha que os Macuas do Norte apresentaram aos portugueses (Pélissier, 1994, vol. II, pp.246-247). Uma resistência com características estratégicas peculiares, o que “iria desorientar por completo os trovões de guerra chegados do sul, ainda a reboar as suas vitórias contra os guerreiros à moda angune.” (Pélissier, 1994, p.247).

As populações controlavam as fontes de água, escondendo-se por entre a vegetação, poupando ao máximo o número de efectivos humanos que, na altura, se resumiam a cerca de 2 a 5 habitantes por km². Para além de pouparem nos braços armados tinham de preservar as poucas armas e pólvora¹⁷⁹. Evitavam também colocar em risco a sua base de matriz social, impedindo que os seus chefes participassem nas lutas e garantindo sempre a sua fuga, disfarce ou esconderijo. A captura, prisão ou morte do líder poderia levar à desconstrução de toda a sociedade.

¹⁷⁹ AHMLL, Lvo79, 1892. Ficou proibida a venda de armas no distrito de Moçambique em 1896, por Mouzinho de Albuquerque, mas não nos territórios da Companhia do Niassa. Pelo Decreto de 29.12.1892 ficavam aprovados os regulamentos da importação e comércio de armas e munições, fabrico e consumo de bebidas alcoólicas na província de Moçambique; este decreto especificava ainda como deveria funcionar a entrada e guarda de armas, munições e pólvora na província de Moçambique e mais especificamente nos distritos de Cabo Delgado, Moçambique, Angoche, Quelimane e Sofala, através das alfândegas e com guardas de depósitos e respectiva escrituração.

As alianças entre as populações africanas e árabes do litoral (inicialmente com carácter político-económico) incluíram a formação de uma estrutura político-militar com o objectivo comum de defesa do território face à pretensão de ocupação dos portugueses (Ranger, 1968).

Em reacção ao avanço militar dos portugueses no território, as sociedades do território da Macuana vão recorrer a diversos meios, entre eles, a pedrada. Por exemplo, quando os “brancos”¹⁸⁰ foram à Cabaceira Pequena “agarrar pretos para carregadores, foram (...) recebidos à pedrada”¹⁸¹.

A espionagem foi outro recurso para os Namarrais desenvolverem a sua resistência activa, em resposta aos portugueses, que também recorriam à mesma estratégia¹⁸². Um dos homens ao serviço da espionagem dos Namarrais, e do seu aliado Marave, foi Frégua que, fazendo-se passar por vendedor de tecidos, circulava nos territórios e obtinha informações. Esta situação foi confirmada pelo próprio filho de Frégua que refere que o pai comprava tecidos em Ampapa e levava-os para os Namarrais¹⁸³.

A emboscada e a “guerrilha” foi outra tática militar usada pelos Namarrais (Botelho, 1936, vol. II, pp.520-536)¹⁸⁴. Aproveitando uma geografia rica em vegetação, baralhavam qualquer força militar organizada para combate em campo aberto. A

¹⁸⁰ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.9, M2, Doc.1 a 116, 1897 a 1899; doc. n.º 110, de 04.11.1898: ofício do secretário interino da capitania-mor das Terras da Coroa, no Mossuril, Luís da Cunha, ao chefe da Repartição militar do governo do distrito.

¹⁸¹ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.9, M2, Doc.1 a 116, 1897 a 1899; doc. n.º 111, de 05.11.1898: ofício do secretário interino da capitania-mor das Terras da Coroa, no Mossuril, Luís da Cunha, ao chefe da Repartição militar do governo do distrito.

¹⁸² A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.10, M1(3), Doc.1 a 35, 1897 a 1899; doc. n.º 16, de 03.09.1898: ofício do comandante militar de Mochelia, alferes José António Morais Júnior, ao chefe da secretaria militar do distrito de Moçambique.

¹⁸³ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.9, M2, Doc.1 a 116, 1897 a 1899; doc. n.º 86, de 25.07.1898: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa, em Mossuril, António Camisão, ao chefe da Repartição militar do distrito.

¹⁸⁴ Teixeira Botelho refere as “guerrilhas Namarrais”.

colonização militar processou-se com dificuldade face à “guerra de emboscadas e surpresas”¹⁸⁵.

No entanto, as malhas da “pacificação” foram tecendo a sua trama e, pouco a pouco, os chefes da Macuana foram substituídos por homens da confiança dos militares portugueses. Foi o caso de Marrua, chefe da confederação Namarral, que optou pela submissão¹⁸⁶, sob garantia de que iria convencer os outros chefes a “não fazerem mal aos brancos”¹⁸⁷ ou ainda, o caso da derrota de Marave pelas mãos dos “régulos auxiliares da Muchelia” que o forçaram a fugir para o “paiz Namarral, em lugar incerto debandando então a sua quadrilha”¹⁸⁸.

A resistência passiva foi desenvolvida com habilidade pelas chefaturas do litoral. Na região de Angoche e Parapato, Mamude Boana Amade, nomeado régulo de Matibane e de Quitangonha pela administração portuguesa em 1884, “com regalias e vencimentos” e que jurou fidelidade à Coroa portuguesa mas nunca a cumpriu: “entregava-se à resistência passiva, supondo-nos fracos e, a pouco e pouco, ia juntando pólvora” (Ferreira, 1946, p.33).

Os “régulos auxiliares” eram os chefes africanos que se aliavam aos portugueses e entravam em divergência com os restantes chefes da região. Estes “régulos” constituíram uma cintura de forças apoiantes dos colonizadores, rodeando as povoações que resistiam, isolando-as e fragilizando-as para uma ocupação mais fácil:

“As terras ficavam situadas entre os dois postos militares, confinavam a sul por oeste com as terras de Ampoense, interceptando assim o caminho aos Namarraís, com quem

¹⁸⁵ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 17, Capilha 3, 18.10.1898; relatório sobre o estado actual da província apresentado pelo capitão-de-fragata Álvaro A. da Costa Ferreira à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

¹⁸⁶ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.10, M1 (3), Doc.1 a 35, 1897 a 1899; doc. nº 16, de 03.09.1898: ofício do comandante militar de Mochelia, alferes José António Morais Júnior, ao chefe da secretaria militar do distrito de Moçambique.

¹⁸⁷ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 17, Capilha 3, 18.10.1898; relatório sobre o estado actual da província apresentado pelo capitão-de-fragata Álvaro A. da Costa Ferreira à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

¹⁸⁸ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 17, Capilha 5, 20.10.1899; ofício do governador do distrito de Moçambique, Júlio José Marques da Costa, ao governador-geral, dando-lhe conta do estado da polícia indígena no distrito de Moçambique.

confinavam pelo norte e noroeste. Só faltava oficializar o acto da posse dos terrenos ficando aquela gente obrigada a cultivar os terrenos, construir palhotas e pagar o respectivo imposto”.¹⁸⁹

Assegurada a submissão dos chefes resistentes ou a sua substituição por homens da confiança da administração militar portuguesa, as populações vão passar a cumprir obrigações para com o rei de Portugal. Entre a obediência pronta às ordens do “governo” e o pressuposto de que nunca fariam guerra aos outros chefes vassallos, as populações ficaram obrigadas a permitir e facilitar a passagem das caravanas que se deslocavam desde o interior em direcção ao litoral (e vice-versa), para além de terem de fornecer mão-de-obra para diversos trabalhos nas obras públicas¹⁹⁰ ou, ainda, de terem de impedir a entrada, nas suas aldeias, de gente fugida das terras do “governo”:

“não dar refúgio nas suas terras a gente do governo que para elas fuja aos castigos, entregando-se prontamente e, muito especialmente, se obriga a não consentir nas mesmas terras nem o Marave nem a sua gente ou quaesquer rebeldes, entregando-os ao governo se elles ali chegarem”.¹⁹¹

Neste conjunto de obrigações transparece a política de domínio e de subjugação aplicada por Neutel de Abreu, que correspondeu com sucesso ao programa de ocupação da administração portuguesa. A aliança de Neutel de Abreu com o chefe Mucapera, em 1913, permitiu a arenga de gente armada de espingarda, azagaia e de “murrupa” (saco) para um ataque aos Namarrais, último reduto de resistentes (Ferreira, 1946, p.54):

“Mais uma vez e talvez seja a última, ides combater ao lado do meu irmão branco que vós todos conheceis há muito, tal como conheceis os próprios dedos. Agora, porém, os vossos adversários serão os Namarrais, povo que vive não longe do mar infundável e que, pelo que já contava meu avô, tem a bravura do leão e a astúcia do macaco. Muitos dos que aqui estão já arriscaram a vida mais de uma vez ao serviço do Governo, mas outros há que nunca ouviram o sibilar das balas; àqueles, escuso de exigir que sejam dignos do inimigo com que se vão defrontar. Eles prefeririam morrer a que os apodassem de cobardes. Portanto, é aos segundos que me dirijo, para lhes dizer: lancem o receio para trás das costas, ataquem a fundo aqueles que vos aparecerem pela frente; não tenham dó nem piedade; não se tresmalhem, porque unidos podem mais facilmente fazer frente ao

¹⁸⁹ *Id., ib.*

¹⁹⁰ Abertura de estradas e de pontes, corte de mato, instalação de postos militares e telegráficos, trabalho na agricultura e nos serviços domésticos.

¹⁹¹ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, 1ª Secção, Pasta 18, Capilha 1, 30.04.1900, o governador-geral interino, António de Sousa Ribeiro, envia ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar uma cópia do termo de vassalagem da rainha Naguema.

adversário; sejam desembaraçados, enérgicos, tenham o olho vivo e ouvido atento; numa palavra eu quero que, quando vejam algum de vós lutar, digam: aquele é filho de Mukwepere. Adeus. Até à volta.”

Alguns chefes africanos estabeleceram alianças com os portugueses para defrontarem homólogos com quem disputavam objectivos comuns: “Os principais adversários dos chefes africanos poderosos foram, muitas vezes, outros chefes africanos e não sempre os portugueses” (Maman, 2000, p.5). Em 1899, havia uma grande contenda entre chefes do interior, o que levou um deles (Mutupa) a solicitar apoio à administração portuguesa, acusando os Namarrais de dificultarem as viagens em direcção às lojas de Ampapa¹⁹².

Segundo António Camisão existiam dois motivos de desentendimento entre grandes chefes macuas do interior: a ocupação de terras e os assaltos às caravanas. No primeiro caso trata-se de Mutupa que se queixa ao governo português, de quem já era vassalo, que Cabulo lhe tinha ocupado terras; no segundo caso, M'tia queixa-se dos assaltos perpetrados por gente da rainha Naguema e de Mocuto-muno, quando se deslocavam a Ampapa para negociar nas lojas¹⁹³. A gente de Naguema, Mocuto-muno e Nhacanona eram Namarrais enquanto M'tia e M'pera eram considerados “do interior”. Ou melhor, M'tia do interior mais profundo, seguindo-se, em direcção à costa, M'pera e os Namarrais¹⁹⁴.

A administração portuguesa estava plenamente imiscuída neste clima de intriga sistemática, ao ponto de chegar a entrar em choque com os principais comerciantes das

¹⁹² A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.52, Estante A b 2, 2º semestre de 1899; doc. nº 2, de 01.07.1899: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa, no Mossuril, António Camisão, para o Secretário do Governo-Geral.

¹⁹³ *Id., ib.*

¹⁹⁴ *Id., ib..*

“Terras Firmes”, entre eles Gulamo Mussagy, que uma “filha” de Naguema denunciou¹⁹⁵ como sendo aliado de Marave, contra os interesses portugueses¹⁹⁶.

A dificuldade ou mesmo impossibilidade no estabelecimento de boas relações entre os portugueses e as populações do território costeiro e do interior manifestou-se com maior acuidade quando a vigilância e impedimento ao tráfico de escravos se tornaram sistemáticos e aos europeus interessava, agora, outro tipo de exploração económica, de jaez capitalista.

Os Namarrais atacavam os portugueses porque estes representavam a privação da sua liberdade de acção num espaço onde desenvolviam uma economia baseada no tráfico humano e na exigência de impostos às caravanas vindas do interior em direcção aos potentados muçulmanos da costa¹⁹⁷. Os lugares de resistência face à administração colonial situavam-se num território intermédio entre a costa e o interior, dominado por Namarrais e seus aliados na “confederação” – Kupula, Marave, Farelay. No entanto, a “confederação” alargava-se ao âmbito “árabo-indígena” quando as iniciativas da administração portuguesa para eliminar o “tráfego clandestino” punham em perigo o fim do “negócio” da escravatura (Lobato, 1971, pp.18-21).

A resistência ao avanço militar e expansionista dos portugueses no território funcionou permanentemente e foi proporcional às pretensões europeias. Para além de se pretender defender um território no qual se definiam as identidades das populações, procurava-se também salvaguardar o tráfico comercial, controlado por grupos Suaillis e Macuas que não admitiam alterações ao seu domínio sobre o comércio com o exterior,

¹⁹⁵ A “filha” de Naguema terá agido desta forma numa tentativa de sequestro da sua “irmã”, refém da administração portuguesa.

¹⁹⁶ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.52, Estante A b 2, 2º semestre de 1899; doc. nº 2, de 01.07.1899: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa, no Mossuril, António Camisão, para o Secretário do Governo-Geral.

¹⁹⁷ Embora refira o tráfico de escravos, não esqueçamos que o comércio de mercadoria humana foi legal até cerca de 1845 e, dentro de um quadro de legalidade criou-se a figura dos “livres engajados” ou “contratados”, identificação que se aplicou entre 1845 e 1892. No entanto, para as populações alvo, qualquer destes conceitos não lhes servia de paliativo para uma realidade que se mantinha na acção de rapto, prisão e exportação de indivíduos.

embora ao mesmo tempo necessitassem dos europeus para fazerem funcionar esse sistema.

As sociedades Afro-islâmicas defendiam a manutenção do sistema escravocrata e mercantil que lhes permitia incrementar a sua economia. No caso dos Suaílis, Nancy Hafkin deixa claro este vínculo quando estuda os xecados de Quitangonha, Sancul, Sangage e o sultanato de Angoche. Quando, a partir de 1890, os ingleses começaram a pressionar os portugueses para a ocupação efectiva das suas colónias, os Suaílis, historicamente detentores de autonomia política e económica, uniram-se na preparação de revoltas. Este conjunto de movimentos é interpretado como parte integrante do processo historiográfico da resistência ao sistema colonial português ainda que, com uma marca tradicional, no sentido em que visavam manter o monopólio na exploração das populações africanas. (Hafkin, 1973, p.VII-VIII)

As autoridades portuguesas, que representavam as ordens e leis emanadas da metrópole, tinham de controlar e acabar definitivamente com o tráfico ilegal de mão-de-obra¹⁹⁸ sob o risco de se envolverem em questões humanitárias internacionais lideradas pela Inglaterra (Capela, 2002, pp.54-63). Os interesses locais eram outros, uma vez que o “negócio humano” era visto como o garante da sobrevivência de compradores e de vendedores (Mbwiliza, s.d.). Para além da dificuldade em controlar a saída de mão-de-obra para fora de Moçambique, a administração portuguesa precisava que essa gente permanecesse nas terras para alimentar o novo mercado de trabalho fomentado pelas plantações e obras públicas.

¹⁹⁸ A figura dos “libres engagés” ou engajados livres no período 1848-1888 demonstra bem o carácter legal que se pretendeu dar à “emigração” de gente de Moçambique, como forma de obstar o tráfico ilegal. Mas a cruel realidade é que toda essa gente era forçada a emigrar sob um acordo entre as autoridades portuguesas e francesas, o que, em nada, limpa a verdadeira imagem de puro tráfico de escravos.

Concomitantemente com o tráfico ilegal, as migrações em direcção ao Transval (1895) e à Rodésia (1898) intensificaram-se desde o início da construção das respectivas linhas-férreas que ligavam estes territórios à colónia moçambicana (Leite, s.d., p.56).

O esvaziamento das terras da Macuana, por pressão do tráfico ou por opção estrutural de algumas comunidades, punha em risco qualquer intenção de integração da colónia moçambicana num sistema económico internacional, apostando na produção interna. Situação que só passou a ser posta em prática com a reforma administrativa de Freire de Andrade e de Aires de Ornelas, em 1906, apesar de o recrutamento de trabalhadores para as minas da África do Sul nunca ter parado.

Nas primeiras décadas do século XX, o exército português e os exércitos africanos aliados encontravam-se em superioridade militar face aos Namarrais, de tal modo que fez receber a maioria das frágeis e ultrapassadas armas das sociedades que resistiam (Henriques, 2004, p.22).

Os numerosos processos de vassalagem que nos primeiros anos do século XX se verificaram no antigo distrito de Moçambique puseram fim às “resistências activas”, às lutas, as “guerrilhas”. Mas a resistência “silenciosa” permaneceu.

A resistência passou a ser “silenciosa” quando os europeus assentaram a sua administração colonial, adquirindo paulatinamente uma vertente patriótica, à medida que as populações foram adquirindo uma identidade, uma moçambicanidade que, para alguns autores, terá derivado da própria “indigenização” colonial, tornando as populações cada vez mais cultural e linguisticamente próximas, como um todo.

A partir de 1913, todas as populações passaram a ser “macuas” e toda a região foi denominada por Macuana. As antigas organizações políticas, económicas e sociais dispersaram-se, incluindo o *Estado* Namarral. Os portugueses concluíram a

“pacificação” e a fragmentação das unidades políticas maiores (Borges Coelho, 2000, p.118).

Com a implantação dos Postos Militares e com a celebração dos contratos de vassalagem, a população optou pela migração. Aníbal Machado, governador do distrito de Moçambique, descreveu a migração das populações desde as terras onde se instalavam os Postos Militares para outras regiões, a Oeste e a Norte, com o objectivo de escaparem à imposição do imposto de palhota, do trabalho e do exército colonial, “podendo continuar no uso da sua liberdade cafreal e dispensando os benefícios da civilização, de que elles nada carecem para viver felizes.” (A. Machado, 1910, p.6).

Ainda, refere outro aspecto dessa mesma resistência passiva das populações: quando o régulo nomeado ou mantido pela administração portuguesa permanecia junto aos postos militares em colaboração com os ocupantes, as populações a ele submetidas optavam pela migração, deixando o régulo numa posição incómoda face à autoridade portuguesa, não conseguindo cumprir com as obrigações a que se tinha proposto (A. Machado, 1910, p.6).

5.2 A ofensiva expansionista dos portugueses no território e a resistência sistemática e militar das populações

No século XVIII registaram-se acções militares programadas pelos portugueses das “Terras Firmes” contra os chefes afro-arabo-suaílis. Estas ficaram assinaladas com a campanha de 1753 contra o “chefe macua Murrimuno, cujo território ficava a cerca de cinquenta quilómetros para o interior a partir da costa fronteira à Ilha, para evitar que os seus homens impedissem a passagem de mantimentos e produtos comerciáveis do continente para a Ilha”. Em 1773 foi a vez dos Macuas atacarem o Mossuril, “tendo

morto setenta europeus” (Pinhal, 1971, p.31). O que obrigou o capitão-general Baltazar Pereira do Lago a estabelecer uma aliança de benefício para ambas as partes.

Na década de 1860 realizaram-se várias campanhas militares dos portugueses às recém formadas terras de Namarral, cujos relatórios militares portugueses fornecem informação escassa.

Vinte anos depois, os objectivos do ataque dos portugueses, a partir de Ampapa, às terras do chefe Namarral eram: “surpreender” as forças do chefe Namarral, “examinar se estavam acampadas ou dispersas”, “conhecer-lhes os movimentos” e estudar o “carácter que poderiam ter as posições inimigas”¹⁹⁹.

Ampapa tinha sido, até há pouco tempo, terra de Namarrais²⁰⁰, e o facto de os portugueses terem aí instalado uma capitania-mor revela que o avanço militar se estava a verificar em detrimento dos principais opositores a essa progressão: os Namarrais. No entanto, a posse e domínio sobre as terras de Ampapa provocavam conflitos militares constantes.

Para os Portugueses, o controlo das terras de Ampapa significava o alargamento das fronteiras das “Terras Firmes” e o afastamento dos Namarrais. Para os Namarrais, a recuperação das antigas terras, cedidas pela própria administração aquando da sua instalação no território, significava a possibilidade de continuarem no sistema de assaltos às “Terras Firmes” para obtenção de alimentos, de armas, de gente e de outros produtos. Ampapa tornou-se uma faixa de lutas entre os poderes Português e Namarral.

Para René Pélissier, a resistência militar sistemática terá começado em Outubro de 1896, na primeira expedição militar dos portugueses em terras dos Namarrais. Pélissier classificou as acções militares da década de oitenta apenas “expedições militares” e na sua perspectiva, a “primeira grande campanha militar” contra os

¹⁹⁹ *Boletim Oficial de Moçambique*, nº45, 10.11.1888.

²⁰⁰ A.H.U., D.G.U., Moçambique, Geral, Pasta 49, Capilha 1, 29.03.1875.

Namarrais ocorreu apenas na década seguinte (19 e 20 de Outubro de 1896), por acção de Mouzinho de Albuquerque. A “segunda grande campanha militar” aconteceu entre 26 de Fevereiro e 21 de Março de 1897, culminando com segundo “pega-pé” de Mocuto-muno em 1 de Junho de 1897 e com a entrada em acção da “rainha” Naguema, em 1898 (Pélissier, 1994, vol. II, p.473).

Do nosso ponto de vista, e contrariamente a Pélissier, consideramos que a resistência militar sistemática começou na década de oitenta. Foi nesta data que se verificou a ofensiva sistemática para ocupação do território por parte dos portugueses e, em resposta, a reacção das populações da região, nomeadamente os Namarrais.

A partir de 1885, as terras de Angoche, Sangage, Moginqual, Moma, Lunga e Matibane constituíram as vias de penetração dos portugueses em direcção às terras do interior da Macuana. As campanhas de ocupação duraram até 1914 e foram marcadas por sucessivas etapas.

Em 25 de Março de 1887 ocorreu a primeira acção militar organizada dos portugueses contra os ataques dos Namarrais às suas “Terras Firmes”. O projecto não foi sucedido. Conhecedores do projecto, os Namarrais incendiaram as suas povoações (Garcia, 1964, p.37) e deslocaram-se para outras terras (Pélissier, 1994, vol. I, p.249).

Em 27 de Agosto de 1888, os portugueses atacaram de novo a povoação da rainha Naguema²⁰¹ ao mesmo tempo que, por meio de espionagem, procuraram conhecer os movimentos dos Namarrais²⁰². De 27 a 31 de Agosto reuniram carregadores para o armamento e mantimentos e, ainda, 450 sipais – homens integrados nas forças militares portuguesas, em grande percentagem constituída por escravos²⁰³.

²⁰¹ A aldeia tinha o nome da rainha.

²⁰² A.H.M., Governo-Geral, cota: 1 016 – 1 905 (27-98), Relatório de Janeiro de 1905, feito pelo capitão António Camisão, em Mossuril, a 05.02.1905.

²⁰³ Muitos destes homens passaram para o lado Namarral, aumentando os seus efectivos.

No dia 1 de Setembro de 1888, os portugueses avançaram para a aldeia de Naguema através de Mossuril, sem sucesso. A marcha lenta em direcção à aldeia da *rainha* permitiu aos Namarrais, de sobreaviso, atacar por entre o mato, enquanto as forças portuguesas e seus aliados tentavam prosseguir com duas bocas de fogo e com a abertura do caminho “à força de machado e onde o trabalho braçal se tornou uma «campanha»”²⁰⁴. Chegados à aldeia, esta encontrava-se deserta. Aos atacantes restou incendiar tudo e retirar em fuga.

Desta operação ofensiva conhecemos dois relatórios militares portugueses. Um enviado por Joaquim Barbosa Lopes Lobo ao governador-geral, em 14 de Outubro de 1888²⁰⁵, e outro da autoria de António Manuel da Fonseca, datado de 12 de Novembro do mesmo ano²⁰⁶. Os relatores são concordantes quanto à capacidade de resistência dos Namarrais, que recorreram a espiões e agentes colocados ao serviço dos portugueses como guias, com a missão de colher informações ou desviar as forças militares dos percursos apropriados ou mais acessíveis. O objectivo era tornar lenta a progressão no terreno para se poder preparar a sua própria fuga ou permitir às populações-alvo de ataques o tempo suficiente para organizar a sua defesa e consequente resposta ao atacante.

Para além desta resistência coordenada, os autores sublinham a acção de guerrilha dos Namarrais, atacando a partir do mato, com vantagem no terreno que conheciam e no qual os “barões” se sentiam inseguros (Pélissier, 1994, vol. I, p.251). Outro aspecto assinalado por António Manuel da Fonseca foi a inevitável superioridade numérica dos Namarrais e seus aliados.

²⁰⁴ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 10, Capilha 3, 15.10.1888; ofício do capitão-mor Joaquim Barbosa Lopes Lobo, de 14.10.1888, dirigido ao governador-geral de Moçambique, Augusto de Castilho Barreto e Noronha.

²⁰⁵ *Id., ib.*

Boletim Oficial de Moçambique, nº45, 10.11.1888.

²⁰⁶ *Id., ib.*

Do lado dos portugueses estavam, como aliados, alguns dos que também apoiavam os Namarrais nas lutas de resistência, com o objectivo de salvaguardar os seus próprios interesses, como o caso do “cidadão Borges”, um luso-afro descendente, Molide Volay que detinha um cargo na administração portuguesa como capitão-mor de Sancul e residia em Quivolane. Ainda a propósito da vassalagem de Mocuto, se Borges e Molide Volay apareceram ora como aliados dos Namarrais ora como aliados dos portugueses, assegurando as benesses dos títulos administrativos, Mocuto-muno terá decerto seguido o mesmo intuito de, enquanto vassalo, impedir que os portugueses ocupassem os seus territórios. Não conhecemos o conteúdo do programa de avassalamento de Mocuto mas tudo indica que a vassalagem contratada em 1888 não foi cumprida.

Estes líderes territoriais e militares reuniram um contingente superior ao grupo de cerca de 650 homens do lado do major António Manuel da Fonseca, constituído por “músicos e corneteiros”, “presos”, “sentenciados” e o “contingente da Guiné”²⁰⁷.

Depois deste episódio, os Namarrais adquiriram força e prestígio na região:

“O nosso prestígio nos sertões vizinhos ia-se abatendo consideravelmente, o que é fácil de ver e demonstrar pelo gradual e recente atrevimento com que o Namarral, de ano para ano percorre os nossos caminhos, escraviza a nossa gente e por último ameaça as nossas fortificações, acompanhados já por homens de outros régulos, que se lhe agregam ao calcularem o valor dos seus roubos e ao saberem da sua impunidade.”²⁰⁸

Até 1881, Mocuto-muno era reconhecido pela administração colonial como vassalo de Portugal. No ano seguinte já era considerado como “rebelde” ou de “pouca confiança”. Esta mudança de “estatuto” indica que Mocuto não cumpria com os votos (deveres) que aceitara aquando da cerimónia de avassalamento²⁰⁹.

²⁰⁷ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 10, Capilha 3, 12.11.1888.

²⁰⁸ *Id., ib.*

²⁰⁹ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884; doc. n.º 147, de 25.05.1882: officio do capitão-mor das “Terras Firmes”, Agostinho Teixeira de Almeida Pereira, ao secretário do Governo-Geral.

Em 1887, um relatório sobre um assalto perpetrado às casas dos proprietários e negociantes das “Terras Firmes” registou os Namarrais como um dos principais grupos de assaltantes: “seguinto depois os ladrões para Chaça; que não os conheciam mas que lhes constava que eram de Namarral, acompanhados por alguns de Monapo e povoações circunvizinhas”²¹⁰.

No entanto, embora os portugueses soubessem da inconstância e “infidelidade” dos Namarrais, foram eles que lhes cederam terras para ocupar uma região vazia e para servirem de tampão ao predomínio comercial de outros povos que, desde o interior, controlavam as rotas caravaneiras. Assim seria com os muizas (Bisas) e ajauas (Ayao)²¹¹.

No ano seguinte houve outra cerimónia de vassalagem. Vencido em 1888, Mocuto foi recebido em Natule (“Terras Firmes”) para “prestar juramento ao governador-geral Augusto de Castilho e entregar o punhal em sinal de vassalagem (12 de Janeiro de 1889)”, através do representante do governador-geral, o governador-geral interino, José Joaquim de Almeida (Pélissier, 1994, p.252). É também possível que a cerimónia de Janeiro de 1889 dê continuidade a um comprometimento assumido em finais do ano anterior.

A administração portuguesa pagava pensões, honrarias e outras benesses aos chefes que ofereciam maior resistência, evitando desse modo mais lutas, para as quais não estava militarmente preparada. Ao mesmo tempo evitava os ataques dos Namarrais aos territórios sob sua administração.

As dificuldades provocadas pelos Namarrais aos portugueses em 1888 fizeram aumentar o número de referências documentais aos seus actos. A notoriedade aumentou

²¹⁰ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8.146, M2 (1 a 30), Estante A e 1, 1855, 1900.

²¹¹ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884; doc. n.º 148, de 11.01.1882: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Agostinho Teixeira de Almeida Pereira, ao secretário do Governo-Geral.

no terreno e nos relatórios e ofícios emanados pela Ilha. Por outro lado, cada potentado islamizado defendia os seus interesses na prossecução do negócio de escravos, sem obstrução alguma por parte dos Namarrais e com dificuldade de controlo por parte dos portugueses.

Concluídas as acções nas terras dos Namarrais, os portugueses avançaram para Angoche, de onde vinha uma oposição surda de interesses económicos predominantes e onde o pendor religioso era muito forte (Hafkin, 1973). Para além de Angoche, outras chefaturas afro-islâmicas que se opuseram aos interesses dos portugueses foram as de Sancul, Sangage, Angoche e Quitangonha.

Num relatório de Agosto de 1890, dirigido ao Conselheiro Júlio Marques de Vilhena, Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, o governador-geral Máximo Mariano Cirilo Grilo de Carvalho reclamou condições para a abertura de mais estradas em direcção à região do Namarral para evitar que as populações aí residentes destruíssem a única via que existia e que o mato a invadissem, ao mesmo tempo que, segundo ele, se deveria assegurar também a presença portuguesa na baía de Nacala, na montanha da Mesa, acabar com “as tramas sórdidas na própria cidade de Moçambique”. Ao referir-se às terras de Nacala e da Mesa, o governador-geral sabia que as populações aí residentes, juntamente com as do Namarral, constituíam os principais focos da resistência macua. Segundo o governador-geral, os macuas de Nacala, Mesa e Namarral formavam pólos de resistência controlados por Namarrais. Era ainda seu entendimento que o estabelecimento de alianças militares com os chefes do interior constituía a estratégia mais adequada para atacar e vencer os Namarrais.²¹²

Outra preocupação das forças portuguesas era o reforço das forças da resistência com a regular fuga de sipais para o campo dos Namarrais, fornecendo-lhes homens e

²¹² A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 12, Capilha nº6, 11.08.1890: Relatório do governador-geral Máximo Mariano Cirilo Grilo de Carvalho ao conselheiro Júlio Marques de Vilhena, Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar.

armas modernas que apoiavam os seus ataques. Em 1890, o governador de Angoche participava:

“cumpre-me participar que na madrugada do dia d’hoje, foi esta villa novamente atacada pelo gentio rebelde, e mais uma vez se reconheceram provas de estarem ligados ao inimigo cypaes do governo, não sendo todavia possível por enquanto, reconhecer-se quem elles são em todo o cazo ha certeza dos cypaes estarem coligados com o inimigo por causa dos vestigios que as ballas snider tem deixado.”²¹³

Em 1896, Mouzinho de Albuquerque²¹⁴, recém-nomeado governador-geral de Moçambique preparou, com o apoio do chefe de Estado-Maior, o tenente Aires de Ornelas, as campanhas que ficaram para a história militar como “campanhas do Namarral”. No terreno, os ataques direccionaram-se às aldeias centrais do poder Namarral. As lutas tiveram início em Outubro desse ano. Mouzinho conseguiu reunir uma força de 477 militares, duas peças de artilharia, cavalos e carros de bois. Nos dias 11 e 20 de Outubro de 1896 ocorreu o primeiro combate da Mujenga. Em 26 de Novembro do mesmo ano preparou-se outra expedição. Em 3 de Março de 1897 deu-se o combate de Naguema e no dia 6 de Abril, o combate de Mocuto-muno (Albuquerque, 1935, vol. II, p.111)²¹⁵. Quando em finais de Março os vátuas se revoltaram, Mouzinho partiu para Sul e confiou as armas a Eduardo da Costa.

Nesta campanha (1896/97) os Namarrais revelaram dispor não apenas de capacidade de organização, cooperação e aliança e também de iniciativa militar. Nas lutas de 1896 conseguiram mesmo reunir “mangas de gente” para atacar o comando militar colonial de Moginqual, especialmente a sua “aringa de madeira”²¹⁶.

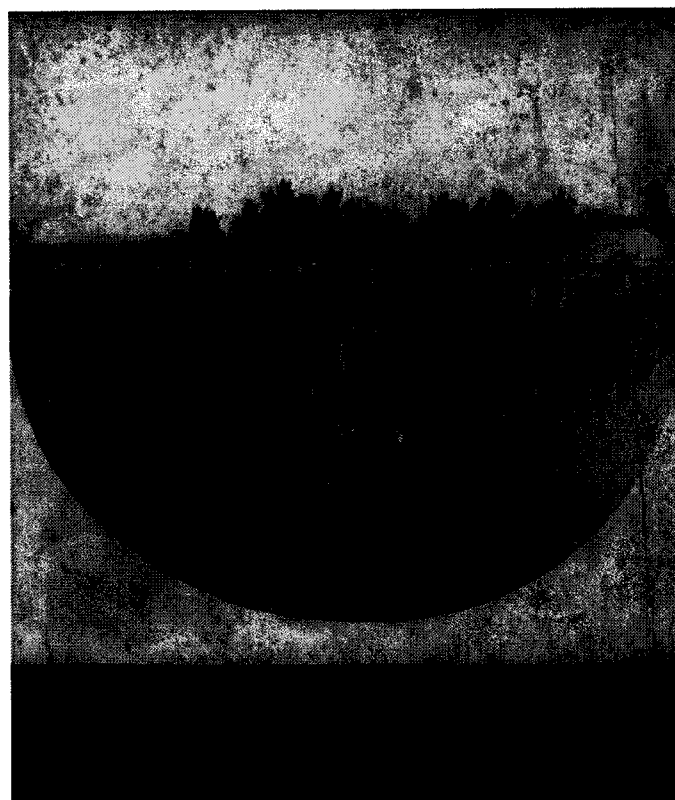
²¹³ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 12, Capilha 1, Jan. a Jun. de 1890.

²¹⁴ Nomeado governador-geral em 13 de Março de 1896.

²¹⁵ Mouzinho de Albuquerque registou três campanhas contra os Namarrais: a primeira refere como a campanha das operações e combate da Mojenga; a segunda, as operações de Naguema, Ibrahimio e Mocuto, que decorreram de 11 de Outubro de 1896 a 6 de Abril de 1897; a terceira a acção de Calaputi, a escaramuça do Monapo e a submissão dos chefes Namarrais.

²¹⁶ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-geral de Moçambique, Cx.8.156, M1, Doc.1 a 147, 1892 a 1897; doc. nº 127, de 12.11.1896: officio do comandante militar de Moginqual, alferes Alfredo d’Azevedo Alpoim, ao Chefe de Estado-Maior de Moçambique, Moginqual.

Figura 6 - Comando militar de Natule. Notem-se os “landins” e os europeus montados a cavalo ou vestidos de branco. Ao fundo, o comando militar com fosso defensivo e muro.



Fonte: Arquivo Histórico Militar, Lisboa.

Os Namarraís colaboraram com Farelay e Marave e com os chefes das regiões de Larde e Meluli, na luta contra os portugueses:

“promoveram uma reunião secreta para discutir a situação da região devido a ameaça da presença portuguesa. No mesmo ano foi nomeado comandante de Parapato Júlio Gonçalves. Homem de guerra, Júlio Gonçalves apostou na derrota rápida de Farelay e seus apoiantes.” (Mussa, 1996, p.43)

A aliança aqui constituída, que juntou chefes desde Namarral até Ligonha, constituiu uma «“confederação” de resistência afro-suaíli» que não visou apenas a defesa dos seus interesses comerciais. A posição destes chefes e entidades no território deixara de ter carácter meramente económico. O objectivo era o domínio territorial e político (Mussa, 1996).

Os Namarraís e Maraves uniram-se no objectivo do controlo e alargamento do seu território. Sem terem de aguardar algum ataque português para justificar uma defesa activa, aquelas populações tomaram a iniciativa do ataque inesperado que apanhava de surpresa os proprietários portugueses das terras do litoral, procedendo à captura de escravos ou reocupação de espaços. Como foi o caso das terras de Ampapa e de Ampoense que, em 1896, sofreram um ataque respectivamente, dos “Maraves” e dos “Namarraís”²¹⁷.

A resistência militar local estava organizada. Destacaram-se nas regiões do interior: Mocuto, Comala (Khomala)²¹⁸, Copula (Khupula) e Mucapera. E nas terras do litoral: os xeques Molide-Volay, Farelay e Suali Bin Ali Ibrahim, mais conhecido por “Marave”.

Em 19 de Outubro de 1896, Mouzinho de Albuquerque avançou com um ataque às forças Namarraís, na Mujenga (Mujenka) (Albuquerque, 1934, pp.83-238), acompanhado do seu chefe do Estado-Maior, Aires de Ornelas²¹⁹ e com os homens do regulado de Itoculo. Na “Batalha da Mujenga”²²⁰, as forças coloniais enfrentaram as gentes de Mocuto-muno, Marave, xeque de Matibane (, 1934, p.264):

“ [Os] principais rebeldes do continente fronteiro à ilha de Moçambique, nunca sujeitos, embora por diversas vezes se houvesse tentado chamá-los à obediência com presentes, transigências de várias espécies e outros meios tão brandos como impotentes e sempre contraproducentes tratando com pretos.”

A descrição pormenorizada destas “campanhas” foi feita por Aires de Ornelas²²¹ e repetida por Mouzinho no sentido de minimizar os estragos sofridos pelas forças

²¹⁷ A.H.M., Fundo do século XIX, Processo contra os Namarraís, 1897, (M1).

²¹⁸ Que mais tarde se torna aliado dos portugueses.

²¹⁹ E também seu cunhado.

²²⁰ Batalha de Mojenga na grafia portuguesa.

²²¹ Aires de Ornelas. (1934). *Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*, vol.I, Lisboa, pp. 88,89 e 107.

Portugal em África, Revista Científica, publicação mensal, volume 4, nº37 (jan.1897), Lisboa, 1897, pp.41-45.

Os principais chefes suaílis e macuas juntaram-se numa luta comum: Mocuto-muno apoiado por Marave, os “nhapakos” enviados por Farelay e Ibrahim e outros homens enviados pelo capitão-mor de

lideradas pelos portugueses, não só para não centrar holofotes sobre os resistentes como ainda com o objectivo de garantir, por parte do Ministério do Ultramar, o reconhecimento dos actos dos oficiais militares portugueses de alta patente²²².

Figura 7 - Croquis do combate da Mujenga, 19 e 20 Outubro 1896; os “landins” (africanos armados) ficam nas linhas de comprimento do quadrado, onde mais facilmente o inimigo consegue penetrar.



Fonte: Arquivo Histórico Militar, Lisboa.

A historiografia editada a partir dos relatórios de Mouzinho nas décadas de quarenta e cinquenta do século XX sobre a batalha da Mujenga apresenta os portugueses como os vitoriosos porque tiveram poucas baixas e retiraram no momento exacto, por ordem do comando (Pélissier, 1994, vol. I, p.262). Em 20 de Outubro, os portugueses e seus aliados retiraram-se devido a duradoura guerrilha dos Namarrais e seus aliados, que estrategicamente souberam controlar e isolar os locais de água potável, e ao mesmo tempo, de forma oportuna e inteligente, isolaram as forças portuguesas e seus aliados numa clareira (Pélissier, 1994, vol. I, p.261).

Quitangonha, Alua. Para além de gente havia armas, munições e informações constantes dadas por portugueses, indianos e suaílis a quem a instalação do sistema colonialista imperialista não interessava. Gente da Ilha e do Mossuril, que conhecia as movimentações dos portugueses.

²²² Joaquim Mouzinho de Albuquerque. (1897). *A Campanha contra os Namarraes*, Relatórios enviados ao ministro e secretário dos Negócios da Marinha e Ultramar pelo comissário régio da província de Moçambique, Imprensa Nacional, Lisboa.

A administração militar portuguesa teve dificuldade em posicionar-se política e militarmente no terreno. Os próprios elementos que compunham o exército português não garantiam o cumprimento das ordens emanadas por Mouzinho de Albuquerque²²³: “desertores indígenas, sentenciados angolanos evadidos do presídio e forças do xeque” (Garcia, 1964, p.51). Sobre os “auxiliares” diz Mouzinho de Albuquerque em tom irónico: “d’uma dedicação inabalável que no dia seguinte eram rebeldes declarados” (Albuquerque, 1934, p.X)²²⁴. A poucos quilómetros da Cabaceira e do Mossuril, onde a administração portuguesa possuía instalações, os Namarrais liderados pelo chefe militar Marave atacavam sistematicamente (Coutinho, 1941, pp.341, 390).

No projecto de ocupação do distrito de Moçambique, Mouzinho de Albuquerque sabia que tinha de neutralizar a resistência das populações do litoral e das terras mais próximas onde a influência indiana e suaíli era forte:

“por ser aí que predominava o elemento muçulmano com as suas tradições de escravatura, contrabando e banditismo. Nesta zona de litoral, cuja profundidade poderá variar entre uns 40 a 80 quilómetros, os postos a princípio teriam que ser numerosos, para dar completa segurança às caravanas vindas do interior, que a ferocidade e banditismo nunca reprimido dos Namarrais lograra desviar de Moçambique.” (Albuquerque, 1934, vol. II, p.121)²²⁵

Para Mouzinho, o domínio efectivo dos territórios de Angoche e Moma, a total submissão da Maganja, a Sul, e o controlo do limite Sul “da província” eram os pontos nevrálgicos para a garantia de um avanço simplificado em direcção ao interior.

²²³ Foi nomeado comissário régio em 25 de Novembro de 1896.

O major Joaquim Mouzinho de Albuquerque exerceu primeiro as funções de governador-geral de Moçambique de Julho a Dezembro de 1896. Mas foi na sua condição de comissário régio que iniciou, em 25 de Fevereiro de 1897, uma marcha militar até ao “país dos Namarrais”.

²²⁴ A.H.M., Fundo do Século XIX, Processo contra os Namarrais, 1897 (M1).

²²⁵ Mouzinho acrescenta ainda que a efectiva ocupação do território não foi conseguida durante o seu serviço em Moçambique porque havia em Lisboa vozes dissonantes do seu trabalho que o julgavam desejoso de guerras e glórias. Esta questão não foi bem explicada. Parece que para além de ambições de títulos e de cargos, haveria razões de diplomacia relativamente aos defensores dos direitos humanos que vigiavam o comportamento dos portugueses face aos negros das colónias tal como vigiavam o Congo, sobre o qual se ouvia histórias de verdadeiros crimes sobre a população para extracção da força de trabalho. Mouzinho terá também sido apontado como implacável explorador da força humana em benefício dos interesses colonialistas. A imagem de Portugal como uma nação incapaz de gerir as suas colónias implantou-se na Europa e América durante a segunda metade do século XIX.

A ocupação das terras e a submissão das populações “rebeldes” foram as principais acções que proporcionaram um aumento das receitas públicas locais captadas no comércio e da trasladação das populações, para a produção de bens agrícolas lucrativos para os mercados portugueses.

Segundo Mouzinho de Albuquerque, garantido o controlo militar do território litoral, seguia-se, no plano político, a “vigilância sobre os indígenas, a regulação das sucessões dos régulos e chefes de povoações, e as deposições dos submissos”, assim como no plano económico a construção de estradas²²⁶, de linhas telegráficas, a realização de estudos agrícolas sobre as terras à volta dos postos para conhecimento das culturas mais adequadas e, no plano fiscal, o início da cobrança efectiva do imposto de palhota e do trabalho obrigatório (Albuquerque, 1934, vol. II, p.238). A formação de capitánias-mores, a instalação de postos militares, de lojas e de famílias europeias no território foi a estratégia para assegurar a presença administrativa portuguesa e o desenvolvimento do território colonial (Albuquerque, 1934, vol. II, p.264).

Quando Eduardo Augusto Ferreira da Costa tomou posse do novo cargo de governador do distrito de Moçambique em 26 de Janeiro de 1897, o distrito não estava pacificado. O sucessor de Mouzinho cedo constatou que “as populações do distrito estavam em agitação social e militar” (Costa, 1902, p.3). Na realidade, na primeira metade do ano de 1897 mobilizou uma nova campanha contra os Namarrais, que fazendo uso das suas tácticas, os desgastou, apesar da retirada dos portugueses (Pélissier, 1994, vol. I, pp.267-269).

²²⁶ Mouzinho considera-as fundamentais para obstar os “caminhos de pretos” sempre tão falsos.

No relatório do governador do distrito, Eduardo da Costa²²⁷, endereçado ao Chefe de Estado-Maior, Aires de Ornelas, no segundo semestre de 1897, Mocuto-muno foi “pegar-pé”. O chefe Namarral pretendia assinalar cerimoniosamente a vassalagem à Coroa portuguesa, para tentar evitar a obrigação de pagar o imposto de palhota ou para obter alguma benesse para as populações que atravessavam uma época de crise²²⁸. Mocuto acatou as imposições do “pega-pé”, explicando porém que, quanto ao imposto de palhota, as populações não poderiam proceder ao seu pagamento, visto não terem dinheiro, ao que as autoridades portuguesas contrapuseram, dando um prazo de três meses para entrarem no sistema do imposto (Costa, 1902, pp.8-9)²²⁹. Mocuto-muno teve que devolver gente fugida das “Terras Firmes” que entretanto albergara, conforme constava das obrigações de qualquer processo de vassalagem (Alpers, 2003, vol.II, nº2, p.55).

Sobre a vassalagem de Mocuto-muno, escreveu Eduardo da Costa:

A campanha contra os namarraes, embora não tivesse os efeitos decisivos que eram para desejar, não deixou de produzir resultados muito vantajosos, para o que contribuiu – posso dizer sem vaidade – a resistência eficaz da minha pequena columna em Calaputi. Não só os namarraes ficaram receiosos e quietos, não só a gente de Sancul entrou na obediência, não só o Itaculo deixou tomarmos pé nas suas terras, mas até régulos do interior e da margem direita do Monapo vieram, poucos meses depois, pedir vassalagem e protecção. (Costa, 1902, pp. 8-9)

²²⁷ Capitão do Corpo do Estado-Maior, para governador do distrito de Moçambique. Primeiro governador do distrito de Moçambique depois de se ter retirado ao governador-geral essa função que até então lhe era inerente. Mouzinho de Albuquerque passara já em 25.11.1896 a comissário régio. Eduardo da Costa desempenhou o cargo de governador privativo do distrito de Moçambique de 26.01.1897 a 05.04.1898, de acordo com informação do seu próprio livro. Juntamente com Freire de Andrade, Paiva Couceiro e Aires de Ornelas, fez parte do conselho militar de Mouzinho de Albuquerque.

²²⁸ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.156, M1, Doc.1 a 147, 1892 a 1897; doc. nº 159, de 05.06.1897: nota de relatório do governador do distrito, Eduardo da Costa, ao chefe de Estado-Maior, Aires de Ornelas, Ilha. Cf. A.H.U., D.G.U., Moc., 1ª Rep., Pasta 17, Cap.2, 19.06.1897. Os documentos revelam que Mocuto-muno era velho, deslocava-se de machila e fazia-se acompanhar de chefes e 800 homens armados.

²²⁹ Quanto às outras exigências dos portugueses foi assegurado que os Namarrais cortariam relações com o Marave, sujeitar-se-iam a todas as ordens do governo português, entregariam os reféns das forças portuguesas, pagariam uma multa de 300 espingardas e mil rupias em moeda ou géneros, procederiam à abertura das estradas de Natule até à povoação de Mocuto-muno e a que ia do posto de Infusse até às fronteiras com as terras de Itaculo, passando por Matula.

Também Azevedo Coutinho transmitiu a imagem do enfraquecimento expressivo do poderio Namarral: “acabando a guerra, feita à moda indígena, por aniquilar o já tão abatido poderio dos Namarrais” (Coutinho, s.d., p.388). Coutinho acrescentou que após as “campanhas militares” de 1897 alguns chefes pediram “pegapé”, entre os quais Mocuto-muno²³⁰ e outros “grandes” Namarrais se apresentaram, entre os quais o “marido de Naguema e dois “irmãos” de Mocuto-muno”²³¹.

O acto de vassalagem obrigava a que as partes envolvidas nunca entrassem em litígio e se ajudassem mutuamente. Este acto permitiu à administração portuguesa avançar para uma ocupação pacífica. Pelo menos enquanto o acto de vassalagem fosse levado em consideração pelos seus intervenientes... No entanto, o juramento de fidelidade não seria cumprido pela maioria dos que prestavam vassalagem à Coroa portuguesa²³².

Durante o governo de Eduardo Augusto Ferreira da Costa, também se alterou a situação de domínio que os chefes locais tinham sobre as caravanas comerciais e os territórios. E mais tarde conseguiu a instalação dos postos de Ibrahim, “a 20 Km a NO de Mossuril e do Itoculo, aproximadamente na mesma direcção, mas a 100 Km da primeira localidade”, essenciais para o bom funcionamento da administração colonial (Costa, 1902, p.4)²³³.

As campanhas militares lideradas por Eduardo da Costa tiveram um sucesso relativo, que terá ficado aquém das expectativas do próprio governador do distrito, que pretendia a ocupação plena do território por parte da administração militar portuguesa.

²³⁰ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 17, Capilha 2, 19.06.1897.

²³¹ *Id., ib.*

²³² A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-geral, Livro para nele se lavrarem os termos de juramento de preito e homenagem que prestam os xeques e régulos do distrito e província de Moçambique, 1889.Fev.12: Soalé Bin Ali Ibrahim, vulgo Marave, nomeado capitão-mor de Sancul, fl.6, Cód.2-429, Ag.1.

²³³ Uma nota a considerar é o facto de, tal como os seus antecessores e os que o irão substituir, Eduardo da Costa sublinhar o estado de “desobediência” aquando da sua tomada de posse e de como a sua acção vai levar à ordem e ao domínio dos territórios.

Os postos militares que instalou assinalavam, a seu tempo, os pontos mais direccionados para o interior do território a ser ocupado pelos portugueses (Garcia, 1964, p. 4).

A natureza da resistência à instalação militar colonial foi analisada por Eduardo da Costa e bem sintetizada quando, numa exposição ao Governador do Distrito explicou que não existindo na região grandes regulados chefiados apenas por um chefe a quem se pudesse declarar guerra, como no caso de Gungunhana, a Sul, o avanço militar tornava-se mais difícil porque a guerra e a negociação tinham de ser feitas caso a caso, régulo a régulo.²³⁴

Por isso, nos finais do século XIX a influência territorial militar e administrativa portuguesa na região Norte de Moçambique limitava-se a “uma zona de 20 a 120 Km de largura, desde o Mutomonho até ao Itoculo” (Costa, 1902, p.12). Enquanto se caminhava para Sul, essa influência limitava-se à distância do “tiro dos seus postos.” (Costa, 1902, p.12). A capitania-mor da Macuana foi criada tardiamente, em 1 de Março de 1898 (Costa, 1901).

E no início do século XX, a “resistência” das entidades africanas manteve-se. Aconteceram ataques nos anos de 1902/03, 1905/06, 1909/10. Mercadores, agricultores e produtores das terras situadas entre a Ilha e o interior mais próximo da costa solicitaram ao novo governador do distrito, Álvaro Ferreira, que terminassem as lutas para que a economia voltasse a funcionar (Hafkin, 1973, p.382). O xeque de Quitangonha teve relevância nestas lutas, especialmente nos anos de 1903 e 1905 (Hafkin, 1973, pp.387, 388) ou 1904, segundo outros estudos (Pélissier, 1994, vol. I, pp.285-287).

²³⁴ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.10, M 2; doc.1 (caderno de 04.04.1898: exposição do Governador do Distrito, Eduardo da Costa, ao Chefe de Estado-Maior, Aires de Ornellas, Ilha.

Num relatório datado de 27 de Julho de 1900, António Augusto Ferreira Braga²³⁵ alertou para o pouco conhecimento que os portugueses tinham do território do distrito de Moçambique. Segundo este tenente de infantaria, Portugal apenas controlava a Ilha e, nas “Terras Firmes”, as povoações de Mossuril, Cabaceira, Ampapa e Ampoense. No resto do território continuava a ter de enfrentar os seus principais opositores: os Namarraís, o Marave, os povos da Matibane que estavam disseminados desde o comando do Mossuril até Fernão Veloso²³⁶.

Quando Neutel de Abreu foi nomeado comandante do posto do Moginqual, em 20 de Julho de 1900, mantinha-se a resistência activa no Namarral e no sultanato de Angoche²³⁷. No entanto, alguns chefes manifestavam interesse na vassalagem, enquanto outros eram nomeados pela administração portuguesa. O régulo do Itoculo, por exemplo, foi nomeado pela administração colonial mas geria as suas gentes e terras conforme os seus próprios interesses. A administração portuguesa recorria aos *seus* régulos para transmitir ordens à população, tornando-os simultaneamente em manipuladores e manipulados do sistema colonial. No final de 1900, mais chefes vão assinar o termo de vassalagem ao rei português²³⁸.

²³⁵ Tenente de Infantaria.

²³⁶ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-geral, Correspondência recebida de Moçambique, 1900, 25-90, cota: 1008; relatório do estado da capitania de Mossuril, da autoria do tenente da infantaria António Augusto Ferreira Braga, enviado ao Governo do distrito de Moçambique, 27.07.1900.

²³⁷ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, 1ª Secção, Pasta 19, Capilha 1, 12.03.1902; o capitão-mor António Camisão envia processo de vassalagem.

Em 12 de Março de 1901 foi a vez de o chefe M’Pava da Muaja apresentar vassalagem ao capitão-mor António Camisão, juntamente com os chefes directamente dele dependentes, M’tiquinhene, Muatelene, Ualala-muno, Motia-muno. Todos ocupavam as terras imediatamente a Ocidente de Memba, entre os rios Namissaco, a Norte e M’riaco, a Sul. Este processo de vassalagem, escrito em suaíli, revela a viragem estratégica e política dos portugueses para prosseguirem o processo de ocupação.

²³⁸ Em 08 de Outubro de 1900 foi a vez de Mahoalo-muno e Maluco, respectivamente das terras de Napae e Muahano, próximo de Niquite. Em 24 de Outubro de 1900, o régulo Nhaconóna, um “filho” de Mocuto-muno e a própria rainha Naguema apresentaram-se ao governador distrital, António Camisão. *Indicações Gerais sobre a Capitania -mór do Mossuril*, apêndice ao Relatório de 01.01.1901, Governo do Distrito de Moçambique, Imprensa Nacional, Moçambique, 1901, p.09.

No ano de 1903 foram registados dezoito termos de vassalagem de capitães-mores, régulos e xeques²³⁹, entre os quais, Mocuto-muno²⁴⁰. Este vem a morrer nesse mesmo ano²⁴¹. Entretanto, a Companhia do Niassa continua a vender armamento e pólvora às populações, o que aumentava a sua capacidade de resistência activa e tornava frágeis os termos de vassalagem²⁴². O chefe Farelay, da região de Angoche, continuava a organizar acções de resistência (Pélissier, 1994, vol. I, pp.246, 247).

Em contraposição ao movimento das novas vassalagens ou re-vassalagens, são assinalados, para 1903, novos ataques à mão armada por parte dos africanos, cobrindo e ameaçando extensões territoriais expressivas. Referindo-se à resistência na região de Angoche, escreveu Eduardo do Couto Lupi, segundo tenente da Armada portuguesa e capitão-mor de Angoche (Ferreira, 1946, p.23):

por terra não passavam os correios nem outros quaisquer servidores do Estado, sem risco grave frequentemente evidenciado em ataques à mão armada». Com o máximo impudor, os negros respondiam que não eram gente do Rei e os brancos jamais haviam pisado as suas terras.

E este cenário não se alterou tão cedo. Em 1904, prosseguiram os ataques liderados por chefes islâmicos às casas comerciais instaladas nas terras próximas da costa, face à impotência dos militares portugueses e seus aliados. Estas casas comerciais, exploradas por indianos, portugueses e alguns africanos islamizados, encontravam-se em equilíbrio periclitante porquanto se viam obrigadas, por um lado, a

²³⁹ A.H.M., Governo-geral de Moçambique, Correspondência recebida do distrito de Moçambique, 08.01.1903 a 16.01.1907. Em 01.07.1903, assentaram vassalagem os régulos M'Nhanhua, Ibrahim, Nabala-muno, Nacaveca-muno, Nagaha-muno, Murriba-muno, Sivade-muno, Cobula-muno, Mahaza-muno, Namalope-muno, Valihua-muno, todos das terras próximas de Angoche, na região de Boila.

Boletim Oficial de Moçambique, 28.07.1903.

²⁴⁰ A.H.M., Governo-geral de Moçambique, Correspondência recebida do distrito de Moçambique, 08.01.1903 a 16.01.1907; doc. n.º 41, de 29.01.1903: ofício que informa da ratificação do termo de vassalagem prestado por Mocuto-muno.

O termo de vassalagem foi posteriormente publicado no *Boletim Oficial de Moçambique*, de 18.02.1903.

²⁴¹ A.H.M., Governo-geral de Moçambique, Correspondência recebida do distrito de Moçambique, 08.01.1903 a 16.01.1907; doc. n.º158, de 18.05.1903: regista o falecimento do Namarral Mocuto-muno.

²⁴² A.H.M., Governo-geral de Moçambique, Correspondência recebida do distrito de Moçambique, 08.01.1903 a 16.01.1907; doc. n.º60, de 17.02.1903 e doc. n.º 102, de 03.04.1903.

obedecer e a pagar impostos aos serviços da administração colonial e, por outro, eram pressionados pelos chefes islâmicos, a cumprir outras exigências semelhantes.

Por seu lado, Marave mantinha a resistência aos portugueses assumindo compromissos que não executava, como a abertura da estrada de Mossuril a Monapo, refugiando-se ora na povoação de Naguema, ora na do novo Mocuto-muno, ou em terras de outro aliado. A realidade apresentava-se obscura para Marave pois o facto de ter “assassinado o seu tio” fê-lo criar uma série de desavenças políticas com os chefes islâmicos do litoral, que deixaram de recorrer aos seus serviços. Para além de que, o comércio outrora controlado pelos chefes desta região litoral do distrito direccionava mais para Norte e Marave deixou de ser imprescindível (Amorim, 1908).

Ainda em 1904, uma força comandada pelo governador Forjaz avançou de Chicoma em direcção ao Norte, a fim de atacar Farelay com o apoio dos “Namarrais e guerreiros do régulo Napali” (Ferreira, 1946, pp.24, 37)²⁴³. No dia 23 desse mesmo mês foi a vez do capitão-mor do Mossuril, António Camisão, avançar e destruir Chalau, contando, entre outros, com a acção do alferes do quadro ocidental, Neutel Martins Simões de Abreu (Ferreira, 1946, p.39).

Em 1905, a administração colonial tem um plano mais ambicioso: a fundação de Nampula. Com Neutel de Abreu como comandante militar do Moginqual, Azevedo Coutinho (Coutinho, 1938, vol. V, nº 49)²⁴⁴, governador-geral, preparou o plano de fundação de Nampula, tendo como objectivo o estabelecimento de boas relações com os

²⁴³ Nos primeiros anos do século XX, o território Namarral podia-se identificar como sendo a Sul do rio Monapo, e a Noroeste do Moginqual, em direcção a Nampula. Ocupadas, raziaadas e queimadas as povoações de Mocuto-muno e de Naguema, o centro de actuação dos Namarrais passou a ser Boila, em aliança com Farelay. A povoação de Boila era ponto estratégico de passagem e ponto de encontro das caravanas vindas do interior e tornara-se “refúgio de negreiros”. Trata-se da acção militar do capitão-tenente Jaime Pereira Forjaz de Serpa Pimentel, governador do distrito à data, que também destruiu casas e mesquitas de Ibrahim, “declarando-se extinto o sultanato” de Angoche. Só em 1 de Junho de 1903, os portugueses conseguiram ocupar Boila e derrotar as forças de Farelay, o sultão Hassani, de Angoche e Muguela-muno, chefe macua.

²⁴⁴ João de Azevedo Coutinho participou nas campanhas dirigidas por Mouzinho de Albuquerque comandando uma Companhia de guerra da Marinha.

chefes tradicionais do interior do distrito e posterior anulação das forças opositoras à instalação colonial. Azevedo Coutinho preparou a ocupação do território pelo avanço militar ao longo dos vales dos rios Lúrio, Mecubúri, Monapo, Ligonha, definindo-se linhas perpendiculares à costa. A preparação militar, o armamento mais sofisticado e a colaboração de alguns chefes tradicionais do interior que se opunham aos chefes Afro-islâmicos da costa foram coadjuvantes para o sucesso deste avanço para o interior.

De 1906 a 1908 os portugueses procuravam deter Marave nos territórios dos Namarrais, onde agora se destacava outro chefe militar, Nakavala, para além de Marave e Mocuto-muno (Albuquerque, 1941, pp.353-361). A estratégia consistia em saber aproveitar a vontade de outros régulos em querer fazer guerra a Marave, promovendo alianças entre o capitão-mor do Mossuril com o régulo Malimo e outros que se opunham ao régulo Muchelia e aos Namarrais²⁴⁵. No caso de Nakavala, o governador do distrito deu ordens ao capitão-mor do Mossuril para que este informasse o chefe africano que o Governo não pretendia hostilizar ninguém e que o objectivo na abertura de postos e estradas era levar

aos povos do interior auxílio e protecção que lhes facilitem fazer o seu comércio livremente sem o perigo de serem roubados ou prejudicados por gentes menos honestas, mas ao mesmo tempo dar-lhe a conhecer sem ameaça nem declaradas intimações de que o governo aceitará de modo algum que sejam hostilizadas as gentes amigas como as de M'Conta e Jagaia²⁴⁶.

A nota dominante do discurso aconselhado às populações ainda a submeter era cuidadoso. Fazia-se passar a mensagem da necessidade de submissão aos portugueses. Este discurso acabou, de facto, por ser bem sucedido nos seus intentos na medida em que não se apresentava agressivo. Procurou-se, ainda, conquistar a simpatia de Mocuto-muno através de promessas em troca da expulsão das gentes do Marave. Estabeleceu-se uma rede de espionagem que para localizar Marave. As “rainhas” Sigia, Naguema e

²⁴⁵ A.H.M., Governo-Geral de Moçambique, Quartel General, Códices, 11- 3 300, 1901-1907.

²⁴⁶ A.H.M., Governo-Geral de Moçambique, Quartel General, Códices, 11- 3 318 D a 2, 08.10.1907 a 12.03.1909; 10.12.1907, fl. 88: ofício do governador do distrito ao capitão-mor de Mossuril.

Metote colaboraram na instalação do posto do Monapo mas não pararam com as suas acções de resistência²⁴⁷.

Em 1906, sob administração de Massano de Amorim, os postos militares, testemunhos da presença militar portuguesa, situavam-se na maioria junto ao litoral ou próximo de cursos de água, excluindo os postos de Ibrahim, Naguema, Ligúria, Myali e Itoculo (Amorim, 1911, pp.6, 7)²⁴⁸. Foram aí instalados para fazer frente aos ataques

levados a efeito pelos macuas, e provocados em grande parte por procedimentos dos proprietários brancos ou mulatos que moravam fronteiros à ilha e com quem os pretos do interior mantinham commercio, principalmente de escravos e marfins;...²⁴⁹

Estes postos estavam ligados por caminhos de carroças e linhas de telégrafo (Amorim, 1911, p.9):

simulacro d'estrada para o Itoculo e uma espécie de carreteira, junto à costa, que ligava os postos militares, cortada por muitos rios e languas, que demoravam o trânsito ao bello prazer das marés, e interrompida nos pontos, em que a insubmissão dos naturaes mesmo na costa, não permittia a sua continuidade. Uma linha telegraphica, entre Lúrio e Angoche...

Massano de Amorim e Azevedo Coutinho alteraram as estratégias de ocupação do território e de certa maneira, deram continuidade à ideia central de Andrade Corvo²⁵⁰ relativamente às colónias, quando defendia uma política de influência local e de progresso tecnológico, nomeadamente através da construção de caminhos-de-ferro (Alexandre, 2000, p.150). Enquanto Mouzinho de Albuquerque “desenhara” a ocupação

²⁴⁷ A.H.M., Governo-Geral de Moçambique, Quartel General, Códices, 11- 3 300, 1901-1907.

²⁴⁸ Os três primeiros postos pertenciam à capitania de Mossuril e os dois últimos à de Angoche.

²⁴⁹ Os restantes postos militares que já existiam quando Massano de Amorim tomou posse como governador distrital eram:

- na capitania de Fernão Veloso: Lúrio, Chaonde, Simuco, Fernão Veloso, Memba, Secamula, Quissimanjulo;

- na capitania de Mossuril: Matibane, Moemela, Sau a Sau, Muchelia, Muitiquite (construído em 1899 especialmente para proteger “umas lojas de monhés das incursões dos namarraes”), Lunga, Namuco, Infusse, Moginqual, Quinga;

- na capitania de Angoche: Myali, Itoculo;

- na capitania da Macuana: Sangage, Parapato, Boila, Quílua, Moma, Naburi, Moembase, Iuse, Tejungo.

Quinga: antiga povoação da rainha Kinga, aliada de Marave e Farelay.

²⁵⁰ Ministro do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros na década de setenta do século XIX.

através de linhas paralelas ao litoral (Albuquerque, 1935, vol. II, pp.263-265)²⁵¹, Massano e Coutinho optaram pelas linhas de penetração a partir da costa, orientação que já tinha inspirado o projecto de fundação de Nampula. Optou-se por assegurar as alianças com os chefes do interior para organizar as lutas contra os Namarrais a partir do interior: depois de “estarem cercados por uma cintura de postos antes de romper para a frente pelo Monapo” (Amorim, 1911, p.11)²⁵². Simultaneamente abria-se uma rede de estradas entre os postos estabelecidos no avanço projectado e assegurava-se a sua comunicação por telégrafo (Mello Machado, 1970, pp.486-487) e criavam-se novos postos de penetração.

Com o apoio do capitão-mor José Augusto da Cunha, em 17 de Junho de 1906 implanta-se o posto de Namissaco, no Mocuburi, e em 10 de Agosto do mesmo ano, o de Niveta, no Lúrio (Pélissier, 1994, vol. I, p.293).

Do ponto de vista dos interesses de ocupação do território por parte dos portugueses, as acções de Massano de Amorim e de Neutel de Abreu foram basilares no processo de colonização e de anulação das resistências (Amorim, 1911, p.7):

Chegando a Moçambique, puz de parte ingenuos systemas, e preparei tudo para atacar o Marave em suas terras, enquanto procurava e conseguia, em grande parte, isolal-o dos seus aliados, promovendo a estes guerras ou ameaças de inimigos que utilisei como aliados meus.

²⁵¹ Mouzinho de Albuquerque considerava que após a ocupação se deveriam construir estradas e instalar linhas telegráficas, assim como estruturar uma nova organização administrativa, de modo a garantir o domínio do território.

²⁵² As linhas de penetração eram as seguintes:

- 1- desde Moginqual, passando por Liúpo, Corrane, Chinga e finalizando em Ribáuè, até à fronteira oeste;
- 2- desde as bacias de Mcubúri e do Lúrio, para fazer ligação com a linha que viria do Itoculo;
- 3- “Com a acção dos régulos fiéis de Chicôa, Quissemajulo e Fernão Velloso, procurar-se-hia inutilisar a acção dos rebeldes da Matibane sobretudo do Marica, Mochelipo e do Mamudo”;
- 4- “A penetração pelo norte extender-se-hia até ao Comala, ligando-se por terras do Nacarôa à linha de penetração pelo Itoculo, ou a uma linha de retrocesso da de Moginqual-Ribáuè”;
- 5- desde Mochelia-Nameluco, “depois de batido o Marave”, fazendo ligação com Itoculo, seguindo-se a ligação com Nacavala ou Moginqual, de modo a que também as terras dos Namarrais ficassem cercadas por postos militares ligados entre si por estradas e postos telegráficos, impedindo que aqueles se reunissem a Nacavala;
- 6- Concluída a ocupação do norte do districto, aproveitar-se-hiam os postos em torno d’Angoche, no intuito de ocupar o Larde e M’luli, a Imbamella e Mogovola, sendo utilizadas as forças disponíveis do districto, bem como os auxiliares indigenas e os cypaes do districto de Quelimane que entrariam pelo Ligonha a norte e a sul d’este rio.

As linhas de penetração definidas foram:

- 1- Itoculo / Raínho / Imala (Norte)
- 2- Mogincual / Liúpo / Corrane / Nampula (Sul)
- 3- Mossuril / Jagaia / Meconta e Otiane (Centro)

Neutel de Abreu desenvolveu o trabalho de penetração a Sul do território. A sua acção terá sido a que teve mais sucesso pela estratégia aplicada por si, no sentido do respeito pelas instituições existentes no terreno, o respeito pelos usos e costumes das populações, o recurso à persuasão (Castro, 1960, pp.1-171).

Houve que reunir aliados e promover guerras entre as sociedades em presença de modo a criar um clima de instabilidade interna. O passo seguinte seria promover a imagem de um inimigo comum a abater, apontando-o como o principal causador dos males das sociedades. Marave era um desses inimigos que ofereceu resistência militar e depois de três dias de tiroteio com Aires Luís de Castro, capitão-mor do Mossuril, conseguiu fugir.

Massano de Amorim viu o seu projecto ser posto em prática com Neutel de Abreu.

Um conjunto de instruções para controlo dos “inimigos” circulou entre as capitánias-mores. Dessas instruções constavam:

1. as informações que necessariamente tinham de ser reunidas sobre cada região, a partir de indivíduos conhecedores do terreno;
2. saber das relações amistosas ou não dos chefes africanos e o “estado de subordinação ao Estado português”;

3. da cooperação ou não cooperação existente com as autoridades portuguesas no processo de ocupação, tendo-se em atenção a rebeldia de nomes como Guarnea, sultão Ibrahim, Etite, Farelay, Corropa e Morla-muno, Cabula;
4. conhecer o número de indivíduos dependentes de cada chefe rebelde e a sua capacidade militar (armas, munições e pólvora, nº de homens), “índole guerreira dos povos, maneira de combater, feitiços e cerimónias em uso na guerra, antes da marcha e na marcha para o combate”;
5. recolher informações sobre a economia de cada região;
6. conhecer os locais de abastecimento de água;
7. estabelecer linhas telegráficas e estradas, negociando com os chefes a abertura dessas vias e a instalação de postos militares; dar a conhecer os caminhos que ligam as capitánias do distrito, nomeadamente os que ligam Angoche a Mossuril e as terras do continente à Ilha, para se saber como se poderia movimentar forças militares nessas terras.²⁵³

Em 7 de Fevereiro de 1907, Neutel de Abreu²⁵⁴ terminou a sua viagem de ocupação em Nampula, a 160 quilómetros da Ilha, local onde só veio a instalar um posto em 22 de Outubro de 1907. A 1 de Setembro de 1907 foi a vez do posto de Nacaroa e no dia seguinte, o de Raínho. O posto de Naparare foi instalado em 27 de Setembro de 1907 e o de Meconta a 1 de Dezembro do mesmo ano (Amorim, 1911, pp.

²⁵³ A.H.M., Governo-Geral de Moçambique, Quartel General, Códices, 11- 3 322, D a 2, 08.10.1907 a 26.03.1912, fl.103v.

²⁵⁴ Segundo fontes actuais africanas (década de oitenta do século XX), Neutel de Abreu era conhecido por “Mahoho”, nome onomatopaico dado a quem tem muito palavreado, outros explicam que Neutel de Abreu era conhecido como Muthupi uô Chichêlo (Galo da Manhã), porque se levantava de madrugada, ao cantar do galo. Num processo existente no Arquivo Histórico Militar de Lisboa, (Cx.579), um recorte de jornal datado de 09.12.1945 regista quatro cognomes para Neutel: “Ma-hon”, “Monomocaia”, que significa ciclone e “M’tupi Morraje” (o galo da manhã).

167-170). A organização da Província de Moçambique em cinco distritos – Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete, Moçambique – permitiu inserir o território de Nampula na administração colonial. Os “indígenas” passam a estar sob um maior controlo por parte das circunscrições e dos postos administrativos. Desde 1907 a 1913 submeteram-se quarenta e quatro régulos que entregaram aos portugueses quatro mil armas de fogo.

Para o sistema social linhageiro a reforma administrativa permitiu a manutenção do agrupamento linhageiro e o controlo das suas áreas de cultivo. Os territórios ficaram sob um novo sistema administrativo: os comandos, os sub-comandos e os postos de administração civil.

Todavia, as resistências activas não deixaram de se manifestar em Janeiro de 1908, os macuas enfrentaram o capitão José Augusto da Cunha na região de Meconta, Raínho e Napaua. A partir de Nampula, Neutel de Abreu avançou para Chinga (onde se veio a instalar um posto militar em 26 de Maio de 1908) situado a 230 quilómetros da costa, para o alto Ligonha e assegurou o domínio sobre uma parte de Angoche, na fronteira com Quelimane, território zambeziano. Também a 300 quilómetros da Ilha se instalou o posto de Ribáuè, em Julho de 1908, mas só depois de superar a resistência aberta do chefe Tutua, um facto raro por entre os chefes tradicionais africanos que em regra aceitaram negociar um acordo pacífico com Neutel de Abreu (Ferreira, 1946, p. 58).

Nos últimos dias de Outubro de 1908, foram as populações lideradas por Nacavala e Marave que enfrentaram os ataques do capitão-mor do Mossuril, Afonso Albuquerque Martins, bem apetrechado de gente e de armas. Os Namarrais perderam o

controlo da rota caravaneira que ligava Itoculo e Imala e as populações dispersaram-se. Em 27 de Dezembro de 1909 foi a vez do posto de Murrupula²⁵⁵.

De 13 a 18 de Julho de 1910 foram capturados Farelay e Ibrahim, seguindo-se outros chefes no mês de Agosto.

Os portugueses só conseguiram controlar a península de Matibane e de Quitangonha, em 1911, impondo o imposto de palhota, enquanto Marave continuava as lutas de resistência ao avanço territorial dos europeus, fortalecendo as alianças com Naguema e Farelay. As lutas continuaram até 1913 (Botelho, 1936, vol. II, pp.601-605, 615-618).

Em 1911, a região do Namarral ainda não se submetera totalmente aos portugueses. As terras entre os rios Monapo e Moginqual continuavam a concentrar a resistência Namarral. Neste mesmo ano, nas regiões de Ribáuè e de Mogovola, reactivaram-se as iniciativas de resistência por parte dos chefes tradicionais mais conhecidos: Napaua em Ribáuè e Copula em Mogovola (Ferreira, 1915, p.9); os Namarrais e outras gentes do Mossuril poderiam reagrupar resistências de um momento para o outro, especialmente junto aos postos de Ibrahim e Itoculo; continuavam fragilizadas as capitánias-mores de Fernão Veloso, onde as populações se rebelavam contra a ocupação portuguesa²⁵⁶.

A situação da capitania-mor da Macuana, em Maio de 1911, dá uma imagem concreta do estado do processo de ocupação:

A ocupação do território d'esta capitania, que constitue o vastissimo hinterland do districto, pois vae até à fronteira internacional a Oeste, ao rio Lúrio ao Norte e ao Ligonha ao Sul foi iniciada do litoral pela linha Moginqual, Corrane, Nampula e deste ponto, sede da capitania, irradiada para Oeste e Sul com a instalação dos postos de Corrane, Nampulla, Ribáuè, Chinga e Murrupula e para Leste e Norte com a dos postos de M'conta, N'tia, Rainho e Imala.

²⁵⁵ A.H.M., Governo-Geral de Moçambique, Quartel General, Códices, 11- 3 322, D a 2, 08.10.1907 a 26.03.1912, fl.103v.

²⁵⁶ A.H.M., Governo-geral de Moçambique, Quartel General, 11- 3 322, D a 2, 08.10.1907 a 26.03.1912; 23.04.1911, fl.371: informações do Estado-Maior em Lourenço Marques ao Governador de Moçambique.

Esta capitania, porém, que pela sua situação no interior a cento e tantos quilómetros do mar, está na dependência económica dos portos do litoral, tem as suas linhas de comunicação estratégicas e comerciais actualmente pouco seguras, quer na de Itoculo atravessando os namarraes, quer na de M'Conta-Jagaia que atravessa regiões onde o domínio está mal assente. Dentro dos seus limites, a região N'paua, que vae até ao Lúrio, está ostensivamente hostil, sendo inteiramente perigosos aos próprios soldados do posto de Imala arredarem-se algumas centenas de metros sem serem alvejados por tiros, como ainda há pouco succedeu com dois soldados indígenas que ficaram feridos. Nas outras partes da região, embora as populações se conservem sossegadas e não tenha havido nenhum facto que demonstre falta de segurança, não pode ainda julgar-se a exactidão do estado de subordinação d'ellas porque ainda não tiveram ocasião de satisfazer o imposto de palhota que n'este anno começará a ser exigido. (...) Na capitania-mor do Mossuril e na da Macuana ainda isto se observa: a ocupação d'este último, que constitue um vastissimo hinterland, deixando ficar para trás, em toda a linha insubmissa de Imala e Rainho, as regiões também insubmissas que são, n'essa parte do Norte, as das comunicações com o littoral, como na parte do Sul, a linha de Jagaia Ibrahim, da qual o mesmo pode dizer-se. Em Angoche, porém, as últimas operações tiveram no seu conjunto certa coesão militar de esforços no sentido de dar à acção viva da ocupação uma extensão abrangendo toda a área do território a occupar.²⁵⁷

No relatório de 1911-1913, o governador Duarte Ferreira refere que quando tomou posse do cargo, as terras dos Namarraes consideradas entre os rios Monapo e Moginqual continuavam independentes face às pretensões portuguesas e passaram a constar do seu programa de colonização (Ferreira, 1911-1913, p.10):

ocupação efectiva, na capitania de Mossuril, das regiões dos Namarraes, e de entre os rios Monapo e Moginqual, a efectivação do domínio em todas as demais regiões dessa capitania, além da faixa do litoral, instalando a autoridade na região central dos Namarraes no posto de Iamurrimo e na central entre o Monapo e o Moginqual no posto de Quixaxe.

Neutel de Abreu assegurou a instalação dos postos militares em Liupo e Corrane, fez um reconhecimento pela serra de Chinga, estabeleceu contacto com os postos militares do Zambeze através do Alto Ligonha e instalou os postos de N'tia²⁵⁸ e de Rainho. Em 4 de Abril de 1912 saiu de Nampula em direcção a Corrane para ajudar um seu aliado, Mucapera-muno, contra as gentes do "régulo" Maquira que pretendiam ocupar as terras. Neutel não exigiu apenas que os aliados prestassem serviço às forças portuguesas; soube inverter papéis como se também ele fosse um régulo, apoiando os

²⁵⁷ *Id.*, 11.05.1911, fls.387, 391v., 398.

²⁵⁸ Ou Netia.

seus aliados quando estes necessitaram, assegurando dessa forma uma constante aliança e subordinação²⁵⁹.

A autoridade tradicional foi permitida pela administração portuguesa, embora com outros actores em presença impostos pela mesma administração. As chefaturas acabaram constituídas em pequenos territórios geridos por régulos, cabos de terra e cipaios. Um sistema que minou a estrutura hierárquica tradicional.

A última “campanha militar” dos portugueses contra os Namarrais decorreu de 25 de Janeiro a 11 de Fevereiro de 1913. Os coordenadores portugueses da campanha foram José Augusto da Cunha, do Mossuril e Neutel de Abreu, da Macuana, ajudados por homens da sua confiança: entre eles o comandante do posto militar de Liupo, o 2º sargento António Rodrigues, que deixou Liupo para se dirigir a Mossuril²⁶⁰. Oficialmente, as acções militares portuguesas atingiram os seus objectivos, beneficiando das disputas internas que dilaceravam os *Estados* e fizera quebrar alianças confederativas:

Velha arena de pugnas clánicas, a Macuana era no momento um vulcão em plena actividade. As duas mais importantes famílias da região – os Lapónis e os Mulimas -, depois de se terem aliado para expulsar os invasores e inimigos comuns, Namelucos, Namarrais e Maraves, disputavam feroz e obstinadamente entre si a supremacia política e económica e estratégica do território em guerra sem tréguas, que os sultões de Angoche, Sangage, Mossuril e Moinqual favoreciam e alimentavam em proveito próprio. (Castro, 1960, p.104)

Os chefes Namarrais (Marrua, Marave e Mocuto-muno) persistiam em não cumprir os trâmites de submissão e recusavam-se a pagar o imposto de palhota. A procura de alianças e o controlo de rotas caravaneiras continuavam entre as chefaturas resistentes. A região do Mossuril mantinha-se como a zona de maior “rebeldia”. Apesar

²⁵⁹ A.H.M., Caderno de Ordens, Livro de Registo de Ordens da Capitania-mor da Macuana, 11-3445, Fb5, 02.04.1911- 28.11.1912, ordem de 04.04.1912: escreveu o capitão-mor Neutel de Abreu - “Que se publique: Que sigo hoje para Corrane a fim de castigar a gente do régulo Maquira que invadiu as terras do régulo Muquepera, subordinado a esta capitania.”

²⁶⁰ A.H.M., Governo-Geral de Moçambique, Quartel General, Códices, 11- 3 789 E b 3, Livro de Registo de Ordens da 5ª Companhia Indígena de Infantaria, em Nampula, 01.01.1913 a 31.12.1913; fl.26v., nº50, de 31.03.1913, Quartel em Nampula.

de terem poucos efectivos militares às suas ordens, valeu aos portugueses os cerca de dez mil auxiliares indígenas fornecidos por Mucapera e outros aliados.

A resistência atingiu contornos de difícil definição, ao ponto de alguns chefes africanos forçarem os seus pares a integrarem o grupo de resistentes. Foi o caso do “régulo Mahmud”, vassalo do “régulo Allua”, que foi obrigado, na óptica da administração colonial portuguesa, a uma “insubordinação forçada” pelos chefes Marave e Farelay. Por outro lado, Mahmud também não cumpriu as exigências da vassalagem no que respeitavam a abertura de caminhos e ao pagamento de imposto (Costa, 1902, p.7):

Segundo dizem, esta má vontade, este espírito de insubordinação, não era voluntário da parte de Mahmud, dominado inteiramente por um seu grande e celebrado capitão-mor Allua, bandido da espécie dos Maraves e Farelays, em que tando abunda aquelle districto, o qual nosso inimigo encarnizado, nos incommodava e contrariava em tudo quanto podia.

A 25 de Janeiro de 1913 dão-se os combates de Mocuto-muno contra o grupo vindo do Mossuril e, a 27 de Janeiro, Neutel de Abreu vence no Monte do Pão. No mesmo dia, a coluna do Mossuril vence a “rainha” Sygia²⁶¹, que se rendeu juntamente com Mocuto-muno (Ferreira, 1915, p.41). No dia 31 de Janeiro é a vez da desistência dos homens de Marrua. Este rendeu-se no dia 3 de Fevereiro de 1913, no Itoculo. As lutas terminaram em 11 de Fevereiro não só com a submissão destes dois chefes Namarrais, mas juntando-se a estes, de mais treze régulos: “Só em 1913 [os Namarrais] cederam o passo à força militar e administrativa portuguesa” (Martins, 2000, p.491).

No período 1912/1913 foram organizadas cinco colunas de operações militares dos portugueses contra os grupos africanos opositores. A primeira constituiu-se contra o xeque de Sangage e resultou na submissão das populações de Moginqual e Monapo; a segunda contra as terras de Memba; a terceira contra as populações entre os rios Lúrio e Mecuburi, para Oeste de Imala, onde dominavam os chefes Napaua e Rainho; a quarta

²⁶¹ Substituta de Naguema?

contra as populações de Cobula, entre os rios Calipo e Pequerra; a quinta contra as terras dos Namarrais. Em resultado foram tomadas armas às populações, instalaram-se postos militares e impôs-se o imposto de palhota (Garcia, 1964, p.91).

As populações persistiam na resistência mas as circunstâncias pressionavam a uma mudança (Serra, 1983, p.46): “após as operações militares realizadas no Norte em 1912-1913, os portugueses recolheram «dezenas de milhar de espingardas»”.

A instalação de postos militares tornava-se prioritária para a efectivação do domínio. Os militares Afonso Martins e Dâmaso Marques fazem um reconhecimento das terras do Nacavala, o tenente José Maria Fernandes estabelece um itinerário entre os postos de Niveta e Namissaco, Gomes da Costa, que substituiu Aires de Castro, instalou o posto de Jagaia, fechando o circuito dos postos em redor das terras dos Namarrais e João Pedro de Sá instalou dois postos na frente territorial de Niveta-Namissaco (Garcia, 1964, p.91).

Cumprida a tarefa mais difícil para os portugueses - submissão das sociedades e instalação dos postos militares -, seguiu-se a construção de estradas e a instalação de linhas telegráficas que ligavam os postos. Incentivaram-se os assentamentos demográficos e comerciais junto aos postos militares do interior (Amorim, 1911, p.15):

“Para consolidar a ocupação que se ia effectuando, foram abertas estradas para os novos postos; de Lúrio a Niveta, de Memba a Namissaco, d’Itoculo a N’tia, de Ibrahimo a Jagaia, de Mochelia a Nameluco, de Moginqual à Ligúria, Liúpo e Corrane; ao mesmo tempo instalavam-se linhas telegraphicas: a de Moginqual-Corrane que depois havia de ligar-se à rede de Quelimane, e derivar num ramal para Nampula; e a linha Ibrahimo-Itoculo-N’tia que depois avançou pelo posto de Rainho até Imala, e por N’tia até M’conta. Para facilitar as communicações adquirei carros em Bombaim; com estes, com os que requisitei para Lourenço Marques e outros que fiz construir em Moçambique, estabeleci carreiras entre os postos, utilizando bois dos nossos rebanhos e outros que se compraram na província.

Incitei os pequenos commerciantes a estabelecer casas de commercio, na linha dos postos mais avançados, e o bom resultado tirado pelos primeiros, animou outros, que se lhe seguiram.”

Os Namarrais perderam a sua capacidade de luta efectiva mas não desapareceram (Amorim, 1911, p.145). Perderam contudo as especificidades identitárias políticas e passaram a ser integrados na generalidade “macua”.

As causas das revoltas continuavam a ser os garrotes que o imposto de palhota e o trabalho forçado representavam para uma população empobrecida e enfraquecida, incapaz de fazer frente às exigências da administração portuguesa, assim como a pressão para a adaptação a um sistema económico que se abstinha do tráfico legal da escravatura.

O posto militar de Nampula²⁶² passou a sede da capitania substituindo o Itoculo (Castro, 1960, p.104). A Sul, não conseguiram ultrapassar a oposição de Copula-muno, de Mogovolas, e do seu aliado Farelay, de Angoche.

Em 21 de Julho de 1917, a portaria nº519 regista o efectivo domínio da autoridade portuguesa em todo o distrito de Moçambique e extingue as capitánias-mores existentes (Macuana, Mossuril, Angoche, Moma), criando 15 comandos-militares, entre eles, o da Macuana, com sede em Nampula. Em Dezembro de 1917, uma outra portaria (nº1386) dota Nampula com delegação de Fazenda e pelo Decreto nº66 de 30 de Junho de 1921, o Alto-Comissário da República dá por finda a missão desses comandos e cria em seu lugar as circunscrições civis. A oitava circunscrição é Macuana, com sede em Nampula e abrange os postos administrativos de Murrupula e Chinga. (Castro, 1960, pp.1-171)

Durante a Primeira Grande Guerra as potências europeias mediram forças em África para defesa das suas colónias. As fronteiras dos territórios ficaram bem definidas e o continente africano viu-se controlado por um domínio estrangulador. Surgiram os

²⁶² Instalado em Fevereiro de 1907.

primeiros movimentos de resistência política e militar organizada aos níveis local e internacional, dando uma nova matriz funcional à resistência das sociedades africanas.

Em 1918 registaram-se revoltas de indígenas em quase todo o distrito de Moçambique. Apenas os relatórios das revoltas de 25 de Agosto em Quixaxe e de 29 de Agosto em Moginqual²⁶³ assinalaram o descontentamento da população local face aos europeus e sublinham a capacidade de as sociedades funcionarem num sistema de “confederação” militar.

A capacidade da sociedade Namarral se organizar em estruturas militares e políticas revela uma estrutura funcional com carácter de *Estado*, tal como já vinha acontecendo desde a segunda metade do século XIX. A sociedade Namarral constituía-se como uma formação menos elaborada e menos centralizada, baseada no sistema de alianças confederativas, capaz de, a longo prazo, marcar uma oposição contínua aos europeus (Ferro, 1996, p.239). Os ataques a Quixaxe e Moginqual apresentam um carácter militar concentrado, em campo aberto, com organização dos homens armados no terreno, estrategicamente colocados. Longe vão ficando as emboscadas:

Foi realmente para mim uma revelação, a maneira como o indígena Macua se apresentou a combater em Quixaxe e depois no Muginqual, a descoberto e em massa, por uma estrada adiante, cheia de lés a lés, como se fossem para um passeio ou festa, sem precauções nem máscara. Eu, se não tenho passado a vida inteira a lidar com a raça Macua, não a desconheço contudo, desta vez já lá vão sete anos que lido com ela e a administro, e há 22 anos, quando custava cara a ousadia, às vezes, ir de Mussuril a Ampoense ou Ampapa, estive na Campanha dos Namarraes, comandada pelo Exmo. Senhor Major Mousinho de Albuquerque, fazendo parte da Comapnhia de Infanteria nº4, comandada pelo destintissimo oficial Capitão Passos e Sousa, e tomei parte nos combates de Naguema, Ibrahim e Mucuto-Muno, e a bem diser não vi um Macua, sentiam-se-lhe os efeitos, ouviam-se-lhe os tiros e a grita, mas a descoberto, poucos. Só vi em Gaza, no combate de Macontene, indígenas avançarem assim a descoberto, mas esses, eram Vátuas e sempre assim combateram.²⁶⁴

²⁶³ A.H.M., Província e Distrito de Moçambique, Comando Militar de Moginquale, 14.10.1918: Relatório da revolta dos indígenas desta região no ano de 1918 e das operações para a sua sufocação, do capitão Francisco Dias Cabeças.

²⁶⁴ A.H.M., Província do Distrito de Moçambique, Comando militar do Moginqual; relatório da revolta dos indígenas desta região no ano de 1918 e das operações para a sua sufocação, 14.10.1918. Sala S.E., Estante a.VP.1, Caixas 42,43,44, (a-c) 45 a 52.

Terminada a ocupação militar, os portugueses vão materializá-la com a instalação de uma estrutura que operacionalizou o seu domínio. Os chefes perderam poder, as armas foram na maioria requisitadas e as mais antigas tornaram-se impraticáveis e a administração colonial implantou um sistema eficiente de controlo das populações. Paulatinamente, os processos de resistência vão adquirindo outras formas, até chegarem aos movimentos para a independência.

Capítulo IV. A matriz de um novo *Estado*

Em meados dos anos setenta do século passado, Edward Alpers referiu que as sociedades de origem Ajaua, Macua e Marave existentes nos territórios a Norte do rio Zambeze, se organizavam em confederações (Alpers, 1975), no sentido de uma malha linhageira que estruturava um poder político para além de um território específico. Por exemplo, uma chefia linhageira num ponto de uma rota de comércio podia estar subordinada a um centro do poder a muitas centenas de quilómetros.

Na esteira deste autor, Aurélio Rocha refere também a organização de sociedades em “confederações”, com um desenvolvimento histórico e social “sui generis”. Para este autor, naquelas sociedades germinou uma ideia de “nação”, constituindo-se política e ideologicamente numa fase de implantação do chamado imperialismo colonial (Rocha, 2002).

Por outro lado, José Capela, na sua obra *A República Militar da Maganja da Costa (1862-1898)*²⁶⁵ colocou a questão, pela primeira vez, da existência de “repúblicas” em Moçambique, na segunda metade do século XIX, por oposição à instalação do sistema colonial português.

A Maganja da Costa surgiu da “recomposição local dos “achicunda”, escravos armados ao serviço dos senhores no vale do Zambeze desde o século XVI” (Capela, 1988, p.14), mas a sua população de base resultou da mistura de variadas gentes em consequência de invasões, deslocações, fugas e mesmo raptos, tal como aconteceu à população do território que, em 1897, começou a ser identificada na documentação portuguesa por Namarral. Namarraís e Maganjas integravam-se no grupo mais vasto dos

²⁶⁵ Edições Afrontamento, col. As Armas e os Varões, nº 11, 2ª ed., Porto, 1992, p. 04.

Macuas-lómuè, mas com bolsas de gente de outras origens, nomeadamente Ajauas e Maraves.

A Maganja da Costa constituía um poder regional que negociava e concorria com os restantes poderes da região zambeziana e da região da Macuana. A Maganja era militarmente um território de poder, onde se desenvolvia uma agricultura rica e onde chegavam produtos do interior, trazidos por caravaneiros. Em concorrência com a Maganja, Angoche concentrava também caravaneiros Ajauas e Maraves, vindos dos territórios do lago Niassa, que seguiam os seus caminhos em direcção à Ilha e a Quelimane (Bonate, 2003, pp.115-140).

José Capela não considera a Maganja como um caso único de “república”²⁶⁶ de escravos no território do Norte de Moçambique (Capela, 1992, p.11). Acrescenta que terão surgido casos análogos na costa ocidental africana e que, na região da Zambézia, teria havido outras situações semelhantes, ainda que não tão bem estruturadas e definidas como a Maganja da Costa, uma vez que este caso resultou da reacção dos “achicunda”²⁶⁷ face aos senhores das terras do vale do Zambeze, num momento em que os seus interesses “classistas” não estavam compaginados com os dos seus senhores (Capela, 1992, p.13). Resultou deste desequilíbrio de objectivos a resistência ao imposto de palhota por parte de uns, enquanto outros começaram a aproximar-se do estado colonial à medida que o fim do poder Namarral se começou a anunciar.

A sociedade Namarral não seria um núcleo composto apenas por “achicunda”²⁶⁸. Na região, a posse e a exploração da terra não tinham a tradição secular da Zambézia, nem sequer havia propriedades e proprietários luso-africanos que tivessem desenvolvido aquele tipo de exército particular, embora a presença do proprietário Cândido da Costa

²⁶⁶ O autor alerta de imediato o leitor para as condicionantes linguísticas e conceptuais que o vocábulo envolve ao ser aplicado nesta situação.

²⁶⁷ Escravos armados pelos próprios prazeiros como exército particular.

²⁶⁸ No século XIX são identificados como “sipais”.

Soares e as questões que teve com a administração portuguesa, que o acusou de parceria com o Namarral, não deixe de ser uma possibilidade relativamente à existência de um exército que defendia as suas terras.

Os proprietários das “Terras Firmes”, utilizando a expressão dos ocupantes, teriam os seus “sipais”²⁶⁹, mas não em número significativo nem tão fortemente armados e hierarquicamente militarizados ao ponto de poderem vir a formar uma “república” sua, fronteira às terras do senhor. No entanto, a presença dos “landins”²⁷⁰ vem referenciada nos documentos, os quais são apresentados como homens armados, preparados para a guerra, mercenários ao serviço de algum chefe²⁷¹. Neste sentido, parte da população armada do Namarral seria composta por guerreiros “landins” (Capela, 2000, pp.117-134).

A ideia estereotipada do *quilombo* assenta na existência de um poder centralizado num “rei”, com um corpo de guerreiros mais ou menos profissionalizado, eventualmente com uma religião com função centralizadora. Também pode haver cobrança de tributos, corpos especializados para a manutenção da ordem e da justiça, constituindo, no seu todo, o conceito europeu do “aparelho de Estado” (Caldeira, 2006, pp.56 e 59). Arlindo Caldeira esclarece que a “República negra” de Ano Bom não corresponde integralmente ao estereótipo de *quilombo* mas detectou aí uma coesão da comunidade, fundamentada num órgão político comunitário sem propósito de poder pessoal, entrelaçado por matriz religiosa: “Essa coesão vai traduzir-se na formação de uma consciência nacional que já estava perfeitamente consolidada no século XIX (e eventualmente antes).” (Caldeira, 2006, p.65)

²⁶⁹ Ou “cipais”.

²⁷⁰ Os landins (zulus ou vátuas) eram angunes.

²⁷¹ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.15, D a 3, M1(1 a 9)- 1883-1899, M2(1 a 15)- 1857-1896, M3(1 a 37)- 1850-1899, M4(1 a 14)- 1881-1892, M5(1 a 12)- 1852-1900; doc. nº 13, de 02.10.1898: ofício do comandante militar de Muchelia a José António de Araújo Júnior, ao capitão-mor das “Terras Firmes”.

O caso de Ano Bom, tal como o caso da Maganja da Costa, revelam a existência, antes da ocupação colonial tardo-oitocentista, de formas de Estado rudimentares, com características estruturais diversas de *quilombo*, mas com uma linha condutora direccionada para a autonomia face ao poder estrangeiro. Na continuidade do processo de formação e de estruturação do Namarral, se numa fase embrionária definimos claramente a tipologia da sociedade tradicional, numa segunda fase encontramos todas as características de *quilombo* enquanto recebe no seu seio gente das mais diversas origens e, numa terceira e última fase, verificamos uma sociedade que caminha para a maturidade, constituindo-se como um novo *Estado*.

Populações de origem Ajaua, Macua, Marave, Landim, “libertos”, “escravos fugidos”, “libertos fugidos”²⁷² fariam parte do Namarral. Os tempos posteriores à extinção oficial do tráfico de escravos não testemunharam tendência para o desaparecimento de tal sistema mas denotaram o recrudescer de situações de autêntica escravatura. Os “libertos” foram uma criação jurídica surgida após a extinção da escravatura e, segundo Carlos Augusto Oyenhausem, constituíram um dos principais elementos que engrossaram as hostes dos Namarraís²⁷³.

É curioso, no entanto, o facto de, quando da chegada de Mocuto-muno e do seu grupo ao território fronteiro às “Terras Firmes”, ter-se verificado um contrato de ocupação do território que estava sob administração portuguesa, sob juramento de vassalagem. Um pró-forma gerido por Mocuto-muno para dar continuidade aos seus interesses de controlo das caravanas e das movimentações dos luso-africanos e da própria administração militar portuguesa.

²⁷² A.H.U., D.G.U., Moçambique, Geral, Pasta 49, Capilha 1, 29.03.1875.

²⁷³ *Id.*, *ibid.*

Os lugares desta “nova territorialidade” tornaram-se também lugares de “libertos fugidos”. Carlos Augusto Oyenhausen descreve o estado da província sublinhando o controlo que esses “libertos fugidos” tinham sobre as caravanas comerciais²⁷⁴.

Os tempos posteriores à extinção oficial do tráfico de escravos²⁷⁵ não testemunharam tendência para o desaparecimento de tal sistema. Pelo contrário, denotaram o recrudescer de situações similares. Muitos “libertos”²⁷⁶ optaram por continuar com o antigo proprietário, mantendo activo o sistema de venda ilegal de mão-de-obra. Outros engrossaram as hostes dos Namarrais²⁷⁷.

A mão-de-obra escrava integrava os circuitos do interior do território ou era vendida (contratada) para as ilhas do Oceano Índico, de colonização francesa. No interior do continente, o sistema de escravatura permitia a integração do escravo no sistema linhageiro dos seus senhores, como era o caso da “escravatura doméstica” praticada nas sociedades africanas. Na situação da escravatura das ilhas do Índico sabe-se que raros eram os “contratados” que, terminado o “contrato”, voltavam à sua terra natal. Noutros casos fugiam e formavam os “quilombos” (Alpers, 2003, pp.51-68)²⁷⁸.

Se para o caso das ilhas do Oceano Índico os escravos eram, na maioria, levados da costa de Moçambique²⁷⁹, no antigo distrito de Moçambique, os escravos eram obtidos na própria região, vindos de diversas origens, em especial das terras do interior.

²⁷⁴ A.H.U., D.G.U., Moçambique, Geral, Pasta 49, Capilha 1, 29.03.1875, Descrição do estado da província pelo governador-geral João Carlos Augusto Oyenhausen.

²⁷⁵ O tráfico foi legalmente extinto em Portugal no ano de 1836; 1840/50 controlo naval luso-britânico ao tráfico; 1865 abolição nos E.U.A.; 1888 abolição no Brasil.

²⁷⁶ O antigo escravo ficava a trabalhar para o antigo dono sob contrato.

²⁷⁷ A.H.U., D.G.U., Moçambique, Geral, Pasta 49, Capilha 1, 29.03.1875, Descrição do estado da província pelo governador-geral João Carlos Augusto Oyenhausen.

²⁷⁸ Neste artigo, Alpers sintetiza as variáveis tipológicas de escravatura nos territórios banhados pelo Oceano Índico e deixa em aberto as situações do território a Norte do Zambeze, aguardando estudos de caso que permitam alargar os conceitos e o conhecimento das tipologias de escravatura ainda no continente africano e para o caso concreto de Moçambique.

²⁷⁹ Os escravos eram designados por “moçambiques”, “macuas”, “morimas” (os macuas designavam como morimas os que viviam na costa; trata-se de um termo de língua suáli).

As populações do interior mais próximo e das terras mais longínquas continuaram a fornecer contingentes de mão-de-obra desde a abolição da escravatura. Outros continuavam a fugir a um “dono” cruel. Não é em vão que uma das cláusulas dos contratos de “vassalagem” estabelece a recusa e conseqüente devolução de gente fugida (Alpers, 2003, p.55), tal era o número dos que tentavam a sua sorte para a liberdade.

Torna-se clara a ideia de que as situações de fuga nesta região africana eram mais frequentes do que até aqui se tem pensado. Edward Alpers subscreve Richard Price ao considerar que os movimentos de resistência e de rebelião foram frequentes e ter-se-ão espalhado no território africano e ilhas do Índico, mais do que se tem vindo a considerar. Alpers sublinha que a forma como esses sistemas se desenvolveram proporcionou a que cada um adquirisse características próprias no mundo africano do Oceano Índico (Alpers, 2003, p.55).

Diz Carlos Augusto Oyenhausen quando descreve o “estado da província”:

Distrahidas as atenções há longos anos para as campanhas da Zambézia, no districto de Moçambique, no proprio districto da capital, traficavam em escravos quasi impunemente alguns cheques mouros, viviam outros cheques em completa desobediência e rebelião, e quasi que nem no continente fronteiro a esta Ilha havia segurança de vidas e de propriedade, porque um considerável número de libertos fugidos formavam uma povoação terrível em Ampapa, não longe do Mossuril, e assolavam as terras cultivadas.²⁸⁰

O governador-geral João Carlos Augusto Oyenhausen apresenta Ampapa como núcleo de “libertos fugidos” que praticavam o assalto às terras cultivadas. Da passagem de local de refúgio de escravos a local de libertos fugidos trata-se apenas de um processo de “transição”. Ampapa foi temporariamente «terra de fronteira» entre as “Terras Firmes” e o território Namarral. O avanço militar e ocupacional dos portugueses fez recuar o domínio Namarral, tornando Ampapa alvo de constantes ataques. Sobre

²⁸⁰ A.H.U., D.G.U., Moçambique, Geral, Pasta 49, Capilha 1, 29.03.1875, Descrição do estado da província pelo governador-geral João Carlos Augusto Oyenhausen.

esta realidade, um documento de 28 de Maio de 1893 dá-nos conta que o Governo da Ilha não conseguiu negociar com os Namarrais, de modo a que estes não atacassem Ampapa e Mossuril, onde residiam portugueses e indianos, e permitissem que as famílias pudessem passar nos seus territórios para se dirigirem a tais localidades e aí comercializarem os seus produtos. A dificuldade só foi ultrapassada graças à intermediação de um comerciante que negociou a passagem livre com o chefe Namarral e o chefe Macua (Meto-Ochéria, ou Metochéria)²⁸¹.

O governador-geral registou também a prestação de vassalagem pelo chefe Namarral. Refere ainda “outro” chefe da baía de Fernão Veloso. Ou seja, tomou o cuidado de distinguir o chefe Namarral de “outro” chefe linhageiro. Este pormenor revela, mais uma vez, a distinção que se estabeleceu desde sempre entre os chefes Namarrais e os chefes linhageiros tradicionais²⁸².

O mesmo governador acrescentou no seu relatório o facto de a vassalagem de Mocuto ter sido pressionada pelos régulos de Chalau e de Itoculo que, em aliança, lutavam contra os Namarrais. Perante os ataques e incêndios das suas povoações, Mocuto viu-se obrigado a recorrer a uma aliança com os portugueses para proteger a sua gente dos vizinhos inimigos²⁸³. Situação que já não era nova, uma vez que, em 1877, Mocuto-muno é referenciado como “régulo avassalado”²⁸⁴.

O chefe Nizamudine, capitão-mor de Ampapa e vassalo dos portugueses, era considerado um “Namarral” pela administração portuguesa. Nizamudine mantinha-se em aliança com a Coroa portuguesa, assegurando os carregadores que lhe eram

²⁸¹ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 2ª Repartição, Cx. N°1, 28.05.1893.

²⁸² A.H.U., D.G.U., Moçambique, Geral, Pasta 49, Capilha 1, 29.03.1875, Descrição do estado da província pelo governador-geral João Carlos Augusto Oyenhausen.

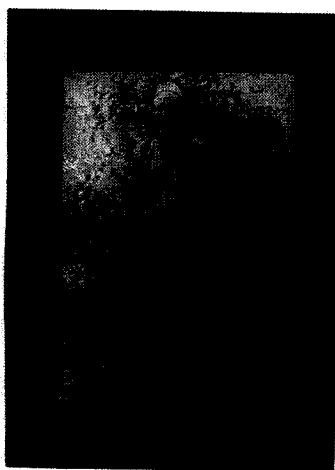
²⁸³ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 4, Capilha 1, 31.01.1882.

²⁸⁴ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884, doc. n° 86, de 20.02.1881: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes” para o secretário do Governo-Geral.

solicitados. Por outro lado mantinha-se também em aliança com o chefe do Namarral, a quem recorria para obter gente²⁸⁵.

Nizamudine parece ser um intermediário que assegura as relações comerciais dos portugueses com os «chefes das terras» do interior mais longínquo e consegue o fornecimento de carregadores para o “commandante da columna de operações”²⁸⁶.

Figura 8 - Nizamudine, de Ampapa, c.1890.



Fonte: Arquivo Histórico Militar, Lisboa²⁸⁷.

Instalado no “Namarralo” com o seu grupo, Mocuto foi paulatinamente construindo o poder, confrontando os seus interesses com os dos portugueses, dos chefes linhageiros e dos xeques da costa, recebendo na sua aldeia aqueles que vinham fugidos de outras terras, como o caso do grupo fugido da Quitangonha²⁸⁸ onde se

²⁸⁵ *Id., ibid.*

²⁸⁶ A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884, doc. n.º 90, de 25.02.1881: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes” para o secretário do Governo-geral.

²⁸⁷ No verso da fotografia: “Chefe das Terras de Ampapa (Namarraes). Este janota é que veio pedir licença para “pilar meninos”, visto não lhe consentirem que matasse mulheres. Dizia elle que Namarral menino depois era Namarral grande”. Cota: 110/B7/PQ/1.

²⁸⁸ O grupo dispersou-se e a maioria da população ter-se-á refugiado no Namarral, local onde já o seu chefe se refugiara, entretanto feito prisioneiro pelos portugueses e acusado de tráfico de escravos.

incluíam pessoas armadas da capitania das “Terras Firmes”²⁸⁹. A expressão utilizada pelo governador-geral Agostinho Coelho clarifica a ideia sobre parte da componente social dos Namarrais: “escravos armados”²⁹⁰ que, nas “Terras Firmes”, eram utilizados como guardas e soldados.”. Aspectos também anotados para a realidade da Maganja da Costa (Capela, 1992, p.11).

O território Namarral organizou-se militarmente com homens fugidos das capitanias, apetrechados com armas e pólvora resultantes de saques e/ou de trocas comerciais. Noutros casos, os chefes como Mocuto-muno chegavam a fornecer armamento a outros chefes depois de terem estabelecido protocolo de vassalagem com o governo português, o qual contemplava a cedência de armamento em troca da paz²⁹¹.

Apesar das alianças estratégicas pontuais dos portugueses com os Namarrais, o objectivo principal da administração colonial era expulsá-los daquele território que se tornara perigoso para o equilíbrio da presença portuguesa. E após cada “campanha militar”, quando se pensava que os Namarrais tinham fugido, mais tarde ou mais cedo acabavam por regressar àquelas terras “tampão” entre a costa e o interior. Augusto de Castilho apoda os Namarrais de “salteadores, raptos, assassinos e incendiários”, mas admira a sua capacidade de restabelecimento²⁹².

Os portugueses, na sua pretensão de domínio e pacificação das terras que mais continuadas dificuldades apresentavam face aos objectivos de penetração e instalação no interior do território, optaram cada vez mais pelas relações diplomáticas com os chefes linhageiros e com os xeques, procurando evitar lutas abertas, já que o seu sistema militar era bastante frágil e incapaz de manter uma conjuntura de litígio.

²⁸⁹ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 4, Capilha 1, 31.01.1882.

²⁹⁰ Destaque nosso.

²⁹¹ Fica claro que nestas relações coincidiam interesses diversos.

²⁹² A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 10, Capilha 2, 16.09.1888. Em 27 de Agosto de 1888 os portugueses pensavam que tinham conseguido dispersar os namarrais mas estes reuniram forças e atacaram o posto de Natule, ao que os portugueses responderam com um ataque à povoação da rainha Naguema.

O governador-geral e capitão-tenente Augusto de Castilho Barreto e Noronha, num telegrama datado de 24 de Agosto de 1888, dava conta ao ministro da Marinha e Ultramar, das “correrias, escravização, raptos e assassínios” que os Namarrais continuavam a perpetrar no continente fronteiro à Ilha. Diz o governador-geral, no seu ofício posterior ao telegrama, que: “ainda há bem pouco eram tidos como o povo mais insignificante dos macua e já hoje é, como se acaba de reconhecer, um dos mais fortes dessa raça”²⁹³. Na realidade, não se trataria propriamente de um povo “insignificante”: apenas se mantiveram discretos enquanto o comércio de escravos não foi perseguido e enquanto a intenção dos portugueses de avançar em direcção às terras do interior não se revelou.

Isto é, a “nova sociedade” já estava instalada nessas terras, cobrando impostos, gente e outros bens à passagem das caravanas comerciais em direcção à Ilha, a Sancul e a Fernão Veloso, mas os portugueses só se aperceberam da sua perigosidade à medida que o número de escravos e outros homens armados fazia aumentar os efectivos namarrais e à medida, ainda, que estes dificultavam os contactos do interior com a costa e vice-versa²⁹⁴.

O governador-geral Augusto de Castilho Barreto e Noronha comparou os Namarrais aos Vátuas: tal como um grupo de soldados “manucusse” deu origem ao “país” de Gaza, também o Namarral tem origens idênticas. Perspectiva que vem corroborar a ideia de que este grupo se fortaleceu paulatinamente, com gente fugida das terras dos portugueses, dos xeques e dos chefes linhageiros²⁹⁵.

Não terá sido apenas durante a vigência “oficial” da escravatura que se verificaram situações de “petit marronage” (Alpers, 2003, p.52). Segundo Alpers, “petit

²⁹³ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 10, Capilha 2, 16.09.1888.

²⁹⁴ Diz ainda o governador-geral que quando mais se pensava que os namarrais se tinham dispersado com as lutas e derrotas de Mocuto-muno, surgiam mais fortalecidos e de novo instalados.

²⁹⁵ A.H.U., D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 10, Capilha 2, 16.09.1888.

marronage” diz respeito à ausência do indivíduo do local a que “pertence”, num período de curto a médio prazo, fazendo coincidir esse período com a ausência de “pertença” do corpo a outro proprietário. Esta forma de ausência temporária dizia respeito ao tempo em que um escravo se abstinha a si próprio de pertencer a um dono, após ter fugido do antigo proprietário. Poderíamos, neste caso, considerar o conceito do “corpo vendido”²⁹⁶ (Capela, 2002). Para o período posterior à abolição “oficial” da escravatura, casos de “petit marronage” surgem aliados a exemplos curiosos²⁹⁷:

05.08.1911	•Ausentou-se da ensaca da capitania o “cypae” nº34, António, que tinha sido pago de todos os vencimentos até 31.07.1911.
01.09.1911	•Ausentou-se da ensaca da capitania “cypae” nº38, Oaquila, que tinha sido pago de todos os vencimentos até 31.08.1911.
01.10.1911	•Sem apresentação de motivo por parte do capitão-mor, foi “abatido à ensaca de cypaes”, o “cypae” nº20, que foi pago de todos os vencimentos a 30.09.1911.
11.12.1911	•Foram abatidos à ensaca os “cypaes” nº31 e 32.
01.02.1912	•Foram abatidos à ensaca os “cypaes” nº20, 34 e 41, respectivamente Alamaro, Ussene e Machia, que foram pagos de todos os vencimentos a 31.01.1912.
01.03.1912	•Foi abatido à ensaca, “por não convir ao serviço”, o cabo “cypae” nº10. •Foi abatido à ensaca o “cypae” nº3, Mocurra.

Os “cipais” nº 34 e 38 foram “abatidos à ensaca” por não terem regressado. Todos os outros casos foram “abatidos” por outros motivos não esclarecidos. Embora já não se trate de uma realidade de escravatura, a ausência temporária, mais ou menos prolongada²⁹⁸, revela a permanência no terreno de “petit marronage”. Os homens

²⁹⁶ O “corpo vendido” integra-se nas formas antigas de escravatura, ou seja, na tipologia da escravatura tradicional, por oposição à escravatura colonial. Esta forma de escravatura ia ao encontro do interesse do senhor e do indivíduo que entregava o seu corpo para trabalho em troca de alimentação e protecção.

²⁹⁷ A.H.M., Caderno de Ordens, Livro de Registo de Ordens da Capitania-mor da Macuana, 11-3445, Fb5, 02.04.1911- 28.11.1912.

²⁹⁸ Tornando-se em alguns casos definitiva face ao mesmo ponto de partida.

armados ao serviço de proprietários rurais optam por sair, por ocasião de alguma pausa nos trabalhos ou após recebimento de algum pagamento, para posteriormente ingressar numa outra realidade. O futuro deixava em reserva a entrada numa outra “ensaca” ou o abandono definitivo dessa forma de vida.

A sociedade Namarral insere-se na tipologia das sociedades de “Estado embrionário” (M’Bokolo, 2003, p.155). Uma vez que se regista a existência de um chefe que estende o seu poder pela via do parentesco e de dependentes (cativos) para postos avançados. O Namarral constituiu-se como um «novo Estado» que adquiriu características próprias, como uma “República”, já diferentes da chefatura tradicional. Mesmo assim, por questões religiosas e mágicas, ele apresenta uma forma idêntica à chefatura linhageira pelo facto de Mocuto ter uma *puiamuene*²⁹⁹, a Naguema, a seu lado. O *Estado* Namarral apresenta inclusive uma história mítica para a sua origem, não só para garantir a coesão do grupo como para confrontar a sua identidade face aos outros *Estados*, explicando a sua fundação por oposição a outro (s) (Liesegang, 1998, p.124).

A sociedade Namarral definia-se também por um conjunto de componentes socio-culturais. Os libertos fugidos compunham a trama social Namarral. Havia também os postos avançados. Na generalidade seria gente que perdeu laços que a uniam a um sistema social tradicional e/ou escravocrata e que se integrou num novo sistema hierarquizado e militarizado. Outros componentes deste grupo eram os prisioneiros militares, os deportados de Angoche que cumpriam penas na Ilha e conseguiram escapar para o lado dos Namarraís. A troca da liberdade, lutavam e roubavam para fortalecer a força da região Namarral (Branquinho, 1969).

²⁹⁹ Isto é, uma irmã ou sobrinha uterina.

Elementos de forte influência na formação política e territorial Namarral terão sido os escravos que regressaram das suas diásporas³⁰⁰. A estes ex-escravos juntaram-se agentes da Coroa, comerciantes, degredados, marinheiros (Rocha, 2006, p.558) que trouxeram consigo vontade de «Poder» e novas ideias que influenciaram o devir das populações, nomeadamente das que se situavam nas “Terras Firmes” e territórios adjacentes. Não é de excluir a hipótese de estes “regressados”³⁰¹ (Rocha, 2006, p.558) terem influenciado a política e a ideologia que nos últimos anos de existência da sociedade Namarral se compreendeu fundamentar as decisões políticas quer de Mocuto quer de Naguema, em resposta às pretensões de domínio e dispersão da “confederação” de que eram líderes. A burguesia comercial instalada na Ilha de Moçambique, que funcionava como pólo aglutinador entre Moçambique, Brasil, Índia e Portugal e o surgimento de grupos de elite que começaram a germinar ideais de autonomia, especialmente a partir da Independência do Brasil (1822), terão influenciado a estrutura Namarral que, se numa primeira fase não apresentava coesão ideológica, esta vai revelar-se, já no século XX, numa altura em que o seu desaparecimento enquanto *Estado* estava traçado pelo avanço no território dos militares portugueses.

³⁰⁰ O Brasil aboliu o tráfico negreiro em 1850, com a Lei Eusébio Queirós. A Lei do Ventre surgiu em Setembro de 1871.

³⁰¹ Segundo Aurélio Rocha, a designação de “brasileiro” surgiu em Moçambique em documentos do século XVIII.

Capítulo V. Achegas para uma conclusão

1. Para uma reflexão

A realidade Namarral leva-nos a uma reflexão mais profunda e obriga-nos a uma revisão de conceitos e de modelos. Só a tomada de consciência de que o percurso histórico de África teve um processo muito próprio, entrecortado em diversas ocasiões com várias formas de opressão, nos pode permitir compreender a existência de realidades de Poder com características muito específicas.

A consciência de que existem vários conceitos e noções de “Tempo” e de “Poder” pode permitir ao historiador uma aproximação maior da realidade passada (Mudimbe, 1988). Este pressuposto pode colocar-se relativamente à questão da estrutura do Poder da sociedade Namarral e do processo de estruturação no sentido de que os modelos aplicados para a Europa não são obrigatoriamente aplicáveis no continente africano. Neste continente, e no período histórico considerado, as realidades políticas, culturais, económicas e sociais eram diversas.

No território Namarral, pela proximidade e por oposição à presença militar e administrativa colonial nas chamadas “Terras Firmes”, a forma como o “Poder” se constituiu é assaz semelhante ao que é registado relativamente à Maganja da Costa.

No interior situavam-se os grandes reinos que se identificavam por uma similaridade cultural, não obstante a medição de forças no sentido do domínio territorial. O Namarral regista a sua formação de base tradicional nos picos Namúli com posterior deslocalização do Poder nas mãos de um chefe tradicional menor que fez migrar consigo uma parte da população do antigo território, para depois formar o seu *Estado*.

O Poder estava centralizado num chefe, que exercia um “Poder” de carácter espiritual, religioso e moral que dificilmente evitava os conflitos entre os chefes menores (Arens, 1988, pp.3939-3943). O chefe estava rodeado de um “primeiro-ministro”, conselheiros e, como seus representantes, chefes territoriais situados nas terras mais longínquas, a quem se delegava autoridade e que, por sua vez, dividiam o poder com sub-chefes das aldeias mais pequenas. Com a implantação do sistema colonial e mesmo antes, com o desenvolvimento do tráfico internacional de escravatura, os pequenos chefes tiveram oportunidade de se afastarem do «Poder Real» e de se direccionarem para o litroal, promissor de riqueza e de armas.

Esta situação foi também vivida pela sociedade liderada por Moquiéje, de Chalau, antigo chefe de Mocuto. Aquele não perdoou o afastamento de Mocuto e a formação da unidade política que veio a ser identificada por Namarral. Moquiéje veio, mais tarde, a aliar-se aos portugueses para lutar contra os Namarrais.

O sistema colonial, como se viu no processo de formação do Namarral, permitiu, durante a primeira fase da sua implementação, destruir as estruturas organizativas políticas perenes, mais antigas e tradicionais, como foi o caso da saída de Mocuto do núcleo de Poder de Moquiéje. Assim como vai destruir também, numa segunda fase, as recentes formas políticas, que, à semelhança do Namarral, estavam em processo de formação. (Medeiros, 1996)

O Namarral constituiu-se de um modo particular. No entanto, este tipo de processo formativo político e social não será único em África. E, relativamente a Moçambique, ao território a Norte do Zambeze, com certeza que a Maganja da Costa e o Namarral não serão exemplos raros de formação específica de unidades políticas interligadas através do “sistema confederativo”. Sociedades que viveriam num tipo de “anarchy in the technical sense of term” (Arens, 1988), que adquiriram características

“não-tribais” (Arens, 1988) e que, por lhes faltar um tempo de consolidação e um forte poder centralizado entraram em conflito de interesses, acrescentando-se a dispersão provocada pelo avanço militar e ocupacional sistemático levado a cabo pelas forças coloniais que, a partir de finais do século XIX, quiseram avançar no território, impondo-se enquanto poder colonial e imperial.

A história das populações do território do actual distrito de Nampula é ainda pouco conhecida. Até ao século XVIII haveria um número reduzido de clãs diferentes e linhagens pouco hierarquizadas (Capela & Medeiros, 1985). A cultura Bantu constitui a base identitária comum das populações de Moçambique, definindo-se no território do distrito homónimo, por particularidades, Namarraís, Erátis, Méto, Chacas, Ampamelas, Marrovónis, etc.

No século XVIII, a fuga de escravos dos circuitos do tráfico caravaneiro em direcção às terras linhageiras menos envolvidas no comércio humano terá sido o início de novos sistemas sociais com dimensão multifacetada.

No século XIX, apesar de os que conheciam bem os territórios fazerem bem a distinção entre Namarraís, Maraves e Ajauas a tendência foi a de designar todas as populações por Macuas, por uma questão de facilitismo por parte da administração portuguesa. No caso dos Namarraís, verificou-se a manutenção da sua designação e identidade até 1913, época em que se deu a sua reintegração etnonímica no núcleo comum mais vasto dos Macuas.

Ainda, desde a segunda metade do século XVIII, desenvolveu-se o tráfico de escravos intercontinental e com ele aumentou a intensidade do comércio entre as chefaturas e/ou “confederação” de chefaturas, lideradas por chefes tradicionais com a ajuda dos seus postos avançados. Com a dinâmica do comércio internacional de escravos coexistiu uma intensificação do sistema tradicional escravocrata.

Neste contexto, os Namarrais constituíram uma nova estrutura política e também social, com uma origem mítica fundamentada num “caminho percorrido”, desde os montes Namúli até às terras fronteiras aos territórios de domínio português. (Capela & Medeiros, 1985)

Tal como aconteceu com a serra Morumbala, também os montes Namúli foram local de refúgio até à saída das populações, quer por excesso populacional, quer por fuga aos que agora ocupavam as suas terras, vindos do sul. Em meados do século XIX, os “postos-avanzados” dos chefes linhageiros organizaram o seu grupo e partiram em direcção ao litoral. Com essa gente veio uma cultura, vieram etnónimos e topónimos que os aliaram aos locais de origem.

A base social das populações do Norte de Moçambique fundamentava-se nos laços familiares matrilineares. Os descendentes pertenciam ao mesmo clã matrilinear, sendo que o tio materno lhes conferia estatuto. A irmã tinha mais influência sobre o homem do que a sua mulher porque os seus filhos, sobrinhos varonis, seriam seus herdeiros, de bens e de Poder.

As novas estruturas sociais formadas na costa, resultantes da interligação entre árabes e africanos, favoreceram o domínio cultural e efectivo dos primeiros e, como tal, a desestruturação matriarcal da família, que deu lugar ao quadro patriarcal típico da cultura islâmica. Neste contexto, filhos preteridos ou segundos, gente fugida à escravização dos árabes, islamizados, sedentos do Poder dos seus chefes, terão constituído os primeiros elementos a engrossar o efectivo demográfico das novas populações.

De acordo com a distinção que Alpers faz entre as chefaturas baseadas na hierarquia clânica e as de ocupação territorial por conquista, o caso do Namarral integra-se no que o investigador considera “chefaturas clânicas” de confederações de

aldeias com os seus chefes, e estruturas tradicionais mais ou menos conservadas e conservadoras, que predominavam no interior do território da província (Alpers, 1975, pp.104-113). Também Borges Coelho se refere a estas novas populações como «“confederação” de chefaturas dos Namarrais» (Borges Coelho, 1978, p.34). Em complemento destes autores, outros, nomeadamente Januário Mutaquinha (1992) e Joseph Mbwiliza (1980) registaram nos seus estudos as populações que se autonomizaram nos territórios moçambicanos, face às demais sociedades.

Ao longo da pesquisa sobre a bibliografia disponível verificou-se a falta de análise sobre a sociedade Namarral. Para além da bibliografia, as fontes manuscritas, do período considerado, existentes nos Arquivos e Bibliotecas visitados, forneciam informações sobre os Namarrais. No entanto, essa informação estava apresentada e formatada de acordo com o “olhar” e os interesses da entidade “colonizadora” que produziu essa documentação.

Os documentos da segunda metade do século XIX apresentavam mais registos sobre os Namarrais e precisavam, relativamente aos documentos mais antigos, de uma leitura atenta e de uma interpretação cuidada para podermos compreender e delinear o cenário onde a sociedade Namarral se formou, desenvolveu e se anulou em consequência do forte embate político e militar face à implantação colonial portuguesa até finais da primeira década do século XX.

Em debates com os investigadores Edward Alpers, Eduardo Medeiros, José Capela, António Sopa e Aurélio Rocha sobre o perfil dos Namarrais ficou sublinhado, no sentido da compreensão da importância daquelas populações no devir social, económico e político do território moçambicano situado entre o rio T’Jungo (ou Ligonha) e o rio Lúrio. Acrescendo-se ainda a necessidade de se compreender a

capacidade militar dos Namarrais para confrontar as forças das campanhas militares de Mouzinho de Albuquerque contra os seus territórios.

A leitura de trabalhos da área dos Estudos Africanos e nomeadamente sobre a História de Moçambique, quilombos brasileiros e africanos, a conceptualização de Estado, Federação e outros permitiram compreender a identidade cultural dos Namarrais e a sua responsabilidade no processo de resistência à implantação do sistema colonial na segunda metade do século XIX e primeira década do século XX.

A origem exacta da formação político-social dos Namarrais não pode ser documentalmente comprovada. No entanto, a própria documentação existente, produzida pelos agentes colonizadores, e a bibliografia mais recente, ajudam-nos a compreender que esteve inserida no contexto da formação de novos Estados africanos. (M'Bokolo, tomo II, 2007)

A sociedade Namarral, formada por gente Macua, Ajaua, Marave e de pessoas das mais diversas origens, concederam-lhe uma diversidade específica, que lhe permitiu crescer demográfica e estrategicamente. O multiculturalismo e as experiências de cada um permitiram dar mais valias ao Poder Namarral. Foi o caso de muitos intermediários Ajauas que vieram do interior e se integraram na cultura macua Namarral, ao mesmo tempo que esta, por simbiose, os assimilava a favor dos seus interesses económicos e demográficos.

O líder Namarral, Mocuto-muno, foi um posto avançado de um chefe linhageiro do interior, Moquiéje, de Chalau, que a determinada altura, coadjuvado por um conjunto de factores como as movimentações nguni e o crescimento do comércio de escravos, especializou-se no controlo das armas e das cargas semoventes, dos ataques às terras dos portugueses e seus descendentes, e na angariação de cativos, fugidos, marginais, para o seu grupo social. O seu Poder foi crescendo e paulatinamente autonomizou-se

face à sua chefatura do interior, levando-o a formar a sua própria “sociedade”, aplicando um Poder centralizado, autoritário e militarizado. O Namarral é um exemplo claro do “Estado tardio”, fundado por um homem jovem, com ligação a uma dinastia reinante, que vai construir para si uma legitimidade (mito da origem Namarral), recorrendo também à violência, justificando o seu etnónimo com um nome inerente ao medo (cobra cuspeira)³⁰². (M’Bokolo, tomo II, 2007, p.289)

Os comerciantes Ajauas caminhavam em direcção ao litoral para proceder às transacções dos produtos recorrendo ao sistema dos estafetas. O total da caravana poderia ser composto por cerca de 500 homens que, ao longo do percurso, permaneciam nos lugares onde eram recebidos, dando lugar a outros que prosseguiam o caminho.

Um elemento primordial na prossecução das caravanas era o carregador. Era também escravo ou, em pouco tempo, poderia tornar-se escravo, vendido juntamente com a carga que transportava. Os que não eram escravos eram camponeses que, nas pausas dos trabalhos nas terras, arriscavam fazer uma rota comercial, tentando alguma melhoria de vida. Um risco que poderia sair caro.

No conjunto dos carregadores havia os que tinham funções de cozinheiro, de “guardas armados”, de “servidores”. “Por volta de 1890, cerca de 100 000 africanos percorriam a rota central das caravanas como carregadores.” (M’Bokolo, tomo II, 2007, pp.253, 254).

Muitos desses africanos fugiam ao trabalho forçado. No caso dos Macuas, as populações da região próxima das “Terras Firmes” deslocaram-se em direcção às terras da Companhia do Niassa, onde procuravam protecção e podiam comprar armas (Medeiros, 1997, p.58). O sistema de produção extensiva aplicado pela Companhia de

³⁰² M’Bokolo refere estas situações dando o exemplo dos Mirambo (fazedor de cadáveres) e dos Nyunguya Mawe (o invencível).

Moçambique (1888)³⁰³ levou à ocupação das terras e à exploração da mão-de-obra. As populações viram-se obrigadas a ceder terras e a fugir ou, em alternativa, a produzir o que lhes era exigido, permanecendo nos locais.

O Namarral integrou uma “confederação” instituída juntamente com outros pequenos reinos no território do Norte de Moçambique. As alianças com as chefaturas tradicionais dos territórios do interior e com as chefaturas do litoral reatavam-se quando estava em perigo a manutenção de uma estrutura económica e política de interesse comum. Quando o processo de instalação colonial se sistematizou vamos encontrar uma maior coesão na “confederação” desses *Estados* autónomos e a uma profunda militarização das antigas estruturas sociais. A formação das aringas e de um exército regular da “confederação”, a aquisição de armas de fogo, o direccionamento para o litoral (onde se vai buscar as armas e outros produtos) e a gestão do armamento revelam um fortalecimento dos Estados para enfrentar o avanço colonial português.

A administração militar portuguesa percebeu a dificuldade para dominar o território face à resistência apresentada. As estratégias para penetrar e enfraquecer a “confederação” passaram pelos ataques militares, pelas alianças, pelo rapto de elementos importantes das sociedades, pelo recurso à espionagem e ao boato.

O *mefcane*³⁰⁴ que ocorreu entre 1815 e 1835 influenciou profundamente as sociedades por ele atingidas, promovendo, quer pela positiva quer pela negativa, o contacto entre os povos e suas culturas. No norte de Moçambique, os efeitos do *mefcane* não foram, contudo, determinantes na inter-relação dos povos pois os contactos entre as civilizações sempre existiram. A ideia da existência de civilizações herméticas, homogéneas e estáticas não se aplica neste contexto geográfico. As populações

³⁰³ Assim como pela Companhia do Niassa (1891) e pela Companhia da Zambézia (1892).

³⁰⁴ Diáspora do reino zulu em direcção a nordeste, liderado pelo sucessor, irmão e assassino do rei Chaka, teve consequências indeléveis nas populações dos territórios por onde passaram.

procuraram contactos. A sociedade do Namarral resultou de uma concentração de influências culturais num núcleo social que rompera com as estruturas tradicionais.

O comércio das rotas caravaneiras, que ligava a costa ao interior mais profundo, tornou-se mais produtivo, permitindo a concentração de riqueza aos chefes e líderes militares. Estes vão poder adquirir mulheres e escravos que eram incorporados na sociedade através de um ritual adequado e permitiam o aumento demográfico da sociedade e, conseqüentemente, da linhagem. No conjunto dos escravos contava-se também com eventuais intermediários mercantis que eram apanhados na rede do processo de compra e venda escravocrata e acabavam por ser feitos escravos. Mas o comércio também permitia casamentos inter-étnicos, a junção de clãs, alianças comerciais e secretas, e outras situações. Outros comerciantes, intermediários e mercadores de longas distâncias eram de origem luso-africana, gerações descendentes dos primeiros portugueses que ocuparam os territórios da Zambézia e da Ilha.

Durante o século XIX, as populações viviam de uma agricultura de sobrevivência, com uma procura constante de cera, marfim e borracha que levavam para a costa, para exportação. Tratava-se de um comércio “lícito”, com uma economia baseada na recolha dos recursos naturais (caça, abate de árvores). Procurava-se tirar o maior lucro da procura feita pelos que chegavam à costa vindos por mar. Noutros casos, a opção era a concentração na agricultura de bens mais procurados na costa, o que impedia o desenvolvimento de uma economia de produção de fontes de riqueza e a variedade agrícola. Qualquer destas formas de produção de riqueza não fundamentou a economia das populações Namarrais. O tráfico de escravos constituiu o comércio “ilícito” mais rentável e garantido, que funcionou em paralelo com essas outras formas de produção.

A geografia do consumo não foi permanente. Acompanhava os ritmos da procura e dos impostos que eram tabelados pela administração portuguesa sobre as transacções. À medida que a colonização se efectivou os mercados foram transferidos dos territórios do continente em frente da Ilha para outros postos costeiros a Norte, aproximando-se mais dos mercados de Zanzibar. A presença dos indianos no território de forma sistemática ao longo do século XIX também alterou o modo de comerciar e os lugares de comércio. O avanço destes em direcção ao interior, onde abriram lojas, veio alterar a manutenção das rotas caravaneiras. A maioria destes comerciantes indianos tinham por objectivo exportar produtos para Surat e Bombaim. Até final do século XIX e princípios do século XX o panorama económico sofreu alterações constantes. (M'Bokolo, tomo II, 2007, p.241)

A sociedade Namarral, tal como a da Maganja, ou a Maconde, sucedeu e derivou de uma formação tradicional prévia que se constituiu e se tornou coesa com a entrada de indivíduos informados, e defensores de interesses comuns, que se opunham aos dos colonizadores (Rocha, 2001). Gente de identidade cultural africana, árabe, indiana, muçulmana, e europeia, que se constituiu com uma outra identidade culturalmente definida, com uma economia e uma estrutura social definida num determinado território, recorrendo à grafia árabe para registo das suas línguas (Rocha, 2001, p.19).

Moçambique terá sido a colónia onde os portugueses encontraram maior dificuldade em subjugar. A população Namarral foi decerto a que mais contribuiu para essa resistência, ao mesmo tempo que, nos relatórios e ofícios enviados para Portugal, “brilhavam” os “feitos” dos heróis que Pélissier denominou de *centuriões*. De 1895 a 1913, só nos territórios próximos da Ilha, revoltas efectivas verificaram-se em Naguema (02.02.1897), Muchelia (19.04.1897), Calaputi (20.05.1897). Em 1898 foi a vez da

revolta da Maganja da Costa, de Mataca (1899 e 1900) e do Barué (1902). (Neves, 2001, p.481)

A região Norte de Moçambique foi palco de momentos cruciais de resistência activa efectiva, através de batalhas, a par de uma resistência silenciosa, sistemática. Os anos de 1912 e 1913 foram os anos em que as confederações das chefaturas apresentaram acções coesas mas foram, em simultâneo, os anos de machadada final do poder militar colonial aos Namarraís, seus principais opositores, no Norte.

Os temas abordados nesta tese contextualizam e permitem compreender as diversas formas de resistência à implantação do sistema colonial. Pode-se vislumbrar, para este período, uma formação embrionária da consciência nacional moçambicana?

Quando a resistência sob a forma de guerrilha se constituiu após a formação e preparação dos homens nas aringas, não se trata aqui apenas de querer manter um sistema económico; trata-se também de querer defender a terra, de querer proteger a autonomia e o poder existentes. Os objectivos resumiam-se na manutenção da identidade que se vinculou culturalmente, de influência islâmica, para se evitar o domínio e a dispersão das sociedades existentes.

Esta forma de resistência das populações do território não se direccionava ao fim da escravatura. Pelo contrário, as populações viviam e subsistiam no quadro ideológico e económico de uma estrutura escravocrata (Capela, 2002). A resistência não era, pois, contra a escravatura. O seu alvo era, essencialmente, contra a ocupação territorial que os militares portugueses pretendiam desenvolver, contra os impostos e a mão-de-obra forçada, especialmente nas terras administradas pelas grandes Companhias comerciais.

O conceito de resistência ou de resistências da sociedade Namarral face à implantação colonial e face aos seus opositores é complexo. Tal como já M'Bokolo alerta, uma análise académica quase obriga a uma tipologia das resistências enquanto,

na realidade, a diversidade, paralelismo e complexidade desses movimentos dificultam uma definição única e objectiva. Daí considerarmos legítimo que se fale em resistências, no plural, uma vez que a resistência surge face ao tipo de pressão que se fazia sentir. (M'Bokolo, tomo II, 2007, p.331)

Ainda, quando no território em estudo, e para o século XX, se organizam populações militarmente preparadas para a luta em campo aberto, estamos perante uma acção militar conjunta que enfrenta as forças inimigas, com o objectivo de defender um bem comum. Estes aspectos levam-nos a considerar a possibilidade da génese da nacionalidade enquanto ideia de pertença a um território, com consequente soberania sobre ele (Rocha, 2001, pp.14-21).

O estado de guerra foi permanente no território a Norte do rio Zambeze, no período do século XIX e primeiras décadas do século XX. Essas acções militares não visavam apenas a presença portuguesa. Jean Bazin apresenta três tipos de guerras verificadas no seio das sociedades africanas no período 1880 a 1890: a “guerra de instalação” – de conquista e de formação dos novos *Estados*; a “guerra de pilhagem” – ataques às regiões periféricas para aprisionamento de escravos e bens; a “luta pela hegemonia” – na procura de hegemonia e de domínio sobre outras sociedades na tentativa de formação de impérios. (Bazin e Terray, 1982)

Para preparar gente para a guerra, os líderes políticos e militares reuniam com os homens que conseguiam angariar no retiro das aringas. O exército era composto por cidadãos, mercenários, ex-escravos, escravos e outros eventualmente emprestados por líderes aliados. O armamento utilizado por estes efectivos era diverso e aplicado tecnologicamente a cada realidade. Não faltavam as armas dos europeus, na maioria antigas e roubadas. Houve em todo o Norte de Moçambique um intenso comércio

Europeu de armas, promovido por ingleses, franceses e portugueses. Esta história está por fazer.

O Namarral formava um *Estado* de tipo particular, é certo, porquanto estava estabelecida uma relação entre o governante e o governado, entre o soberano e o súbdito (Bobbio, 1989, p.222).

Os *Estados* de criação recente, como o Namarral, tiveram dificuldade em gerir o poder político sobre as gentes que constituíam o novo *Estado*. Tiveram pouco tempo de existência, desde a sua formação à sua dispersão e/ou anulação.

O desaparecimento da estrutura política trouxe o desaparecimento da “identidade Namarral”. Não houve tempo suficiente para uma estruturação económica, política e administrativa de uma identidade continuada. Quando, na esteira da colonização se desintegrou o *Estado* em formação, este ainda tentava a sua coesão e o seu assentamento.

As primeiras formas de resistência ao avanço colonial não foram uniformes. Ao nível local, a resistência apresentou várias categorias no tipo de tensão e de fricção apresentadas aos “inimigos”, independentemente da sua origem. Se algumas sociedades reagiram vincadamente ao avanço europeu porque estavam em causa os seus interesses territoriais e escravagistas, outras sociedades não reagiram e não sofreram impactos tão fortes face ao colonialismo militar. A reacção ao colonialismo vai tomando forma ideológica e expansiva a partir da década de vinte do século XX.

O conceito de resistência à conquista colonial alicerçou os movimentos das sociedades africanas e tornaram-se complexos. Os confrontos entre os exércitos dos *Estados* africanos e os exércitos coloniais eram frequentes. Estes eram compostos, na maioria, por mercenários, espões e cipais, e por oficiais europeus. O armamento que

equipava os exércitos coloniais era mais sofisticado do que o que estava nas mãos dos exércitos africanos. (M'Bokolo, tomo II, 2007, p.322)

Após a dispersão do recém-formado *Estado Namarral* a partir de 1913, os namarraís dissolveram-se no clã Lapone: “O regedor Ampivine, do clã Lapone, é considerado como representante e descendente do grande chefe Mucutumuno e um dos chefes dos Namarraís ou Namarralos no tempo da ocupação”. Ou seja, quem descendia de Mocuto era Ampivine, com regedoria localizada na região interior do concelho do Mossuril, nas terras dos antigos Namarraís (Branquinho, 1969, pp.81-82). Para outros, os Namarraís refugiaram-se em Boila, nas terras do xeque Farelay, próximo de Angoche. Ambas situações atestam da dispersão destas populações no território.

A acção de Neutel de Abreu a partir da capitania de Nampula (Macuana) no sentido de instalar e apetrechar os postos militares do distrito revela uma mudança profunda no território e na sociedade. A partir da primeira década do século XX, o quadro de acção no antigo distrito de Moçambique vai adquirir outros contornos.³⁰⁵

Após a implantação da colonização e a anulação do poder Namarral entrou-se numa outra fase da resistência silenciosa por parte das populações do território. Os movimentos de resistência das populações Namarraís e seus aliados, com o objectivo de criar barreiras ao avanço e instalação militar e económica dos portugueses nas terras controladas por essas populações, não constituíram forçosamente uma demonstração de um ideal “nacionalista”.

No entanto, a reacção ao assentamento colonial, mais do que puro interesse na defesa da manutenção do sistema escravocrata, constitui a defesa de um território social e a preservação de uma estrutura identitária. Esta postura revela já um enquadramento de um ideário que se irá definir pouco depois, de jaez independentista. Joseph Ki-Zerbo

³⁰⁵ A.H.M., Caderno de Ordens, cota: 11-3445, estante:Fb5, Livro de Registo de Ordens da Capitania-mor da Macuana, 02.04.1911 a 28.11.1912.

explica que os africanos não conseguiram resolver a questão do Estado durante o século XIX em virtude do avanço colonial sistemático que não lhes permitiu tempo para estruturação e consolidação. Daí que ainda hoje (tal como alguns Estados na Europa) se debatam com o conceito de nação e de território. (Ki-Zerbo, 2006)

À medida que a colonização se institucionalizou, a resistência ao colonialismo tornou-se mais apurada. A partir de 1913, os Namarrais já não são os principais actores neste palco do antigo distrito de Moçambique.

2. Para uma síntese

Conscientes da falta de estudos aprofundados sobre as resistências das populações africanas à escravatura e, simultaneamente, à própria proibição do tráfico de escravos a nível regional e internacional, esperamos ter conseguido apresentar mais algumas linhas orientadoras para a história das populações do Norte de Moçambique.

Procurámos compreender um pouco mais sobre as sociedades do antigo distrito de Moçambique que foram integradas na administração colonial portuguesa, explicando as dinâmicas relacionais entre essa mesma administração e as referidas sociedades, nomeadamente, a Namarral, alvo do nosso estudo.

Os documentos, assim como estudos de alguns autores sobre a região, permitiram-nos determinar um quadro histórico social do Namarral e perceber as movimentações das resistências aos novos modelos económicos e políticos impostos a partir de meados do século XIX. O percurso desde o conhecimento da existência dos Namarrais até à definição da sua identidade enquanto um novo *Estado* do território correspondente ao antigo distrito de Moçambique resultou da junção de informação dispersa em várias documentações. Para além do que ficou escrito, houve, muitas vezes, que ler nos espaços psicológicos e mentais do que não ficou registado graficamente. A

documentação específica sobre as populações em estudo é restrita, à excepção do fundo documental sobre “O processo contra os Namarrais”.

No título *Namarrais do Antigo Distrito de Moçambique: Percursos Identitários e Resistências (1857-1913)* está inscrito o objectivo maior deste trabalho, que é perceber quem foram os Namarrais, como se organizaram e como foram capazes de oferecer resistência prolongada e eficaz à intenção de instalação colonial portuguesa no território na segunda metade do século XIX.

Outros objectivos enquadram a linha de pensamento deste trabalho. Nomeadamente, compreender o processo de formação da sociedade Namarral enquanto “nova entidade política”, com características que a enquadram na tipologia do quilombo, embora com uma base societária tradicional, num contexto em que, nas palavras de Elikia M’Bokolo, a partir de sociedades e impérios tradicionais se formaram pequenos *Estados* que resistiram através da guerra, adoptando estratégias e processos de angariação de armas de fogo e de mobilização das populações de um modo inovador, procurando manter equilíbrio demográfico e geo-político para desenvolvimento das suas acções.

Pretendemos ainda, compreender o fim da sociedade Namarral, o seu curto período de vida e os motivos por que tal aconteceu, demonstrando que, embora de base identitária tradicional, o Namarral não beneficiou da “longa duração” subjacente à tradição, que Liazzat Bonate considera não se coadunar com sociedades em profundas mutações e interações com os outros agentes sociais no terreno, inclusive o sistema colonial, que levaram ao desgaste destes *Estados* de curta duração. (Bonate, 2003)

A eleição do olhar sobre os Namarrais surgiu quando, leituras em documentos da 2ª metade do século XIX, desenvolvidas no Arquivo Histórico Ultramarino, nos levaram a tentar perceber por que razão os Namarrais apareciam registados com alguma

frequência na documentação da 2ª metade do século XIX e por que razão, a partir da primeira década do século XX, a menção a este povo nessa documentação começava a ser menor, sendo que, a partir do ano de 1913, praticamente não se encontram referências.

Pode-se definir um arco vital para os Namarrais, que vai desde o seu aparecimento, passando por um período de auge e seguindo-se uma linha descendente até à sua dispersão.

Fácil se tornou definir um arco cronológico para o presente trabalho: 1857, como o momento simbólico inicial; 1913, como o momento simbólico do “desaparecimento” dos Namarrais na documentação portuguesa.

Se as fontes primárias nos evidenciaram este percurso cronológico do Namarral, e uma profusão de dados, a historiografia não se revelou rica em informação sobre os Namarrais. Para além de referências breves, não encontramos um estudo sobre esta entidade particular ou outras afins, à excepção de *A República da Maganja da Costa*, de José Capela. No entanto, apesar desta lacuna na historiografia numa perspectiva localizada nesta sociedade, serviram-nos de apoio os trabalhos pioneiros centrados na problemática africana da autoria de Malyn Newitt, Nancy Jane Hafkin, Edward Alpers, Elikia M'Bokolo, assim como os trabalhos de autores que se debruçaram sobre o Norte de Moçambique, destacando-se, desde a década de 70 do século passado a esta parte: Alexandre Lobato, António Rita-Ferreira, Joseph M'Bwiliza, Christian Geffray, Constantino Gérard, José Capela, Eduardo Medeiros, Arlindo Chilundo, Mafalda Leite, Olga Iglésias, Carlos Serra, Aurélio Rocha, Borges Coelho, entre outros.

Foi no labor sobre as informações recolhidas nas fontes primárias e nos diversos estudos da autoria destes investigadores que conseguimos delinear a identidade Namarral, sem esquecermos, no entanto, as palavras de Isabel Castro Henriques

alertando-nos para o facto de que, o que conhecemos e descrevemos a partir do que ficou escrito não é mais do que a “moldura imposta pelos africanos”. (Henriques, 2003)

O caso dos Namarrais, e outros que decerto surgirão, atestam que novos *Estados* se constituíram no Norte de Moçambique ao longo do século XIX, numa fase em que os processos de definição desses *Estados* se mostraram mais vinculados e em que, pelo avanço da colonização e da desestruturação desses mesmos *Estados* devido às lutas intestinas, por factores causais complexos, tais novos *Estados*, dizíamos nós, não tiveram a oportunidade de se definir em pleno como identidades emergentes.

As terras dos montes Namúli terão sido o berço dos Namarrais. A saída de um posto avançado desse território com o seu grupo pode indiciar que o topónimo Namarral acompanhou o caminho percorrido pelas populações que, ao chegarem às terras vazias de gente próximas das Terras Firmes, continuaram o topónimo, em memória do antigo.

Aos europeus instalados nas chamadas Terras Firmes interessava a chegada de um grupo avassalado que lhes garantisse o fornecimento de bens alimentares e de água potável, que não atacasse as suas quintas e habitações, que servisse de tampão a outros povos do interior e que lhes fornecesse mão-de-obra escrava. Aos suaíli e outras chefaturas afro-islâmicas também interessava a vinda dos Namarrais, porque, através de alianças, poderiam manter activa uma economia baseada na escravatura, usada tanto para dar respostas às necessidades internas, como para corresponder à procura de mão-de-obra contratada por parte das ilhas de colonização francesa do Índico.

O povo Namarral justifica a sua identidade a partir de um mito de origem e de uma linha tradicional chefal, necessários à coesão do grupo. Elikia M'Bokolo avança para a classificação destas sociedades como “Estados tardios”, porquanto se fizeram liderar por um jovem que cortou laços com a dinastia reinante sem contudo esquecer, construiu legitimidade para si e para a sua gente, recorreu preferencialmente a um

modus vivendi e a um etnónimo assustador para se delimitar política e militarmente face às outras sociedades. Gérard Liesegang assegura ainda que a história ou mito da fundação de uma sociedade estabelece uma raiz comum convencional que permite justificar uma sociedade, a sua ordem, as estruturas de poder e os recursos de sobrevivência do grupo.

Estes “Estados tardios” estiveram em constante tensão desde meados do século XIX até à primeira década do século XX, porquanto se contextualizaram em situações de guerras de instalação, conquista e formação de novos *Estados*, lutas pela hegemonia e pela angariação de escravos e de bens.

Os motivos que levaram ao afastamento do grupo de Mocuto do seu clã em direcção ao litoral podem ser vários. Ao nível interno, podemos contemplar três motivos principais: as pressões provocadas pelos ngunis que vinham do sul; o excesso populacional nas antigas terras de origem e a intenção de um jovem guerreiro liderar a sua gente; a atracção pelo comércio dinâmico que se verificava nas terras junto à costa, onde os produtos chegados do interior (escravos, marfim, ouro, pedras preciosas, alimentos) eram trocados por armas, munições, tecidos, sal e objectos das mais diversas origens.

A sociedade Namarral fundamenta-se, pois, em três características: primeira, a base tradicional que a identifica com linhagens e com a hierarquização social e conseqüente islamização; segunda, a organização social e política com carácter de quilombo que a enforma no conjunto de novos *Estados*; terceira, o sistema confederativo apoiado por um exército e por alianças político-militares.

A intenção de controlar as rotas caravaneiras que vinham do interior em direcção a Mossuril, através da cobrança de impostos em produtos, assim como a possibilidade dos assaltos a essas mesmas caravanas para angariar gente e outros bens, foram outros

motivos que, na complexa textura económica e política da região, motivaram e atraíram os namarrais em direcção ao litoral.

A primeira fase de definição dos namarrais revela um percurso de dispersão de linhagens e de corte com uma matriz tradicional, mas cujos valores e elementos identitários tradicionais acompanharam o grupo garantindo a sua coesão. A entrada no corpo demográfico Namarral de escravos de diversas proveniências e identidades vai permitir alargar os efectivos desta sociedade num formato com características de quilombo que, apesar de demasiado próximo do litoral, consegue isolar-se e criar um sistema de alianças militares e comerciais que, paulatinamente, vai fortalecendo a hierarquia social dentro do quilombo, permitindo-o enquadrar-se como um novo *Estado*.

Este novo *Estado* apresenta uma hierarquização social, política e militar, baseada no chefe que lidera um conjunto de postos avançados subalternos, em aliança com outras chefias. Todos constituem um exército para acudir a crises dentro da própria confederação ou a ataques vindos do exterior dessa mesma confederação.

No que respeita à economia, verificamos que o Namarral se apresenta como um “quilombo predatório”, nas palavras de Décio Freitas. O recurso ao controlo sistemático das caravanas comerciais e das rotas percorridas, a cobrança de impostos de passagem pagos em bens, o rapto e o resgate com carácter de troca mercantil revelam uma economia sustentada na escravatura interna e nos produtos de mercado, sem excluir o fim das rotas junto à costa para troca com outros produtos chegados por mar, onde os escravos, apesar de se ter legalmente terminado com o tráfico transatlântico continuavam a ser vendidos (ou trocados por armas e pólvora), nem que fosse sob a denominação de “libre engagés” ou “contratados”.

Na viragem do século, a instalação, pelos europeus, de grandes propriedades agrícolas de monocultura e a exigência do pagamento do imposto de palhota e do trabalho forçado nas terras ocupadas, obrigaram os Namarrais a desviar as rotas para outras zonas da costa, nomeadamente para a região controlada por Farelly, próxima de Angoche. O próprio sistema comercial da escravatura interna vai deixar de fazer sentido nas regiões costeiras. O hinterland vai entrar de novo num processo de esvaziamento demográfico, com os bazares e lojas a instalarem-se no interior do território.

Neste estudo falamos também do já muito trabalhado tema da resistência. No entanto, sem querer insistir no binómio resistência / ocupação, verificamos que pela multiplicidade de formas e de alvos, estamos perante resistências, mais do que perante apenas uma forma de resistência.

No contexto do nosso trabalho, falar em resistência apenas relativamente ao avanço da colonização portuguesa seria esquecer outras dinâmicas. Num território onde os interesses de Namarrais, suaílis, macuas, luso-afro-descendentes e europeus se compaginavam no que concerne ao tráfico comercial e às rotas caravaneiras, a resistência subjacente seria à imposição de novos modelos económicos. Se já antes de 1885 (Conferência de Berlim) e do Ultimato de 1890 se verificavam situações de resistência à intenção dos portugueses, tal não revela ainda oposição ao processo de ocupação territorial que vamos encontrar logo a seguir, a partir de 1897, em coexistência com todas as outras formas e objectivos de resistência. Independentemente das causas que levaram às resistências, as formas que os Namarrais escolheram para responder não se limitaram apenas ao que Pélissier denominou de guerrilha ou guerra da pulga. A partir de 1897, o avanço militar dos Namarrais no terreno fez-se em campo aberto, com um exército apetrechado.

A resistência, nas suas variadas formas, surgiu face a três situações claras: a primeira, à proibição do tráfico de escravos; a segunda, às campanhas militares para avanço e ocupação do território; a terceira, ao trabalho forçado e ao imposto de palhota.

Na primeira situação, a reacção à ilegalização do tráfico trouxe grande movimentação social e política, demonstrando que a economia de todos os agentes no território dependia dessa dinâmica baseada na mão-de-obra escrava das mais diferentes origens e tipologias.

Na segunda situação, verificam-se várias resistências, a par de outras tantas formas de ocupação. A forma militar, suficientemente conhecida pela historiografia portuguesa pelas campanhas militares de Mouzinho contra os Namarrais, a forma da administração colonial estatal directa através da instalação de capitánias e postos militares (substituídos em 1917 pelos comandos militares) e através da instituição das Companhias empresariais, que levaram para si as melhores terras da Macuana, da Zambézia e de Cabo Delgado.

Na terceira situação, a resistência mais efectiva e manifesta foi ao imposto de palhota e ao trabalho forçado.

As resistências a estes três vectores, que definem os processos pelos quais Portugal conseguiu o demorado assentamento colonial, revelam-se também como os principais factores de destruição instalados e constituídos naquele território, muitos deles fruto desse mesmo statu quo.

Em 4 de Abril de 1900, em consequência do rapto da filha da rainha Naguema, pelos portugueses, a rainha jurou vassalagem ao rei português. As campanhas militares com recurso a aliados internos e a militares indígenas foram estratégias de sucesso para a colonização e de derrota para os Namarrais pela superioridade técnica e pelos ataques militares que se prolongaram no tempo, desde Março de 1887 (data da primeira

campanha militar contra os Namarrais), passando pelas campanhas de Mouzinho de Albuquerque, em 1897, às aldeias de Naguema, Ibraímo e Mocuto, até às últimas lutas registadas na transição dos anos 1902 / 03, 1905 / 06, 1909 / 10.

Em 18 de Maio de 1903 Mocuto-muno é feito prisioneiro no forte da Ilha, onde morre, por doença segundo uns, por desgosto, segundo outros.³⁰⁶

Neste período crítico, as sociedades que integravam a confederação claudicaram e algumas tornaram-se aliadas dos portugueses, como foi o caso do chefe Mucapera, que se aliou a Neutel de Abreu em 1913.

Os Namarrais abandonaram as suas terras e deslocaram-se para Sul do rio Monapo e Noroeste do rio Mogincual. Os líderes ter-se-ão refugiado nas terras do seu aliado Farelay, em Boila, próximo de Angoche. Outros Namarrais teriam permanecido nas suas terras, inseridos no clã Lapone (Branquinho, 1969).

Em 1913, Neutel de Abreu, da Macuana, e José Augusto da Cunha, de Mossuril, submeteram quarenta e quatro régulos e recuperaram 4 mil armas de fogo.

Este não pretende ser um trabalho concluído. O Namarral, enquanto fenómeno sócio-político junta-se ao fenómeno da Maganja da Costa e traz à colação outros fenómenos, como o de Ano Bom, estudado por Arlindo Caldeira.

O Namarral constitui um novo e breve *Estado* que conseguiu capacidade de movimentação política, ainda merecedora de mais pesquisa para uma compreensão dos laços que ligaram este *Estado* aos que existiam no território e, em especial, uma tentativa de clarificação da sua relação com as confrarias com carácter secreto, que alguns consideram maçónicas, lideradas por luso-afro-descendentes que geriam a multiplicidade de interesses no território, a favor, obviamente, dos seus interesses e dos seus aliados.

³⁰⁶ A.H.M., Governo-geral de Moçambique, Correspondência recebida do distrito de Moçambique, 08.01.1903 a 16.01.1907; doc. n.º158, de 18.05.1903: regista o falecimento do Namarral Mocuto-muno.

O fim, ou melhor, a dispersão dos Namarrais no território moçambicano começou a anunciar-se pelo desgaste político provocado por um sistema colonial que se instalava através de um tráfico corrosivo de influências, espionagem, raptos, alianças e vassalagens. Esta situação fez desenvolver conflitos e guerras entre as sociedades do território, de tal modo, que muitas ainda se mantêm nos nossos dias. Para além dos conflitos, e das tensões sociais, permanecem ainda hoje, na esteira do que se estende desde a segunda metade do século XIX, as questões de Estado, de Nação, de Identidade (Ki-Zerbo, 2006, p.56).

É pois, com consciência das nossas limitações que consideramos que apenas se abriu a porta para a compreensão da sociedade Namarral.

O que aqui apresentamos, pode ser uma pequena ajuda na escrita da história das relações entre os povos africanos entre si, e entre os povos africanos e os povos europeus, num contexto geográfico e temporal em que os elementos colonizadores recorreram às sociedades africanas, respeitando de certa maneira a sua autonomia e formas de organização de poder, mas conseguindo, através delas, atingir os seus objectivos de implementação colonial.

Esperamos também, segundo o pensamento de Joseph Ki-Zerbo, ter dado uma achega à identidade moçambicana. O papel desempenhado por cada sociedade define a sua identidade. Sem esse papel, a sociedade torna-se um mero objecto. Na sua breve história, os Namarrais foram decerto sujeitos activos na construção da nação moçambicana.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico de Moçambique

Fundo do Século XIX:

Governo-Geral, Livro para nele se lavrarem os termos de juramento de preito e homenagem que prestam os xeques e régulos do distrito e província de Moçambique, 1889.Fev.12: Soalé Bin Ali Ibrahimo, vulgo Marave, nomeado capitão-mor de Sancul, Cód.2-429, Ag.1, fl. 6.

Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.146, M2 (1 a 30), Estante A e 1, 1855, 1900; doc. nº 1, de 14.03.1887: Relatório de assaltos perpetrados por “namarraís e macuas” a lojas de indianos e maometanos das “Terras Firmes”.

Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884:

- doc. nº 64, de 25.12.1874: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes” ao governador-geral pedindo autorização para ir capturar os “pretos” que tinham fugido para terras de domínio Namarral.
- doc. nº 86, de 20.02.1881: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes” para o secretário do Governo-geral.
- doc. nº 90, de 25.02.1881: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes” para o secretário do Governo-geral.
- doc. nº 117, de 24.06.1881: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Joaquim Ferreira, ao Governador-geral.
- doc. 128/2, de 26.10.1881; ofício do capitão-mor do Mossuril ao Secretário do Governo-Geral.
- doc. nº 137, de 15.11.1881: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Agostinho Teixeira de Almeida Pereira, ao secretário do Governo-Geral, lamentando que se tenha dado terras a Mocuto aquando da sua perseguição pelo régulo de Chatau, Moquiéje.
- doc. nº 147, de 11.01.1882: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Agostinho Teixeira de Almeida Pereira, ao secretário do Governo-Geral;

Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M2,1874:

- doc. nº 173, de 26.05.1882: Ofício do capitão-mor das “Terras Firmes” sobre o rapto de gente que pretos andam fazendo nas terras de domínio portugueses.
- doc. nº 117, de 24.06.1881: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Joaquim Ferreira, a secretário do Governo-Geral.

Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.10, M1(2);; doc. nº 147, de 11.01.1882: o comandante militar de Natule informa sobre populações namarraís.

Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.149, M1, Doc.1 a 361, 1885-1888:

- doc. nº 2, de 27.01.1885: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes” ao governador-geral, dando conta do rapto de uma mulher e três crianças por parte dos namarraís.
- doc. nº 249, de 01.03.1887: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Joaquim Lobo, ao governador-geral informando que cerca de 300 namarraís tinham roubado os negociantes de Muchelia e de Muitiquite.
- doc. nº 256, de 11.03.1887: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes”, Joaquim Lobo, ao governador-geral informando que vai conferenciar com o régulo Mocuto-muno a fim de reaver as fazendas roubadas aos negociantes.

Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.150, M2 (1 a 2), 1894-1898:

- doc. nº 3, de 10.01.1894: ofício do capitão-mor de Mossuril, major Manuel Pires de Oliveira, ao Secretário-Geral Interino do Governo-Geral.
- doc. nº 19, de 21.12.1894: ofício do capitão-mor das “Terras Firmes” ao governador-geral.

Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.156, M1, Docs.1 a 147, 1892 a 1897:

- doc. nº 55, de 15.05.1896: resposta a questionário, do Chefe da Secção das Obras Públicas, Francisco Leotte, ao Secretário do Governo-Geral.
- doc. nº 56, de 18.05.1896: o questionário feito pelo Governador-geral às capitánias-mores, de acordo com a Circular nº23 de 5 de Maio de 1896, enviado pelo capitão-mor das “Terras Firmes”, Major Joaquim Clemente d’Assumpção.
- doc. nº 84, de 21.08.1896: ofício do oficial encarregado da cobrança do imposto de palhota, tenente Francisco Rodrigues, ao comandante militar de Natule, capitão Caetano João Fialho.
- doc. nº 127, de 12.11.1896: ofício do comandante militar de Moginqual, alferes Alfredo d’Azevedo Alpoim, ao Chefe de Estado-Maior de Moçambique, Moginqual.
- doc. nº 155, de 26.04.1897: relatório do combate da Muchelia no dia 13 de Abril de 1897 por forças do Marave, escrito pelo alferes José Xavier Ferreira de Barros.
- docs. nº 159, de 05.06.1897; 155 e 156, de 21.06.1897; 160 de 11.06.1897; 153, de 13.05.1897; 154 de 15.05.1897: nota de relatório do governador do distrito, Eduardo da Costa, ao chefe de Estado-Maior, Aires de Ornellas, Ilha; e outros ofícios anexos.

Distrito de Moçambique, Cx.8.13, M3(9); doc. Nº 1 de 24.02.1893.

Processo contra os Namarrais, 1897 (M1); carta enviada ao governador-geral por Cândido da Costa Soares, proprietário nas “Terras Firmes”, prisioneiro na Praça de S. Sebastião, acusado de conluio com os Namarrais, 29.10.1896.

Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.8, Estante D b 5, 1897, 1899, 1900:

- doc. nº 76, de 10.10.1899: ofício confidencial do governador do distrito, em Moçambique (Ilha), Júlio José Marques da Costa, ao Secretário do Governo-geral.
- doc. nº 79, de 12.10.1899: ofício confidencial do governador do distrito, em Moçambique (Ilha), Júlio José Marques da Costa, ao Secretário do Governo-geral.
- doc. nº 211, de 08.02.1900: ofício confidencial do governador do distrito, em Moçambique (Ilha), Júlio José Marques da Costa, ao Secretário do Governo-geral.

Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.9, M1 (1), Doc.1 a 77, 1898 a 1900:

- doc. nº 4, de 04.04.1898: ofício do capitão-mor da Macuana, Francisco da Silva Neves, ao chefe da repartição militar do distrito.

Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.9, M2, Doc.1 a 116, 1897 a 1899:

- doc. nº 62, de 29.11.1897: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa, em Mossuril, José Carrazedo Andrade, à Secretaria militar do distrito contando que os chefes do interior da Macuana se queixaram dos chefes namarrais (este era Metochera) que lhes embargava o passo quando passavam pelas suas terras.
- doc. nº 78, de 14.04.1898: ofício do capitão-mor da Macuana informando do desaparecimento de polícias que estavam ao seu serviço. Informa ainda que os polícias iam acompanhar carregadores que se dirigiam ao interior e que na região havia grande sublevação devido ao assassinio de um chefe, Cumari-muno.
- doc. nº 84, de 18.07.1898: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa, em Mossuril, António Camisão, ao chefe da Repartição militar do distrito.
- doc. nº 86, de 25.07.1898: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa, no Mossuril, António Camisão, ao governador do distrito.
- doc. nº 104, de 26.09.1898: tradução de uma carta escrita em suaíli e enviada por Naguema ao

capitão-mor das “Terras Firmes”.

- doc. nº 110, de 04.11.1898: ofício do secretário interino da capitania-mor das Terras da Coroa, no Mossuril, Luís da Cunha, ao chefe da Repartição militar do governo do distrito.

- doc. nº 111, de 05.11.1898: ofício do secretário interino da capitania-mor das Terras da Coroa, no Mossuril, Luís da Cunha, ao chefe da Repartição militar do governo do distrito.

Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.9, M3, Docs. 1 a 217, 1899-1900:

- doc. nº 3, de 07.01.1899: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa ao Chefe da Repartição Militar informando sobre a embaixada de Naguema.

- doc. nº 19, de 16.02.1899: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa ao Chefe da Repartição Militar informando sobre a preparação militar de Naguema e de Mocuto.

- doc. nº 20: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa ao Chefe da Repartição Militar informando sobre o rapto de mulheres por parte de Naguema e de Mocuto.

- doc. nº 49, de 01.05.1899: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa ao Chefe da Repartição Militar informando sobre a participação do capitão-mor do Mossuril numa reunião com chefes Namarrais.

Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.10, M1(2), Doc.1 (relatório), 1897:

- doc. nº 1, de 15.02.1897: relatório do comandante militar de Natule, D. Miguel Henriques de Menezes Alarcão, informando ainda que namarrais e maraves continuavam a ser rebeldes.

Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.10, M1 (3), Doc.1 a 35, 1897/1899:

- doc. nº 16, de 03.09.1898: ofício do comandante militar de Mochelia, alferes José António Morais Júnior, ao chefe da secretaria militar do distrito de Moçambique.

Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.10, M 2; doc.1 (caderno) de 04.04.1898: exposição do Governador do Distrito, Eduardo da Costa, ao Chefe de Estado-Maior, Aires de Ornellas, Ilha.

Governo do Distrito de Moçambique, Cx.8.15, M.1 (1 a 9; 1886-1899), M.2 (1 a 15; 1857-1896), M.3 (1 a 37; 1850-1899), M.4 (1 a 14; 1881-1892), M.5 (1 a 12; 1852-1900):

- doc. nº 3, de 06.10.1897: ofício do comando militar de Ibrahim ao capitão-mor das Terras Firmes, no Mossuril, explicando que os namarrais não pagariam a “multa da guerra” por não terem conseguido trabalhar nas sementeiras e na criação do gado.

- doc. nº 13, de 02.10.1898: ofício do comandante militar de Muchelia a José António de Araújo Júnior, ao capitão-mor das “Terras Firmes”.

Governo-Geral, Cx.8.52, Estante A b 2, 2º semestre de 1899; doc. nº 2, de 01.07.1899: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa, no Mossuril, António Camisão, para o Secretário do Governo-geral.

Governo-geral, Correspondência recebida de Moçambique, 1900, 25-90, cota: 1008; Relatório do estado da capitania de Mossuril, da autoria do tenente da infantaria António Augusto Ferreira Braga, enviado ao Governo do distrito de Moçambique, 27.07.1900.

Governo-geral de Moçambique, Correspondência recebida do distrito de Moçambique, 08.01.1903 a 16.01.1907; Informação sobre os régulos que assumiram passalagem, 01.07.1903.

Governo-geral de Moçambique, Correspondência recebida do distrito de Moçambique, 08.01.1903 a 16.01.1907; doc. nº158, de 18.05.1903: regista o falecimento do namarral Mocuto-muno.

Governo-geral de Moçambique, Correspondência recebida do distrito de Moçambique, 08.01.1903 a

16.01.1907; doc. nº60, de 17.02.1903 e doc. nº 102, de 03.04.1903.

Fundo do século XX:

Governo-Geral, Correspondência do Governador do Distrito de Moçambique ao Secretário-Geral do Governo, cota: 1 012 (26-94), 1902 (2º semestre), 24.07.1902

Governo-Geral, cota: 1 016 – 1 905 (27-98), Relatório de Janeiro de 1905, feito pelo capitão António Camisão, em Mossuril, 05.02.1905.

Governo-Geral de Moçambique, Sala 8, Estante A b 2, Cx.51, cota: 8.51, M1, Docs. 1 a 262, 1898 a 1899; Ofício do governador do distrito, Júlio José Marques da Costa, na Ilha, ao governador-geral, 18.05.1899.

Governo-Geral de Moçambique, Quartel General, Códices, 11- 3 322, D a 2, 08.10.1907 a 26.03.1912; 23.04.1911, fl.371: informações do Estado-Maior em Lourenço Marques ao Governador de Moçambique.

Governo-Geral de Moçambique, Quartel General, Códices, 11- 3 300, 1901-1907.

Governo-Geral de Moçambique, Quartel General, Códices, 11- 3 318 D a 2, 08.10.1907 a 12.03.1909; 10.12.1907, fl. 88: ofício do governador do distrito ao capitão-mor de Mossuril.

Governo-Geral de Moçambique, Quartel General, Códices, 11- 3 322, D a 2, 08.10.1907 a 26.03.1912, fl. 103v.

Governo-Geral de Moçambique, Quartel General, Códices, 11- 3 789 E b 3, Livro de Registo de Ordens da 5ª Companhia Indígena de Infantaria, em Nampula, 01.01.1913 a 31.12.1913; fl.26v., nº50, de 31.03.1913, Quartel em Nampula.

Caderno de Ordens, Livro de Registo de Ordens da Capitania-mor da Macuana, 11-3445, Fb5, 02.04.1911- 28.11.1912, ordem de 04.04.1912: para a publicação sobre a saída de Neutel de Abreu de Corrane para as terras do régulo Maquira.

Província e Distrito de Moçambique, Comando militar do Moginqual; relatório da revolta dos indígenas desta região no ano de 1918 e das operações para a sua sufocação, 14.10.1918, Sala S.E., Estante a.VP.1, Caixas 42,43,44, (a-c) 45 a 52.

Governo-Geral de Moçambique, Província e Distrito de Moçambique, Comando Militar de Moginqual; relatório da revolta dos indígenas desta região no ano de 1918 e das operações para a sua sufocação, do capitão Francisco Dias Cabeças, 14.10.1918.

Arquivo Histórico Ultramarino

D.G.U., Moçambique, Geral, Pasta 49:

- Capilha 1, 31.01.1875: Governador-geral envia cartas escritas em caracteres árabes e traduzidas pelo intérprete oficial para a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.
- Capilha 1, 12.03.1875: O Governador-geral José Guedes de Carvalho e Menezes descreve o estado da província.
- Capilha 1, 29.03.1875: O Governador-geral José Guedes de Carvalho e Menezes descreve o estado da província.
- Capilha 3, 04.10.1875.

D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 4:

- Capilha 1, 31.01.1882.

D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, 1ª Secção, Pasta 20:

- Capilha 2, 12.03.1903: Relatório de oito meses de governo do distrito de Moçambique, por Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel.

D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 10:

- Capilha 2, 16.09.1888.
- Capilha 3, 15.10.1888: Ofício do capitão-mor Joaquim Barbosa Lopes Lobo, de 14.10.1888, dirigido ao governador-geral de Moçambique, Augusto de Castilho Barreto e Noronha.
- Capilha 3, 12. 11.1888.

D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 12:

- Capilha 1, Jan. a Jun. de 1890.
- Capilha 6, 11.08.1890: Relatório do governador-geral Máximo Mariano Cirilo Grilo de Carvalho ao conselheiro Júlio Marques de Vilhena, Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar.

D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, Pasta 17:

- Capilha 2, 19.06.1897.
- Capilha 3, 18.10.1898: relatório sobre o estado actual da província apresentado pelo capitão-de-fragata Álvaro A. da Costa Ferreira à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.
- Capilha 5, 20.10.1899: ofício do governador do distrito de Moçambique, Júlio José Marques da Costa, ao governador-geral, dando-lhe conta do estado da política indígena no distrito de Moçambique.

D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, 1ª Secção, Pasta 18:

- Capilha 1, 30.04.1900: o governador-geral interino, António de Sousa Ribeiro, envia ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar uma cópia do termo de vassalagem da rainha Naguema.

D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, 1ª Secção, Pasta 19:

- Capilha 1, 12.03.1902: o capitão-mor António Camisão envia processo de vassalagem.

D.G.U., Moçambique, 2ª Repartição, Finanças de Moçambique, Mouzinho de Albuquerque, 20.06.1896: questões sobre o imposto de palhota.

D.G.U., Moçambique, 1ª Repartição, 1ª Secção, Pasta 20:

- Capilha 2, 12.03.1903: Relatório de oito meses (...) por Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel.

Fontes impressas

África Oriental, periódico semanal, nº 299, 14º ano, 18.02.1886.

Albuquerque, J. Mouzinho de. (1897). *A Campanha contra os Namarraes*. Relatórios enviados ao ministro e secretário dos Negócios da Marinha e Ultramar pelo comissário régio da província de Moçambique, Lisboa: Imprensa Nacional.

Albuquerque, J. Mouzinho de. (1934). *Moçambique 1896-1898*. Vols. I e II. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias.

Albuquerque, J. Mouzinho de. (1935). *Livro das Campanhas: Primeiras Operações e Combate da Mojenga*, Vol. I e II, Lisboa: Biblioteca Colonial Portuguesa, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias.

Almeida Lima, A. de. (1909). "Operações militares contra o tráfico da escravatura em 1902". In *Annaes do Club Militar Naval*. Vol. XL, nº10. Lisboa.

Amorim, P. Massano de. (1911). "A ocupação do districto de Moçambique". In *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 17.04.1911. Nº5, 29ª série. Lisboa: Typographia Universal.

Amorim, P. Massano de. (1911). *Relatório sobre a ocupação de Angoche. Operações de campanha e mais serviço realizadas, anno 1910*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.

Amorim, P. Massano de. (1908). *Relatório do Governador, 1906-1907*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.

Andrade, António Alberto de, *Relações de Moçambique Setecentista*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1955.

Archivo Pittoresco, Semanário Ilustrado, vol. II, 1858-1959, Lisboa, 1859, p. 369-372.

Aspectos do Estudo do Meio Humano – Moçambique, Agrupamentos Étnicos, Comando Naval de Moçambique, Estado-Maior, 1969, p. 116.

Boléo, Oliveira. (1951). *Moçambique*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

Boletim Oficial de Moçambique, nº45, 10.11.1888.

Boletim Oficial de Moçambique, 06.08.1902.

Boletim Oficial de Moçambique, 18.02.1903.

Boletim Oficial de Moçambique, 28.07.1903.

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, "Reconhecimento e Ocupação dos Territórios entre o Messangire e os Picos Namuli", 20ª Série, Nº7, Julho de 1902.

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, "Relatório de Carlos Wiese", 10ª série, nºs 6 e 7, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, pp. 246-247.

Botelho, J. J. Teixeira. (1936). *História Militar e Política dos Portugueses na África Oriental*. Vol.II. Lisboa.

- Branquinho, J. M. (1969). *Prospecção das Forças Tradicionais – Distrito de Moçambique*. P. 81. Moçambique: Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (Administrador do Concelho, Província de Moçambique).
- Caetano, Marcello. (Prefácio e Notas). 1947. *As Campanhas de Moçambique em 1895 segundo os seus contemporâneos*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias.
- Camisão, A. (1901 a.). “Relatorio Synoptico d’Informações da Caitania-mór do Mossuril”, Governo do Districto de Moçambique, Indicações Geraes sobre a Capitania-Mór do Mossuril. Moçambique: Imprensa Nacional.
- Camisão, A. (1901 b.). *Indicações Geraes sobre a Capitania-mór do Mossuril*. Apêndice ao Relatório de 1 de Janeiro de 1901. Moçambique: Governo do Distrito de Moçambique. Imprensa Nacional.
- Castro, Soares de. (1941). *Os Achirimas (ensaio etnográfico)*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Castro, Soares de. (1960). “Apontamento para a História de uma jovem cidade”. In *Boletim do Museu de Nampula*. Vol. I. Nampula.
- Costa, Eduardo A. Ferreira da. (1901). “Factos da Ocupação Militar do Districto de Moçambique em 1897-1898”. In *Revista do Exército e da Armada*. Nºs 94 e 95, vol. XVI. Lisboa: Livraria Rodrigues.
- Costa, Eduardo A. Ferreira da. (1902). *O Districto de Moçambique em 1898*. P. 03.
- Coutinho, J. A. (1935). *As duas conquistas de Angoche*. Nº 11. Lisboa: Pelo Império.
- Coutinho, J. A. (1938). “O Mundo Português”. In *Revista de Cultura e Propaganda Arte e Literatura Coloniais*. Vol. V, nº 58, p.443. Lisboa: s.e.
- Cunha, J. A. da. (1885). *Província de Moçambique. Estudo acerca dos usos e costumes dos Banianes, Bathias, Parses, Mouros, Gentios e Indígenas*. Moçambique: Imprensa Nacional.
- Daily Argosy (The)*. “Women slaves in Africa. Portuguese Methods Indicted. Contract Labour.” Damerara, British Guiana, 08.01.1926.
- Dias, L.F. C. (1954). “Descrição da Capitania de Moçambique e suas povoações e produções, pertencentes à Coroa de Portugal, por Joaquim José Varella”. In *Fontes para a História, Geografia e Comércio de Moçambique (Século XVIII)*. P. 281. Lisboa: Anais da Junta de Investigação do Ultramar, vol. IX, tomo I.
- Duffy, J. (1859). *Portuguese Africa*. Cambridge.
- Durão, P. (1902). “Reconhecimento e Ocupação dos Territórios entre o Messangire e os Picos Namuli”. In *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. 20ª Série, Nº7. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Enes, A. (1893). *Moçambique. Relatório apresentado ao Ministério das Colónias*. Lisboa: Sociedade de Geografia.
- Costa, Eduardo A. F. da. (1901). “Factos da ocupação militar do districto de Moçambique, 1897-1898”. In *Revista do Exército e da Armada*. Vol. XVI. Nº 95. P. 125.
- Ferreira, J. G. Duarte. (1915). *Relatório do Governador, 1911-1913*. Lourenço Marques.
- Ferreira, J. G. Duarte. (1915). *Relatório sobre a sublevação do Xeque de Sangage*, Lourenço Marques.
- Ferreira, Manuel. (1946). *Neutel de Abreu*. Col. Pelo Império. Nº 116. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias.

- Gamito, A. & Monteiro, J. (1937). *O Muata Cazembe e os Povos Maraves, Chevas, Muizas, Muembas, Lundas e outros da África Austral*. Vol. I, p. 36. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias.
- Gérard, Pe. Constantino. (1941). "Mahimo Macuas". In *Moçambique: Documentário Trimestral*. Nº26.
- Lima, António de Almeida. (1909). "Operações militares contra o tráfico da escravatura em 1902". In *Annaes do Club Militar Naval*. Vol. XL, nº10. Lisboa.
- Lobato, Alexandre. (1971). "Sobre as causas da ocupação tardia do Norte, num relance pela História de Moçambique". In *Monumenta: No Centenário de Neutel de Abreu*. (7). Lisboa.
- Lupi, E. do Couto. (1907). *Angoche. Breve Memória sobre uma das Companhias-Mores do Distrito de Moçambique*. Lisboa: Typografia do Annuario Commercial.
- Machado, Aníbal. (1910). *Relatório do Governador, 1908-1909*, feito em 30.09.1909 pelo governador interino, publicado em harmonia com a portaria provincial nº326, de 21.05.1907. Distrito de Moçambique, Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- Machado, A. J. Mello. (1970). *Entre os Macuas de Angoche, Historiando Moçambique*. Lisboa: Prelo.
- Menezes, J. G. de Carvalho e. (1874). *Relatório do Governador-geral de Moçambique*. Moçambique.
- Mundo Português (O)*, Revista de Cultura e Propaganda Arte e Literatura Coloniais, vol.V, nº49, Janeiro de 1938.
- Ornellas, A. (1897). "As operações em Moçambique, Outubro de 1896 – Abril de 1897". In *Revista do Exército e da Armada*. Col. 9, nº52. Lisboa: s.e.
- Ornellas, A.. (1934). *Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*. Vol. I. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Pereira, E. Nazi. (s.d.). *Aspectos da vida macua: considerações etnosociais, socioeconómicas e sociopolíticas sobre a vida dos povos do Norte de Moçambique*. Trabalho de licenciatura apresentado ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Pimentel, Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa. (1905). "No distrito de Moçambique, 1902-1904; Memórias, Estudos e Considerações". In *Portugal em África*. Revista Científica, publicação mensal, volume 4, nº37, pp.41-45, volume 12, pp.304-307, 418-419.
- Quintinha, J. (1929). *Oiro Africano, Crónicas e impressões duma viagem jornalística na África Oriental Portuguesa*. 2º vol., 2ª edição. Lisboa: Editora Portugal Ultramar.
- Reis, D. da Câmara. (1962). "Os Macuas de Mogovolas". *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*. Ano XXXI, nº131.
- Rita-Ferreira, A. (1958). "Agrupamentos Étnicos dos Indígenas de Moçambique". In *Estudos, Ensaios e Documentos*. Vol. 50. Lisboa.
- Rita-Ferreira, A. (1966). "Os Cheuas da Macanga". In *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*. Nº8, série C (Ciências Humanas). P. 23-24. Lourenço Marques: Instituto de Investigação Científica de Moçambique.
- s.a. (1970/1973). *Bibliografia do Ultramar Português Existente na Sociedade de Geografia de Lisboa*. Fascículo V. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- s.a. (1969). *Aspectos do Estudo do Meio Humano – Moçambique, Agrupamentos Étnicos*. P. 116. Lourenço Marques: Comando Naval de Moçambique, Estado-Maior, 1969.

Sá da Bandeira, Marquês de. (1997). *O Tráfico da Escravatura e o Bill de Lord Palmerston*. Prefácio de Carlos Consiglieri. Lisboa: Ulmeiro.

Varela, J. J. (1954). "Descrição da Capitania de Moçambique e suas povoações e produções, pertencentes à Coroa de Portugal". In *Fontes para a História, Geografia e Comércio de Moçambique (Século XVIII)*, prefaciadas e coligidas por Luiz Fernando de Carvalho Dias. Lisboa.

Vilhena, E. (1902). "De Tete a Quíloa". In *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*. Vol. V, nº2, 2º semestre.

Bibliografia

Abbink, M. De Bruin, K. van Walraven and Jon. (2003). *Rethinking Resistance: Revolt and Violence in African History*. Boston: Brill Leiden.

Abreu, M. Zina Gonçalves de. (2007). *O Sagrado Feminino, da Pré-História à Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri.

Alexandre, V. (1979). *Origens do Colonialismo Português Moderno (1822-1891)*. Vol. III. Lisboa: Sá da Costa Editora.

Alexandre, V. (2000). *Velho Brasil, Novas Áfricas, Portugal e o Império (1808-1975), Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-1851)*. Porto: Edições Afrontamento.

Allina-Pisano, Eric. (2003). "Resistance and the Social History of Africa", *Journal of Social History*. Vol.37. 1. P. 187.

Alpers, E. (1969). "Trade, state and society among the Yao in the nineteenth century". In *Journal of African History*. Vol.X. Nº3. P. 405-420.

Alpers, E. (1972). "The Yao in Malawi: the importance of local research". In *The early history of Malawi*. P.168-178. London: Bridglal Pachai.

Alpers, E. (1975 a.). *Ivory and Slaves in East Central Africa*. Londres: Heinemann.

Alpers, E. (1975 b.). *War and culture in pre-colonial Mozambique: the Makua of Macuana*. Paper presented to the Conference of African States and the military: past and present, 18 a 22 Agosto 1975.

Alpers, E. (1982). *Forced migration: the impact of the export slave trade on Africa societies*. Londres: Hutchinson University Library for Africa.

Alpers, E. (1983). "The story of Swema. Female Vulnerability in Nineteenth Century East Africa". In *Women and Slavery in Africa*. Eds. C.C.Robertson and M.A. Klein. Madison. 185-219.

Alpers, E. (1999). "Islam in the Service of Colonialism? Portuguese Strategy during the Armed Liberation Struggle in Mozambique". *Lusotopie*. Pp. 165-184.
<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/alpers.pdf> (22.07.2009)

Alpers, E. (2001). "A Complex Relationship: Mozambique and the Comoro Islands in the 19th and 20th Centuries". *Cahiers d'Études Africaines*. Pp. 161-2001.
<http://www.etudesafricaines.revues.org/document67.html> (22.07.2009)

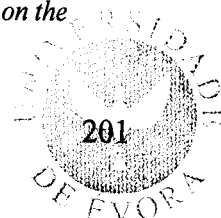
Alpers, E. (2002). "East Central Africa". *The History of Islam in Africa*. Ed. By Nehemia Levtzion & Randall Pouwels. Chapter 14. P. 303-325.

Alpers, E. (2003). "Flight to Freedom: Escape from Slavery among Bonded Africans in the Indian Ocean

- world, c.1750-1962". In *Slavery and Abolition*. Ed. Gwyn Campbell, a Frank Cass Journal. Vol. II. Nº2. P. 51-68.
- Alpers, E. (2003). "The Structure of Slavery in Indian Ocean Africa and Asia". In *Slavery and Abolition*. Ed. Gwyn Campbell, a Frank Cass Journal. Vol. 24. Nº2. P. 55.
- Alpers, E. (2004). "The Idea of *Marronage*: Reflections on Literature and Politics in Réunion". In *Slavery and Abolition*. Ed. Gwyn Campbell, a Frank Cass Journal. Vol. 25. Nº2. P. 18-29.
- Alpers, E. (2006). "The idea of *Marronage*: Reflection on Literature and Politics in Réunion". *Slavery and Resistance in Africa and Asia*. Coord. Gwyn Campbell and Michael Salman. P. 32. <http://www.books.google.pt> (23.05.2009)
- Amaral, I. (2000). "Partilhas territoriais tradicionais e coloniais na África ao sul do Sara: jogos políticos africanos no rescaldo da Guerra de 1914-1918". In *Actas da III Reunião Internacional de História de África: A África e a Instalação do Sistema Colonial (c.1885-c.1930)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Antunes, Luís F. D. (1998). "Os mercadores baneanes guzerates no comércio e na navegação da costa oriental africana (século XVIII)". *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas*. Pp.67-93. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Bazin, J. et Terray, E. (eds.). (1982). *Guerres des lignages et guerres d'État en Afrique*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines.
- Birmingham, D. (2003). *Portugal e África*. Lisboa: Editorial Veja.
- Bonate, Liazzat J. K. (2003). "The Ascendence of Angoche. The Politics of Kinship and Territory in Nineteenth Century Northern Mozambique". In *Lusotopie 2003*, pp. 115-140. <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/bonate2003.pdf>
- Bonate, Liazzat J. K. (2007). *Traditions and Transitions, Islam and Chiefship Northern Mozambique ca. 1850-1974*. Department of Historical Studies University of Cape Town: dissertation submitted of Philosophy in the Department of Historical Studies.
- Borges Coelho, P. (1978). *Apontamento sobre a cultura Makhwa*. Maputo: Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane.
- Borges Coelho, P. (2000). "O Alto Zambeze no primeiro quartel do século XX: transformação do espaço, transformação da população". P. 117. In *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c.1885-c.1930)*, Actas da III Reunião Internacional de História de África. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Brito João, Benedito. (1989). *Abdul Kamal (1892-1966) et l'Histoire du Chiure aux XIXe. et XXe. Siècles. Études sur la chefferie traditionnelle, les réseaux islamiques et la colonisation portugaise*. Mémoire d'Histoire et Anthropologie pour le Diplôme d'EHESS sous la direction de M. Elikia M'Bokolo, Paris.
- Brito João, Benedito. (1993). "Factores de reorganização das chefaturas no Norte de Nampula e Sul de Cabo Delgado na segunda metade do século XIX". In revista *Arquivo*. Nº14 especial. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Brito João, B. (2000). *Abdul Kamal e a História de Chiure nos Séculos XIX e XX*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Caldeira, A. M. (2006). «A "República negra" de Ano Bom: invenção de um "Estado" entre duas colonizações». In *Trabalho forçado africano – experiências coloniais comparadas*. Coord. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Porto: Campo das Letras.

- Capela, J. & Medeiros, E. (1985). *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico (1720-1902)*. Maputo: Ed. Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane.
- Capela, J. (1974). *Moçambique pelo seu Povo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Capela, J. (1992). *A República Militar da Maganja da Costa (1862-1898)* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Capela, J. (1993). *O Escravismo Colonial em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.
- Capela, J. (1998). "O *Ultimatum* na Perspectiva de Moçambique. As questões comerciais subjacentes". *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas*. Pp.261-279. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Capela, J. (2000 a.). "Moçambique no Século XIX". In *O Império Africano, Séculos XIX e XX*. P. 117-134. Coord. Valentim Alexandre. Lisboa: Edições Colibri.
- Capela, J. (2000 b.). "Escravos e escravatura em Moçambique. Problemas identitários". *Africana Studia*. Nº 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Capela, J. (2001). "Dos cativeiros tradicionais para o escravismo colonial em Moçambique", *Colóquio Internacional Escravatura e Mudanças Culturais*, Évora: Org. UNESCO e Universidade de Évora.
- Capela, J. (2002 a.). *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Edições Afrontamento.
- Capela, J. (2002 b.). "Dos cativeiros tradicionais para o escravismo colonial em Moçambique". *Actas do Colóquio Internacional Escravatura e Transformações Culturais: África-Brasil-Caraíbas*. Évora, 28 a 30 de Novembro de 2001. Org. e Prefácio de Isabel Castro Henriques. Lisboa: Editora Vulgata.
- Capela, J. (2005). "Como as Aringas de Moçambique se transformaram em Quilombos". In *Revista Tempo*. Nº 20, vol. 10. P. 83-108. Janº-Jun. 2006. Rio de Janeiro: Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.
- Carvalho, L. F. de. (1995). "História e desenvolvimento: dinâmica afro-islâmica na África Oriental oitocentista". In *Colecção de Documentos de Trabalho*. Nº 36. P. 3-32. Lisboa: Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Carvalho, Sol (Coord.). (1983). *História de Moçambique, Agressão Imperialista (1886/1930)*. Vol. II. Maputo: Cadernos Tempo sob autorização da Universidade Eduardo Mondlane.
- Chaudhuri, K. e Bethencourt, F.. (Dir. de). (1998). *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Chilundo, A. (2001). *Os Camponeses e os Caminhos-de-Ferro e Estradas em Nampula (1900-1961)*. Maputo: Promédia.
- Chonchol, Maria Edy. (1979). *Guide Bibliographique du Mozambique, Environnement naturel, développement et organisation villageoise*. Paris: l'Harmattan.
- Clarence-Smith, G. (1985). *O Terceiro Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema.
- Cooper, Frederick. (1999). "Africa's Past and Africa's Historians". *African Sociological Review*. 3(2). Pp. 1-29.
- Cooper, Frederick. (2002). "Decolonizing Situations: The Rise, Fall, and Rise of Colonial Studies, 1951-2001". *French Politics, Culture and Society*. Vol. 20. 2. P. 47.

- Coutinho, J. A. (1941). *Memórias de um Velho Marinheiro e Soldado de África*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Davidson, B. (1978). *Mãe Negra*. Lisboa: Sá da Costa.
- Deutsch, Jan-Georg. (2003). "Absence of evidence is no proof: slave resistance under German colonial rule in East Africa". In *Rethinking Resistance: Revolt and Violence in African History*. Cap. 7. ed. By Jon Abbink, Mirjam de Bruijn and Klaas van Walvaven. Boston: Brill Leiden.
- Diakitê, D. (1997). "Démocratie et crises identitaires en Afrique". In *Nordic Journal of African Studies*. Vol.6, nº2, Helsinquia: The Nordic Association of African Studies.
- Dias, Jill. (1984). *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Nº1; pp. 243-303. Lisboa: Instituto Investigação Científica Tropical.
- Dias, Jill; Alexandre, Valentim. (Coord.). (1998). *O Império Africano 1825-1890*. Col. Nova História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Editorial Estampa.
- Dias, Margot. (1965). *Os Maganjas da Costa*. P. 12-14. Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Cultural da Junta de Investigações do Ultramar.
- Eltis, D. (2000). *The Rise of African Slavery in the Américas*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ferreira, Brandão. (2002). *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português, Da Conferência de Berlim à Descolonização*. Lisboa: Hugin.
- Filho, N. (s.d.). "O Olhar Ocidentalizado sobre o Quilombo – Uma Provocação". In *Identidades e Culturas*.
<http://www.eco.ufri.br/semiosfera/anteriores/semiosfera07/> . (09.01.2007).
- Fontes, C. (s.d.). "Resistência ao Colonialismo em Moçambique". *Lusotopia*.
<http://lusotopia.no.sapo.pt/indexMCResAntiColon.html>.
- Freitas, D. (1980). *O Escravismo Brasileiro*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes.
- Frelimo. (c.1977). *História de Moçambique*. Lisboa: Afrontamento.
- Garcia, Dagoberto. (1964). *Evolução Histórico-Administrativa do Distrito de Moçambique, 1895-1934*. Dissertação de licenciatura em Ciências Sociais e Política Ultramarina. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Garcia, Francisco M. G. P. Proença. (2001). *Análise Global de uma Guerra (Moçambique, 1964-1974)*. Dissertação do grau de Doutor em História. Porto: Universidade Portucalense.
http://www.triplov.com/niguel_garcia/mocambique.htm.
- Garcia, F. P. (2005). *Atlas da Lusofonia. Moçambique*. Lisboa: Prefácio Editora.
- Geffray, Christian. (1987). *Travail et symbole dans la société des Makuwa*. Tese de doutoramento apresentada à Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais. Paris.
- Geffray, C. (1991). *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.
- Geffray, C. (2000). *Nem Pai nem Mãe. Crítica do Parentesco: o caso Macua*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Gentili, A. M. (1998). *O Leão e o Caçador, Uma História da África Sub-Saariana*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Glassman, Jonathon. (1995). *Feasts and Riot: Revelry, Rebellion and Popular Consciousness on the*



Swahili Coast, 1856-1888. Portsmouth and London: Heineman. James Currey.
<http://www.history.northwestern.edu/faculty/documents/cvGlassman.pdf>

- Grey, R. (1980). *Khalai-Khalai, História Popular em Nampula*. Nampula: Direcção Provincial da Educação e Cultura de Nampula.
- Hafkin, Nancy Jane. (1973), *Trade, Society, and Politics in Northern Mozambique, c.1753-1913*. Boston: Boston University Graduate School.
- Heimer, Franz-Wilhelm. (2001). “Estudos Africanos em Portugal. Balanço das dinâmicas actuais”. *Caderno de Estudos Africanos*. Centro de Estudos Africanos. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Henriques, I. C. (2003). *O Pássaro do Mel, Estudos de História Africana*. Lisboa: Edições Colibri.
- Henriques, I. C. (2004). *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal- África. Séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Hiernaux, J. (s.d.). *The People of Africa*. P. 176. London: Weidenfeld and Nicolson.
- Hochschild, Adam. (2001). *O Fantasma do Rei Leopoldo. Uma história de voracidade, terror e heroísmo na África colonial*. Lisboa: Caminho.
- Iliffe, J. (1999). *Os Africanos, História de um Continente*. Lisboa: Terramar.
- Instituto Português de Arquivos. (1991). *Guia de Fontes Portuguesas para a História de África*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Oriente, Imprensa Nacional Casa-da-Moeda.
- Isaacman, B. Isaacman, Allen. (1977 a.). “Resistance and Collaboration in Southern and Central Africa, c. 1850-1920”. *International Journal of African Historical Studies*. 10. 1-39.
- Isaacman, A. (1977). “Social banditry in Zimbabwe (Rhodesia) and Mozambique 1894-1907: an expression of early peasant protest”. In *Journal of Southern African Studies*. Vol. 4, nº1. P. 1-30.
- Isaacman A. & Vansina J. (1990). “African initiatives and resistance in Central Africa, 1880-1914”. In A. Adu Boahen (Ed.). *General History of Africa, VII Africa Under Colonial Domination 1880-1935*. Vol. 7, cap. 8, 83. Berkeley: UNESCO.
- Ivala, Adelino Zacarias. (1993). *Transformações Sócio-Políticas no Alto Lúrio – o Caso do Regulado de Umpuhua, c.1850-1933: Contribuição para a Pesquisa da História Local*. Trabalho de Diploma para obtenção do grau académico de licenciatura em Ensino de História e Geografia. Maputo: Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais, Instituto Superior Pedagógico.
- Kapuscinski, Ryszard. (2001). *Ébano. Febre Africana*. Porto: Campo das Letras.
- Ki-Zerbo, J. (1990). *História da África Negra*. Vols. II e III. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Ki-Zerbo, J. (2006). *Para Quando África?*. Entrevista de René Holenstein. Porto: Campo de Letras.
- Leite, Ilka B. (2000). “Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas”. In *Etnográfica*. Vol. IV, nº 2. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Leite, Joana Pereira. (s.d.). “La naissance du colonialisme portugais moderne”. In *Documentos de Trabalho*, nº 21. Lisboa: Centro de Estudos Sobre África do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- Liesegang, Gerhard. (1986). “A first look at the import and export trade of Mozambique, 1800-1914”. In *Figuring African Trade, proceedings of a Symposium of the quantification and structure of the import and export and long distance trade of Africa in the 19th century (c.1800-1913)*. Berlin:

- Dietrich Reimer Verlag. P.451-523.
- Liesegang, G. (1998). "A identidade social". In Carlos Serra (dir.). *Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.
- Lobato, Manuel. (1996). "Redes mercantis e expansão territorial. A penetração portuguesa no vale do Zambeze e na África central durante o século XIX (1798-1890)". *Revista Studia*. Nº 54/55. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Lovejoy, Paul E. (2000). "Enslaved Africans in the Diaspora". *Identity in the Shadow of Slavery*. Ed. Paul E. Lovejoy, Londres: Ed. Continuum.
- Lundin, Iraema Baptista. (Coord.). (1992). *Autoridade / Poder Tradicional*. Maputo: Ministério da Administração Estatal.
- Macaire, Pierre. (1996). *L'Héritage Makhuwa Au Mozambique*. Paris: L'Harmattan.
- Madureira, Arnaldo. (1988). *A Colonização Portuguesa em África (1890-1910)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Maman, Amida. (2000). *Subsídios para a História de Sena*. Maputo: Ed. Promédia.
- Marques, A. H. de Oliveira. (Coord.). (2001). *O Império Africano 1890-1930*. Vol. XI. Col. Nova História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Editorial Estampa.
- Martinez, Francisco Lerma. (1989). *O Povo Macua e a sua Cultura*. P. 39. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Martinó, António M. (2002). *João de Azevedo Coutinho. Marinheiro e Soldado de Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- Martins, Luísa F. G. (2000). "A expedição militar ao Infusse em 1880. Um exemplo de ocupação colonial nas terras islamizadas do Norte de Moçambique". In *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c.1885-c.1930)*. Actas da III Reunião Internacional de História de África. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical.
- M'Bokolo, Elikia. (2003). *África Negra, História e Civilizações*, tomo I: *Até ao século XVIII*. Lisboa: Vulgata.
- M'Bokolo, E. (2007). *África Negra, História e Civilizações*, tomo II: *Do século XIX aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri.
- Mbwiliza, Joseph. F. (s.d.). "The Colonial Encounter and African Response in Northern Mozambique Mkwani From 1890-1910". Texto policopiado. Arquivo Eduardo Medeiros.: Cx. Azul, Trabalhos em Curso 4.1., Pasta 2; Cx. 11; Cx. 7.
- Mbwiliza, J. F. (1980). *Towards a Political Economy of Northern Mozambique: The Makua Hinterland 1600-1900*. Dissertação para o grau de Doctor of Philosophy to the Graduate School of Arts and Sciences Columbia University.
- Medeiros, Eduardo. (1981). "O Norte e a Companhia do Niassa – 1ª parte", "Companhias e Capital Internacional". In *Revista Tempo: Cadernos de História de Moçambique*, pp. 24, 25.
- Medeiros, E. (1985). *O sistema linhageiro Macua-Lómwè*. Maputo: Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane.
- Medeiros, E. (1988). *As Etapas da Escravatura no Norte de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

- Medeiros, E. (1995). "Notas para o estudo da formação das entidades étnicas dos povos de língua(s) emacua e elómuè e advento da etnicidade macua e lómuè". Resumo de uma comunicação apresentada ao Congresso de Cientistas Portugueses radicados no estrangeiro. Aveiro: Universidade de Aveiro (18 a 20 de Dezembro).
- Medeiros, E. (1996). "Etnias e Etnicidades em Moçambique: notas para o estudo da formação de entidades tribais e étnicas entre os povos de língua(s) emakhuwa e elómwè e advento da etnicidade macua e lómuè". *Cientistas Portugueses Residentes no Estrangeiro*. 14ª comunicação. Pp.107-127. Aveiro: Fundação João Jacinto de Magalhães.
- Medeiros, E. (1997). "Etnias e Etnicidades em Moçambique". *Africana*. Nº 18. Porto: Universidade Portucalense.
- Medeiros, E. (2002). "A Escravatura no Norte de Moçambique: Formação de novos Espaços e Entidades Políticas na segunda metade do século XVIII e durante o século XIX". *Actas do Colóquio Internacional Escravatura e Transformações Culturais: África-Brasil-Caraíbas*. Évora, 28 a 30 de Novembro de 2001. Org. e Prefácio de Isabel Castro Henriques. Lisboa: Editora Vulgata.
- Mendy, P. Karibe. (1994). *Colonialismo Português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- Moore, Brian L. (1995). *Cultural Power Resistance and Pluralism: Colonial Guyana 1838-1900*. s.l.: University of the West Indies Press. 376 pgs.
- Moutinho, M. (2000). *O Indígena no Pensamento Colonial Português (1895-1961)*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Munanga, K. (1995/96). "Origem e Histórico do Quilombo na África". In *Revista da USP*. P. 57-63. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Murphy, Joseph M. (1994). *Working the Spirit Ceremonies of the African Diáspora*. S.l.: Beacon Press. 263 pgs.
- Mussa, Carlos. (1996). *As Resistências à Ocupação Colonial: O Caso de Angoche (c.1850-1910)*. Maputo: Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Pedagógica.
- Mutaquinha, J. (1992). *Projecto de Investigação Sobre a Autoridade/Poder Tradicional, Relatório do trabalho de campo realizado na província de Nampula*. P. 5. Maputo: Direcção Nacional de Organização da Administração Estatal.
- Mwanzi, H. (1990). "African initiatives and resistance in East Africa, 1880-1914". In A. Adu Boahen (Coord.). *General History of Africa, VII Africa Under Colonial Domination 1880-1935*. Vol. 7, cap. 7, 72. Berkeley: UNESCO.
- Neves, Olga I. (2001). "Moçambique". In *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano 1890-1930*. Coord. de A. H. de Oliveira Marques. Vol. XI. Lisboa: Editorial Estampa.
- Newitt, Malyn. (1970). "The Massingir rising of 1884". In *Journal of African History*. Vol. XI, nº1. P. 87-105.
- Newitt, M. (1982). "The early history of the Maravi". In *Journal of African History*. Vol. 23, nº 2, p. 145-162.
- Newitt, M. "Moçambique". In *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano 1825-1890*. Coord. de Valentim Alexandre e Jill Dias. Vol. X. Lisboa: Editorial Estampa.
- Newitt, M. (1997). *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Okihiro, Gary Y. (1986). *In Resistance: Studies in African, Caribbean and Afro-American History*. S.l.:

University of Massachusetts. 228 pgs.

- Olaniyam, Tejumola. (1995). *Scars of Conquest/Masks of Resistance: The Invention of Cultural Identities in African, African-American and Caribbean Drama*. S.l.: Oxford University Press. 368 pgs.
- Pedro, Martinho. (1995). *A Conjuntura da Restruturação das Autoridades Tradicionais no Sul do Médio Lúrio, c.1834-1921*. Maputo: Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Pedagógica. 1995.
- Pélissier, R. (1994). *História de Moçambique, Formação e Oposição (1854-1918)*. Vol. I e II. Lisboa: Editorial Estampa.
- Penvenne, Jeanne. (1985). "A luta continua! Literatura recente sobre Moçambique". In *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Nº3, Jan.-Dez. P. 169-212.
- Pinhal, E. M. (1971). *Aspectos da Divisão e Ocupação Administrativa em Moçambique a Norte do Zambeze, 1885-1910*. Dissertação de licenciatura em Ciências Sociais e Política Ultramarina. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Pollak, Michael. (1992). "Identidade Social". *Estudos Históricos*. Vol. 5, nº 10, pp.200-212. Rio de Janeiro.
- Raivoso, Ilda R. T. (2003). *A Viagem e a Construção do Espaço no Texto de Carl Wiese*. Maputo: Promédia.
- Ranger, T. O. (1968). "Connexions between "Primary Resistance" movements and modern mass nationalism in East and Central Africa". *Journal of African History*, IX, 3 (1968), pp.437-453 e 4 (1968), pp. 631-642.
- Ranger, T. O. (1990). "African initiatives and resistance in the face of partition and conquest". In A. Adu Boahen (Coord). *General History of Africa, VII Africa Under Colonial Domination 1880-1935*. Vol. 7, cap. 3, 25. Berkeley: UNESCO.
- Ranger, T. O. (1991). "Iniciativas e resistências africanas em face da partilha e da conquista". In A. Adu Boahen (Coord.). *História Geral de África: A África Sob Dominação Colonial, 1880-1935*. Vol. II, cap.3. São Paulo: ed. Ática/ Unesco.
- Reis, João José dos. (2003). *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Males em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Reis, J. J.; Gomes, Flávio dos S.; Carvalho, Marcus J. M. (2004). "África e Brasil entre margens: aventuras e desventuras do africano José Rufino José Maria, c. 1822-1853". In *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 26, nº2. Pgs. 257-302.
- Risério, A. (2004). "Escravos de escravos". In *Nossa História*.
<http://www.nossahistoria.net/Default.aspx?PortalId>. (09.01.2007).
- Rita-Ferreira, A. (1975). *Povos de Moçambique: História e Cultura*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rita-Ferreira, A. (1982). "Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique". In *Estudos, Ensaios e Documentos*. Nº142. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Rocha, A. (1985). *Catálogo dos periódicos e principais seriados de Moçambique, da Introdução da Tipografia à Independência (1854-1975)*. Lisboa: Edições 70.
- Rocha, A. (1992). "Contribuição para o estudo das relações entre Moçambique e o Brasil – século XIX – Tráfico de escravos, relações políticas e culturais". In *Studia*. Nº 51. P. 61-118. Lisboa: s.e.
- Rocha, A. (2001). *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo das Origens do Nacionalismo Moçambicano (1900-1940)*. Maputo: Promédia.

- Rocha, A. (2006). "Diáspora e memória, encontro de culturas". P. 541-571. In *Trabalho forçado africano – experiências coloniais comparadas*. Coord. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Porto: Campo de Letras.
- Santos, M. E. M. (1987). *Travessias Científicas da África, Recursos e Dependências*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical. Série Separatas. Nº185.
- Santos, M. E. M. (1988). *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Santos, M. E. M. (1987). *Capelo e Ivens, um fecho europeu para uma tradição nacional*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical. Série Separatas. Nº184.
- Santos, M. E. M. (1989). "Comentário". In *Textos para a História da África Austral (Século XVIII)*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Santos, M. E. M. (Org.). (1989). *Actas da I Reunião Internacional de História de África, Relação Europa-África no 3º quartel do século XIX*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Santos, M. E. M. (1991). *Das travessias científicas à exploração regional em África: uma opção da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Série Separatas. Nº222.
- Santos, M. E. M. (1994). "Abolição do tráfico de escravos e reconversão da economia de Angola: um confronto participado por «brasileiros»". In *Revista Studia*. Nº52. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Santos, M. E. M. (1995). "A apropriação da escrita pelos africanos". In *Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola*. Luanda / Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Santos, M. E. M. (1998). *Nos Caminhos de África, Serventia e Posse, Angola Século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Santos, M. E. M. (Dir. de). (2000). *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c.1885-c.1930)*. III Reunião Internacional de História de África. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Semedo, M. Brito. (1993). *Organização Política Tradicional entre os Macuas (Distrito de Ribaué – chefado Murrula)*. Maputo: Instituto Superior Pedagógico.
- Serra, C. (1979). *Notas para uma periodização da penetração capitalista em Moçambique (1505-1974)*. Maputo: Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane.
- Serra, C. (1983). "Para a história da arte militar moçambicana: 1505-1930". In *Cadernos Tempo*. Maputo.
- Sherwood, Hakim Adi and Marika. (2003). *Pan-African History: Political Figures from Africa and the Diaspora since 1787*. S.l.: Routledge. 211 pgs.
- Sociedade de Geografia de Lisboa. (1970/1973). *Bibliografia do Ultramar Português existente na Sociedade de Geografia de Lisboa*. Fascículo V. Moçambique. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Souto, A. M. (1985). *Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.

- Standenraus, P. J. (1961). *The African Colonization Movement 1861-1865*. New York: Columbia University Press. 323 pgs.
- Sweet, J. H. (2007). *Recrutar África. Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70.
- Tamele, V. & Vilanculo, J. A. (2002). *Algumas Danças Tradicionais da Zona Norte de Moçambique*. Maputo: ARPAC – Instituto de Investigação Socio-Cultural.
- Telo, A. José. (2004). *Moçambique, 1895. A Campanha de Todos os Heróis*. Lisboa: Tribuna da História.
- Tiffin, Helen; Bill Ashcroft; Gareth Griffiths. (1999). *Key Concepts in Post-Colonial Studies*. London and New York: Routledge.
- Turley, David. (2002). *História da Escravatura*. Lisboa: Editorial Teorema.

Outros Arquivos:

Arquivo Histórico Militar de Lisboa

Cx.579, 2ª Divisão, 7ª Secção (Cx.1, nº1 a 3, nº4 a 6, nº7 a 9; Cx.4, Pºnº1, Livros nº748 e 747): recorte de jornal datado de 09.12.1945: regista quatro cognomes para Neutel: “Ma-hon”, “Monomocaia”, que significa ciclone e “M’tupi Morraje” (o galo da manhã).

Imagem do Comando militar de Natule.

Croquis do combate da Mujenga, 19 e 20 Outubro 1896.

Imagem de Nizamudine, de Ampapa, c.1890. (Cota: 110/B7/PQ/1).

Arquivo Histórico Municipal de Loulé

AHMLL, Lvo79, 1892.: sobre a proibição da venda de armas no distrito de Moçambique.

Arquivo Particular de Eduardo da Conceição Medeiros

Cx. Azul, Trabalhos em Curso, 4.1., Pasta 2; Cx. 11 e Cx. 7.

Cx. Azul, *A Organização Clânica Macua*, Trabalhos em Curso, 4.1., Pasta 2.

“A resistência no Norte de Moçambique”, *A Economia Política da Macuana entre 1860 e 1912*, (estudo não publicado), s.d., s.l.

Linha, C., Viegas, A. “O povo macua”. In Revista *Além Mar*. Texto policopiado. Colecção particular de Eduardo da Conceição Medeiros. Maputo.

Manjanguice, Samuel Saete, *Semanário Domingo*, ano IX, nº387, 18 de Fevereiro de 1990, rubrica “Paralelo 24”: “A história de um povo”; texto policopiado, Cx.10.

Mbwiliza, Joseph F. (s.d.). “The Colonial Encounter And African Response in Northern Mozambique Mkwani From 1890-1910”, Cx. Azul, Trabalhos em Curso 4.1., Pasta 2; Cx. 11; Cx. 7; texto policopiado.

Medeiros, Eduardo da Conceição. (s.d.). "As formações sociais moçambicanas entre os rios Zambeze e Rovuma desde a origem do povoamento até à introdução capitalista no fim do século XIX". Arquivo de Eduardo da Conceição Medeiros, Cx. Azul, Trabalhos em Curso 4.1., pasta 2.

Mutaquinha, Januário. (1992). *Projecto de Investigação Sobre a Autoridade/Poder Tradicional*. Relatório do trabalho de campo realizado na província de Nampula. Maputo: Direcção Nacional de Organização da Administração Estatal. Texto policopiado. Pasta Poder Tradicional – III.

Mapas e imagens

- Figura 1 – Alguns topónimos Namarrais: Naguema e Namarral pág. 034
- Figura 2- O núcleo Bantu e as fases das migrações das populações de origem Bantu
.....pág. 037
- Figura 3- O Império Marave no século XVIIpág. 043
- Figura 4- Território onde se movimentaram os Namarrais e locais de lutas de “resistência” referenciados
pelos documentos portugueses no período de 1895 a 1913pág. 048
- Figura 5- Mapa do Relatório do Governador Duarte Ferreira que permite compreender a profusão de
estabelecimentos de comércio de indianos perante a reduzida presença portuguesa
.....pág. 077
- Figura 6- Comando militar de Natulepág. 128
- Figura 7- Croquis do combate da Mujenga, 1896pág. 130
- Figura 8- Nizamudine, de Ampapa, c. 1890pág. 160
- Figura 9- Quadro relativo a ensacas e a “petit marronage” pág. 163

Anexos

Topónimos do distrito de Moçambique³⁰⁷

Ampapa – Povoação da margem Oeste da baía do Mossuril, junto à estrada que vai da baía para o posto militar de Ibrahim (latitude aproximada de 14°57'30'').

Ampia – Aldeia da rainha Naguema onde estavam guardadas armas e munições.

Ampua (Ampuhua) – Povoação a cerca de 5 Km ao Sudeste do posto militar de Rainho, junto do monte Narro e a 6 Km a Noroeste de Naguema.

Ampoense – Povoação a cerca de 5 Km ao Nordeste da sede da capitania-mor do Mossuril, a cerca de 2 Km da margem Sul da baía da Conducia.

Angoche – Ilha fronteira ao território da capitania-mor de Angoche situada na latitude aproximada média de 16° 18' G e longitude aproximada de 39° 52' E. G. Também é o nome da região e povoação.

Boila – Povoação da região de Angoche, ponto de encontro de caravanas, refúgio de negreiros.

Cabaceiras – Ponta Norte da baía do Mossuril, fronteira à Ilha de Moçambique; a Cabaceira Grande é a povoação pertencente à capitania-mor de Mossuril. Aí existem casas dispersas de europeus, da administração portuguesa e a residência do governador. Está ligada ao Mossuril por uma boa estrada de 9 Km de extensão na latitude aproximada de 14°37'; a Cabaceira Pequena é uma povoação na ponta de terra entre o porto de Moçambique e a entrada da baía da Conducia, no continente fronteiro à Ilha, pertencente à capitania-mor de Mossuril.

Calaputi – Local de residência de Mocuto-muno que se situava a 12 quilómetros de Ibrahim, outra povoação de Mocuto. É também nome do chefe de Matibane.

Calipo – Posto militar da capitania-mor de Angoche a cerca de 4 Km da margem esquerda do rio Nahe, afluente do M'luli, na longitude aproximada de 39°7'.

Catamoyo – Local onde se realizava contrabando e que os portugueses queriam controlar.

Chalau – Povoação da capitania-mor de Mossuril, na margem direita do rio Lili, que desagua na baía de Quissimajulo. Existe também uma serra com este nome, na capitania-mor de Angoche.

Chaonda – Povoação onde existiam estabelecimentos comerciais indianos.

Chavala (Chavalla) – Povoação na margem Norte da baía de Fernão Veloso.

Chilabane – Capitania-mor cujas povoações foram atacadas por namarrais.

³⁰⁷ Para este índice recorreu-se ao *Dicionário Corográfico da Província de Moçambique*, 2º fascículo, distrito de Moçambique, Ministério das Colónias, Comissão de Cartografia, Coimbra, 1921.

Chinga – Posto militar da capitania-mor da Macuana. Existe também uma serra que se estende de ENE para WSW e na vertente S os rios M'luli, Namaita e Muncasse, afluentes do Ligonha por W e S.

Conducia – Rio que desagua na baía deste nome ao N do porto de Moçambique. Este rio foi durante muito tempo esconderijo de negreiros. É navegável até 6 milhas da sua foz. As suas margens são cobertas de elevado mangal e mais para o interior vê-se grande arvoredo. O estuário deste rio constitui um excelente porto de abrigo contra todos os ventos. A esta magnífica baía onde poderia fundear qualquer navio dá-se o nome de Porto Natata. Pertence à capitania-mor de Mossuril. Nasce a cerca de 8 Km a Leste do monte Pão e seguindo paralelamente ao rio Sanhuti entra no porto. É também conhecido por Conducia a baía ao N do porto de Moçambique, que é ampla mas apenas abrigada para O do Cabo Conducia. Também da capitania-mor de Mossuril.

Corrane – Povoação incluída na linha de penetração militar portuguesa no antigo distrito de Nampula, pela parte Sul, juntamente com as povoações de Mogincual, Liúpo e Nampula; Neutel de Abreu instalou aí um posto militar após negociação com o chefe da região, Mucapera.

Eráti – Terras que limitam por N com a capitania-mor de Mossuril, a L com a mesma capitania e terras do mesmo Erati, a S com o xecado de Sangage e a L com as de Nhamutia.

Fernão Veloso – Antiga capitania-mor do distrito de Moçambique, depois designada por capitania-mor de Mossuril, limitada a N pelo rio Lúrio, a S pelo rio Meriaco, a O pelo rio Mavi a N do qual segue a confluência do Nalada no M'cuburi, a L pel oceano.

Guarnea – Povoação onde se localizavam vários estabelecimentos comerciais de indianos.

Ibrahimio – Posto militar da capitania-mor de Mossuril estabelecido em Março de 1897, fica a cerca de 10 Km a O da baía da Conducia, na longitude aproximada de 40°32' E.G.

Imala – Posto militar e chefe da região da capitania de Mossuril.

Ilha – A 15° 1' 47'' de latitude S, 40° 45' 6'' de longitude. Tem aproximadamente 3 Km de comprimento e a sua largura varia entre 600m e 1200m. O canal que separa a Ilha do continente tem cerca de 5 Km.

Itoculo – Posto militar da capitania-mor de Mossuril, a cerca de 40 Km a SO de Fernão Veloso e a cerca de 4 Km da margem direita do rio Sanhuti, na longitude aproximada de 40° 16' E.G.

Jagaia – Povoação e posto militar da capitania de Mossuril; estava incluída na linha de penetração militar portuguesa de Mossuril, Meconta e Otiane; território cujo domínio português estava pouco seguro; o posto militar tinha por objectivo circundar e limitar as forças namarrais.

Kinga – Povoação da rainha com o mesmo nome; funcionavam aí estabelecimentos comerciais de indianos.

Lalaua (rio) – Afluente do rio Mucasse que desagua na margem esquerda do rio Ligonha, limite S do distrito de Moçambique e capitania-mor de Macuana na longitude aproximada de 38°16' E.G.

Larde – Posto militar da capitania-mor de Angoche, na margem esquerda do rio Larde a cerca de 5 Km da sua foz e erto do estuário da margem esquerda da foz do mesmo rio. Existe também o rio que nasce na serra Chalau ao S do distrito de Moçambique, capitania-mor de Angoche e desagua na costa S de Angoche. Na sua margem direita está estabelecido o posto militar de Morla e junto à sua foz o porto de Larde.

Ligonha (rio) (ou T'jungo) – Rio que desagua ao S do distrito de Moçambique, servindo de fronteira entre este distrito e o de Quelimane. Nasce nos picos Namuli e desagua na costa dando a sua barra entrada a embarcações de pequeno calado. É bastante largo mas só é navegável por pequenas embarcações e até pequena distância da foz. Tem muitos afluentes sendo na margem esquerda o Muncasse e Namaite da capitania-mor da Macuana e na margem esquerda os rios M'tuisse, Nhamirru e Muligudie, no distrito de Quelimane; pp. 18, 77, 79, 81, 83, 124, 146, 157, 187, 214, 217, 221, 257.

Ligúria – Nome de povoação, rio e posto militar.

Liúpo (rio) – Rio e monte onde nasce o rio que desagua na costa de Moçambique ao N de Angoche, da capitania-mor de Mossuril. Há também um posto militar com o mesmo nome.

Luambala (rio) – Do território dos ajauas.

Lucheringo (rio) – Do território dos ajauas.

Lugenda (rio) – Do território dos ajauas.

Lumbo – Povoação do litoral na costa do distrito de Moçambique, fronteira à Ilha, na baía de Mossuril, na capitania-mor de Mossuril.

Lunga – Povoação do território de Angoche, constituía local de apoio para a penetração militar portuguesa da Macuana.

Lúrio – Rio limítrofe entre as capitánias-mores de Fernão Veloso, a da Macuana e o território da Companhia do Niassa. Desagua na baía do Lúrio. Nasce nos montes Inaga, a E do lago Chirua. Na margem direita tem uma série de afluentes, todos eles da Macuana e na maioria nascidos nos montes Namúli.

Macuana – Capitania-mor do distrito de Moçambique, região limitada a L pelos limites das capitánias-mores de Memba, Mossuril e Angoche. A N pelos rios Lúrio e Luazi. A S, de L para O, o limite N da capitania de Angoche o rio Ligonha e o dorso que segue desde o monte Passo Monte Mreri a N, dorso entre este o Monte Luqui e daqui pelo dorso até ao monte Muliunho e deste pelo dorso a O do Monte Bizani até ao rio Luazi. A região começou a ser identificada desta forma pela administração portuguesa por uma questão facilitadora, designando por macuas os povos que habitavam a região, sem se considerar a peculiaridade cultural das populações.

- Malema – Afluente do rio Lúrio, nasce perto dos picos Namúli. É também um posto militar na margem direita do rio Lúrio, na Macuana e ainda, uma povoação no extremo O da capitania-mor de Mossuril.
- Marco – povoação do território Namarral.
- Marire – Nome que toma o rio Macurire na parte superior do seu curso.
- Mariro – Aldeia do “sobrinho” de Mocuto-muno, M’paco (ou Naquira).
- Mascate (Vila Pia) – Povoação que em 1888 existia na margem esquerda do braço médio do delta do rio Muiti e na ilha grande, em frente e a N do ilhéu Pangatoni, na capitania-mor de Mossuril.
- Matano – povoação do território Namarral.
- Matibane – Posto militar da capitania-mor de Mossuril, estabelecido em 1897 na baía de Conducia. Está edificado sobre a ponta de Chicoma na longitude aproximada de 40° 44’.
- M’Chila - Aldeia do “sobrinho” de Mocuto-muno, M’paco (ou Naquira).
- M’Chulipo (M’Chilipo) – Povoação a cerca de 3 Km do rio Lilali e do porto Nacala, na capitania-mor de Mossuril ao S da baía de Bengo, na latitude aproximada de 14°37’ S.
- Meconta (M’Conta) – Posto militar da capitania-mor de Mossuril. Fica a cerca de 10 Km da margem esquerda do rio Ampoense, afluente do Monapo, na longitude aproximada de 39° 50’ E.
- Mecuburi (M’Cuburi) – Posto militar na margem esquerda do rio com o mesmo nome e cerca de 14 Km a L da serra Muima, na latitude aproximada de 16°38’ S. O rio nasce na serra de Chinga e corre ao NE e depois a L, indo desembocar na baía de Memba, com um percurso de cerca de 300 Km.
- Memba – Uma das mais amplas baías da costa do distrito de Moçambique que se acha entre 14° 09’ e 14° 12’ e tem de extensão, da ponta Tapamanda ao extremo N, cerca de sete milhas. Na costa S desta baía abrem-se outras de menor âmbito. Designa também a povoação do distrito de Moçambique junto da capitania-mor de Fernão Veloso. Designa, ainda, da capitania-mor que superintendia o território compreendido entre o rio Lúrio e o mar, a baía de Fernão Veloso e porto Nacala, à margem esquerda dos rios M’riaco e a região alta a N do monte Mirrue e de lá atravessando o M’coburi até ao rio Mavi e ao Lúrio.
- Messalo (rio) – Rio situado a Norte do distrito de Moçambique.
- Meteca – Aldeia das “Terras Firmes”.
- Metil – Povoação na margem esquerda do rio Ligonha que limita ao SO o distrito de Moçambique. Metil fica a cerca de 8 Km a S do posto militar com o mesmo nome.

Metochera – Povoação cerca de 7 Km ao N do posto militar de Jagaia pertencente à capitania-mor Mossuril a O de uma lagoa pequena na longitude aproximada de 40° 2' 30''.

Mezeze – Povoação onde existiam estabelecimentos comerciais indianos.

Mirrupu – Povoação da capitania-mor Memba na posição aproximada de 14° 22' S e 40° 11'E, perto e a L da estrada entre os postos de Namissaco e Itoculo.

Moçambique (distrito) – Região que fez parte da antiga província de Moçambique, compreendida entre a costa do Oceano Índico a L, o rio Lúrio a N, o rio Ligonha a S e seguido dele para O uma linha que passa a S dos montes Posso.

Mocambacoma – Povoação onde existiam estabelecimentos comerciais indianos.

Mocambo – Ponta Mocambo é também o nome que se dá à ponta de Fuco; ou montes ao NE da baía do mesmo nome, na costa do distrito de Moçambique; baía com bom porto, ao S da Ilha, e nela desaguam os rios Monapo, Mutiquite, Mutumonho; latitude aproximada de 15°8' S.

Mocuburi – Região onde se situa o posto militar de Namissaco.

Moginqual (Mogincual) – Posto militar da capitania-mor de Mossuril situado junto à costa e à foz do rio do mesmo nome, na latitude aproximada de 15°30'S e longitude aproximada de 40°28'; existe também o rio.

Mogovolas – Região da capitania-mor de Angoche, distrito de Moçambique. É limitada a N pelas terras de Corrane, Napita e Mola. A Oeste ficam as terras de Macuta (ou Mocuto?) próximas ao posto militar de Morrupula no extremo NO da capitania-mor de Angoche. A região é atravessada pelo rio M'luli.

Molócuè – Juntamente com as povoações de Namarrói e Gurué constitui região de macuas lómuès.

Moma – Constituiu definitivamente um posto militar em 1899. Toda a região é plana e arenosa e pertence à capitania-mor de Angoche. Na margem direita do rio Larde fica a povoação.

Monapo (Munapo) – Rio que nasce a L da serra Chinga nos montes Ndimue, atravessando os territórios das capitánias-mores de Macuana e de Mossuril, indo desaguar na baía de Mocambo. O posto militar pertence à capitania-mor de Mossuril. Seria uma região fértil para a agricultura e criação de gado.

Moratine – Povoação com estabelecimento comercial de indianos.

Morumbala – Serra que serviu de local de refúgio na região Norte da Zambézia.

Mossuril (Murrimu) – Localidade situada na região da Macuana, que constituía, no continente, ponto assente da presença portuguesa, numa terra fronteira à Ilha de

Moçambique, a principal das “Terras Firmes”, ou seja, a sede da capitania-mor de Mossuril. Aí foi edificado o palácio dos governadores que foi mandado construir por Baltazar Pereira do Lago, onde também se encontra uma capela de N^a S^a da Conceição. Uma estrada liga Mossuril a Cabaceira Grande. Enquanto capitania-mor, fica limitada a N pela de Memba, a L pelo Oceano Índico, a O pelo dorso da nascente do Quinga ao Moginqual seguindo este rio para montante até que a O do monte Tomoira segue para O até ao rio Monapo, por E ao rio Mezobe que segue à sua nascente.

Muarire – Povoação na estrada de Muecate.

Muchelia (Mochelia) – Povoação a O da margem do rio Monapo e da ponta Fuca na margem N da baía de Mocambo, da capitania-mor de Mossuril, na longitude aproximada de 40°5'. Era também o posto militar.

Mucupe – Povoação liderada por Mátula.

Muecate (Muecati) – Principal afluente da margem esquerda do rio Monapo, da capitania-mor da Macuana. Aflue ao Monapo na longitude aproximada de 39°41'. Há outro rio com o mesmo nome na capitania-mor de Mossuril que nasce na montanha de Pão e desagua na baía de Conducia. É também o nome de um pequeno rio que desagua na baía de Conducia.

Muendaze (Mendeze, Muendase) – Povoação do litoral do distrito de Moçambique, na baía de Memba.

Mujenga (Mujenka) – Povoação namarral, alvo das campanhas militares portuguesas.

Murrupula – Posto militar da capitania-mor da Macuana, na estrada carreteira dos postos de Chinga a Calipo, a cerca de 7 Km da fronteira S do distrito.

Muipiti – Aldeia onde residia Nipuata, “sobrinho” de Mocuto-muno, também conhecido por Magujuro.

Muitiquite – Posto militar da capitania-mor de Mossuril estabelecido em 1899.

Mutomonho – Terra de Namarrais; também é nome de rio; capitania-mor de Mossuril.

Myali – Posto militar.

M'zôbe – Aldeia a Noroeste do Pão, nas margens do rio Muecati, onde chefia o régulo macua, Mátuca-muno, chefe de M'tiqui, Mótera, M'tépué e N'tia. Todos aliados de Mocuto-muno.

Nacala – Rio que desagua ao fundo e a O da baía de Bengo a S do porto de Nacala, capitania-mor de Mossuril.

Nacaroa – Posto militar a cerca de 5 Km da margem esquerda do rio Techerene na capitania-mor de Memba no cruzamento das estradas Namissaco, Imala e Matelene. Em 1913 era um posto administrativo.

- Nacolôlo (Nacululo) – Afluente da margem esquerda do rio Monapo, na capitania-mor da Macuana, onde a rainha Naguema tinha uma aldeia.
- Nacorôpa- Aldeia da rainha Naguema, situada a 4Km NO do Monapo.
- Nacósa – Pequeno riacho que lança as suas águas no rio Merriba, tributário do rio Muecate, o maior afluente do Monapo.
- Naculua (Nacolua; Naculôa) – Montes à margem esquerda do rio Mutomonho, capitania-mor de Mossuril. É também serra a SE da serra Namiroa, no dorso elevado entre os rios Niaze e Lalaua, afluentes da margem direita do Lúrio.
- Naguema – Posto militar instalado em 1898 que supostamente já estaria abandonado em 1920. Ficava a cerca de 4 Km a SO do posto militar de Ibrahim. É também povoação, a cerca de 10 Km do extremo O da baía de Mossuril.
- Nakavala – Posto militar criado por Massano de Amorim, na aldeia do chefe do mesmo nome.
- Namancava – Pequeno rio que desagua na baía de Mossuril.
- Namapa – Posto militar da capitania-mor de Memba, na margem direita do rio Lúrio junto e a montante do mesmo lado da foz do rio Namape, na longitude aproximada de 39°43'. Afluente da margem direita do Lúrio no qual entra junto ao posto militar do mesmo nome.
- Namara (Namarua) – Povoação situada a Oeste dos montes Namúli.
- Namarral (Namarralo, Anamarralo) – Território e localidade situada a 50 Km de Mossuril, na direcção O/SO. A localidade também foi identificada por Ibrahim, provavelmente em relação ao nome do chefe que liderava à época.
- Namarrama (Namarrema) – Pequeno rio que desagua na costa do distrito de Moçambique ao S da baía de Mocambo entre a ponta Bajona e a ponta Sena, capitania-mor Mossuril.
- Namarripi – Povoação situada nas terras do Mossuril.
- Namarrói (Nhamarro) – Terras próximas dos montes Namúli.
- Nameara (Namiara) – Povoação de domínio de Marave.
- Nameluco – Povoação de namelucos; posto-militar.
- Nametil (Nमितil) – Posto militar da capitania-mor de Angoche na junção entre os rios M'luli e o seu afluente Mutacasi a N da povoação do mesmo nome no cruzamento das estradas de Calipo, Corrane e Coluila.
- Namioupe – Região onde passa o rio Tavaniga.

- Namissaco – Nome de posto-militar e de rio, na região de Mocuburi.
- Nampula – Posto militar e sede da capitania-mor da Macuana, no cruzamento das estradas dos postos de Chinga, Corrane e Otitane na margem esquerda do rio Mualala, afluente do Muala que corre ao M'luli a NO do Monte Dinizoio. Fica a 10Km do monte Nuite, a SE, e à mesma distância a NO do monte Niconaco.
- Namuco – Posto militar da capitania do Mossuril; na povoação existiam estabelecimentos comerciais de indianos.
- Namúli – Montes (também denominados de picos de Namúli) que marcam o começo do planalto central africano, na capitania-mor da Macuana. O terreno que encerra estes picos fica limitado ao S pelos afluentes do rio Licungo e do rio Melela, a L pelos afluentes do Ligonha, a N pelos dos rios Nalume, Lotiua e Malema em parte e pelo O pelo rio Lualu. Designação de um dos picos de Namúli, o que fica mais a S, na latitude aproximada de 37° 2' E. É o mais alto, quase inacessível, com 2700 m de altitude.
- Namuno – Terras dos macuas mêtô, região de Montepuez, Cabo Delgado.
- Namurrola – Terras da região dos montes Namúli.
- Natepo – Afluente da margem esquerda do Ligonha, rio que separa o distrito de Moçambique e capitania-mor de Angoche do distrito da Zambézia ao SO. Aflue ao referido rio na latitude aproximada de 16° 4' S. Povoação a cerca de 3 Km na margem do rio Ligonha, no extremo N do distrito de Moçambique, na capitania-mor de Angoche e na estrada que liga o posto militar de Paquera com o posto militar de Moma na latitude aproximada 16° 3' S.
- Natule (Nature) – Povoação a cerca de 3 Km da margem do rio Ligonha no extremo SO do distrito de Moçambique, da capitania-mor de Angoche. É também o nome do afluente da margem esquerda do Ligonha, rio que separa ao SO o distrito de Moçambique.
- Niveta – Nome de posto-militar.
- Paloé – Aldeia da rainha Naguema, situada a caminho de Monapo.
- Pão (Mutipa) – Monte pelo qual se orientam os navegadores, pertencente à capitania-mor de Mossuril. As coordenadas são latitude 14°45'S e longitude 40°23' E.G.
- Parapato – Pequena povoação situada na margem direita de um riacho, a cerca de 5 Km a SE da baía de Mocambo, na longitude aproximada de 40°36'30'' E.G., pertencente à capitania-mor de Mossuril (existe outro Parapato pertencente à capitania-mor de Angoche).
- Pequerra (Pequera) – Posto militar da capitania-mor de Angoche, a cerca de 7 Km da margem esquerda do rio Ligonha, na latitude aproximada de 16°S. A povoação fica a 1 Km do posto militar, para Sul.

Quitangonha – Pequena ilha na baía de Conducia, ao N do posto de Moçambique. Tem 2 milhas de comprimento por 1 de largura. É coberta de vegetação.

Quivolane – Povoação do litoral na margem E da baía de Mocambo, ao S do porto de Moçambique e da ponta Sangage, capitania-mor de Mossuril. Era a antiga povoação de residência de Molide-Volay. Situa-se na latitude aproximada de 15°20'S.

Quixaxe – Povoação situada a cerca de 35 Km a O da baía de Mocambo, sede de destacamento militar.

Rainho – Povoação da capitania-mor da Macuana junto à estrada entre o posto militar do mesmo nome e o de N'Tia, a cerca de 5 Km a L do referido posto de Rainho.

Sacamuia – Povoação onde existiam estabelecimentos comerciais indianos.

Sancul – Ponta S da baía de Mossuril fronteira à ponta S da Ilha de Moçambique. A povoação fica no litoral, a N da ponta de Sancul e ao S do porto de Moçambique.

Sangage – Posto militar da capitania-mor de Angoche estabelecido em Julho de 1898. Com as coordenadas – latitude 15° 58' S e longitude 40° 5' 48''EG. As povoações desta região são lideradas por Murrua-muno e Mussa-Pire. Sangage é também o nome do xecado com terras que limitam a N com o Eráti, a L com o rio Kinga, e com terras da capitania-mor de Mossuril, a S com o mar e a O com as terras de Nhamuatua. É também o nome do rio e do estuário onde desaguam três rios.

Sangone – Baía situada nas praias de Samuco, onde aportavam pangaios para recolher escravos. O régulo de Sangone era Mapuita-muno.

Sau-a-Sau – Povoação a SO e a 1 Km da povoação de Nacara e a cerca de 7 Km a NE do posto militar de Muchelia, na capitania-mor de Mossuril, na latitude aproximada de 15°3' S. É também o nome de um posto militar estabelecido em 1898 (Novembro).

Simuco (Samuco) – Posto militar da capitania-mor de Memba na latitude aproximada de 14° S. Povoação do litoral ao N da baía de Samuco ou Simuco.

“Terras Firmes” – Terras de domínio português, que ficaram identificadas pela documentação portuguesa por “Firmes” por estarem já controladas e ocupadas.

Antropónimos

Abacar Bin Suadique- capitão-mor de Fernão Veloso.

Agy (Agy Amud Agy Jumá)- dono de um pangaio que transportava escravos, apresado em Fevereiro de 1902, em Moma.

Alua- capitão-mor sem nomeação oficial, que o capitão-mor das "Terras Firmes" considerou perigoso para os interesses portugueses porque tinha influência sobre os chefes tradicionais do interior do continente.

Amade Amini Mamudo- uma das testemunhas que depôs para o auto de investigação sobre o processo que pretendia explicar a dispersão das forças portuguesas quando se fez o ataque à povoação de Naguema, em 1888.

Amido Jamal- participante numa reunião com o administrador Melo Branquinho, em 1969, que disse ser descendente de Sigia e de Mocutomuno.

Ampivine- regedor, do clã Lapone, descendente de Mocuto-muno, segundo relatório do administrador Melo Branquinho, em 1969.

Atomani Bin Abas- escreveu uma carta a Saíde Abdalá a avisá-lo que o sultão realizara aringas próximo de Moma, em 1875.

Borges- português ou luso descendente, proprietário nas "Terras Firmes", que reuniu setecentos homens armados que pôs ao dispor das forças portuguesas juntamente com os homens de Molide Volay e outros, para a luta contra os namarrais.

Cabulo-muno (Cabula)- régulo macua que pretendia conquistar as terras de Mutupamuno, seu vizinho, na região de Mossuril, em 1899.

Calaputi- é também topónimo. Nome do xeque das terras de Calaputi. Este chefe autorizou M'lato-Comala, "irmã" de Mocuto-muno, a instalar-se em Matibane, nas terras de Calaputi.

Chaga (Chaca) - chefe de Ampapa que acompanhou a rainha Naguema à capitania-mor de Mossuril para proceder à vassalagem, em 04 de Abril de 1900. Em Julho de 1898 mandou prender Frégua, em Namancava, porque colaborava com Marave. É possível que Chaga tivesse colaborado com os portugueses no processo de enfraquecimento e vassalagem dos namarrais uma vez que estando presente com Naguema no dia do "pega-pé" também é ele que pune quem colabora com Marave.

Chalau- para além de topónimo, é também o nome do régulo que, juntamente com o régulo Itoculo, lutaram contra os namarrais. Identificado como régulo Chalau ou régulo Moquiéje, Chalau (Moquiéje) não terá perdoado a Mocuto-muno a sua rebelião e fuga para as terras próximas das "Terras Firmes". Chalau juntou os seus homens armados aos de Borges e de Molide Volay para a marcha contra as povoações dos namarrais, de acordo com o auto de investigação de 1888.

Che Amade- antigo capitão-mor de Matibane que foi substituído pelo português João da Silva Carrão, em 1885. Por desentendimentos com a administração portuguesa fugiu para as terras dos namarrais, onde não foi aceite. Acabou por ser feito prisioneiro pelos portugueses, que o prenderam na fortaleza de S. Sebastião, na Ilha.

Cheripo- régulo macua, irmão do régulo M'tonha.

Chisinga – chefe de aldeia no vale do Zambeze, que em 1899 liderou acção contra a Companhia do Zambeze.

Chocota- régulo das terras que faziam fronteira com o Norte das terras dos namarrais.

Comala-muno (Khomala, Kuamala, Kuamalla)- chefe do distrito do Eráti que acaba por se aliar aos portugueses depois de uma primeira fase de resistência.

Comati- “irmão” de Marave.

Copula-muno- chefe tradicional do distrito de Mogovolas, na região interior do continente, ofereceu resistência aos portugueses e foi aliado de Farelay, de Angoche. Também foi designado por chefe Mogovolas.

Damador Annangy- em 22 de Fevereiro de 1902 foi apresado o seu pangaio carregado de escravos.

Ecidgia (Sigya)- nome da “mãe” dos régulos “irmãos”: Mocuto, Muileva, Modiano, M'nacorouco, M'uilata. O “pai” era Macuilo. Ambos falecidos havia muitos anos (à data do documento de 1897). Caso Sigya ou Ecidgia sejam a mesma pessoa, seguramente que se trata de uma puiamuene.

Enhamade- “salteador” namarral, capturado na povoação de Natepo, onde fora recapturar uma mulher.

Fakir- cabo das terras de Ampapa que acompanhou o prisioneiro Frégua até Natule, tendo este fugido.

Farelay- xeque de Angoche que apoiava Marave e os namarrais contra os portugueses, integrando a “confederação” afro-suáli. Foi capturado pelos portugueses em Julho de 1910.

Fatel Kheir- capitão de pangaio, foi capturado quando transportava escravos; estava ao serviço do escravagista Agy Amud Agy Jumá.

Frégua- “preto” que foi feito prisioneiro pelos portugueses, provavelmente por ser espião ao serviço de Marave e de Naguema.

Guarnea- régulo da povoação com o mesmo nome.

Gulamo Mussagy- escreveu uma carta a Marave avisando-o das campanhas de guerra que se estavam a preparar contra o próprio Marave. Testemunhou no processo de Naguema (Novembro de 1888), então com 46 anos, viúvo, afirmando que ouvira que

Molide Volay solicitara a prisão de Simba para que Marave se visse obrigado a desistir da guerra.

Ibrahimio (Suali Bin Ibrahimio)- é também topónimo. O nome de Marave seria Suali Bin Ibrahimio, o que significa que ele seria filho de Ibrahimio. Ibrahimio é também o nome de quem herdou o nome dinástico de Mocuto-muno em finais do século XIX. Foi capturado em Julho de 1910, juntamente com Farelly. Marave seria nome dinástico ou cognome do homem corajoso que o usava já que os maraves foram sempre encarados como vitoriosos.

Ibrahimio Ussene Tavá- chefe na Cabaceira Grande, vassalo da administração portuguesa, forneceu homens armados para o ataque a Naguema.

Imátua- “pai” de Mocunona e “sobrinho” de Ibrahimio.

Impaca- “irmão” de Mocuto e de Imátua.

Inhamutola- “chefe grande” do régulo Mocuto, ou seja, seria hierarquicamente próximo do muno.

Itoculo- também é topónimo. Chefe que juntamente com Moquiéje, de Chalau, lutou contra os namarras. Tudo indica que o seu nome fosse Marrua-muno.

Japiro Muquipera- descendente da puiamuéne Sigya (Sigia, Ecidgia) e da “família de Mocuto-muno. A Japiro junta-se Amade de Muchera, Suate Muicarra, Amido Jamal.

Lamichande Primagy (Bacay)- também conhecido por Lamichande Primagy Bacay, negociante, de Ampoense, de origem luso-indiana, que tentava monopolizar a cobrança da portagem (o imposto de passagem) nas rotas caravaneiras e procedia à cobrança de imposto sobre o rendimento dos mercados, obrigando também a que os mercadores do interior se dirigissem aos locais que seriam do seu interesse. A sua actuação mantinha-se ao abrigo das leis municipais.

M'Chilipo- é chefe de uma povoação com o mesmo nome. Tal como o chefe Marica, foi atacado por gentes do interior e pediram protecção ao governo português.

M'lato-Comala (M'uilata)- segundo um documento de 1902, M'lato seria “irmã” de Mocuto-muno e, entrando em divergência com o “irmão”, optou por se instalar nas terras de Matibane com o seu “filho” Mussafire, após autorização do chefe Calaputi; pp. 121. M'uilata (M'lato-Comala)- em 1897, vários chefes apresentaram-se ao capitão-mor de Mossuril, à excepção de M'uilata, porque estava doente. Seriam todos namarras e “irmãos”, a saber: Mocuto, Muileva, Modiano, M'ncorouco. Os pais eram Macuilo e Ecidgia.

M'nacorouco- chefe, “irmão” de Mocuto, Muileva, Modiano e M'lato. Filho de Sigia.

M'paco- também conhecido por Naquira, chefe subordinado de Mocuto-muno, integrado na federação namarral. Apresentado como “sobrinho” de Mocuto, terá sucedido a Mocuto-muno, de acordo com documento de 1905.

- M'papiha- segundo a recolha oral registada no trabalho *Khalai-Khalai*, M'papiha-muno e Mocuto-muno desentenderam-se, o que levou a uma migração das gentes de Mocuto desde as terras de Moginqual para as terras de Mossuril.
- M'pata-muno- integrado no grupo de chefes liderados por Mutupa-muno que se dirigiram à administração portuguesa pedindo apoio para as lutas contra o chefe macua Copula-muno, que lhe estava a tirar terras de Muendasi.
- M'pera-muno- juntamente com a gente de Naguema, atacou os mercadores que regressavam das lojas do litoral em direcção às suas terras, no interior mais profundo. As terras de M'pera situavam-se numa zona intermédia entre as terras namarras (em direcção à costa) e as terras de M'tia (no interior).
- M'tépué- subordinado de Matuca-muno, "régulo macua" na região próxima das margens do rio Muecati.
- M'tia-muno- chefe de terras na margem do Monapo, próximas das terras de M'pera-muno. A sua gente foi atacada por namarras quando se deslocavam a Ampapa para negociar nas lojas.
- M'tiqui- juntamente com Motera e M'tépué, é subordinado do "régulo macua" Matuca-muno.
- M'tonha- régulo macua, irmão do régulo Cheripo.
- M'topa (Mutupa-muno ou Mutupa)- "tio" de M'pera, entregaram armas e munições à administração portuguesa dizendo que apenas pretenderam defender-se dos namarras e que não atacaram M'tia e M'pera, do interior, como estes acusavam.
- Macuilo- "pai" dos principais chefes namarras: Mocuto, Muileva, Modiano, M'nacorouco.
- Magujuro- subordinado do chefe namarral Mocuto-muno, apresentado como seu "sobrinho", elemento da federação namarral.
- Mahoho- nome dado a Neutel de Abreu pelos macuas.
- Malimo- régulo opositor dos Namarras.
- Mamude Boana Amade (Mamude Bonamade; Mahmud)- xeque de Matibane e Quitangonha nomeado em 1884 pela administração portuguesa.
- Mapuita-muno- régulo de Sangone, esclavagista.
- Máquia- "filha" de Naguema, encontrava-se refém dos portugueses em finais do século XIX, em troca da rendição de Naguema.
- Marave (Suali bin Ibrahim)- seria "amante" de Naguema, segundo testemunho de uma prisioneira dos portugueses, em 1898. Um documento de 1903 considera-o "salteador". Pertencia à "confederação" namarral.

Marica- veio das terras do interior em 1898, juntamente com M'Chelipo-muno, e pediram autorização para ocuparem as terras da Matibane, situadas nas denominadas "Terras Firmes". As boas relações que mantinham com os portugueses não eram bem vistas pelos namarrais e mais tarde foram atacados pelos chefes do Marire.

Marrua-muno (Marua, Márua)- chefe integrado na "confederação" namarral e, tal como Marave, seria um posto avançado de Mocuto-muno. Neutel de Abreu considerou-o o mais temível chefe namarral. Contraditoriamente, este chefe surge como aliado do alferes Viana de Andrade, num documento de 1897 e a quem se deu o regulado de Itoculo. Tudo indica que Marrua mantinha jogo duplo: era "vassalo" da administração portuguesa e aliado de Mocuto-muno. Com Neutel de Abreu, Marrua e Mocuto foram forçados à rendição e, segundo Julião Quintinha, morreram na sequência de uma greve da fome no hospital da Ilha de Moçambique, em 3 de Fevereiro de 1913.

Massaua- chefe integrado na "confederação" namarral que manteve resistência aos portugueses.

Mataca- chefe namarral da povoação do Marral, pertencente ao núcleo federativo, vassalo de Mocuto-muno, "casou" com a puiamuene Naguema.

Matiléne-muno- indicado em 1898 como chefe da povoação Namarralo, juntamente com o chefe Necuzia. Elementos da federação.

Matoro- um dos chefes que foi vítima de assaltos dos namarrais.

Matuca (Mátuca)- incorporou o grupo que em 1900 se apresentou para submissão na capitania-mor de Mossuril, apresentado como "marido" de Naguema. De acordo com um documento de 1901, seria "pai" de Nhaconona e juntamente com Naguema, Matuca, Matula, M'paco, Magujuro, Ronguzi e Namuana faziam parte da federação namarral, liderados por Mocuto (chefe supremo).

Matula- do grupo de Matuca. As suas terras situavam-se entre os montes Mesa e Pão, juntamente com as de Naguema e Ibrahimio.

Mauala-muno- aliado de Marave.

Maurusa (Maurussa)- juntamente com os régulos Matoro e o de Quitangonha pretendiam acabar com os roubos dos namarrais. Maurussa é também o nome de um dos líderes macuas que Nancy Jane Hafkin salientou como oponente dos portugueses desde meados do século XVIII.

Meluli- chefe da região de Meluli, aliado dos chefes namarrais, Farelay e Marave.

Metochéria – chefe macua.

Metote- rainha namarral, aliada de Sigia e de Naguema.

Mocunona- chefe namarral, da federação.

Mocuto-muno- nome dinástico associado ao principal chefe namarral cuja estrutura social e política é tradicional mas com adaptação às circunstâncias derivadas da sua proximidade do litoral e das "Terras Firmes". As suas terras foram delimitadas administrativamente pelo distrito de Mossuril. Mocuto deixou as suas terras no interior e avançou para o litoral por ordem, ou por traição, ao seu "pai" Muaria.

Modiano- chefe namarral.

Molide Volay- chefe de nomeação da administração portuguesa, de Sancul, com residência em Quivolane.

Moquiéje (Mucueche)- chefe das terras do interior, originárias de Mocuto-muno.

Mori-muno- par de Maurussa, que Nancy Jane Hafkin considerou chefes macuas que desde meados do século XVIII organizam ataques aos portugueses.

Motera- chefe subordinado do "régulo macua Matuca-muno", de acordo com documento de 1901.

Muamba- "filho" de Naguema, de acordo com documento de 1898.

Muaniapo- chefe das terras próximas do rio Monapo.

Muaziza- "rainha" da federação do chefe Namarral. Seria uma puiamuene subordinada da Naguema. Seria também o nome de uma "escrava" (tudo indica ser a mesma mulher) que Mocuto-muno deu ao comerciante Borges na decorrência de uma aliança de interesses. Tratar-se-ia de um "casamento" de Borges com Muaziza, na continuidade da manutenção de alianças políticas, militares e económicas que se desenvolviam no território. "Irmã" ou "filha" de Naguema.

Mucapera- aliado de Neutel de Abreu que nas lutas de 1907 a 1913 ajudaram nas "campanhas" contra os namarrais. Em 4 de Abril de 1912, Neutel ajudou Mucapera contra ocupações pretendidas pelo chefe Maquira. Neutel e Mucapera estabeleceram aliança cerimoniosa de sangue. A história oral guardou-o na memória como um "traidor" dos macuas.

Muchelia- nome dado ao chefe de povoação e território de Muchelia.

Muileva- "irmão" de Mocuto, Modiano, M'nacouroco e de M'lato.

Murrimuno- chefe macua, com território a 50Km para o interior a partir da fronteira da Ilha, que controlava as caravanas comerciais.

Mussa Quanto- xeque de Angoche, que em 1888 perpetrou ataques a prazos e aringas da Zambézia.

Mussafire- seria "filho" de M'lato-Comala. Morreu em 1902.

Mutupa-muno- régulo de Moambacôma, vassalo da administração portuguesa desde 1894, que entrou em lutas com o chefe Cabulo-muno por causa de terras e pediu ajuda aos portugueses.

Mwaria- “tio” de Mocuto-muno.

N'tia- além de topónimo, é também nome de chefe subordinado de Mátuca-muno.

Naguema- puiamuene (rainha) que seria a grande senhora e mentora da coesão namarral, superior a Sigya e a Muaziza. É também topónimo porquanto a sua aldeia foi um dos alvos preferidos da administração portuguesa, juntamente com as aldeias de Ibrahimo e Marave. Também é conhecida a campanha militar de Mouzinho de Albuquerque à povoação de Naguema. Era no entanto “subordinada” de Mocuto-muno e terá “casado” com Marave para fortalecer alianças políticas e militares.

Nakavala- chefe militar subordinado de Mosuto-muno que se destacou entre 1906 a 1908 na resistência à colonização, um verdadeiro posto avançado da federação namarral.

Namelaca- prisioneiro vassalo do “régulo” Mauala-muno que seria espião e que confessou.

Namuâna- subordinado de Mocuto-muno, seu “sobrinho”. Estava instalado em Chavalla e em Sau-a-Sau.

Napali- aliado dos namarraís, fizeram aliança com o governador Forjaz, em 1904, para atacarem Farelay.

Napaua- chefe resistente que se opôs à ocupação dos portugueses, nas terras entre os rios Lúrio e Monapo. Juntamente com M'pata e Olha, integrou o grupo de Mutupa-muno que pediram apoio à administração portuguesa para recuperarem terras. Pertencia à “confederação” namarral e é também indicado como chefe de Ribáuê e o seu parceiro no território seria o chefe Rainho.

Naquira- o seu nome também aparece como M'paco e seria subordinado (“sobrinho” de Mocuto-muno, integrado na federação).

Necuzia- chefe da federação namarral.

Nhacomono- chefe namarral que teria vivido na povoação de Ibrahimo.

Nhaconona- “sobrinho e herdeiro” de Mocuto-muno, vivia em Quivolane. Acompanhou Naguema na “apresentação” à administração portuguesa em Abril de 1900.

Niarro- chefe aliado de Marave, ajudava-o com gente para as lutas.

Nipuata- “sobrinho” de Mocuto-muno, também conhecido por Magujuro, residente em Muipiti, perto da Ilha.

Nizamudine Chamochadine- capitão-mor de Ampapa, aliado e vassalo dos portugueses. Seria um comerciante intermediário entre os portugueses no litoral e as chefaturas do interior.

Olha-muno- acompanhou os chefes M'pata, Napaua e Mutupa, todos da região de Muendasi, para pedirem apoio à administração portuguesa para recuperarem as terras perdidas.

Raínho- topónimo e nome de chefe que dominava as terras a Oeste de Imala, juntamente com o chefe Napaua.

Ronguzi- chefe subordinado a Mocuto-muno, seu "sobrinho", pertencente à federação namarral, residente na povoação de Nacósa.

Salimo- terá sido o herdeiro do nome dinástico de Mocuto-muno. Em 1905, um documento referencia M'paco como herdeiro do nome Mocuto, por falecimento do antigo Mocuto em Calaputi. Fica a dúvida se terá sido M'paco ou Salimo ou ambos, em datas diferentes.

Samula- "irmão" de Marave e Caumati que organizavam as lutas contra as forças portuguesas e outros opositores.

Simba- aliado de Marave que seria alvo de perseguição por parte de Molide Volay. Aos portugueses também interessava esta prisão para mais facilmente capturarem Marave.

Suate Muicarra- descendente dos namarrais que em 1969 compareceu numa reunião com o administrador Melo Branquinho.

Tsussá- seria Sousa.

Ussene- cipaio que aparece em lista de vencimentos que terá fugido da ensaca. Seria também o nome do filho de Frégua. Este fugira para as terras dos namarrais e o filho prestou declarações aos portugueses.

Xivara- proprietário de terras na região de Mossuril ("Terras Firmes"). Corruptela de Silva?

Alguns documentos fundamentais

Doc. nº 1

Série de 1877
Capitania-mor das "Terras Firmes"
Nº 168

Illmo. Exmo. Snr.

Para conhecimento do Exmo Snr Conselheiro Governador-Geral e da Província cumpre-me participar a Va. Exa. que hontem pelas nove horas da manhã fui visitado e cumprimentado pelo Regulo Mexula muno o qual vive junto a Ituculo e é irmão do "Regulo avassalado" Mugudo muno que administra as terras do Namarrallo. Por participação d'este último tive conhecimento que fallecera o régulo do Ituculo, e que se está preparando uma embaixada pra vir sollicitar a nomeacção do irmão mais velho do fallecido, a quem por direito de successão pertence o lugar. Com a recepção e acolhimento do Regulo Mexula muno e sua comitiva foi gasta a quantia de 6 000 reis em comida, bebida e outra parte em dinheiro para compra de pannos para seu uso; para pagamento d'esta quantia envio a Vª. Exa. a competenten requisição a fim de ser authorizada e paga pela Fazenda Pública, como é de antiga e seguida prática.

Deus guarde a Vª Exa.

Secretaria da Capitania Mor das "Terras Firmes", 17 de Novembro de 1877.

Illmo Exmo Snr Secretário-Geral do Governo da Província de Moçambique.

O Commandante das "Terras Firmes"

Manuel Pires d'Oliveira

Doc. nº 2

Série de 1881
Capitania-mor das "Terras Firmes"
Nº 113

Illmo. Exmo. Snr.

Em cumprimento ao que determina a 3ª parte do officio da 2ª repartição nº 705, que V. Exa. se dignou remetter-me em 10 do corrente, tenho a honra de fazer sciente a V. Exa. do seguinte.

As terras do régulo Mecuto, denominadas "Namarralo", ficão a oeste sueste de Mossuril, d'este ponto à povoação d'onde fica o régulo devem ser pouco mais ou menos 50 kilómetros: confrontão do sul com as terras do régulo Mucueche, do leste com as terras d'Ampapa, do norte com as terras do Chocota e do este com as terras do régulo Márua.

O régulo Mecuto pode despor de 1000 homens, pouco mais ou menos, porém he de pouca confiança, emquanto ao número da população que habita nas referidas terras, nada posso dizer a tal respeito.

A agricultura consta de feijão, milho, arroz, amendoim, jugo, gergelim e mandioca.

O comercio he de borracha, gergelim, mandoim e outros géneros.

Indústria, quiçápos, esteiras, alcofas e quitandas.

Deus Guarde a V. Exa.

Capitania-mor das "Terras Firmes", 24 de Junho de 1881.

Illmo. Exmo. Snr. Secretário-Geral do Governador Geral da Província de Moçambique.

O Capitão-mor

Joaquim Pereira

Capitão

Doc. nº 3

Série de 1881
Capitania-mor das "Terras Firmes"

Illmo. Snr.

No dia 12 do corrente esteve na minha regidureria o Capitão-mor do régulo de Chalau, Muquege, mandado por este para me significar seu reconhecimento pela participação que lhe havia enviado de haver assumido à commandancia das "Terras Firmes".

Sendo o dito régulo o mais poderoso de todos os vassallados entendi aproveitar a occazião para combinar sobre o modo de termos uma conferencia em Muriço.

É este régulo o que com mais vantagem e de melhor vontade poderá auxiliar o governo em expulsar do Namarralo o actual régulo Mucutumuno, cujo não se continha nos seus limites por isso que em tempo foi o que bateu este até às nossas fronteiras, onde infelizmente lhe concederam terras, sabendo-se o motivo porque era batido.

Tenho uzado da máxima prudência nas questões promovidas pela gente das ditas terras do Namarral com os moradores de algumas das povoações desta capitania, como Muteca Nandoa, a onde com frequencia costumam vir perturbar a ordem e até praticar roubos; mas podem as facetas succederem-se e com tal gravidade, que a prudência ceda lugar à necessidade d'uma lição séria.

É para isso que preparo as couzas debaixo de toda a circunspecção e sigillo e desde já posso assegurar a S. Exa. fundado em factos, que expulsados das terras da capitania tal gente, cessarão de vez as repetidas questões, já com as referidas pouvações já com a gente que, dos régulos afastados, costumam vir negociar, e que a mor parte das vezes tem sido assaltada, com grave prejuizo para o comercio do interior, na lingua de Macuta-cuta, junto à Nandoa.

Deus Guarde a V. Exa.

Secretaria da Capitania-mor das Terras, 15 de Novembro de 1881.

*Illmo. Snr. Secretário do Governo-Geral
O Capitão-mor
(assinatura)*

Doc. nº 4

A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, M1 (1 a 49) e M2 (1 a 322), 1839 a 1884; doc. nº 147, de 11.01.1882: officio e relatório do capitão-mor das "Terras Firmes", Agostinho Teixeira de Almeida Pereira, ao secretário do Governo-Geral.

Confidencial

Tendo regressado do Mocambo no dia 5 do corrente, conforme já communiquei a V. Excia. No relatório que enviei da diligencia áquelle posto, e encontrando um officio do capitão-mor de Ampapa em que me partecipava achar-se ainda em Munapo, no sitio denominado Copel, por ser um sitio onde há muita agua, à minha espera, o regulo de Chalau, Muqueije, com quem deveria ter hido conferenciar no dia 4, expedi immediatamente os precizos avizos a todos os cheques e capitães mores, dos districtos sob a minha jurisdicção, a fim de, segundo se ahca estabelecido, e é de muita conveniência, me acompanharam áquelle ponto, no dia 9 de madrugada, com a gente de que podessem dispor, ficando devidamente guarnecidos os respectivos districtos, no intento de prevenir contra algum ataque da gente do Namarral, principalmente nos pontos de Nandôa, Meteca, Quissanga, etc., confinantes com aquella terra. Effectivamente n'aquelle dia parti ao encontro de Muqueije, (...).

Apesar de correr com toda a força noticia de que o regulo do Namarral sabendo que eu hia conferenciar com Muqueije, unicamente com elle por se tratar da sua expulsão das terras que occupa, dissera elle que havia de mandar lançar espiões a caminho e atacar-me em diversos pontos; (...).

Reservo para o fim as accusações que tenho a fazer e pelo que julgo de instante necessidade desapareça tal homem e sua gente da visinhança da capitania. Com prazer o digo: nunca me vi à testa de tanta gente, prompta a obedecer-me, sem retribuição alguma, e, o que mais é para admirar, sendo pretos de diversas povoações, que na maior parte só me conhecem por tradição é um grande numero de moradores de propriedades de particulares e até das terras d'um regulo vizinho, que espontaneamente se offereceram a auxiliarem-me com a sua gente, sabendo que eu hia ao interior em serviço das terras.

Tendo partido de Mossuril, indo eu de machilla e bem assim os empregados maiores da capitania antes das 6 da manhã, só depois das 6 da tarde, com marcha forçada, chegamos ao ponto em que devíamos acampar.

A minha gente ficou aquém do rio do Munapo, num bosque, e a do regulo se achava alem num ponto elevado.

Logo à entrada do bosque, que se gasta seguramente hora e meia a percorrer, vieram ao meu encontro dois secretários do regulo e mais alguma gente sua, tocando tambores e campainhas, que me acompanharam proclamando em altos gritos que havia chegado Sua Senhoria para fazer amizade com Muqueije, e que todos me deviam acompanhar.

No intento de occultar tanto à minha gente como à do regulo, o verdadeiro fim da minha ida ali, de combinação com o mesmo regulo aprazei a conferencia para quando dum e outro lado todos dormissem, e para dissuadir áquelle de certos meios, naturaes em tal gente, promptifiquei-me a ir ao seu acampamento, apenas acompanhado das pessoas da minha confiança, mandando-me elle accordar à hora que melhor lhe conviesse.

Tamanho era o desejo de lhe fallar que me sobrou paciência, tendo gastado muita, em attendel-o nos seus prejuizos cafriaes.

Pelas 3 horas da madrugada, creio por que a lua havia chegado ao seu zenithe, fui despertado para a conferencia, e apenas acompanhado pelo pharmaceutico António Joaquim de Souza Rapozo, que também se offereceu acompanhar-me, escrivão e interprete da Capitania e Capitão-mor de Ampapa, me dirigi ao outro lado com toda a precaução para não ser percebido.

Fomos todos introduzidos numa tosca barraca, completamente as escuras, onde o regulo veio ao nosso encontro (...)

Disse-me por último, que seguiria à risca as minhas indicações que são: dispor a sua gente, que calculou para cima de seis mil homens, de modo a que os expulsados só podessem encontrar fuga para o interior, e os saccudiria até às terras que antigamente occuparam, único ponto onde os poderia ter sob sua vigilância como dantes.

(...)

O regulo do Namarral, além de cometter as maiores barbaridades nas suas terras, confinantes com as desta capitania, e de que tenho tido informações verdadeiras, como mandar matar mas dum modo inquisitorial e selvagem, todos os chefes de familias que desponham d'alguns meios, pequenos que sejam, para depois se apropriar delles e da familia (...) de mandar gente sua a Meteca e ultimamente a Nandoa roubar na primeira dois pretos e duas pretas e no segundo uma preta, para em seguida as mandar vender a um regulo do interior, tendo dias antes recebido officios meus em que lhe dizia que as acções de escravizar gente, que me constava estar elle commettendo, não lhe ficavam próprios, com regulo avassalado, pois só devia procurar agradar o governo que em tempo tão benévolo se havia portado com elle, salvando-lhe a vida e concedendo-lhe as terras que ora occupaõ.

Depois disto só tratei de angariar amizade do Moqueije, por me haver constado que fora o regulo que mais tempo o batera até às fronteiras da Capitania.

Olhado para o lado do commercio (...) desde que occupa o Namarralo se foram tornando irregulares as principaes feiras, até que deixaram de haver as feiras periódicas dos Mujauas e Muvizas, que costumavam trazer ao mercado d'esta Capitania riquezas do interior como: marfim, ouro em pó, pedra verde, etc., e que se desviaram pelos repetidos assaltos que soffreram da gente do Namarral.

Tendo exposto a V. Excia. o motivo por que julgo de toda a conveniência a expulsão de tal regulo, (...)

O que promoveu o alarme foram trez pequenos montes de pólvora, despostos sobre folhas de árvore, que se encontraram à sahida do bosque, e que, segundo me informaram, é declaração certa de guerra entre os macuas. Chegamos ao Namiara sem novidade alguma e o resto do caminho já não offerecia qualquer receio por pertencer à capitania.

(...)

Secretaria da Capitania mor em Mossuril

11 de Janeiro de 1882

Illmo. e Exmo. Snr. Governador-Geral da provincia de Moçambique, Visconde de Paço de Arcos.

O capitão-mor,

Agostinho Teixeira d'Almeida Pereira

Doc. nº 5

Série de 1882

Capitania-mor das "Terras Firmes"

Nº 56

Illmo. Snr.

Mando n'esta oportunidade directamente escoltado, à presença de V. S^a, para ter o destin que o Exmo. Conselheiro Governador Geral dever dar-lhe, um salteador do Namarral, de nome Enhamade, que foi capturado com a mão armada, na povoação de Natepo, limitrophe com aquella terra, de onde consta havia vindo com intuito de novamente se apoderar d'uma preta que em tempo raptara, mas que há poucos dias conseguira fugir-lhe.

Apezar do régulo rebelde se achar entranhado no mato das terras que ainda occupa, e segundo me consta ao certo, esperando a todo o momento o seu justo castigo, por lhe estar tomada, d'um modo positivo, a sua fuga para o interior, mesmo em taes circumstancias, ainda apparece tal raça de gente salteando quer as povoações d'este lado quer as pertencentes aos régulos circunvizinhos, porém até hoje com maus êxitos, conforme as noticias que tenho tido, ainda há poucos dias, do régulo Mоторo, utimamente encomodado por tal gente.

Deus guarde a V. S^a.

Secretaria da Capitania-mor das "Terras Firmes", 25 de Março de 1882.

Illmo. Snr. Secretário-Geral

O Capitão-mor,

(assinatura)

Doc. n° 6

A.H.M., Fundo do Século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx.8.156, M1, Docs.1 a 147, 1892 a 1897; n° 55, de 15.05.1896: resposta a questionário, do Chefe da Secção das Obras Públicas, Francisco Leotte, ao Secretário do Governo-Geral.

Moçambique, 15 de Maio de 1896

Ao Snr Secretário-Geral

Do Chefe da Secção das Obras Públicas

Ao questionário de que é objecto a circular n° 23 desejava poder responder com precisão em todos os seus pontos; mas, apesar da grande permanência na Província e mormente n'esta cidade, assumptos há a que não tenho ligado attenção por extranhos à minha occupação; no entanto direi quanto se me offerce sobre cada um dos quesitos propostos.

1° D'esde a Quitangonha à bahia do Mocambo, existem como autoridades indígenas ou régulos – o cheque da Matibane; nas terras que medeiam entre os montes Mesa e o Pão estão estabelecidos Matula, Naguema e Ibrahim, chefes da tribo namarraes e na bahia do Mocambo lado Norte, o Marave e do Sul, Molido Volay.

(...)

5° As grandes caravanas que commerciavam com o litoral faziam-se acompanhar de grande número de escravos, claro está que sendo-lhes conveniente o desviarem-se dos pontos da costa onde se encontravam estabelecidas as autoridades, resulta que se afastavam d'estes pontos para facilmente poderem exercer o tráfico de escravos, o que sem dúvida lhes dava maiores interesses; é assim que a meu ver se pode explicar que as bahias próximas a Moçambique não fossem frequentadas pelo commercio do interior. Sobre os pontos de que mais se fala em que é exercido o tráfico de escravos são: o Quejungo próximo à Maganja da Costa no districto de Quelimane e mais ao norte, Moma, ao sul do Parapato, não deixando de ser suspeito o Infusse que pela natureza das suas barras muito se presta a esse tráfico. Julgo poder limitar-se a Madagáscar e a algumas ilhas pequenas que lhe ficam próximas, os pontos a que se destinam os pangaios que se empregam no tráfico de escravos.

(...)

Francisco Leotte

Chefe da Secção

Doc. n° 7

A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx8.156, M1, Docs.1 a 147, 1892 a 1897; doc. n° 56, de 18.05.1896: resposta ao questionário feito pelo Governador-geral às capitánias-

mores, de acordo com a Circular nº23 de 5 de Maio de 1896, enviado pelo capitão-mor das "Terras Firmes", Major Joaquim Clemente d'Assumpção.

Mossuril, 18 de Maio de 1896

Ao Snr. Secretário-Geral interino do Governo Geral de Província

Do Capitão-mor das "Terras Firmes"

Cumprindo o determinado na circular nº 23 de 5 de Maio, vou, com a possível exactidão, responder ao questionário feito por Sua Exa. o Snr. Governador-Geral.

(...)

Commando militar de Lunga

(...)

O Chefe Molide Volay de nomeação do governo, fez d'elle seu ajudante e hoje é o Marave quem manda em nome do Molide Volay, velho valetudinário e cuja influencia é quasi nulla entre os povos que devia governar. Quem manda em tudo é o Marave, que se intitula ainda capitão-mor.

Commando militar de Natule

Mocuto-muno (também chamado de Ibrahimo ou Nasopo e creio que tem mais nomes que eu ignoro).

Matula-muno.

Naguema.

Todos estes régulos pertencem à raça dos namarraes, raça detestada por todos os povos d'este continente, São apenas um grande bando de ladrões e assassinos, que se dividem em pequenos bandos capitaniados pelos seus diferentes chefes e régulos.

Mocuto-muno quer dizer o chefe supremo de todos os namarraes e a quem todos por consequência devem obedecer. Há pouco morreu o régulo Mocuto-muno e este título e auctoridade passou para Ibrahimo. Este é um homem sympathico e creio que amigo dos portuguezes. Tem affirmado esta amizade, evitando, sempre que pode, os roubos e assassinatos. A sua gente não entra n'esses assaltos e por mais d'uma vez elle tem avisado as auctoridades portuguezas dos assaltos combinados, evitando que elles vão a effeito.

(...)

Mocuto-muno deixou muitos filhos, que dividiram entre si os territórios de seu pae e governam n'elles como régulos dependentes do Ibrahimo, hoje Mocuto-muno.

(...)

Como auctoridades cafreas temos os chefes, subchefes e cabos, as duas primeiras classes de nomeação do governo e a ultima de nomeação da capitania mor, segundo o quadro regulamentar e que o orçamento auctoris.

Estes chefes ão pessoas importantes das povoações onde habitam e em geral independentes pela sua fortuna.

Há um chefe na Cabaceira Grande, Ibrahimo Ussene Fava, homem muito sério e digno e com bastantes meios; outro em Ampapa Nizamudine Chamochedine, também independente e honesto e dispondo de muita gente, que em caso de guerrão serão bons auxiliares, e finalmente outro em Ampoense, Cândido João Rezende, sem fortuna, mas muito respeitado pelos indigenas pelo seu bom comportamento e honestidade.

Há ainda o chefe Molide Volay de Sancul com residência em Quivolane e o capitão-mor de Fernão Velloso, Abacar Bine Suadique. Ambos estes chefes são de nomeação do governo.

(...)

A auctoridade dos régulos exerce-se d'uma forma muito complexa e variada e depende sobretudo da distância maior ou menor dos pontos marginaes e proximidade dos portuguezes. Assim nos régulos do interior a auctoridade é absoluta.

(...)

Nos postos próximos da costa ou dos commandos militares estes régulos subordinam-se às ordens recebidas das auctoridades portuguezas; outroshá porém, como os namarraes, que se conservam avassalados sem outra qualquer dependência. Estes são rebeldes e o governo não tem conseguido submettel-os a uma vida mais civilizada.

(...)

A influencia d'alguns régulos deriva de serem os successores d'antigos chefes, n'outros do maior ou menor numero de gente que tem nas suas terras ou que podem juntar no caso de guerra.

(...)

A transmissão do poder d'uns régulos para outros effectua-se muito variadamente. Em geral, por morte do régulo sobe ao poder o sobrinho mais velho e n'outros é o chefe d'uma povoação com mais habitantes, etc.

(...)

A influência religiosa exerce-se pela agremiação em grandes confrarias, pela auctoridade simultaneamente temporal e espiritual dos chefes ou por individuos privilegiados aos olhos dos mussulmanos da cathegoria dos que no norte de África (Argel e Barbaria) são conhecidos pelo nome de marabutos.

A influência religiosa é espalhada pelo grande numero de mussulmanos (...) negociantes estabelecidos (...). O contacto delles com os indígenas propaga extraordinariamente seus usos e costumes e por consequência também a religião. Esta adaptando-se melhor do que nenhuma outra às conveniências e indole dos indígenas converte-os, sem que os negociantes mussulmanos tenham o mínimo trabalho ou empenho n'esta conversão, pois que o seu único ideal é o dinheiro e para o obter empregam toda a sua intelligencia e tempo, sem curarem do proselytismo que lhes é indifferente.

É uma conversão pelo exemplo, sem emprego de qualqueur esforço e com a maior indifferença dos que a propagam.

(...)

Para provar quanto é fácil arranjar entre os indígenas proselytos para a religião mussulmana, basta dizer, que apenas se aboliu a escravatura e foram considerados livres todos os escravos, muito poucos ficaram na religião dos seus senhores, na marior parte christãos, todos os indígenas se fizeram moynhés (assim chamados os indígenas que se convertem à religião mussulmana). (...)

Resumindo: há duas causas de propaganda, primeiro, o grande número de negociantes que pelo seu contacto com os indígenas determinam estes a seguir a sua religião; segundo o grande número de escolas espalhadas pelo matto e principalmente próximo das pontas occupadas pelos mesmos negociantes.

(...)

No interior a religião é puramente fétichista, a forma mais rude e inculta do paganismo.

(...)

Essa influência só pode vir de Zanzibar, de Meca ou da Pérsia valendo-se das relações que diversos portos d'esta costa mantem com os do golfo pérsico.

(...)

As bahias d'este continente não me consta que tivesse affluído em qualquer epocha o commercio do interior. No tempo da escravatura affluia decerto o trafico d'ella e algum commercio que as tribus faziam de envolta com a venda dos escravos; depois d'esse tempo porem não me consta.

Supponho que a causa do desvio do commercio às bahias seja a falta de vias de comunicação e hostilidade das tribus inimigas, por onde teriam que passar para trazerem os seus productos à costa. Em pequena escala se viu isso ainda há pouco, quando alguns macuas do interior vinham vender os productos das suas terras a Ampapa e Ampoense; à volta as tribus inimigas esperavam-os no caminho e roubavam-lhes o producto do seu commercio e felizes os que escapavam com a vida.

Como disse, se houvessem fáceis vias de comunicação e liberdade plena aos indígenas percorrerem os caminhos sem receio de pilhagem por parte de quaesquer tribus haveria commercio nas bahias, que hoje é quasi nullo.

(...)

O abandono das propriedades do continente era fatal desde o momento que a abolição da escravatura não foi seguida da lei do trabalho obrigatório.

(...)

Os indígenas libertos e que não quizeram continuar a servir os seus senhores, entregaram-se à vadiagem e à rapina e outros aos trabalhos das differentes machambas, aonde tem procurado sempre espoliar os patrões.

D'aqui o abandono das propriedades, preferindo alguns proprietários um emprego na capital, usufruindo apenas d'ellas os fructos que produzem naturalmente e sem necessidade de previo amanho. Assim, a única fonte de receita d'estas propriedades é o caju, os cocos, a manga e sura, tirada das palmeiras. Esta receita é ainda assim importante.

(...)

Parece-me que o novo regulamento do trabalho dará um certo impulso ao melhoramento das propriedades do continente, se obrigarem o indígena a trabalhar, punindo severamente os que se entregarem à vadiagem.

Joaquim Clemente d'Assumpção

Doc. nº 8

Secretaria do Governo-Geral da Província de Moçambique
Repartição Militar
Doc. nº 57
30.05.1896

Repartição da capitania-mor das "Terras Firmes". Numero cento e vinte e nove. Mossuril trinta de Maio de mil oitocentos noventa e seis. Ao Illustrissimo Senhor Secretario Geral. Do capitão-mor das "Terras Firmes". Confidencial urgente. Participo a V. Exa. para conhecimento de Sua Excellencia o Sr. Governador Geral, que os cabos das terras deram parte ao chefe de Ampoense que tinha havido conferencia entre todos os régulos Namarraes e aconselhados pelo Marave decidiram atacar antes do Governo os atacar, como elles dizem. Decidiram então que o Ibrahim atacasse Ampapa, Matulamuno atacasse Ampoense e o Marave atacasse Namancara. Já mandaram comprar pólvora a Quivolane com a protecção do Marave e só falta a vinda d'uma rainha namarral, que está em Matibane, para atacarem. Esta rainha vem hoje para uma das povoações dos Namarraes. Isto tem visos de verdade, pois são os cabos, que estão em contacto com elles, que participam.

(...)

*Joaquim Clemente D'Assumpção
Major*

Doc. nº 9

A.H.M., Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, Cx. 115, Processo nº 10, fls. 12-13; doc. de 19.06.1896: relatório e propostas de actuação do Governador-Geral Joaquim Mouzinho d'Albuquerque.

Moçambique, 19 de Junho de 1896

É do meu de dever expor a V. Exa. com toda a clareza o estado em que se encontra esta Província com respeito à maneira como obedecem os régulos e chefes principaes nos diversos districtos e qual a effectividade da nossa soberania nos territórios em que elles teem jurisdição. No continente fronteiro à capital da Província e d'ella distante para mais de 3 kilometros, o chefe principal, o Marave, em tempos feito capitão-mor, acha-se declaradamente rebelde, não deixando fazer o arrolamento das palhotas e pagar o competente imposto, nem consentindo que se abram estradas entre as pontos principaes do seu território. Animados com esta rebeldia o chefe principal da região, os restantes chefes namarraes, não ousando desobedecer abertamente às ordens do governo, illudem-n'os e impedem a sua execução quando podem. Os chefes indígenas do sertão de Angola estiveram sempre em completa independência são só elles os temidos pelos indígenas e não tem ainda hoje a mínima ideia de sujeição ou de respeito. Na Zambézia, os Araújo Lobo, a quem o Governo de Sua Magestade não só deu força mas lha tem deixado crear augmentando-lhes prestígio negam-se a obedecer às autoridades achando-se também em quase completa rebeldia. Finalmente agora a Companhia de Moçambique depois de ter feito todo o seu possível para poder o Barué vem pedir seccorro ao Governo-Geral.

Para accudir a tudo isto, poderia já ter forças em via de próxima organização se nas regiões superiores primeiro o Sr. Commissário Régio e V. Exa. depois houvessem attendido os meus pedidos. Ao Snr. Commissário Régio pedi em Dezembro próximo passado a organização immediata da Policia de Gaza, o seus immediato armamento, o seu uniforme e equipamento, pedi que logo entre as forças expedicionárias começasse o engajamento das praças, porque sem demora fossem nomeados os officiaes a tudo se recusam S. Exa. nunca percebi porque o policia de Gaza ficou organizada no papel. Ainda pedi 200 carabinas Martini Henry completas para os cypaes de Gaza. Sua Exa. disse-me que as havia na Província. É possível que de facto as tivesse havido mas nesse caso foram naturalmente distribuídas aos landins de Lourenço Marques, pelo commandante da columna do Sul.

A V. Exa. por intermédio do Governador-Geral, Intendente Conselheiro Lança, pedi que as praças recrutadas no reino para a policia de Gaza trouxessem de Lisboa o armamento, fardamento e equipamento por mim indicado; nada disto fez.

Se esta policia estivesse, como podia e devia estar organizada e prompta, bastaria parte d'esse corpo para accudir já à Gorongoza e por esse lado tudo estaria seguro.

Se para anullar ou pelo menos atenuar os effeitos da inhabilidade da administração dos territórios de Manica e Sofalla, tivesse o Governo collocado na Beira um intendente que soubesse ver e informar, por certa que a D. Victoria de Sousa, seu irmão o Cambuamba, os cypaes de Manoel António, armados pelo Governo não incomodariam hoje ninguém. Não era porém ao quados dos pecadores militares que o Governo deveria ter ido buscar esse funcionário.

Se tivessem vindo logo, já as pedi pela primeira vez, os quadros europeus para organizar as forças sufficientes para subir o Zambeze acabando com as propotencias velleidades de rebelião de quantos potentados a nossa curiosa política colonial tem sabido crear naquella região.

Por ainda se poder remediar muita falta se V^a Ex^a approvar a serie de propostas que n'esta malla remetto e que no seu conjunto constituem a minha última tentativa para obter os meios indispensáveis para poder formar esta provincia sem vergonha para o meu paiz para a classe a que pertenco e para o meu nome.

Demorando-se a satisfação dos meus pedidos e approvação das minas propostas não sei o que se possa fazer. Mas V^a Ex^a de certo encontrará por ahi quem me venha substituir e que tenha conhecimentos perspicácia bastante para submitter rebeldes sem os bater repelir afrontar sem recorrer à força e fazer prosperar a provincia sem exercer n'ella mais que um dominio puramente fictício.

Mousinho d'Albuquerque
Governador-Geral

Doc. nº 10

Arquivo Histórico de Moçambique
Séc. XIX – Processo contra os Namarrais
1897 (M.1)
Correspondência sobre operações contra os Namarrais

29.10.1896: carta de Cândido da Costa Soares ao Conselheiro do Governador-Geral

Há 10 anos que vim da Europa à terra dos meus antepassados com a idea firme de sustentar a herança que elles me deixaram, honrando o seu nome illustre como seu único verdadeiro descendente.

Como bons portuguezes que eram, deram provas de seu amor e lealdade ao governo da nação, prestando os mais relevantes serviços, ajudando-o com o seu dinheiro e escravos para a consolidação do dominio portuguez, reduzindo à submissão régulos rebeldes do interior, exercendo funções públicas e sendo os seus conselhos ouvidos e attendidos como de principais moradores do paiz pelos governadores da provincia.

(...)

E n'este intento muitas vezes tento ver se a autoridade superior da provincia podia promulgar mechidas para animar o desenvolvimento da agricultura d'este paiz, publicando uma lei de trabalho para os pretos, criando policia rural, abrindo para o interior caminhos e mercados para o consumo dos produtos das nossas propriedades, e ainda a emigração de colonos da China e Índia para serem empregados na cultura das propriedades por se aclimarem facilmente em África.

(...)

Quando V. Ex^a foi nomeado governador geral e foi communicada a sua vinda a esta capital, mostrei então a esperanza de ver realizados os meus desejos, estabellecendo-se a ordem e segurança no continente, por saber as ideias de que V. Ex^a vinha animado. Fallei com os principais proprietários do continente, que se mostraram satisfeitos e de accordo com os meus collegas da Câmara, fiz a recepção que V. Ex^a me agradeceu e n'essa occasião pedi-lhe o restabellecimento da ordem e segurança do continente, acabando com todos os régulos e cheffes cafreas.

(...). E quando V. Ex^a teve a franqueza de me declarar o seu plano de bater os namarraes e outros régulos, fiquei tão enthuziasmado, que dei, a boa nova, a todos os proprietários do continente, meus amigos, que a receberam com agrado porque é geral a aversão áquelles inimigos da ordem e tranquillidade. Mas em breve trabalhava a intriga activamente para desvirtuar todos os meus actos, e envenenar os meus enthusiasmos.

(...)

Esses a quem não ligo a menor importância, por não m'a merecerem, conseguiram finalmente o seu desejo, fazendo-me accusar por terceiras pessoas com fornecedor de pólvora, armas aos rebeldes, levando V. Ex^a a mandar-me encerrar n'um calabouço da praça de S. Sebastião.

(...)

Nunca me metti em politica com negros, conheço os cheques de Sancul, Matibane ou outros, não só por estes me terem visitando em 1886 quando para aqui vim, mas também por os ter encontrado várias vezes nas suas terras, tanto a uns como a outros eu tenho recommendado obediência às ordens do governo.

(...)

Se o facto de conhecer ou ter relações commerciaes com alguns d'estes cheques é crime, então são criminosos a maior parte dos habitantes de Moçambique porque, como eu, ali fazem também transações de commercio. Com namarraes nunca em tempo algum tive a mais pequena aproximação de relações. Se tivesse dinheiro que pudesse dispor, não era conserteza para fornecer pólvora e armas a essa gente, já por não ser esse o meu modo de vida, já por não ser esse o meu carácter. (...) V. Ex.^a que está na Cabaceira bem vê o estado de decadência a que se acham. Todo o dinheiro que eu tivesse, seria pouco para as fazer prosperar.

Estando as propriedades, como estão, e vivendo eu e minha mãe do seu pouco rendimento, é crível que gastasse dinheiro para fornecer munições aos rebeldes. E o que lucrava eu com isso?

Os namarraes e outros régulos são inimigos do progresso, são selvagens que vivem no matto, passam a vida a roubar e a assassinar, devido a elles o continente não prospera. Todos os proprietários querem o estabelecimento da autoridade no continente, querem o socego, querem a segurança, querem o abatimento dos namarraes, porque são perturbadores de tudo.

(...)

Quando Gulamo Mussagy saiu da praça, sei que o administrador do concelho, o começou a tratar com carícias, para elle denunciar-me como conivente com os rebeldes, ensinou-lhe attribuir a mim o papel que elle por largo tempo representou e representa.

O único amigo do Marave e a quem ele obedece é a Gulamo Mussagy que sempre tem lucrado com isso.

(...)

Quando foi da passada guerra aos namarraes, Gulamo e Marave offereceram-se para ajudar o governo, mas estavam combinados com os namarraes, depois de comerem bem à custa do governo no acampamento, levantaram intrigas contra o Molide Volay e por fim na aproximação do dia da marcha, fugiram com a sua gente, avisando de tudo o inimigo.

(...)

*Praça de S. Sebastião, 29 d'outubro de 1896
Cândido da Costa Soares*

Doc. n.º 11

A.H.M., Fundo do século XIX, Governo do distrito de Moçambique, Cx.8.10, M2(1), Doc.1 (caderno, relatório), 1897; doc. n.º 1, de 15.02.1897: relatório do comandante militar de Natule, D. Miguel Henriques de Menezes Alarcão, informando ainda que Namarraes e Maraves continuavam a ser rebeldes.

(...)

O único régulo ou xeque que nas dependências d'este commando reconhece a autoridade portugueza, é o régulo de Ampapa, Nezamedine.

Os que se mostram rebeldes são os namarraes e os maraves. Os primeiros occupam uma zona do leste a norte do commando, e que começa a cerca de 3 kilometrosd'este. Os maraves occupam uma área maior, de leste até ao sul, cortando depois em direcção à costa, e que principia também a cerca de 3 kilometros de Natule.

No estado de agitação em que actualmente se encontra esta região, é difficil obter dados seguros e fornecer informações precisas aos quesitos propostos. As indicações que transcrevo foram-me dadas por um official da companhia aqui aquartelada, o alferes Azinhaes, e que muito melhor do que eu, há pouco chegado do reino, conhece o continente.

A população namarral deve orçar por cerca de 4 a 5.000 pessoas, podendo-se talvez sem errar muito, computar em 1.500 a 1.800 o número de guerreiros. São mais numerosos os maraves, talvez umas 10 a 12.000 pessoas, com cerca de 3.000 a 3.500 guerreiros.

O armamento mais usado é as antigas armas de sílex, que carregam com chumbo, missanga, quartos de balas, pregos, etc. Comtudo alguns, e muito principalmente entre os maraves, possuem armas Snyder.

Estes seguem em geral a religião mahometana, ao passo que entre os namarraes há christãos, mahometanos e pagãos. Tanto uns como outros pertencem à raça makua.

Entre a gente do régulo Nezamudine encontra-se o mesmo minueto de religiões. Occupam e consideram seus os terrenos entre a costa e os limites que deixo assignalados aos namarraes e maraves. Pertencem também à raça makua, e no dizer do próprio régulo, pode apromptar 700 a 800 guerreiros, cujo armamento é composto de armas de sílex, e algumas, mas raras, Snyder.

De Ampoense a Natule o matto é muito cerrado, para o lado de Ampapa, comquanto haja bastante, há muito menos denso. O terreno é quasi de nível, descendo levemente para a costa, e apresentando algumas ligeiríssimas ondulações.

Para os lados dos xeques revoltados, o matto é muitíssimo copado, pelo menos na parte que eu conheço, até 4 ou 5 kilometros do commando. As informações que pude obter, dizem-me que o matto continua assim tão denso até às proximidades de Naguema – povoação namarral que dista uns 6 kilometros de Natule. Nas cercanias d'esta povoação, isto é, a uns 500 a 600 metros, é este matto substituído por capim espesso. Além de Naguema continua o matto, nenos denso e cerrado comtudo.

O terreno é também quasi de nível, apresentando apenas as trez insignificantes elevações a que me refiro n'outra parte d'este relatório. Não há também cursos de água, apenas próximo de Naguema se encontram as nascentes do Monapo.

São pouco importantes as informações do presente relatório, pois que no estado anormal em que presentemente se encontra toda esta região, é difficil senão impossivel obter esclarecimento, visto que as raras povoações próximas estão todas abandonadas por completo, e algumas foram incendiadas.

São pouco importantes as informações do presente relatório, pois que no estado anormal em que presentemente se encontra toda esta região, é difficil senão impossivel obter esclarecimentos, visto que as raras povoações próximas, estão todas abandonadas por completo, e algumas foram incendiadas.

Quartel em Natule, 15 de Fevereiro de 1897

O commandante militar

D. Miguel Henrique de Menezes Alarcão

Tenente

Doc. nº 12

Cx. 8.10, M.1 (3)

Séc. XIX

Governo do Distrito de Moçambique

Doc. 1 a 35

Relatório do combate da Muchelia no dia 13 de Abril de 1897 por forças de Marave.

No dia 13 do corrente mez foi o posto militar, da Muchelia, atacado por enorme quantidade de pretos, que o envlveram por todos os lados fazendo um nutridíssimo fogo desde as 8 horas da manhã até às 10 horas a que dispersaram depois de haverem perdido o seu chefe de guerra que com duas enormes mangas avançava para o porto, a fim de se empenhar na lueta com os nossos.

Estas mangas avançaram perfeitamente a descoberto, pelo NO, e vinham precedidos de bandeiras brancas e compunham-se de mais de 600 homens cada uma.

Ainda a mais de 1200 metros fiz três tiros sobre ellas e consegui pôr fora de combate o chefe, que suppunha ser o Irmão de Marave; n'esta occasião ouviu-se tocar o "palapata" e tudo dispersou-se, o que me prova que as perdas soffridas pelo inimigo foram importantíssimas, (...)

José Xavier Teixeira de Sousa, alferes

Doc. nº 13

Moecate, 24 de Abril de 1897

À Repartição Militar do Distrito de Moçambique

Do Alferes a 1ª Companhia de Guerra Viana e Andrade

No dia 22 do corrente partiram às 6 horas para Mandúria os cabos das terras Muterepa e Casaca, que, pelo nome do primeiro, os tomei pelos régulos do mesmo nome, a fim de irem dizer a Maruamuno que eu lhe desejava falar. Como até hoje ainda não veio, resolvi mandar de novo dois policias ao serviço d'este commando, porque os dois que V. Ex^a se refere nas suas intenções ainda não se appresentaram a ver se elle vem ou não.

No mesmo dia pelas 9 ½ horas apresentaram-se-me com a sua comitiva os régulos Mocuto-muno, Muileva, Modiano, M'nacorouco, não vindo M'uilata por se achar doente. Estes régulos são todos irmãos e filhos de Macuilo (pai) e de Ecidgia (mãe) já há muito fallecidos. O mais velho d'elles é o Mocuto-muno, apresentando-se os demais em idade e hierarchia.

Propuz-lhes a vontade do Gverno em elles irem fazer guerra aos namarraes para o que lhes daria pólvora e eu os acompanharia. Responderam-me que sim, pois aquellas terras eram suas, dadas há muito tempo pelo capitão-mor moeunha Tsussá, Xerivara, João, Pedro e Cândido (?) Soares, assignando elles um papel que foi para Mossuril em que iam os seus nomes como régulos de Mutipa (Pão). Que os namarraes começaram a fazer-lhes guerra e roubos; e tanto se viram preseguídos que vieram pedir a este régulo abrigo para se protegerem mutuamente, dando-lhes então elle as terras que se encontram antes d'este commando e que se chama Execundo. Mas que visto o governo lhes dar pólvora e proteger que elles, com a sua gente, estavam promptos a irem reconquistar as suas terras. Contudo nada podiam dispor sem ordem do Marrua-muno que é quem pode mandar reunir toda a gente. Que logo que elle viesse veria ouvi-lo.

Perguntei-lhe se conhecia o Ibrahimo e se havia caminho para Mutipa. Disse-me que o Ibrahimo e Mutipa eram toda uma região que lhes foi roubada pelos namarraes; é perto e tem caminho e água.

Como estive doente com uma violenta febre no dia 25 por isso não pode enviar estas informações pelo correio que d'aqui partiu de madrugada.

José Carregado de Souza Caldas Vianna de Andrade

Doc. nº 14

Moecate, 14 de Maio de 1897

À Repartição Militar do Distrito de Moçambique

Do Alferes a 1ª Companhia de Guerra Vianna e Andrade

Para conhecimento de Sua Senhoria o Sr. Governador, communico a V. Sª que acabo de receber a nota d'essa repartição nº 499 de 13 do corrente e cujo conteúdo fico sciente.

Como pela nota nº 460 d'essa repartição se me ordenava para marchar ao meu destino sem esperar pela ordem de Sua Senhoria o Snr Governador e não o podendo fazer sem vir a roupa exigida pelo regulo, pedi esta à capitania que logo m'a forneceu, não sendo agora preciso a que V. Sª ordenou para me ser fornecida.

Hontem fui a Manduria fallar com o Marrua, levar-lhe a roupa, que achou boa, e combinamos o dia certo da partida. Também tenho fallado com os régulos próximos e em todos estes vejo vontade de começarem já a guerra, mostrando-se apenas ralasso e exigente o Marrua. Contudo este declarou-me que amanhã viria ao commando dizer-me o dia certo da partida, ver a pólvora e as armas e quando regressasse às suas terras teria já toda a sua gente e alliados promptos a marcharem para aqui a receberem a pólvora e armas e marcharmos todos para a guerra. Tencionava portanto partir no dia 17 ou 18 do que prevereria o Snr. Commandante do Ibrahimo como se me recommenda. Agora esperarei por novas ordens.

Para esclarecimento do ataque ao Calaputi da Matibane de que fallei na minha nota nº 8 e que Sua Senhoria o Snr. Governador estranhou, não foi mais do que a transmissão da vontade d'esta gente, que dizem estarão promptos não só para atacarem os namarraes no Pão, como na Matibae ou qualquer outra parte aonde elles se escondam. Contudo eu sem a devida autosação não passaria do Pão e sim cumpriria à risca as instrucções de Sua Senhoria.

José Carregado de Souza Caldas Vianna de Andrade

Doc. nº 15

Cx. 8.10, M.1 (10)

Séc. XIX

Governo do Distrito de Moçambique

Doc. 1 a 26

Moginqualde, 14 de Maio de 1897

Ao Exmo. Sr. Governador do Districto de

Do Comandante Militar de Monginquale

(...)

Emquanto à questão do ataque da rainha de Kinga, Marave e Farlay, (...) tratar de inquirir a dita rainha a esse respeito. Tenho porém a informar que tendo logo que me constou a passagem do Marave, chamado o grande da rainha que se apresenta sempre em nome d'ella por ella não poder andar, e interrogando-a a tal respeito, me respondeu que também tinha ouvido fallar na vinda do Marave que não sabia para que, mas que desconfiava que o chefe dos mujojos de Menge o tivesse chamado para o ajudar contra o Mazir Muno se elle de novo viesse atacal-a que a rainha nada sabia n'em mandara chamar o Marave.

(...)

O que é facto é que Menge e que ao mesmo tempo parte das terras da rainha foram invadidas pelo Mazir Mussa sem que a rainha tivesse feito por isso e que esta embora n'outros tempos tivesse, segundo me informam, bastante gente, hoje nem capaz está de defender a sua casa como o provam ainda há pouco quando lhe foram invadidas as terras e completamente arrasadas em parte por gente do Xeque de Mutucura e muito menos para pensar em atacar outras; no entanto depois de ver as terras invadidas por duas vezes, é possível que esteja disposta a procurar defender-se pedindo para isso o auxilio d'outras mas nada sei de positivo quanto a isso.

O que porém disem por aqui é que o Marave Farlay e ainda outro chefe macua que com elles também está, mandaram dizer ao Uazir que se elle viesse fazer guerra a Menge e terras de Kinga elles também lha faziam de contrario não vindo elle e devolvendo aquillo que saqueou então que retiravam.

Nenhuma destas informações passa a ter como verdadeiras pois que são fundadas nos simples boatos que correm. (...) Menge, ponto situado não muito ao norte da ponta de Sangage, possuindo uma bahia bastante funda e larga, com uma entrada difficil para quem a não conhece mas fácil nas preamares das aguas vivas, coadjuvadas por gente d'alli que melhor conhece a barra e que o chamamento vem em casquinhas servir de guias, dá perfeitamente entrada a pangaios, podendo portanto, a meu ver, dar entrada a pequenas vapores, tem sido sempre um foco d'escravatura de que um chefe dos mujojos tomou posse e que segundo o que por aqui se diz tem sido a origem de muitas discórdias entre os indigenas pois que encontrando elles alli fácil saída à gente que apanhavam nas guerras alli a hiam vender a troco de fazendas, pólvora e armas, e que acabando com aquelle foco gastando alli uma força não inferior a 30 homens com uma aringa boa e alguma boca d'artelheria, se acabaria com parte das questões pois já não teriam interesse em apanhar gente por não a poderem vender com facilidade n'em obteriam munições para as mesmas guerras.

A escravatura em Menge tenho a plena certeza que existia pois que depois da guerra que alli fez o Uazir Mussa conseguiram fugir 3 pretos que tinham sido apanhadas nas terras fronteiras a Moçambique e que aqui se vieram apresentar para virem para Moçambique onde tinham patrões, e como não me foi possível averiguar quem fossem os raptadores nem compradores, mandei-os para a capital a fim d'irem para casa dos ditos patrões. São elles Anifa, criada de Cândido Soares, Latipa criada de Gulamo morador próximo ao Celeiro em Moçambique e outra Naranda ou Jaquina que diz ser criada do mucunha Cândido.

(...)

Duarte Augusto, tenente

Doc. n° 16

Cx. 8.10, M.1 (3)

Séc. XIX

Governo do Distrito de Moçambique

Doc. 1 a 35

Ibrahimio, 25 de Maio de 1897

Ao Exmo. Sr. Governador do Districto de
Moçambique

Do Comandante Militar

Hoje de tarde veio aqui Nhamutola, cabo de Mucuto-muno, e Mucunona, sobrinho do Ibrahim, ambos em nome de Mucuto-muno, a fim de pegarem pé.

Depois d'os ouvir por mais de duas horas no meio do campo, à distância (?), fiquei informado que o Mucuto-muno está na serra do Pão (Moizipite em cafreal) e que elle é o grande que governa em todos os outros, entre os quaes designaram, a muito custo, Matula, irmão de Mucuto, morador em Nacucha; Inhaquilla e seu irmão Reguse que vivem no meio do matto, na estrada que segue ao Pão; dizendo o Muconona que também vive no matto desde que fugiu das terras do seu tio, ao serem atacados pela outra columna. Este preto sabe fallar alguma coisa português.

Quando terminaram disse-lhes que elles só por si nada valiam, portanto era necessário que viessem todos os grandes aqui, para ver se o governo lhes podia ou não acceitar o perdão, devendo desde logo, como signal de respeito trazerem a espada e tudo o mais que tivessem em seu poder pertencente ao governo. Fiz-lhes ver que o governo actual não era o dos outros tempos e só respeitando elles o governo portuguez, como deviam, se podia acabar a guerra. Que viessem sem receio (...)

Responderam que hoje iam fazer batuque para se reunirem todos os grandes e que depois d'amanhã estavam aqui.

É o que me cumpre participar para que V. Excia. me mande mais instrucções sobre o assunto

(...)

(Assinatura)

Doc. n° 17

Comando Militar do Ibrahim, 23 de Agosto de 1897
Ao Sr. Chefe da Repartição Militar encarregado do Governo do distrito, na ausência de Sua Sr^a o Sr. Governador

Do Comandante Militar do Ibrahim

Em additamento no que foi hontem participado a V. S^a pelo 1º Sargento Lúcio Ribeiro, tenho hoje a informar, que novamente se apresentou n'este commando, o régulo Nhaconoa do Ibrahim acompanhado por um filho do régulo Mucuto-muno por lhe constar que eu tinha vindo assumir este commando. Mandei-os conduzir à minha presença e perguntei-lhes porque não vinha a sua agente estabelecer povoação. Respondeu-me que a sua gente estava estabelecendo povoação muito perto d'aqui, mas que ainda se não podia aproximar do commando, porque estava com medo, a isto, fiz-lhe ver que não devia ter medo, por isso que o Governo não lhes fazia mal e que podiam fazer as suas palhotas logo que cumprissem as suas promessas.

Respondeu-me que estavam arranjando dinheiro e que só então as poderião cumprir. Em seguida perguntei-lhe pelo régulo Mucuto-muno.

Respondeu-me que estavam arranjando dinheiro e que só então as poderião cumprir. Em seguida, perguntei-lhe pelo régulo Mucuto-muno.

Respondeu-me que elle não vinha por enquanto, mas que mandava alli apresentar um seu filho, para saber se podia vir e que caso affirmativo se apresentaria d'aqui a 5 dias. Disse-lhe que sim, que viesse, e que desejava bastante que comesassem a estabelecer as suas povoações nas proximidades do commando, por isso que d'ahi não lhes resultava mal algum.

Finalmente, pedio-me auctorisação para vir a este commando vender as suas gallinhas e ovos, dizendo-me que brevemente voltaria.

(Assinatura)

Doc. n° 18

Mossuril, 29 de Novembro de 1897
Ao Secretário Militar do Distrito de Moçambique

Do Capitão-mor das Terras da Coroa

Rogo a V. Ex^a se digne informar a SUA Senhoria o Governador de que os régulos que vieram receber ordens regressaram hontem às suas terras com a firme declaração de que iam abrir, dentro de 15 a 30 dias, estradas até Ampapa a fim de eu os poder ir vesitar. Ao superior d'elles dei-lhe uma bandeira Nacional, jurando elles segundo a sua lei, de que a defenderiam em todas as occaziões.

Fallei-lhe no imposto de palhota o que conheci não ser novidade para elles, pois vinham naturalmente avisados pelo Nizamudine, declarando-me elles que estão promptos a pagar o imposto com mantimentos, visto não terem dinheiro. O régulo maior queixou-se-me de que o Metochera embarga-lhes o passo, quando passam pelas suas terras ao que são forçados, sempre que queiram cá vir, e pediu-me não só dois homens para os acompanhar a fim d'elle o reconhecer como súbdito da nossa bandeira; também me pediu uma faixa de terreno, bastante mattsoso que os separa dos Namarraes, para elles colimarem, visto não pertencer a ninguém. A todas exigências satisfiz mandando dois homens das terras d'Ampapa acompanhá-los para recomendar ao Metochera que lhe era prohibido fazer mal aos que passam pelas suas terras sob pena de ser castigado, e que, logo que podesse me viesse fallar. Com respeito ao terreno pedido fiquei de lá ir para ver e dar-lhe posse, mas que lhe exigia que abrisse já dentro de 30 dias me viria communicar da sua abertura. Por último dei-lhes de saguate uma peça de quiçambos (1200) a cada um.

*José Carregado de Souza Caldas Vianna Andrade
Alferes*

Doc. nº 19

Matibane, 10 de Dezembro de 1897
Ao Cappitão-mor das Terras da Coroa

Do Comandante do posto militar da Matibane

Matibane, dez de Dezembro de mil oitocentos e noventa e sete. Ao Snr. Capitão mor das terras da Coroa. Mossuril – número cento e quatro – Do Commandante do posto militar da Matibane. Para conhecimento de Sua Excia. Snr. Governador do districto, communico a V. S^a. o seguinte. Hontem recebi uma carta do Cheque em que me dizia que se eu quisesse fallar com elle fosse a Chavalla que elle estava à minha espera; ali o encontrei rodeado de todos os grandes em cujo número se ahava Alua, o qual se deu a conhecer por eu ser (dizem elles) um grande amigo de há muito tempo; Lembrei-me que seria melhor não lhe fazer mal n'esta occazião para elle apparecer mais vezes e então quando o encontre a geito fica por minha conta. Fallei com o Cheque sobre o pagamento do imposto de palhota e perguntei-lhe porque não avisava a sua gente para pagarem ao Governo o imposto, respondeu-me que elle é gente do Governo e que há já muito tempo que trabalha de graça. Por último disse-lhe que se elle entregasse a importância do imposto de palhota e que não faltasse ninguém para pagar; o Governo no fim da cobrança dava-lhe o soldo, e respondeu-me que o Governo o queria enganar para depois lhe não dar nada. Xequê deseja fallar com V. S^a mas não vae a Mossuril porque tem medo por isso rogo a V. S^a se digne dizer-me quando vem a este posto, para eu mandar avisar o Cheque (ass.) Lúcio Monteiro Ribeiro, sargento, Está conforme. Capitania-mor das terras da Coroa, a 10 de Dezembro.

Doc. nº 20

Posto de Muecate, 4 de Abril de 1898
Ao Snr Chefe de Reparação Militar do districto
Moçambique
Do Capitão-mor da Macuana

*Para conhecimento do Exmo. Snr. Governador envio a V. Exa. a seguinte proposta:
Da visita do Régulo Marrua-Muno resultou apparecerem no dia promethido 50 trabalhadores e quinze cabos para a estrada ao Marire; com esta gente fiz das 7 horas da manhã às 6 da tarde, desncançando-se das 12 às 2, 800 metros de estrada que ficaram completos, limpos d'árvores, de raízes e de matto. Esta gente deve apparecer amanhã para continuar, mas à despedida mostraram grande desgosto por não terem uma gratificação qualquer. Parece-me que será muito difficil fazer os 50 ou 60 kilometros que tantos serão d'aqui ao M'chulipo, se os homens homens (sic.) trabalharem de graça e não vejo outro meio para se conseguir assim a estrada, senão a violência, prendendo uma dúzia d'elles, dois ou três cabos e um régulo e enviar tudo para a Praça. Parece-me também que se poderia fazer a estrada com uma despeza relativamente pequena dando a cada homem a gratificação diária de 50 réis ou semanal de 400 réis: o macua d'aqui apprecia muito os 4 cruzados e é para elle quazi uma unidade, além*

d'isso o seu defeito principal é a indolência e a preguiça, emprega uma resistência passiva, e promete tudo e não cumpre nada.

Como V. Exa. sabe a estrada do Mossuril ao Itoculo custou até agora, cerca de 900\$000 réis e estão concluídos cerca de 70 quilómetros; n'esta estrada avulta na despeza a gratificação aos directores que importou em cerca de 300\$000 réis e gratificação aos macuas que era de 100 réis por dia; fazendo portanto o cálculo para a estrada ao Marire, excluindo gratificação de quem dirige e reduzindo a dos trabalhadores a metade, vê-se que esta estrada se pode fazer com 300\$000 réis. E assim havia a certeza que a estrada continuaria sem interrupção.

Esta despeza poderia ir mensalmente como despeza da capitania, porque afinal é uma despeza de instalação.

É isto que me cumpre propor a V. Exa.
(assinatura)

Doc. nº 21

Mossuril, 25 de Maio de 1898
Ao Snr Chefe de Reparação Militar do districto
Moçambique
Do Capitão-mor das Terras da Coroa
Mossuril

Para conhecimento de S. Ex^a o Snr Governador do Districto tenho a honra de anviar a V^a S^a a inclusa tradução d'uma carta agora recebida do Marave. Cumpre-me informar que a esta carta respondi que para comprovar o que diz, se apresenta n'esta capitania e que só o espero até sabbado 28 do corrente.

Mais communico a V^a S^a que recebi uma carta do Commandante Militar do Mocambo, em que me diz que hontem à tarde se encontrou no commando do Ibrahimo, com 4 régulos manarraes que lhe affirmaram por sua parte e pela do Mucuto-muno, estarem promptos a auxiliarem a prisão do Marave, mas que precisavam primeiro fazer as mezinhas de guerra, o que lhes tomará 4 ou 5 dias. Por isso dei ao Marave até sabbado.

É igualmente certo que o Marave pedio auxilio agora ao Mucuto-muno que este recusou, declarando-lhe que de modo algum quer guerra com o Governo.

Segundo o preto que me trouxe a carta do Marave, diz que é ajudante da rainha Naguema e que o Marave está no Nampaco, terra d'esta rainha, e a carta lhe foi entregue por um irmão do Marave no Monapo. Ainda, instado, disse que o Marave tem consigo muita gente (uns 60 homens) e está na Naguema e ainda que a rainha não tem junta a sua parte de guerra, nem deu ordem alguma para isso. Claro está que não dou crédito a estas informações mas é facto que o Marave anda em terras da Naguema, únicas que lhe dão actualmente guarida.

Finalmente participo a V^a S^a que tenciono seguir para o Ibrahimo na próxima 6^a feira esperando ali encontrar-me com os régulos Namarraes e podendo talvez demorar-me uns dois dias. De tudo o que houver darei immediato conhecimento, como me cumpre.

António Camisão

Doc. nº 22

Cx. 8.10, M.1 (3)
Séc. XIX
Governo do Distrito de Moçambique
Doc. 1 a 35

Mogincual, 24 de Junho de 1898
Ao Il^o Sr. Chefe da Secretaria Militar do Distrito de
Moçambique

Do Comandante Militar

(...) procedi a averiguações relativamente ao procedimento da rainha de Seremage (Mafatima) e por último por um dos grandes da rainha que aqui veio apresentar os seus respeitos, depois de o

submitter a um interrogatório, mandei dizer à dita Mafatima que me constava que ella queria auxiliar o Marave nas suas guerras e que a intimava a conservar-se completamente em socego, que não podia deixar passar pelas suas terras gente armada fosse de quem fosse para o Sul, sob pena de então o governo considerando-a rebelde lhe dar vigoroso castigo com forças suas. A resposta da rainha foi: "Que não sabia qual a razão de eu não acreditar na sua fidelidade ao governo, pois que desde que aqui foi posto este commando que nunca deu motivo para que desconfiassem d'ella, como é que podia ir auxiliar o Marave, pois que tendo sido tão guerreada pelo Xequê de Mutucura nunca contra elle o Marave a veio defender, mas que o Salvage é que ia constantemente mecher com ella, que o governo se acredita no Mutucura que já tem feito guerra ao próprio governo e se não acredita n'ella que nada tem feito. Que o grande amigo do Marave que é o Farlay e que lhe consta, não podendo porém affiançar como certo, que o Marave lhe expedira uma mensagem muito pelo interior pedindo-lhe auxilio, a qual lhe constava que já tinha voltado com promessa favorável do mesmo.

(...)

Doc. nº 23

Cx. 8.10, M.1 (3)

Séc. XIX

Governo do Distrito de Moçambique

Doc. 1 a 35

Mossuril, 25 de Julho de 1898

Ao Snr. Chefe da Repartição Militar do
Distrito

Do Capitão-mor das Terras da Coroa

Acompanha esta nota o preso de nome Cicatriz, soldado desertor do extinto Batalhão de Caçadores nº 1, onde tinha o nº 137 da 4ª Companhia.

Este soldado declara ter desertado haverá 2 annos, achando-se preso na Praça para conselho de guerra, e ter resistido bastante tempo na Matibane, d'onde passou para terras de Mucuto-muno depois da guerra em 1896, e onde se tem conservado.

Como informações relativas ao Marave e às últimas operações, declara que o Mucuto-muno residio até há pouco em Nacolua, próximo do Pão, mas que está actualmente em Calaputi, onde foi estabelecer povoação.

A Naguema está residindo n'uma outra Nacolua, que diz ser junto d'Ampia, e visita diariamente a palhota onde foi presa a filha Maquia, onde estão depositadas 10 armas e 16 caixotes que diz serem munições de guerra, ainda fechados, tudo entregue à guarda de 20 homens da Naguema e 14 do Marave, além d'outros que rondam aquelles sitios. Aguardam ordens do Mucuto para entregar aquelles objectos.

O Marave, que esteve com a Naguema (de quem elle se diz marido) em 13 e 14, foi para Mecuisse, próximo do Munapo, (...).

O irmão (ou antes sobrinho) do Marave estava em Mauala e foi para a Macuana pedir gente para auxiliar o Marave.

A Naguema (a quem o Mucuto-muno trata por mãe, mas não é) deseja de preferênciã a filha Maquia ao Marave, o que é confirmado por informações dadas pelo Comandante do Ibrahimio.

Acrescenta o preso que em Naguema há 3 soldados landins prisioneiros e não feridos que elles pretendem trocar pela Maquia, em logar do Marave.

São estas as informações que pude apurar do preso Cicatriz, que não offerece, porém, garantia alguma de verdadeiro.

António Camisão

Doc. nº 24

Mochelia, 3 de Setembro de 1898

Ao Snr. Chefe da secretaria militar do districto
Moçambique

Do Comandante militar de Mochelia

Hoje pelas 11 horas da manhã foi-me entregue, pela gente do capitão-mor de Chilavane, o indígena Namelaca, preso em Moçambique.

Este indígena foi encarregado pelo seu régulo, Mauala-muno, para vir espionar as terras de Chilavane e este quartel.

Sahiu de Mauala pelas 4 ou 5 horas da tarde, de hontem, andando de noite, e principiando hoje de manhã a espionagem, sendo preso pelas 6 ½ horas. Diz: que o Marave deu uma mulher ao Mauala-muno para que este régulo o ajudasse na guerra.

Que os régulos Mauala-muno e Niarro ajudam o Marave, dando-lhe gente.

Que Mauala-muno tem pouca gente mas que Niarro tem muita.

Que o Marave deu 6 barris de pólvora a Niarro e 3 a Mauala-muno.

Que o irmão do Marave, Cammati, está com o régulo Mora.

Que Farlay, régulo d'Angoche, manda gente em auxílio do Marave.

Que ainda este mez o Marave tenciona atacar Chilavane.

Que o Marave quer fazer guerra para apanhar gente e dar à rainha de Naguema, como indemnização da que lhe tem feito perder mais, muito especialmente por lhe termos prendido a filha e ter-lhe sido morto um filho, de nome Muamba (que eu, pelas informações que tive, julgo ser o régulo do Ibrahimo, Nhaconono). Este régulo foi morto pela gente do Muamba, quando lhe atacaram a povoação do Monapo. A gente que atacou esta povoação era namarral e do Marave.

(assinatura)

Doc. n° 25

Natule, 21 de Setembro de 1898

Ao II° Sr. Capitão-mor das Terras da Coroa

Do Comandante do Posto Militar de Natule

Cumpre-me levar ao conhecimento de V^a Ex^a que a gente do Marave, rainha de Naguema e Farelay d'Angoche, assaltaram várias povoações próximas das terras d'Ampapa escravizando e assassinando muita gente e segundo me informaram é para vingar a filha da dita Naguema que está presa na praça, sendo de presumir que não deixem também de assaltar as terras d'Ampapa, (...)

Doc. n° 26

Mossuril, 5 de Novembro de 1898

Ao Snr. Chefe da Repartição Militar do Governo de Distrito

Da Capitania-mor de Mossuril

(...) a força regressou aqui pelas 2h (p.m.), trazendo 16 presos sendo 9 homens e 7 mulheres; entre aquelles vem um preto que vendo a força, fugiu em direcção à Cabeceira Pequena, avisar a gente que vinha branco, com força dando logar a fugirem todos os pretos para a bahia da Conducia.

Os 8 restantes são monhés que, instigaram os pretos a resistirem aos cabos de terras e policias para não virem servir o Governo como carregadores.

Hoje pelas 7h (a.m.) vieram mais 10 mulheres prezas pelo chefe das Cabeceiras.

(...)

Luiz da Cunha, secretário

Doc. n° 27

Mossuril, 16 de Fevereiro de 1899

Ao Snr. Chefe da Repartição Militar do Districto

Do Capitão-mor de Mossuril

A fim de que Sua Ex^a o Governador esteja ao facto do que se passa, communico a V. S^a as seguintes informações.

Participou-me o commandante do Ibrahimo que o Nhaconona lhe dissera que a Naguema e Mucuto, tratavam de se juntar para atacar os postos da Naguema e Ibrahimo, por não lhes ser restituído a filha, desejo que existia mais ou menos latente nos Namarraes. O Nhaconona continua a ir ao Commando do Ibrahimo e hoje mandou dizer áquelle commandante que o Mucuto o tinha chamado e ia lá, devendo demorar-se 4 a 6 dias, rasão porque adiaava o convite que fez ao actual commandante para esse ir ver o terreno que elle escolheu para mudar a sua residência para mais perto do posto.

Tendo mandando eu dois preto d'Ampapa e outros 2 de Ampoense à Naguema e Namiara espionar, estes informaram que não viram nem ouviram nada que offerecesse novidade, estando aquella gente a colimar.

Incumbi ao Commandante da Muchelia que pelo régulo Futua (que está nas melhores relações com M'coio-muno, chefe supremo dos Namarraes, e com o Mucuto-muno, chefe dos Namarraes desta região) indague e evite, ou pelo menos previna qualquer tentativa por parte deste e da Naguema.

(...)

Um dos espiões que acima menciono disse também que a Naguema estava com desejo de ir à Matibane visitar um parente de nome Safir que tem na povoação do Calapute, da Matibane. O Mucuto-muno sabendo isto aconselhou-a a que não fosse agora, visto que da Matibane tinha vindo há pouco uma guerra (...) e que o Governo podia suppôr que ella se achava envolvida n'esse caso, em vista do que ella não executou esse desejo.

(...)

António Camisão

Doc. nº 28

Mossuril, 26 de Abril de 1899

Ao Snr. Chefe da Secretaria Militar do Districto
Moçambique

Do Capitão-mor de Mossuril

Em aditamento à minha nota nº 275 de 20 do corrente, cumpre-me communicar que o espião a que a mesma nota me refiro voltara de Namiara e dá as seguintes informações, que me são apresentadas pelo chefe d'Ampapa:

1º O Marave, quando soube que o chefe d'Ampapa fora a Naguema e Mucuto, mudou-se para Mucutule, um pouco a oeste de Namiara, e Norte do Monapo.

2º Que nas povoações de Monapo e Metocheria a gente do Marave roubou há dias 2 mulheres, matando outras duas que resistiram.

3º Que esta apanha de mulheres tem por fim vendel'as ou trocal-as por pólvora, n'uns pangaios que conta estarem ainda em M'eje (rio) próximo de Sangage.

4º Que o Marave mandou na madrugada da 2ª feira 24, gente a fazer guerra ao régulo Namuala, macua, a oeste de Mutiquite, cujo régulo não conheço nem tem relações algumas com o governo.

António Camisão

Doc. nº 29

Mossuril, 1 de Maio de 1899

Ao Snr. Chefe da Secretaria Militar do Districto
Moçambique

Do Capitão-mor de Mossuril

Cumpre-me participar a V. Sra. que, conforme estava preparado, me encontrei hontem, junto do posto da Naguema, com o Mucuto-muno, rainha Naguema e régulo Nhaconona, de junto do Ibrahimo e presumptivo successor do Mucuto. Acompanharam-os uns 600 a 700 homens, todos armados, d'entre os quaes uns 250 teriam espingardas, na quasi totalidade de pederneira.

Esta gente que foi successivamente chegando desde o meio dia, em que se apresentaram 2 ajudantes de Mucuto, ia e voltava amuidadas vezes com o fim evidente de examinar se haveria perigo, ou se o posto estava reforçado, etc., até que tendo retirado todos os armados de espingardas appareceram finalmente às 4 h p.m., formando uma pinha compacta em que luziam os canos das espingardas mas em

que era impossível descortinar os régulos tanto se apertavam em torno d'elles. Fui fallar-lhes a uns 200 metros do porto d'onde o medo extraordinário os não deixara avançar.

Em resumo o Mucuto e Naguema protestaram a sua afeição e obediência ao governo lastimado-se de que este lhes houvesse feito guerra, pelo que estavam com medo de se apresentar; emquanto à filha da Naguema está presa, manifestam a maior desejo de que ella regresse às suas terras em liberdade, insistindo eu na entrega d'armamentos e munições que elles porém disseram não ter podido reunir totalmente, pelo costume que têm os macuas de guardar a maior parte do que apanham; contudo que andam procurando obter essas armas e que me mandariam resposta, que eu talvez conseguisse ahi mesmo mais definitiva se por minha parte não cumprisse attender ao assumpto da última confidencial recebida.

Que me pareceu útil esta primeira entrevista e estou inteiramente persuadido de que o Mocuto-muno e a Naguema, virão até mesmo à Capitania, e que esteje levar a prisioneira da Praça e de que nenhum d'elles deseja guerrear o Governo de quem (...).

António Camisão

Doc. nº 30

Mossuril, 31 de Agosto de 1899
Ao Comandante do Posto de Natule

Do Capitão-mor de Mossuril

(...) Mande chamar immediatamente o chefe d'Ampapa e ordene-lhe que mande sem demora um homem à Naguema e outro ao Mucuto (que podem ser cabos de terras) e vão dizer que tendo vindo hoje de manhã guerra em Nameára, o Marave a sua gente fugio para o Namarral e portanto o Governo o manda reclamar e que ou não vêm entregar recebendo em troca a filha da Naguema e o premio em dinheiro que lhes prometti, ou o Governo vê que elles faltam às suas promessas de fidelidade e se reserva o direito de proceder como entender sem os considerar amigos, único motivo porque agora a guerra não perseguiu o Marave nas terras d'elles. É preciso que este serviço se faça muito depressa e me informe de tudo o que se passar. Os portadores d'este recado devem na volta apresentar-se aqui para eu os ouvir.

António Camisão

Doc. nº 31

Mossuril, 21 de Maio de 1900
Ao Snr. Secretário do Governo do Districto
Moçambique

Do Capitão-mor do Mossuril

Communico a V^a Ex^a que o Chefe d'Ampapa apresentou hoje aqui uns macuas, pertencentes ao régulo Cavalla-muno, que se queixam de que tinham sido atacados no caminho por gente namarral, e que tendo passado por Namcare não haviam sido hostilizados por gente do Marave. (...) para os fazer regressar às suas terras.

Offereci-lhes caminho pelas terras da Naguema ou pela Muchelia; preferiram este, pelo que seguem amanhã com o correio até a este commando, que os remetterá ao seu caminho. Fiz-lhes sentir que o régulo Cavalla-muno não é avassallado nem aqui veio nunca e que esse ataque deve provir de contendas d'elles (como os do M'pera) com os namarraes e não entre estes e o Governo, tanto que lhes dava caminho pelas terras da Naguema, e que o Governo não tem obrigação de proteger e cuidar de régulos que não se apresentam nem lhes fazem serviço; no entanto ia fazel-os reconduzir e dissessem isto mesmo ao régulo Cavalla-muno e este se quer a protecção do Governo se apresente e que faça guerra a quem lhe ataca as caravanas, para o que tem muito próximos auxiliares no Nampico e no Metochere, além de M'pera.

Perguntando aqui por estes factos ao ajudante do Marave, disse ignorá-los. Acho porém muito natural e provável que deixassem passar amigavelmente a caravana, em Nameare, e a fizessem assaltar onde podessem desculpar-se com os namarraes, velha táctica que elle costuma seguir e que está d'accordo com a vinda do ajudante e que n'outra nota me refiro.

António Camisão

Doc. n° 32

Mossuril, 21 de Maio de 1900
Ao Snr. Secretário do Governo do Districto
Moçambique

Do Capitão-mor do Mossuril

Em additamento à minha nota n° 505, cumpre-me informar que me diz o Chefe de Ampapa, que os pretos do régulo Cavalla-muno seguiram hontem e foram encontrados já próximo da Muchelia por outras caravanas de macuas do interior que vieram fazer negócio. Hoje acham-se uns 200 macuas a fazer negócio em Ampapa e Ampoense e estes dizem que vêm a caminho mais caravanas para o mesmo fim.

António Camisão

Doc. n° 33

Governo do Distrito de Moçambique
Moçambique, 9 de Agosto de 1901
Ao Secretário-Geral
Secretaria Civil, n° 288

Em conformidade com as ordens e instrucções do Governo-Geral foram contractados na Secretaria d'este Governo 98 indígenas, em 2 de Junho e 17 d'outubro de 1900 pelo Governo francez de Madagáscar para prestação de serviços por um anno naquella colónia. Oitenta d'esses emigrantes foram repatriados no pangaio "Luxumi Passú" que entrou n'este porto em 30 de Julho último, ficando por lá 18 colonos de que não dada até hoje noticia official a este Governo, afirmando contudo os que vieram que d'aquelles morreram uns e outros mais afoitos se evadiram aos maus tractos que geralmente lhes eram applicados. (...) para que não sejam permittidos novos contractos para aquella colónia.

Já por idénticos motivos, como se vê do relatório de 11 de Setembro de 1887 dirigido ao Presidente da República Franceza pelo Ministro das Colónias d'aquelle paiz Mr. E. Barbay, as auctoridades da Índia ingleza suspenderam o recrutamento de índios para a Ilha da Reunião.

Os factos ainda que por ventura mais ou menos exagerados indicam que não tempos menores razões para assim proceder com o gentio d'esta nossa Província, para a Ilha de Madagáscar.

Dá-se ainda a circumstancia de não termos naquella colónia auctoridade consular que possa zelar e vigiar pelos interesses, direitos e bom tratamento dos emigrantes nacionaes.

Como se vê das declarações do preto Pascire, não recebeu este seu pagamento no acto do embarque em Majungo. Representou verbalmente neste sentido ao agente consular de França n'esta cidade, que obteve ordem telegraphica do Governo de Madagáscar para aqui efectuar esse pagamento ao dito colono que em 2 do corrente foi embolsado da importância equivalente a 108 francos por liquidação de contas.

*O Conselheiro Governador
Júlio José Marques da Costa*

